

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
CAMPUS ARARAQUARA**

ELSIO LENARDÃO

**O CLIENTELISMO POLÍTICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO:
ALGUMAS RAZÕES DE SUA SOBREVIVÊNCIA**

**ARARAQUARA
2006**

ELSIO LENARDÃO

**O CLIENTELISMO POLÍTICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO:
ALGUMAS RAZÕES DE SUA SOBREVIVÊNCIA**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Sociologia, da UNESP/Campus Araraquara, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. José Flávio Bertero.

**ARARAQUARA
2006**

ELSIO LENARDÃO

**O CLIENTELISMO POLÍTICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO:
ALGUMAS RAZÕES DE SUA SOBREVIVÊNCIA**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Sociologia, da UNESP/Campus Araraquara, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Flávio Bertero
Orientador
UNESP/Araraquara

Prof. Dr. Ângelo Del Vecchio
UNESP/Araraquara

Prof. Dr. José Antonio Segatto
UNESP/Araraquara

Prof. Dr. Ruben Murilo Leão Rego
UNICAMP

Prof. Dr. Pedro Roberto Ferreira
UEL

Araraquara, ____ de _____ de 2006.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Orientador Prof. Dr. José Flávio Bertero, pelo apoio em todas as etapas deste trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pelo apoio financeiro na parte final desta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP/Araraquara, pela oportunidade de estudo.

Aos Professores Eliel Ribeiro Machado, Ariovaldo de Oliveira Santos e Bianca Gonçalves de Souza, pela leitura do texto final e valiosas sugestões.

Aos Sociólogos Edson Cunha e Adauto Crispim, pelo auxílio na aplicação das entrevistas.

A todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização deste trabalho.

LENARDÃO, Elcio. **O Clientelismo Político no Brasil Contemporâneo**: algumas razões de sua sobrevivência. 2006. Tese (Doutor em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

RESUMO

Faz-se, aqui, uma investigação sobre as razões da presença de práticas políticas do tipo clientelista entre setores das classes populares, no Brasil contemporâneo, com destaque para os anos 1990. Propõe-se valorizar as razões inscritas na própria conjuntura sócio-política que circunda o fenômeno, de modo que se vá além das explicações que se fiam nos aspectos histórico-culturais ou de viés economicista, exclusivamente. Para este propósito, recorre-se a fontes bibliográficas e a periódicos, dos quais tirou-se uma interpretação própria sobre o período. Constatou-se que as práticas clientelistas receberam estímulos para se manifestarem na organização política nacional, principalmente, na esfera federal, mas com reflexos efetivos nos estados e municípios, do fato de a coalizão de forças políticas formada para a implantação do projeto neoliberal no Brasil ter juntado a “moderna” Social Democracia Brasileira e as “velhas” oligarquias regionais – situadas dentro do PFL, PP, PTB e setores do PMDB, principalmente –, cujos representantes são reconhecidos pelo apego às práticas de recorte patrimonialista e paternalista. A inclusão dessas últimas no “pacto conservador” pró-reformas neoliberais significou, por extensão, a revalorização dessas práticas. Encontra-se aí, parte da explicação para o vigor com que práticas como o fisiologismo, o apadrinhamento, o aparelhamento da máquina estatal, a compra e venda de votos e o clientelismo se apresentam no cenário nacional dos anos 1990. Tratou-se, em seguida, de mostrar que parte das razões da sobrevivência do clientelismo, no Brasil recente, se liga a fatores derivados das condições sócio-políticas que afetam certas camadas das classes populares e que as inscrevem na situação de exclusão social e política. Seria essa situação a geradora de uma subcultura política particular e baseada, principalmente, na valorização das relações pessoais, que empurraria membros daqueles setores para a entrada em vínculos de clientela. A partir do estudo de um caso, ocorrido na cidade de Londrina/Pr, verificou-se a implicação da combinação de pobreza profunda e precariedade do apoio estatal, como primeira condicionante para a entrada do eleitor em vínculos de clientela. Entrevistas realizadas com eleitores-clientes revelaram a extensa pauta de “carências” materiais que estimulavam tanto o eleitor pobre a buscar o “político-ajudante”, bem como este a oferecer “favores” em troca de apoio e voto do eleitor. Mais instigante é observar que essa pauta não se restringe a necessidades de ordem material, estendendo-se a “carências” de natureza subjetiva. Referem-se a sentimentos de abandono, de auto-desvalorização, de “desreconhecimento” social, derivados da condição de excluídos de direitos sociais e políticos. Uma “pauta de carências” baseada nesses sentimentos, coloca no quadro da ação política valores e representações que destacam a necessidade e o desejo, por parte do eleitor-cliente, de ser “apreciado” e “reconhecido” socialmente. No caso de clientelismo investigado, essa necessidade de “reconhecimento” encontra certa satisfação não no acesso a “direitos”, mas sim na oferta de “ajudas”, “atenção”, “carinho” e “amizade” que o político clientelista oferece. O que demonstra que, em algumas configurações sociais, práticas, valores e representações baseadas nas relações pessoais e com marcado traço intimista e afetivo (próprias à esfera da vida privada), chegam a ser os elementos mais relevantes da atividade política de setores das classes populares. Tal fato os coloca distantes dos valores e procedimentos de caráter impessoal e universal, previstos, por exemplo, na proposta republicana de organização da atividade política.

Palavras-chave: Política Brasileira. Comportamento Político. Clientelismo Político no Brasil.

LENARDÃO, Elcio. **The Political Clientelism in Contemporary Brazil**: some reasons for its survival. 2006. Thesis (PhD in Sociology) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Araraquara.

ABSTRACT

A survey is carried out on the reasons for the presence of political practices such as clientelism among sectors of popular classes in contemporary Brazil, with an emphasis on the 1990s. Our purpose is to value the reasons that are proper of the social-political situation that surrounds the phenomenon, in such a way that one can go beyond explanations, which are based exclusively on historical-cultural aspects or economy bias. In order to do so, some bibliographical sources and periodicals were used, from which a proper interpretation was taken about that period. It was observed that the clientelistic practices were stimulated to manifest themselves in the national political organization, mainly in the federal scope, but with effective reflections in the States and cities, due to the fact that, the coalition of political forces formed for the implementation of the neo-liberal project in Brazil, has joined the “modern” Brazilian Social Democracy and the “old” regional oligarchy – located mainly within the political parties PFL (Liberal Front Party), PP (Progressionist Party), PTB (Brazilian Labor Party) and sectors of PMDB (Brazilian Democratic Movement Party), whose representatives are well-known for their patrimonial and paternalist practices. The inclusion of the latter ones in the “conservative pact” for neo-liberal reforms also meant the revalue of these practices. It can also be found part of the explanation for the force with which practices like physiologism, the sponsorship, the equipment of the State machine, the purchase and selling of votes and the clientelism, are presented in the national scene of the 1990s. It also intended to show that, part of the reasons for the survival of the clientelism in Brazil in these days, is connected to factors derived from the social-political conditions that affect certain strata of the popular classes and that it includes them in the condition of social and political exclusion. This situation would be the generator of a particular political subculture, based mainly in the valorization of personal relations that would push members of those sectors into clientele links. Based on a case study that happened in the city of Londrina/PR., it was verified that the implication of the combination of extreme poverty and the precariousness of the government support, is a prime condition for the contact of the voter with clientele links. Interviews carried out with voters-clients, showed the vast list of material “needs” that stimulated not only the poor voter to look for the “politician-helper”, but also the latter to offer “favors” in exchange for the voter’s support and vote. It is interesting to observe that this list is not restricted to material needs but also to personal “needs”. They are related to feelings of abandonment, self-depreciation, social “non-acknowledgement”, derived from the condition of deprived of social and political rights. A “list of needs” based on these feelings, insert into the political action picture, values and representations that emphasize the necessity and the desire, from the part of the voter-client, of being “valued” and socially “acknowledged”. As in the case of the surveyed clientelism, this necessity of “acknowledgement” satisfies itself not in the access to “rights” but in the offer of “help”, “attention”, “kindness” and “friendship” that the clientelistic politician offers. This demonstrates that, in some social and practical configurations, values and representations based on personal relations with a distinguished, intimate and affective trace (proper of the private life scope), are considered the most relevant elements of the political activity of sectors of the popular classes. Such a fact keeps them away from the values and procedures of impersonal and universal character that are expected, for example, from the republican proposal or organization of the political activity.

Key words: Brazilian Politics. Political Behavior. Political Clientelism in Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
O Clientelismo no Quadro da Organização Política Brasileira	12

CAPÍTULO 1

1 A RELAÇÃO ENTRE “MODERNIZAÇÃO” NEOLIBERAL E PRÁTICAS POLÍTICAS “ATRASADAS”	25
1.1 A Implantação das Reformas Neoliberais no Brasil	30
1.2 Os Anos 1980/1990 e as Alterações no Bloco no Poder	39
1.3 De Como as Práticas Políticas “Atrasadas” Participam do Encaminhamento das Reformas Neoliberais ou da “Modernização” Recente do País	51
1.4 O Autoritarismo Como a Forma de Governo mais Adequada ao Neoliberalismo: a Exclusão Política Como Seu Pressuposto.....	54
1.5 A Funcionalidade das Forças Políticas do “Atraso” à Implantação do Projeto Neoliberal no Brasil.....	64

CAPÍTULO 2

2 A SUBCULTURA DO CLIENTELISMO: ESTUDO DE CASO EM LONDRINA (Pr)	78
2.1 Conceitos Básicos: Cultura Política e Subcultura Política.....	79
2.2 Possibilidades de uma Subcultura Política do Clientelismo: Práticas, Representações e Valores.....	84
2.3 A Manifestação da Clientela.....	87
2.4 As Classes Populares Como Clientes.....	88
2.5 Exclusão Política Como Elemento da Situação que Favorece o Clientelismo	91
2.6 A Mobilização da Clientela	92
2.7 “Carência”: Porta de Entrada Para o Vínculo de Clientela	94
2.8 Da “Ajuda” Brota a “Gratidão” e da “Gratidão” o Compromisso Clientelista.....	97
2.9 As Táticas Clientelistas: Contato, Aproximação.....	99
2.9.1 Contra a Impessoalidade a Oferta do Contato Pessoal	99
2.10 O Apelo do Eleitor ao Contato Pessoal por Causa da “Necessidade”	104

2.11 A Política na Casa e a Casa na Política.....	105
2.12 Identificação e Representação.....	107
2.13 “Reconhecimento”: o Tratamento Com “Carinho” e “Atenção”.....	108
2.14 O “Político Amigo”	111
2.15 O Político Como o “Protetor”, o “Pai”	114
2.16 A “Arquitetura Moral” do Clientelismo: Critérios que o Eleitor-Cliente Utiliza Para Avaliar o Político	116
2.17 Uma Subcultura Política do Clientelismo	120
CAPÍTULO 3	
3 INTERPRETAÇÕES SOBRE OS MOTIVOS DA SOBREVIVÊNCIA DO CLIENTELISMO POLÍTICO NO BRASIL.....	124
3.1 A “Mercantilização” do Voto	125
3.2 O Fim da Dependência Pessoal, Mas não da Forma Pessoalizada na Relação Política	127
3.3 A “Impessoalização” das Relações Políticas.....	135
3.4 O Vínculo de Clientela Como Mecanismo de Busca por “Reconhecimento” Social	143
CONCLUSÃO.....	163
REFERÊNCIAS.....	169
ANEXOS	181
Anexo A – Notícias sobre os eventos	182
Anexo B – Roteiro de Entrevista	183
Anexo C – Perfil sócio-econômico dos entrevistados	184

INTRODUÇÃO

Neste texto nos propomos a uma reflexão a respeito de alguns dos motivos que ajudam a explicar por que o clientelismo¹ permanece como prática recorrente na organização política brasileira dos últimos 15 anos, em especial na década de 90 do século passado. E, pretendemos, em especial, refletir sobre por que algumas camadas das classes populares² se constituem no principal grupo das clientelas políticas observadas no Brasil recente. Para responder a esse problema recorreremos à reconstituição de aspectos da história do funcionamento da organização política no Brasil dos anos 1990, estimulados pela hipótese de que parte das razões da vigência de práticas clientelistas estariam inscritas na própria conjuntura política recente. Além disso, fomos atrás de descortinar as motivações que tais práticas retiram do funcionamento estrutural da organização política e social mais geral. Com esse propósito, munimo-nos de algumas suposições já elaboradas no campo teórico que trata do tema e procuramos, através do estudo de um caso, aproximarmo-nos do funcionamento real de uma clientela política, de modo que pudéssemos pôr em julgamento algumas hipóteses sobre as razões do clientelismo, bem como verificar a existência ou não de novas variáveis entre essas razões.

No estudo de caso, priorizamos o levantamento, a organização e a análise de um elenco de práticas, noções, representações e valores que se refere,

¹ Adiantamos que entendemos o clientelismo como aquele mecanismo de controle político baseado em práticas que articulam a relação entre o político e o eleitor através da troca de “ajudas” e “favores” por voto e apoio político. Logo mais à frente, e também no capítulo 3, apuramos a definição que consideramos mais acertada para a expressão contemporânea desse fenômeno.

² A opção pelo conceito de classes populares justifica-se em razão de que ele facilita a percepção dos agrupamentos a que nos referimos neste projeto, tratando com maior justeza da socialização e articulação dos trabalhadores nos espaços coletivos da sua vida cotidiana, para além do espaço do trabalho formal. Trata-se, na cidade em destaque, “[...] dos pobres urbanos que compartilham condições de vida similares e que montam coletividades no local de sua moradia”. (ZALUAR, 1985b, p.36). Quanto a estes últimos, além da identidade gestada pelo fato de ocuparem posições sociais idênticas na produção, identificam-se e unem-se nas lutas sociais motivados por interesses comuns que desenvolvem em relação a certas exigências de serviços e equipamentos coletivos, que demandam, especialmente, do Estado. Nesse sentido, merece atenção a consideração de E. Thompson, segundo a qual, sob seu ponto de vista, “[...] a classe acontece quando alguns homens, como resultado de suas experiências comuns, sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens, cujos interesses diferem e geralmente se opõem aos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram ou encontraram involuntariamente”. (Apud CARDOSO, 1995, p.50). Dessa forma, “[...] a noção de classes populares não anula, não substitui a de classe operária. Ao contrário, é uma de suas formas de expressão, no plano das manifestações fora da unidade produtiva propriamente dita. Por isto seu antagonismo direto é o Estado, e não a burguesia como tal”. (GOHN, 1995, p.71).

direta ou indiretamente, à esfera da atividade política e que é compartilhado por um grupo de agentes sociais de setores populares envolvidos em práticas clientelísticas articuladas para a garantia de votos e apoio a um político de expressão que atua na cidade de Londrina (PR).³

Partimos do levantamento de algumas das práticas de clientelismo desenvolvidas por esse político e que revelam o apoio que ele recebe de seguimentos populares através do vínculo clientelista. Com base nos depoimentos de 16 entrevistados, coletados entre os eleitores-clientes de Antonio Belinati, durante os anos de 2004/2005,⁴ buscamos verificar se há entre os indivíduos das classes populares que participam desse vínculo a partilha de uma subcultura política⁵ particular que o sustentaria, quer dizer, que o organizaria ideologicamente. E, qual seria seu conteúdo (crenças, noções, representações, práticas)? E, em seguida, esforçamo-nos em refletir sobre alguns dos motivos que tornam possível essa subcultura política específica.

Tratamos então, de verificar a existência de uma subcultura do clientelismo entre os eleitores-clientes partindo de suas próprias interpretações. Por certo, não nos dobramos a elas, simplesmente. Essas interpretações foram, por sua vez, reinterpretadas por nós, à luz de reflexões teóricas já elaboradas sobre o tema, além de nossas próprias suposições.

Preocupar-se com representações, crenças e concepções justifica-se porque é sabido que as pessoas fazem suposições e elencam categorias para orientar e interpretar suas experiências. Quer dizer, portanto, que o conhecimento do conjunto comum de tais suposições, representações, noções e crenças, é fundamental para a compreensão das atitudes concretas dos membros de uma sociedade, de uma classe ou de um grupo social; nesse caso, de um grupo de eleitores de uma determinada cidade.

A atenção especial que voltamos para a possibilidade de uma subcultura específica que ajudaria a organizar vínculos de clientela política foi

³ Trata-se de Antonio Belinati, ex-prefeito da cidade de Londrina. Londrina, localizada no Norte do Paraná, possui, aproximadamente, 500 mil habitantes.

⁴ O esclarecimento detalhado sobre o procedimento nas entrevistas e sobre o perfil dos entrevistados é dado no início do capítulo 2.

⁵ A noção de subcultura política supõe haver especificidades no comportamento político de grupos locais, quando comparados com padrões de comportamento observados na sociedade em geral, com particularidades em suas orientações e em sua postura política, sugerindo a possibilidade da existência de subculturas políticas locais.

despertada por ocasião de um conjunto de eventos ocorridos em Londrina, no primeiro semestre de 2000, envolvendo a cassação do mandato do prefeito da cidade.⁶ O que distingue esse conjunto e que constitui aqui o foco de interesse, é a presença de manifestações públicas de apoio ao prefeito, realizadas por setores populares da periferia da cidade, e que revelavam fortes vínculos clientelísticos com o prefeito acusado.

Esses eventos revelaram com exuberância a presença de clientelas políticas organizadas pelo prefeito e seus asseclas (funcionários públicos, comissionados e cabos eleitorais). Mais do que isso, graças ao trabalho de jornalistas locais, pôs-se em evidência também inúmeros depoimentos de eleitores-clientes do prefeito, de modo a insinuar, pela recorrência de algumas representações nas falas, a presença de um conjunto de noções, crenças, valores e práticas a respeito da atividade política, aventadas por causa da participação no vínculo clientelista, que pareciam compor uma espécie de subcultura política própria à política de clientela local.

Munidos de boa parte das reportagens produzidas no período, fizemos uma reconstituição daqueles eventos (conforme capítulo 2). Observamos que tais eventos reuniam em torno de si as principais características do clientelismo político brasileiro contemporâneo quando envolvem diretamente setores das classes populares, com a sorte, ainda, de colocarem em destaque algumas das representações e noções que orientavam as práticas daqueles membros das classes populares que se inscreviam nos vínculos clientelistas.

As fortes indicações da presença de uma possível subcultura do clientelismo orientando as práticas políticas de uma parte do eleitorado londrinense, exposta por aqueles eventos, instigou a curiosidade em verificar se essa possibilidade se configuraria de fato quando se busca apurar mais analiticamente do que o trabalho jornalístico o fez.

Dada a distância de tempo em relação aos eventos de 2000, não era mais possível verificar a suposta subcultura do clientelismo que orientava as ações dos envolvidos com vínculos clientelistas naquela ocasião. Isso seria pouco seguro, mesmo com a coleta de depoimentos de personagens que haviam participado diretamente dos fatos, já que não dava para saber a respeito da

⁶ Ver anexo A - **Notícias sobre os eventos.**

coincidência dos motivos que lhes vêm à memória hoje e aqueles que os inspiravam exatamente naquela data, embora desse para comparar com alguns depoimentos colhidos pelos jornais na ocasião dos eventos.

No entanto, observamos que o político cujo mandato havia sido cassado em 2000 continuou alimentando vínculos clientelistas com eleitores da periferia da cidade, objetivando sua sobrevida e a de sua família no campo da política, em especial mirando as eleições municipais de 2004. Essa vida longa dos vínculos clientelistas que ele sustenta permitiu aprofundar a pesquisa das representações sobre a atividade política que inspiram e motivam a participação de membros das classes populares nesse tipo de vínculo.

A experiência do ano 2000 fica registrada como ilustração da prova da existência e manifestação da clientela ligada a esse político. Foi de fato um teste para a clientela e ficou como um exemplo evidente de seu funcionamento e efetividade. Ela permite também, verificar a longevidade dos vínculos clientelistas montados pelo ex-prefeito e, com limites, apresenta uma primeira indicação da existência de uma subcultura política específica presente entre aquela clientela. Além disso tudo, aquela experiência possibilita comparar as representações que orientavam as práticas dos agentes nela envolvidos com as orientações que motivam os agentes envolvidos em vínculos clientelistas atuais com o ex-prefeito.

Considerando a continuidade dos vínculos de clientela sustentados pelo prefeito e seus asseclas e que alcança os dias de hoje, foi possível localizar alguns protagonistas dos eventos de 2000 e que ainda participam de vínculo clientelista com o prefeito. Esse fato facilitou verificar, por meio da coleta de depoimentos e da observação direta, a presença de uma “base motivacional” do clientelismo presente nas falas e opiniões desses sujeitos e de alguns outros que também se ligam, atualmente, às mesmas práticas. Especialmente algumas lideranças populares de Associações de bairro, favelas e assentamentos da cidade de Londrina.

Embora os depoimentos coletados sejam, especialmente, de alguns protagonistas das manifestações clientelistas de 2000, as orientações subjetivas coletadas agora só podem mesmo ser referenciadas às suas participações em vínculos clientelísticos atuais e não àqueles do citado ano. Mas verificamos por meio da cotização dos conteúdos dos depoimentos dos dois períodos que as

representações são bastante semelhantes, revelando sua continuidade e coerência com os vínculos clientelísticos.

Notamos, no caso estudado, que as práticas clientelistas são orientadas por um conjunto coerente de representações, noções e valores. Ou seja, seria próprio a essas práticas uma subcultura política específica orientando/motivando a participação dos envolvidos nos vínculos de tipo clientelista. Ou ainda, quando os indivíduos envolvidos nos vínculos clientelistas agem, eles compartilham representações, noções e valores que articulariam as relações clientelistas. E, atendendo a nossa expectativa prevista quando optamos por um estudo de caso, a análise do conteúdo dessa subcultura política específica permitiu levantar variáveis que ajudam a explicar os motivos da forte presença das práticas de clientela entre certos setores das classes populares.

O estudo de um caso, certamente, não permitirá grandes generalizações, mas acrescenta uma análise a outros estudos de caso sobre o clientelismo, de modo que vamos acumulando elementos de compreensão sobre o fenômeno.

O Clientelismo no Quadro da Organização Política Brasileira

São freqüentes os anúncios quanto à perda de protagonismo no cenário latino americano e brasileiro das formas “tradicionais” de exercício da política, entre elas o clientelismo político, frente à força de novas formas de organização partidária e mobilização popular.⁷ Ao mesmo tempo observa-se a persistência, a flexibilidade e variedade dos laços clientelistas, a capacidade de adaptação a novos contextos políticos e econômicos e sua sobrevivência sob formas atualizadas, aparentemente menos autoritárias que as “tradicionais” e fincadas no atendimento particularista a interesses políticos através de mecanismos de troca de votos e apoio político por “favores”.

As formas mais contemporâneas de manifestação do fenômeno do clientelismo político permitem que o definamos como aquela modalidade de prática

⁷ Ver bibliografia sobre o tema em MÁIZ, 2003.

política que visa o controle do voto e do apoio político de parcelas do eleitorado, baseada na cooptação/conquista destas através da oferta de “favores” e “ajudas” (dinheiro, pagamento de contas de luz ou água, alimentos, materiais de construção, empregos, etc.) por parte do político ou de seus agentes. Entende-se aqui que o clientelismo vai além da simples compra de voto que seria mais pontual, mais imediatista. Quer dizer, o grande objetivo daqueles políticos que fazem uso dessa prática é constituir suas bases de eleitores na forma de clientelas, ou seja, espécies de eleitores cativos, fiéis, sempre disponíveis, também, para tarefas que extrapolem os períodos eleitorais.

O clientelismo é melhor definido em termos de relações sociais.⁸ Compreendido dessa forma,

[...] predomina um certo consenso de que as relações assim denominadas se caracterizam especialmente por serem relações do tipo assimétricas, isto é, são estabelecidas entre pessoas (patrão e cliente) que não possuem o mesmo poder (econômico e político), prestígio e status. Além disso, ela se distingue por ser uma relação do tipo pessoal (em que predominam os contatos face a face), pela troca de serviços e bens materiais (gentilezas, deferência, lealdade e proteção) entre os parceiros e pelo seu conteúdo moral (que remete freqüentemente à honra dos parceiros). (BEZERRA, 1999, p.14).

Boa parte dos estudos sobre clientelismo político têm se baseado, principalmente, na idéia da troca de benefícios políticos por votos e apoio político. Desta forma, o clientelismo será considerado “como um meio do Estado e dos políticos atenderem demandas específicas das populações mais pobres e integrá-las ao sistema político e uma forma de se cooptar novos grupos sociais”. (BEZERRA, 1999, p.27, nota 8).

Para tanto, na relação clientelista

[...] é essencial o papel do político enquanto mediador entre as demandas e as decisões capazes de atendê-las. Os mecanismos impessoais e universalistas de canalização e processamento de demandas cedem lugar a vínculos de cunho pessoal entre líderes e sua rede de indivíduos ou grupo subordinados. [...] Essa mediação

⁸ Nos termos de WEBER (1977, p.142), por “‘relação social’ deve-se entender uma conduta de vários – *referida* reciprocamente conforme seu conteúdo significativo, orientando-se por essa reciprocidade. A relação social *consiste*, pois, plena e exclusivamente, na probabilidade de que se agirá socialmente numa forma indicável (com sentido) [...]. Um mínimo de *reciprocidade* nas ações é, portanto, uma característica conceitual. [...] Trata-se sempre de um conteúdo significativo empírico e visado pelos participantes [...] na *probabilidade* de que uma determinada forma de conduta social, de caráter recíproco pelo seu sentido tenha existido, exista ou venha a existir”.

como que privatiza a obtenção de um bem público, na medida em que o patrocínio de um político influente aparece como requisito necessário para o acesso a serviços públicos fornecidos pelo Estado ou para solução de questões específicas. (DINIZ, 1982, p.217).

Portanto, clientelismo é aquela modalidade de prática política, que visa o controle do voto e do apoio político de parcelas do eleitorado. É uma técnica de dominação política baseada na cooptação e na inviabilização da autonomia e da independência de uma das partes envolvidas na relação política. Como aparece de forma recorrente, é bem provável que o correto seja considerá-lo como um dos aspectos que compõem a vida política brasileira, um *continuum*, e não um adendo a ela.

Podemos observar a presença do clientelismo desde sua articulação a partir da esfera da política federal, como é o caso do clientelismo praticado por membros dos Legislativos com vistas à manutenção de clientelas eleitorais regionais sustentadas com recursos públicos. Vemos, também, práticas de elites políticas municipais que usam do clientelismo para garantir sua sobrevivência eleitoral e o mando político local, onde não são práticas incomuns o empreguismo, o uso eleitoral de programas e recursos estatais – como tíquete-leite, cartão de assistência, cestas básicas – e a cooptação de lideranças populares, atraindo-as com benesses, privilégios, apadrinhamento, etc.⁹

Quanto às implicações para o funcionamento da vida política organizada e institucionalizada, o clientelismo pode ser visto como

[...] um problema do ponto de vista democrático, pois opera sob o princípio da dádiva, implicando sentimentos de lealdade e empenho individual. O eleitor, ao invés de se identificar com seu grupo ou classe, como trabalhador e cidadão, se identifica como beneficiário de um político influente, tornando a política inacessível sem a interferência das relações pessoais. (KUSCHNIR, 2000, p.141-142).

Vários autores brasileiros reconhecem a recorrência do clientelismo no quadro da política brasileira, a despeito da industrialização, da emergência dos novos movimentos sociais e das alterações legais que institucionalizaram canais formais de participação dos setores populares na gestão do Estado.¹⁰

⁹ Ver: **Folha de S. Paulo**, 6 set. 1998; **Gazeta do Povo/Pr**, 15 maio 1999; **O Estado de S. Paulo**, 20 maio 1999; **Revista Caros Amigos**, São Paulo, n.26, maio 1999; **Revista Primeira República**, São Paulo, n.33, nov., 2004. Nessas publicações há vários exemplos de práticas de clientelismo organizadas por deputados e vereadores no Brasil atual.

¹⁰ Sobre o clientelismo político no Brasil, ver: AVELINO FILHO, 1994; AVELAR e LIMA, 2000; BAHIA, 2003; BARBOSA, 1988; BEZERRA, 1995; BURSZTYN, 1985; CARVALHO, 1997; CARVALHO, 1998;

Discutir o clientelismo é fazer referência às formas de participação política presentes na organização política brasileira. E, dentre elas, não é de menor importância a frequência dos processos de cooptação política, principal objetivo das práticas clientelistas.

O clientelismo no Brasil foi sempre um corolário da forma singular de colocar-se a relação entre o poder público e o poder privado, mais exatamente à confusão entre os espaços e os interesses próprios dessas duas esferas de poder. (GRAHAM, 1997). De fato, o clientelismo serviu e continua servindo como um mecanismo articulador de certa “confusão”, não-distinção, entre o espaço público e o espaço privado, pondo obstáculos, até, à instalação, no Brasil, de alguns pressupostos básicos do Estado democrático-liberal como: o “livre” exercício do voto, a mediação política exercida por partidos políticos, a existência de espaços institucionais de representação organizados a partir de relações políticas impessoalizadas, etc.

A comparação da situação de cooptação com a da representação institucionalizada não implica, necessariamente, a crença num suposto papel reservado ao Estado, de regulador neutro dos conflitos sociais e políticos e dinamizador da participação política dos variados grupos sociais. Porém, a comparação das situações permite clarear o caráter acentuadamente antidemocrático do arranjo político clientelista, que nega, por exemplo, um dos princípios essenciais do Estado democrático-liberal, que é a presença de espaços de representação, de negociação, reconhecidos e respeitados e nos quais, por sua vez, os setores ligados às classes populares poderiam ampliar a força da luta pela realização de seus interesses.¹¹

O fenômeno do clientelismo político brasileiro, naquilo que serão suas principais características, nasce no período colonial e se consolida no império. Firma-se, de fato, como mecanismo de controle político exercido por setores das

COUTO & CORDEIRO, 2000; DINIZ, 1982, 1982B; DROULERS, 1989; HEREDIA, 2002; KUSCHNIR, 2000; LANNA, 1995; NUNES, 1997; ORTIZ, 1995; PANDOLFI, 1987; SADER, 1987; VIEIRA, 2002; ZALUAR, 1985A e 1985b.

¹¹ Não obstante, institucionalizar um espaço de representação que permita a participação de setores das classes populares não é garantir sua emancipação política. Embora possa levar a uma situação política mais democrática se comparada com as situações onde a representação é substituída pela mediação personalizada do clientelismo, a simples institucionalização de espaços de representação pode também levar à perda da autonomia política dos setores populares envolvidos, favorecendo sua integração acrítica. Quando é esse o percurso do processo de institucionalização de espaços de representação, o que acaba por ocorrer é a ampliação do grau de legitimação do “Estado de Classe”. (Ver: SANTOS, 1996, p.244-5).

classes dominantes sobre as classes populares e, dessa maneira, ajuda a compor as várias formas de domínio que a vida política brasileira conheceu: o mandonismo, o patrimonialismo, o coronelismo, o populismo. Tendo sido, até mesmo, componente importante na forma de domínio ditatorial-militar.¹²

A referência ao clientelismo como mecanismo de poder comum à organização política brasileira não significa dizer que ele simboliza a totalidade desta organização, nem que configura uma prática política típica e exclusivamente brasileira. A prática clientelista foi observada em outras sociedades também. (AVELINO FILHO, 1994). No entanto, pelo fato de essa prática apresentar-se como um fenômeno marcante, sua compreensão – a revelação de sua operacionalidade, de seus elementos organizacionais, da subcultura política que o sustenta e os traços de sua estrutura concreta – torna-se fundamental ao entendimento da realidade política brasileira atual. As práticas observadas na cidade em foco, mesmo sendo restritas a uma cidade do interior, apresentam similaridades e aproximações com outros esquemas clientelistas não tanto incomuns na vida política brasileira recente.

Merece ser levada em conta a instigante reiteração deste atributo – o clientelismo – na organização política do país. Ele permanece fortalecendo-se pelo uso de práticas conhecidas desde a Colônia, e, ao mesmo tempo, transmuta-se alterando sua fonte de recursos, incorporando novas práticas mais próprias da época contemporânea. De qualquer modo, o clientelismo sobrevive,

[...] como peça integrante das engrenagens de um sistema global de exploração e dominação sobre as classes populares brasileiras, ao qual recorrem, em certas circunstâncias, grupos políticos ligados às classes dominantes. (MARTINS, 1982, p.19).

O clientelismo continua sendo um elemento de certa relevância na política brasileira e que traz conseqüências negativas do ponto de vista dos interesses das classes populares. É um atributo forte da política brasileira que, nos seus traços particulares, ajuda na manutenção de uma ordem social desigual, violenta, injusta e que impede o acesso dos pobres a muitos dos seus direitos de cidadania. Importa tomar conhecimento de suas práticas na perspectiva de melhorar o enfrentamento pela sua superação.

¹² Ver LENARDÃO, 1999.

Há à disposição algumas tentativas de explicar a perenidade do clientelismo na vida política nacional.¹³ Muitas dessas análises que colaboram para a compreensão do fenômeno do clientelismo político no Brasil o relacionam com fatores transhistóricos como, por exemplo, com “nossa herança ibérica”, com os “resquícios da escravatura”, com o “autoritarismo social”. Outras interpretações o relacionam com processos sócio-econômicos mais atuais ou então com a “mercantilização” do voto sob o capitalismo. Optamos (no capítulo 3) por partir de duas reflexões que elaboram hipóteses sobre o problema das razões do clientelismo e acrescentamos nossas críticas e proposições que carregam algumas suposições de caráter especulativo e outras ancoradas nas indicações que retiramos do estudo de caso que realizamos.

Escolhemos apresentar separadamente a descrição do caso que investigamos (o que é feito no capítulo 2), da análise mais elaborada e detida sobre os motivos da sobrevivência do clientelismo na organização política brasileira (realizada no capítulo 3). Mesmo assim, no capítulo que expõe o caso, já adiantamos algumas reflexões sobre o problema de modo que a exposição dos depoimentos extrapola o perfil de simples descrição. A escolha da apresentação em separado, pondo de um lado os principais elementos organizadores do vínculo de clientela na cidade que foi objeto de nossa investigação e, em seguida, uma análise sobre alguns dos motivos que facilitam e estimulam a criação de vínculos de clientela, facilitou, ao menos: 1^o) que expuséssemos, no capítulo 2, com mais clareza, nosso esforço de fazer uma proposta de reconstituição da organização encadeada daqueles que selecionamos como os principais elementos constituidores dos vínculos de clientela observados na cidade, de maneira a se ter uma idéia por inteiro de como funcionavam esses vínculos. Misturadas a descrição e longos

¹³ Entre elas se destacam as interpretações de: SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1991; GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ, 1997; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 25.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993; FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 1989; SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1988; MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1999; CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001; SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Ed. UNB, 2000; SOUZA, Jessé. **A construção da Subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ 2003; BAHIA, Luiz Henrique Nunes. **O poder do clientelismo: raízes e fundamentos da troca política**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003; NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: ENAP, 1997.

trechos de análise, essa possibilidade ficaria prejudicada; 2º) revelar, no capítulo 2, o volume da repetição daquelas que consideramos as principais características do vínculo de clientela local e, possivelmente, do clientelismo em geral, no Brasil. Não poupamos o capítulo 2 de repetidas e longas citações de trechos das entrevistas levando em conta que “valia a pena” ficar com um texto mais árido, desde que garantíssemos a força documental da exposição. É certo que essa separação em dois capítulos cria certa distância espacial entre o argumento da análise e a ilustração do mesmo, oferecida pelos depoimentos dos entrevistados. Essa distância exigirá a “ajuda do leitor” no esforço de ligação entre o texto da análise (capítulo 3) e o texto da exposição das falas dos entrevistados (capítulo 2).

A premissa geral da qual partimos é a de que é possível, e necessário também, tratar de descobrir a relação do clientelismo com as características econômicas e políticas próprias a uma determinada conjuntura. Ou, em outros termos, tratar de descortinar que funcionalidades particulares ele assume em certos contextos. É aqui que se revelam suas razões imediatas, os porquês de suas mutações, reatualizações e adaptações, enfim, eventuais diferenças que o fenômeno apresenta quando estudado em momentos específicos da história brasileira.

O tratamento analítico do clientelismo inscrito num determinado contexto político precisaria então, apoiar-se, por sua vez, no conhecimento:¹⁴

a) do modelo sócio-econômico em vigência (tratado no capítulo 1). No caso de estudo sobre o clientelismo envolvendo setores das classes populares, deve-se voltar a atenção para as modulações que o modelo provoca na produção e distribuição da riqueza social, contribuindo ou não para a criação de “excluídos” social e politicamente, potenciais participantes de vínculos de clientela (Assunto abordado no capítulo 3).

b) da atual configuração do bloco no poder. O que implica em relacionar o bloco no poder com o modelo sócio-econômico em vigência e descortinar, especialmente, as modulações de formas de comando, gestão e controle políticos que ele formata. Para o caso de estudo do clientelismo, importa verificar em que forma e grau essa configuração do bloco no poder necessita de e

¹⁴ Baseamo-nos aqui, nas indicações metodológicas propostas por SAES, Décio. **República do capital**: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo. Boitempo. 2001. Principalmente a

produz “exclusão” política, criando situações que favorecem o aparecimento e reforço de práticas clientelísticas (temas tratados no capítulo 1). E, em terceiro lugar;

c) (em se tratando do envolvimento de setores das classes populares), das orientações ideológico-políticas (“ideologias práticas”) predominantes em seu meio: quais noções e representações orientam as ações políticas daqueles indivíduos que se inscrevem no vínculo clientelista? (assunto que será abordado no capítulo 2).

Selecionamos como período no qual procuraremos elucidar a funcionalidade do clientelismo político no contexto recente, aquele que vai do final dos anos 1980 até 2002, o último ano do governo Fernando Henrique Cardoso. Por que optar por um corte no final dos anos 1980? Porque aí se iniciam mudanças importantíssimas na economia nacional que estão na base da reconfiguração política que o Brasil experimenta nos últimos 15 anos.¹⁵ Interessa-nos, principalmente, mudanças no bloco no poder e o novo quadro político sustentado em uma relação de adequação entre a “modernização” da economia e do Estado brasileiro, sob a orientação de propostas de tipo neoliberais, e a retomada e revigoração de práticas políticas “atrasadas”,¹⁶ entre elas o clientelismo,

Introdução e a página 110 e, do mesmo autor, A questão da evolução da cidadania política no Brasil. **Revista Estudos Avançados (USP)**, n.15 (42), 2001, p.409, nota 9.

¹⁵ Do ponto de vista do que nos interessa aqui, o da transformação e definição de modelo de desenvolvimento, MIRANDA e TAVARES (2000, p.328) atestam que a década de 1990 pode ser considerada como momento analítico privilegiado. No que trata do modelo de desenvolvimento, e em termos gerais, esta década seria caracterizada pela acentuada “abertura comercial e liberalização dos fluxos financeiros [...]”. (idem, p.342).

¹⁶ Embora façamos, neste texto, o uso abusivo dos termos “atraso” e “atrasadas”, não compartilhamos de uma perspectiva evolutiva na interpretação da política brasileira. O uso desses termos supõe apenas que há um conjunto de práticas políticas que podem ser identificadas como mais próprias a um tempo histórico já passado, mas não exclusivo a ele, no qual seria mais ou menos evidente sua relação com as demais dimensões da vida social: por exemplo, com a estrutura de classe, com as formas de distribuição da propriedade, com a forma de organização do Estado, etc. Por isso, esse conjunto ou boa parte das práticas que o comporiam, poderia ser confrontado e diferenciado de um outro conjunto *mais* próprio a um novo tempo histórico. Em relação a este último aquele conjunto poderia receber as denominações de “atrasado”, “arcaico” ou “velho”. No nosso caso específico, o contraponto para julgar/avaliar como sendo “atrasada” parte das práticas políticas que ajudam a compor o cenário político brasileiro dos últimos vinte anos, é o reconhecimento de um certo paradigma do que seria a política moderna, que a entenderia como o lugar dos procedimentos públicos impessoais e universais. É o ideal proposto pelo republicanismo. Já a idéia de “atraso”, no que nos interessa exatamente, se referiria a uma realidade social e política fundada e sustentada ainda em padrões de autoridade tradicionais – personalizada e emocional – e, em uma relação do indivíduo e dos grupos com a coisa pública que mistura interesses públicos e privados. Um traço marcante da política do “atraso”, conforme a entendemos aqui, é o comportamento daqueles parlamentares que consideram como sendo seu principal papel no Congresso o de conseguir pequenos recursos, via emendas parlamentares, para as localidades de suas bases eleitorais. O que buscaríamos de fato com tal procedimento é um meio por meio do qual poderiam garantir seu futuro eleitoral fazendo uso de uma clara política clientelista. Nesse caso, a prática da política do “atraso” não é prerrogativa daqueles parlamentares ligados a partidos oligárquicos ou a estados pobres da

organizando a convivência entre o governo e o Legislativo Federal, e realimentando, por extensão, no cenário político brasileiro como um todo, as possibilidades e viabilidades de se “fazer política” a partir dessas mesmas práticas “atrasadas”. Nos termos da decepção de um analista da realidade brasileira: “Os neoliberais anunciaram a modernização das instituições políticas e prometeram liquidar com o clientelismo oligárquico. Ao terminarem a década de 90, o balanço é extremamente negativo”. (FIORI, 2001, p.284).

Restringimos nossa análise até 2002, porque com o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso se aprofunda e se consolida o “grosso” das reformas neoliberais no país, permitindo ao analista um panorama mais ou menos completo da presença do neoliberalismo no Brasil e de suas conseqüências no campo da política brasileira.

Este último campo carrega consigo uma extensa pauta de práticas políticas de talhe “arcaico” – além do fisiologismo¹⁷, o – nepotismo¹⁸, o apadrinhamento,¹⁹ o clientelismo²⁰ e outras práticas de tipo patrimonialista²¹ – que

federação, como seria de se supor. Ela também aparece como prática a qual recorrem parlamentares ligados a partidos “modernos”, até mesmo em partidos identificados como sendo de esquerda (ver: PEREIRA & MUELLER, 2000, p.293). Não supomos que o ideal republicano, expressão maior da modernidade liberal, reine absoluto em algum contexto político real. As experiências conhecidas revelam que os sistemas políticos combinam variados tipos e arranjos de práticas políticas. De qualquer modo só se pode avaliar uma organização política caso se distinga e se qualifique essa variedade. Por isso podemos falar em práticas “atrasadas” ou “arcaicas”.

¹⁷ O fisiologismo é uma expressão que surgiu nos anos 60 para distinguir os deputados que votavam por motivo de convicção (os ideólogos) dos fisiológicos – que votavam com o Governo somente se este lhes oferecesse algum tipo de contrapartida (empréstimos favorecidos nos bancos estatais, nomeações de parentes e correligionários, liberação de recursos de emendas no orçamento para obras em suas cidades, etc.). É de um deputado “fisiológico” a expressão “é dando que se recebe”, que ficou famosa por definir bem qual é a ‘filosofia’ dessa prática. De qualquer maneira, tal prática compromete a noção de independência e autonomia dos Poderes porque implica, quase sempre, na subordinação do Legislativo ao Executivo, já que é o Executivo o “dono” das chaves do cofre.

¹⁸ O nepotismo pode ser entendido como a contratação ou nomeação para cargos comissionados de parentes, desde cônjuge, companheiros ou parentes consangüíneos ou afins, pelos detentores de mandatos eletivos e pelos demais agentes políticos em seus respectivos órgãos. Entre inúmeros exemplos, pode-se lembrar que o presidente Fernando Henrique Cardoso nomeou para presidente da Agência Nacional de Petróleo (ANP) o próprio genro que, anote-se, até então não tinha em sua biografia profissional nenhuma ligação com o setor de petróleo.

¹⁹ Esta prática é, no Brasil, bastante facilitada pelo fato de o Presidente da República dispor de cerca de 18.000 cargos burocráticos para distribuir entre sua coalizão. (ALSTON et al., 2005, p.30).

²⁰ A manifestação mais simples e superficial do clientelismo, a forma da troca de favores por votos, foi, no período que nos interessa, uma prática amplamente difundida no Congresso Nacional brasileiro e, por extensão, reproduzida nas bases eleitorais de boa parte dos deputados e senadores, em razão, principalmente, do fato de que estes assumem que parte relevante das suas tarefas é “operar como mediador entre o Poder executivo e a população, isto é, comprar a anuência a projetos que tramitam no Congresso mediante concessões feitas à sua clientela eleitoral”. (NOVY, 2002, p.176). Embora a Constituição de 1988 tenha previsto um sistema de relação entre Executivo e Legislativo de caráter misto, mais ou menos equilibrado nas atribuições e alcances, a troca de favores entre os dois poderes, e quase sempre em nome da preponderância do Executivo, continuou sendo prática bastante difundida e resistente a transformações. (ver BEZERRA, 1999).

oferece ao imaginário político dos brasileiros cenas dos procedimentos que sustentam as relações políticas, ou, ainda, uma série de exemplos concretos a respeito de qual material de práticas seria feita/constituída, parte importante da nossa vida política recente.

No funcionamento da organização política se destaca, também, o fato de ela se apresentar, imediatamente – por meio do rádio, da TV, dos jornais, dos contatos promovidos por cabos eleitorais, etc –, aos agentes sociais, como estando organizada por comportamentos de tipo patrimonialista (apropriação privada do espaço e do recurso público), por relações de apadrinhamento (distribuição de cargos a amigos e parentes) e de clientelismo (cooptação, formação de clientelas). Quer dizer, a aparência objetiva da organização política brasileira teria, ainda, como uma de suas faces, a face da “velha política”. De modo que os agentes sociais sentem e experimentam a política brasileira a partir, também, desse cenário apresentado. A imagem da política que se apresenta à consciência dos agentes sociais é a de um campo estruturado pela forte hierarquia entre mandões e mandados, por processos de cooptação, pelo paroquialismo, por práticas de apossamento do Estado por particulares, entre outras.

O contexto conjuntural, uma das chaves explicativas para se entender as razões do clientelismo, é que fornece também matéria-prima para a conformação de um conjunto de representações que pode organizar, orientando, a prática clientelista de setores das classes populares. O contexto conjuntural recente que ajudaria a conformação, junto aos eleitores, de disposições práticas e ideológicas à aceitação de procedimentos de tipo “atrasados”, como o é o clientelismo, poderia ser sintetizado nas seguintes suposições:

²¹ O termo “patrimonialismo” vem sendo empregado nos estudos sobre o Brasil “para caracterizar a apropriação privada dos recursos do Estado, seja pelos políticos ou funcionários públicos, seja por setores privados.” Nesse sentido é contraposto “a um ideal de sociedade liberal ou moderna na qual o Estado está separado do mercado, em que as burocracias funcionam de acordo com regras universais e o governo expressa os projetos das representações políticas constituídas a partir da sociedade civil.” O conceito, ligado particularmente à obra de Max Weber, “refere-se a uma forma de dominação *tradicional*, enquanto na maneira como é usado na bibliografia brasileira está praticamente desprovido dessa característica. O patrimonialismo moderno é uma estratégia dos grupos sociais (especialmente os dominantes, mas que permeia a sociedade) de uso do poder para apropriar-se de recursos econômicos ou privilégios sem a legitimidade fundada na tradição. Isto porque se trata de uma forma de dominação no contexto de sociedades urbanas em que não funcionam os sistemas tradicionais de dominação e com sistemas democráticos e sistemas jurídicos formalmente liberais que supõem uma separação [relativa, sabemos] entre o poder político e o poder econômico”. (SORJ, 2000, p.13-14).

a) O sistema de trocas entre Executivo e Legislativo nos anos recentes, baseado nas emendas ao orçamento, na fisiologia, no clientelismo e em inúmeras outras práticas de tipo patrimonialista, interessa ao Executivo, já que é com esse sistema que ele cria condições que lhe possibilitam aprovar as leis e as reformas que garantem a estabilidade e a continuidade do modelo sócio-econômico neoliberal e “rentista”.

b) Do lado dos parlamentares, estes retiram alguns proveitos do “jogo de trocas”: algumas obras para suas bases eleitorais, cargos para os apadrinhados, recursos para campanhas eleitorais, etc.

c) Os eleitores, por sua vez, através de eleições, nas quais boa parte do plantel de candidatos está inscrita, por princípio, no jogo da relação fisiológica com o Executivo, participam realimentando e legitimando o sistema.

d) Para que o programa neoliberal e “rentista” fosse implantado e consolidado no Brasil, foi indispensável o revigoramento de práticas políticas “atrasadas”, o que deu a estas um novo alento e as alçou à frente no painel das práticas e das imagens da política geral brasileira que são apresentadas às percepções dos eleitores do país.

Em resumo, arriscamos inferir que a presença da “velha política” como parte importante do sistema político que sustentou e sustenta o neoliberalismo no Brasil reflete diretamente na vida política cotidiana do eleitor, de modo a dar alento também à opção por práticas “atrasadas” nas relações políticas locais (regionais e municipais). Primeiro porque são prestigiados aqueles políticos que optam pelo “atraso”, depois porque a percepção que parte dos eleitores têm e, por consequência, a formatação da sua concepção sobre o que é e como se pratica o jogo da política, são afetadas pelo quadro que lhes é apresentado, e que foi descrito mais atrás. Ou seja, não só as práticas “atrasadas” se reproduzem nos diferentes níveis da escala espacial da política, bem como o painel/imagem geral que resulta desse sistema participa da modulação das concepções que o eleitor formula a respeito do mundo da política, oferecendo, a esse trabalho permanente de construção das concepções políticas, impressões que propõem o campo da política como sendo o campo da troca fisiológica, do favorecimento das clientelas, do apossamento patrimonialista do recurso público, da obtenção de vantagens e privilégios no acesso à máquina estatal, etc.

A freqüência e o volume com que o conjunto de práticas políticas “atrasadas” participa da organização da política institucional e partidária brasileira, nos últimos 20 anos, permitem suspeitar da força das imagens e das impressões que tais práticas devem projetar sobre a percepção e formulação das concepções políticas dos eleitores e, em especial, dos eleitores das classes populares, que são os que nos interessam aqui. Considerando, por exemplo, a prática espraiada de nepotismo e fisiologismo na organização política brasileira e o impacto do volume e insistência dessas práticas sobre a cultura política no país, um conceituado jornalista brasileiro concluiu que “[...] privilégios e impunidade já se incorporaram às concepções de convivência e inconvivência brasileiras.”²²

É possível supor que a subcultura do clientelismo constitui-se, também, como reflexo e/ou apropriação dessas formas de manifestação da organização política brasileira nas consciências dos agentes sociais. Ou, dito de outra forma, esse cenário oferecido pela aparência objetiva da organização política nacional funciona como uma, entre outras, “âncora social” do imaginário político que modula, que ajuda a “fabricar” a subcultura do clientelismo. Por isso é importante ter em mente a destacada manifestação das práticas do “atraso” que têm ajudado a estruturar a organização política do Brasil nos últimos 15 anos, de maneira que possamos vislumbrar o que aparece, ou, o que se apresenta aos eleitores como sendo a principal imagem, a ‘cara’ da organização política do país dos anos recentes.

O revigoramento de tais práticas “atrasadas” na esfera federal se reflete, por certo, nas esferas estaduais e municipais.²³ Embora, também nessas dimensões a “velha” política permanecesse viva e significativamente presente nos anos anteriores aos que demarcamos aqui, dos anos 90 do século passado para frente elas receberão maior atenção e destaque dos analistas políticos e da imprensa, por serem associadas a experiências de má administração pública e a casos de corrupção envolvendo o aparelho estatal.²⁴ Anote-se que não se trata de

²² FREITAS, Jânio de. **Folha de S. Paulo**. 17 abr. 2005, p.A5.

²³ Sobre a presença do clientelismo nos municípios, ver, por exemplo: VIEIRA (2002); FRAGA (1999) e BOSCHI (1999).

²⁴ Por exemplo, em 2005 teve grande repercussão o resultado da fiscalização que a Controladoria Geral da União (CGU) realizou nos municípios brasileiros e que constatou que, entre 2003 e 2004, foram encontrados problemas graves de mau uso dos recursos públicos, desvio de verbas, licitações irregulares, apropriação privada de verbas públicas, entre outros, em 90 % dos casos fiscalizados. Avaliando os resultados aos quais havia chegado a CGU, o ministro responsável pela pasta concluiu:

confundir, necessariamente, prática “atrasada” com corrupção ou incapacidade administrativa. Estas últimas podem estar presentes, e estão, em muitas experiências de práticas “modernas” e/ou mais atualizadas de se fazer política. De qualquer maneira, revela-se uma maior percepção quanto à freqüência e a força de práticas políticas consideradas inadequadas àquela “moderna” política de representação apresentada nos discursos políticos formais e prevista na legislação eleitoral.

“[...] temos um processo grave, que está na estrutura das relações sociais brasileiras: o patrimonialismo, o coronelismo, as relações oligárquicas”. (**Folha de S. Paulo**, 18 abr. 2005, p.A16).

CAPÍTULO 1

1 A RELAÇÃO ENTRE “MODERNIZAÇÃO”²⁵ NEOLIBERAL E PRÁTICAS POLÍTICAS “ATRASADAS”

“No fundo, nós [PSDB e PT] disputamos quem comanda o atraso, a massa atrasada do país e os partidos que a representam.” (Fernando Henrique Cardoso. *Folha de S. Paulo*. 14 abr. 2005).

Como explicar a destacada sobrevivência de práticas “atrasadas” no cenário político nacional, a despeito de todas as mudanças institucionais e legais ocorridas nos últimos 15 anos? Há, sem dúvida, as motivações ligadas ao fato de tais práticas atenderem a interesses imediatos de alguns políticos (reprodução eleitoral, enriquecimento, busca de privilégios, por exemplo) e de um ou outro empresário que se associa a políticos na busca de vantagens futuras em negócios com o Estado. Mas, se se resumissem a isso, tais práticas já teriam sido barradas pela plutocracia brasileira. Acontece que a fisiologia, a compra e venda de apoio entre Executivo e Congresso, o apadrinhamento, o nepotismo, o “apossamento” privado do aparelho estatal, o favorecimento federal – via emendas orçamentárias – à política paroquial (base para o reforço de práticas clientelistas), cumprem uma “funcionalidade” no sistema político-econômico em voga nos anos recentes: elas permitem e facilitam, mesmo sob o regime considerado, sob certos aspectos, democrático, o funcionamento de governos que recorrem a estilos de tomada de decisões fortemente centrados no Executivo e nos seus poderes discricionários de intervenção. Mas por que teríamos precisado de governos com estas características, nos anos recentes?

²⁵ Os termos “moderno” e “modernização” foram apropriados e muito usados pela ideologia neoliberal nos anos 1990, no Brasil. Por certo que cola a eles novos sentidos. Aqui, “moderno” é o que se afina com as “reformas” legais e institucionais de caráter ultraliberal propostas pelo neoliberalismo. Este, por sua vez, do ponto de vista formal, pode ser entendido como “doutrina e coleção de práticas de política econômica”. (PAULANI & PATO, 2005, p.53). Manteremos as aspas nos termos “moderno” e “modernização” quando se referirem aos sentidos propostos pelo discurso neoliberal.

Porque no final dos anos 1980, parte das classes dominantes brasileiras aderiu ao “moderno” programa sócio-econômico neoliberal: um conjunto de medidas que, no Brasil, materializou-se em abertura comercial, redução do papel do Estado como interventor econômico por meio de privatizações e freio à expansão de políticas públicas de caráter universal, uma reforma trabalhista regressiva e uma reforma da previdência redutora de direitos, entre outras.

O período dos anos 1980 foi marcado, além disso, pela consolidação da força política de setores organizados das classes populares (movimentos sociais e sindicais) e pela inscrição de alguns de seus interesses de classe na Constituição de 1988, que incluiu o direito à uma proteção social avançada e mecanismos de ampliação da participação política popular, via referendo, plebiscito, projeto de lei via iniciativa popular etc. Por essa época, tinha-se, de fato, a impressão de que o cenário político pós-ditadura incluiria a participação de novos personagens até então ignorados nas decisões estratégicas do Estado. Além disso, com o processo de “abertura” política o Congresso Nacional retomava, aos poucos, certa influência no cenário político.

Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso foram eleitos como possíveis condutores da implantação do programa neoliberal no Brasil. Ocorre que o programa neoliberal é essencialmente anti-popular, o que colocava a necessidade de “governos fortes e autônomos” – em relação aos demais poderes e à pressões de setores das classes populares – para tomar decisões desfavoráveis à boa parte da população do país. Embora Collor de Melo tenha dado os primeiros passos na implementação do programa neoliberal no país, coube a Fernando Henrique Cardoso a montagem de um “governo forte e autônomo” para aquele propósito. Partimos do pressuposto de que os dois governos de Fernando Henrique Cardoso tiveram como preocupação central de suas gestões a política macroeconômica. Noutros termos, tiveram como objetivo primordial conquistar e garantir um determinado tipo de estabilidade econômica, medida, principalmente, pelo controle da inflação. Eleger esse objetivo como central implicou em subordinar a ele outros temas de competência das políticas do Estado, como, por exemplo, a reforma agrária, problemas ambientais, diminuição da pobreza e da desigualdade social.

A estratégia selecionada para esse objetivo, sob o comando de Fernando Henrique Cardoso, foi a de um novo “pacto conservador”²⁶ que juntou ao PSDB partidos e caciques políticos de perfil clientelístico e “velhas” oligarquias políticas²⁷ acostumadas a práticas “atrasadas” nas regiões de suas bases eleitorais. Desse modo, o grupo de intelectuais tucanos²⁸ à frente do governo não precisaria

²⁶ NOVY (2002, p.178) confirma a interpretação sobre o “pacto conservador” que teria sustentado o governo FHC e que uniu o “atraso” e o “moderno”: “[...] o presidente da república [FHC], cujo discurso político gira em torno do conceito da ‘modernização’, dependia [o autor se refere ao período final do primeiro mandato de FHC] para a implementação dessa ‘modernização’ do apoio das forças políticas mais retrógradas do Brasil. O esforço modernizador das partes do *establishment* brasileiro interessadas na transformação encontrou seu limite nas alianças necessárias para o apoio de uma tal política”. Conforme SUASSUNA & NOVAES (1994), a composição principal da coligação que elegeu Fernando Henrique Cardoso teria sido formada por PSDB/PFL/PTB. De acordo com GOMES (2000, p.28), o PPB também fez parte da base aliada de Fernando Henrique Cardoso. Parte do PMDB, também compôs a base de apoio do governo FHC no Congresso, e chegou, até mesmo, a fornecer quadros para os Ministérios, como foi o caso do Ministro dos Transportes Eliseu Padilha, membro do PMDB gaúcho. Segundo Comim (1998, p.12), a “aliança governista original”, formalizada, da gestão FHC era composta por PSDB/PFL/PTB. Quanto à composição desses partidos que formaram as coligações em torno do projeto neoliberal, pode-se anotar: o PFL (Partido da Frente Liberal), principal herdeiro da antiga ARENA, tem sua trajetória política marcada pela prática do “é dando que se recebe”, ou, noutros termos, o fisiologismo. É reconhecido como um partido com um programa atualizado de direita e com presença nacional consolidada; o PPB (Partido Progressista Brasileiro), também formado com quadros da extinta ARENA, era, no período em foco, um partido com um programa político com clara orientação direitista, representando os interesses do empresariado nacional, sobretudo de São Paulo. Era desta cidade seu principal expoente: Paulo Maluf, ex-prefeito de São Paulo, famoso por montar uma estrutura de comando da cidade de São Paulo baseada no loteamento clientelista das ‘sub-prefeituras’ do município. Porém, o PPB conseguiu se tornar um partido integrado nacionalmente, graças, inclusive, à sua predileção pelas coalizões governamentais (NOVY, 2002, p.162-163). O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) foi fundado no ano de 1979. No seu início, pregava a volta dos ideais nacionalistas defendidos por Getúlio Vargas, mas logo passou a defender idéias identificadas com o liberalismo. O PMDB, fundado em 1980, reuniu uma grande quantidade de políticos que integravam o MDB na época do governo militar. Chegou ao centro do poder nacional com José Sarney, que tornou-se presidente da república após a morte de Tancredo Neves. Comporta uma gama de tendências que vão de políticos apegados à práticas “atrasadas”, até alguns de perfil social-democrata. É, por isso, entre os grandes partidos do Congresso, o menos coeso e coerente na atuação.

²⁷ Aqui não se entende oligarquia como “forma” de governo, mas como forma de exercício do poder político. Os traços que a caracterizariam seriam então: a existência na forma de um agrupamento, principalmente, com fortes laços familiares e de lealdade política, em torno de uma figura central, um chefe-mor; o vínculo inicial do grupo a uma localidade ou região sobre a qual exerce, durante um período que vai além de uma geração, grande influência e poder político, com acesso ao aparelho estatal local e/regional e aos privilégios possíveis que esse acesso permite através de uma relação de “apossamento” da máquina estatal pelos membros e apadrinhados do chefe oligárquico; o desenvolvimento de relações de apadrinhamento e paternalismo com os eleitores, de modo a constituir clientelas eleitorais. Dado o gosto pela exposição que os oligarcas brasileiros exibem, não é difícil reconhecê-los e nominá-los. Em 1995, a Revista Carta Capital apresentou um resumo biográfico de algumas oligarquias brasileiras (79 nomes), em plena atividade política, por quase todas as regiões do país. Entre os sobrenomes da lista aparecem aqueles de projeção nacional, por exemplo, – os Sarney, do Maranhão, os Maciel, de Pernambuco, os Franco, de Sergipe, os Magalhães, da Bahia, os Bornhausen, de Santa Catarina – e alguns que embora ‘mandassem’ há tempos em suas regiões, não haviam alcançado grande projeção de sua imagem – os Alves e os Rosado, do Rio Grande do Norte, os Melo, de Alagoas e Pernambuco, os Coelho, da Bahia e de Pernambuco (FERNANDES, Bob. Os donos do poder: a oligarquia à brasileira e a reforma impossível. **Revista Carta Capital**. n.13, ago., 1995).

²⁸ O símbolo do PSDB é um tucano, ave de bico comprido e de porte médio, encontrada, principalmente, na Mata Atlântica brasileira.

inventar novas práticas políticas no país: bastava reinstalar em nível federal procedimentos de relação política já praticados em nível local pelos políticos desses partidos aliados.

Destaque-se, então, que aquelas práticas que denominamos “atrasadas” emergem no cenário político do período, principalmente, porque acompanham – já que fazem parte do seu *menu* de procedimentos – a “política tradicional” de alguns dos partidos que compuseram o referido “pacto conservador”.²⁹ Na caracterização do “pacto” ensejado pelos representantes do bloco no poder sob o governo FHC a análise pode ser enriquecida ao acrescentarmos os aspectos ideológicos que teriam particularizado o bloco nesse período. O “pacto conservador” poderia então, ser descrito como “bloco político ideológico”, já que teria sido capaz de articular, intelectualmente, “uma aliança bem-sucedida entre o que se poderia chamar de ‘cosmopolitismo de cócoras’ de uma parte da intelectualidade paulista e carioca atrelada às altas finanças internacionais, e o localismo dos donos do sertão e da malandragem urbana brasileira” (FIORI, 2001, p.55)³⁰. O próprio Fernando Henrique Cardoso, comentando a “disputa pelo poder” político entre o PSDB e o PT, esclareceu como os “tucanos” veriam seu papel no quadro político nacional recente: “No fundo, nós [PSDB e PT] disputamos quem comanda o atraso, a massa atrasada do país e os partidos que a representam”.³¹

Além do que, a escolha, por parte do governo FHC, do caminho da “cooptação”, do controle “comercializado” do Congresso – ou seja, privilegiar o apoio dos parlamentares “compráveis”, dos parlamentares “fisiológicos” – para fazer prevalecer suas preferências, pôde ser facilitada por causa das prerrogativas de que dispõe o Executivo no quadro Constitucional dos poderes como, por exemplo: inúmeros cargos importantes no país não são eletivos, mas dependentes da indicação e aprovação pelo Executivo; o Executivo tem sob seu controle uma grande variedade de recursos, tais como crédito, execução de emendas individuais

²⁹ A utilização dessas práticas por parte daqueles partidos incluídos aqui como “forças do atraso” pode ser verificada cotidianamente pela presença de suas siglas, de boa parte de seus membros e de suas principais lideranças nas listas que levantam e denunciam tais práticas, com destaques rotineiros na imprensa e no registro bibliográfico. Pode-se ver, por exemplo: CARDOSO (2000); DIMENSTEIN (1988); DIMENSTEIN & SOUZA (1994); GRANATO (1994); KRIEGER, NOVAES e FARIA (1992); KRIEGER, RODRIGUES e BONASSA (1994); PINTO (1992); PULS (2000); VAZ (2005).

³⁰ ver também, FIORI e MEDEIROS, 2001, p.288.

³¹ Apud BATISTA JR., Paulo Nogueira. Tudo o que você sempre quis saber ... **Folha de S. Paulo**, 14 abr., 2005, p.B2.

e coletivas dos parlamentares, concessões de rádio e televisão, licitações, etc. Assim, o controle sobre o Legislativo por parte do Executivo, naquelas decisões de grande relevância, não precisava mais se dar às custas da repressão e do uso do aparato policial-militar, como no período anterior da ditadura. Seria conseguido, agora, através da “comercialização” do apoio de alguns partidos e de alguns parlamentares.³²

Era comum sob o governo de Fernando Henrique Cardoso que, diante, eventualmente, de alguma discordância, ainda que parcial, de algum projeto do governo, o Executivo exercesse, virulentamente, o seu poder – ameaçando partidos, comprando apoios de parlamentares, fazendo campanha orquestrada na mídia, estabelecendo acordos espúrios com caciques partidários e oligarcas regionais – até conseguir a submissão do Parlamento. Este foi e tem sido o padrão da relação entre Executivo e Legislativo nos últimos 15 anos. Basta observar que há algum tempo o Executivo substituiu o Congresso na atividade de legislar e que o Congresso se mostra muito tímido na discussão e intervenção nos temas relevantes da nação.

Para o que interessa àquelas frações de classe que mais tiram vantagem do modelo neoliberal e da política econômica “rentista” vigente no período que enfocamos, pelo menos para a gestão macroeconômica cotidiana do país, os três últimos governos têm garantido carta branca do Congresso e das lideranças partidárias. Por seu lado, os parlamentares colhem a seiva indispensável à sua reprodução eleitoral: adendos ao orçamento federal favorecendo suas bases eleitorais, cargos em variados escalões do governo e das empresas públicas, etc.

Quanto ao controle das ações políticas da classe trabalhadora por parte do governo, os procedimentos que se encadeiam no período são: uma “reforma branca” na legislação trabalhista que implicou em fragilização de direitos e da força da pressão popular, desprezo e desqualificação de suas entidades de representação, o rebaixamento de direitos sociais e a opção por programas sociais assistencialistas de acentuado perfil clientelista. O Programa Comunidade Solidária seria o pai do modelo.³³

³² A soma das bancadas desses partidos da coalizão garantia ao governo, durante o primeiro mandato de FHC, o apoio, “negociado/comercializado”, de mais de três quintos dos parlamentares da Câmara, por exemplo. (NICOLAU, 2000, p.724).

³³ O programa Comunidade Solidária se inscreveria, segundo Oliveira (1995, p.9), no projeto de construção da hegemonia neoliberal “tucana”, cuja principal característica, no que trata da relação

Uma olhada na atuação dos dois governos tucanos revela que o fato de a coligação que os sustentou ter sido baseada em partidos – especialmente, PFL, PTB, PPB e parte do PMDB – cujos procedimentos políticos incluíam, significativamente, aquelas práticas “atrasadas”, não comprometia a execução do programa neoliberal por parte do Executivo. Por isso, se no plano do discurso parecia haver contradição entre “modernização” neoliberal e fisiologia, neoliberalismo e práticas patrimonialistas, neoliberalismo e clientelismo, no plano prático a relação entre ambos era ‘adequada’, ‘ajeitada’. Ocorreu no Brasil que a corrente política afinada com o neoliberalismo acomodou-se às práticas partidárias de cunho fisiológico e clientelístico, com vistas a se viabilizar eleitoralmente e a garantir o controle sobre o legislativo. Por certo, o neoliberalismo implica a mudança do padrão de intervenção do Estado na economia, mas isso não equivale necessariamente a “racionalizar” completamente o Estado, eliminando do seu seio o desperdício, a improdutividade e a corrupção, derivados quase inevitáveis das práticas de tipo “atrasado”, listadas atrás; embora o desperdício, a corrupção e má administração não dependam destas práticas para se manifestar.

1.1 A Implantação das Reformas Neoliberais no Brasil

Tomarei os anos 1980 como marco inicial do período que me interessa pressupondo que desde o início desses anos são observadas mudanças qualitativas na economia internacional com impactos, também, sobre a estrutura da economia nacional, que levam à alteração do modelo de desenvolvimento em vigência até então. Por sua vez, a crise que afeta o modelo vigente, baseado num Estado com traços de caráter intervencionista e desenvolvimentista,³⁴ expressa-se ainda, essencialmente, como uma

[...] crise política, de hegemonia, em que – como ocorre em rupturas desse tipo – os que seguravam o leme do Estado dissociaram-se da sua base de apoio social, que se fracionou e polarizou em torno de

entre Estado e a sociedade civil, seria tentar “capturar a sociedade civil não a partir de seus interesses, mas a partir de suas carências.” Dessa forma, “[há], sim, um reconhecimento da situação material, mas que caminha no sentido oposto ao da constituição de direitos”.

³⁴ Conforme o considera SALLUM JR. (2000, p.429) e FIORI e MEDEIROS (2000, p.284).

interesses e idéias distintos, [...] produzindo rachaduras no bloco no poder. (SALLUM Jr., 2000, p.427).

Tem-se um novo contexto sócio-político sustentado em mudanças estruturais na economia brasileira, mas no qual aparece, ainda, como relevante na organização política brasileira, a presença de uma série de práticas denominadas, aqui, “atrasadas”, entre elas o clientelismo.

Os anos 1980 poderiam ser vistos como os anos da manifestação mais explícita dos aspectos que ajudariam a definir a crise profunda dos modelos econômicos que se apegavam a orientações de perfil desenvolvimentista e de suas condicionantes: elevação drástica da taxa interna de juros dos E.U.A com forte impacto recessivo na economia mundial e provocação das “crises das dívidas externas” em países da periferia do sistema; adoção de políticas de tipo neoliberais e de pressão por liberalização econômica – privatização, desregulamentação e desmantelamento do padrão de conquistas sociais que esteve na base dos modelos econômicos que primavam por certa distribuição de renda (*welfare state*).³⁵

Tais mudanças tiveram forte impacto nos países da periferia, entre eles o Brasil. Este sofreu, na década de 80, do século passado, uma abrupta interrupção dos fluxos de capitais externos e a explosão da chamada “crise do Estado desenvolvimentista”, materializada em “crise fiscal”, quer dizer, “incapacidade” de o Estado fazer frente aos gastos com suas receitas. No plano da vida política interna, a conjuntura, marcada pelo fim do regime militar, seu principal fato, favorece a presença de movimentos sociais de caráter popular, alguns de classe média e a manifestação de outras formas de organização de setores da sociedade civil (OAB, ABI,³⁶ igrejas), tornando mais complexa a busca de saídas para a referidas crise acima exposta, por causa da necessidade de levar em conta, principalmente, a intervenção política de parte das classes populares.

Marcados com o título de “a década perdida”, os anos 1980 resultaram, do ponto de vista econômico, na deterioração da trajetória do desenvolvimento brasileiro. Sallum Jr. (2000, p.429) sintetiza da seguinte forma o quadro no referido período:

³⁵ Para mais detalhes sobre as mudanças econômicas do período, ver: FIORI & MEDEIROS (2001, p.271). Artigo: Para um diagnóstico da ‘modernização brasileira’.

³⁶ OAB (Ordem dos Advogados do Brasil); ABI (Associação Brasileira de Imprensa).

O Estado conservou sua redoma protetora sobre o mercado interno. Mas o dinamismo econômico anterior, que havia permitido ao Brasil ter uma das maiores taxas de crescimento econômico do mundo, se esvaiu. As taxas de investimento caíram drasticamente, tanto porque deixaram de ingressar capitais externos como porque o Estado perdeu capacidade de poupança. O sistema de empresas do Estado, vanguarda do modelo anterior, foi esvaziado do seu dinamismo próprio e subordinado aos objetivos mais amplos do 'ajustamento', o que significavam já se viu, ajudar a produzir saldos crescentes no comércio exterior para cobrir parte do serviço da dívida externa³⁷ e/ou contribuir com preços baixos para o combate à inflação. Os desajustes econômicos e das finanças públicas geraram oscilações bruscas de expansão do PIB, redução das médias de crescimento, além de crescentes tensões inflacionárias. A luta contra a inflação e as alternativas para combatê-la a curto prazo substituíram o desenvolvimento como principal questão política daquele período.

Já no começo dos anos 1990, durante o governo Collor de Mello (março de 1990 a setembro de 1992), ocorre uma ruptura significativa com o "ciclo desenvolvimentista" (FIORI & MEDEIROS, 2001, p.284), marca do período anterior, e se gesta o embrião de uma nova estratégia de desenvolvimento de caráter nitidamente liberalizante. Fiori & Medeiros (2001, p.286) se referem ao novo modelo como "modelo de desenvolvimento neoliberal".³⁸

A formatação das idéias próprias ao neoliberalismo são gestadas desde a década de 40 do século passado, mas só encontrarão condições conjunturais favoráveis à sua aplicação no início da década de 80 seguinte. O que marcará essa conjuntura serão as tentativas de solução à

[...] grande crise do modelo econômico do pós-guerra [...], quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de

³⁷ A principal manifestação da crise sócio-econômica do período foi a sujeição das finanças do país às exigências de manter em dia os compromissos com a dívida externa. Por exemplo: "Entre 1980 e 1992, o Brasil pagou 182,5 bilhões de dólares de juros da dívida externa, enquanto gastou em educação, saúde e saneamento apenas 54,2 bilhões de dólares." (LEITE, 1996, nota n.5)

³⁸ O desenho do modelo econômico em vigência no Brasil dos anos 1990 responde ao programa de políticas econômicas que ficou conhecido como Consenso de Washington, que foi resumido por Fiori (1995, p.160) como "um programa de convergência ou homogeneização das políticas econômicas dos países latino-americanos, desenhado pelas burocracias internacionais e nacionais de Washington, combinando austeridade fiscal e monetária com desregulação dos mercados e liberalização financeira, abertura comercial, privatizações e eliminação de todo tipo de barreiras ou discriminações contra os capitais forâneos." Por sua vez, um documento do Banco Mundial, de 1990, sintetiza a pauta do conjunto das reformas propostas pelo programa neoliberal: "[...] a privatização e a liquidação das atividades do setor público que concorrem deslealmente com o privado, a eliminação das restrições à concorrência, a eliminação das funções de controle e licenciamento e o desmantelamento das agências públicas que desempenham essas funções." (Working Papers. World Bank. apud: FIORI, 1997, p.35).

crescimento com altas taxas de inflação [...] (ANDERSON, 1995, p.10).

No diagnóstico que faziam sobre as raízes da crise que abatia o sistema capitalista, os principais autores que difundiam as idéias neoliberais responsabilizavam, principalmente, a excessiva capacidade de pressão dos sindicatos nos países de *welfare state*, porque, segundo esses autores, os sindicatos comprometiam, com suas reivindicações progressivas sobre salários e aumento de gastos sociais, as bases da acumulação capitalista em vigor. Essas duas ordens de reivindicação estariam inviabilizando a manutenção de níveis mínimos de lucros para as empresas, o que desencadearia processos inflacionários crescentes e, também provocariam abalos fiscais na capacidade regulatória dos Estados.

Diante desse diagnóstico geral, o “remédio” para a crise então, também em termos gerais, seria:

[...] manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos o gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa ‘natural’ de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. (ANDERSON, 1995, p.11).

A estratégia mais geral estabelecida e indicada pelos formuladores do Consenso de Washington para a implementação de uma política neoliberal seguiria o seguinte roteiro ideal, em três fases:

[...] a primeira, consagrada à estabilização macroeconômica, a segunda, dedicada às ‘reformas estruturais’ – liberalização financeira e comercial, desregulação dos mercados e privatização das empresas estatais; e a terceira etapa, definida como a da retomada dos investimentos e do crescimento econômico. (LESBAUPIN, 1996, p.21).³⁹

³⁹ No final do ano de 1995, Saes (2001, p.83-84) observava que “a maioria dos Estados capitalistas” se inspirava num “projeto político neoliberal” e punha em execução uma “estratégia neoliberal”. No entanto, alertava sobre os percalços enfrentados por tais Estados na implementação de tal projeto, em razão das condições históricas particulares de cada país e das resistências sociais localizadas. Esses percalços dificultavam a adoção completa ou de uma vez só das diretrizes do projeto neoliberal, levando a que os Estados capitalistas praticassem o “neoliberalismo possível” nas condições socioeconômicas e políticas disponíveis.

Já na América Latina, como experiência continental, a adoção do programa neoliberal ocorre no final dos anos 1980, com a presidência de Salinas, no México, em 1988, seguida da de Menem, na Argentina, em 1989, da segunda gestão de Carlos Andrés Pérez, também em 1989, na Venezuela, e com a eleição de Fujimori, no Peru, em 1990. No Brasil, a adoção clara e ofensiva do programa neoliberal acontece sob o governo de Collor de Melo, em 1990.

No Brasil, a primeira e mais marcante característica da nova estratégia neoliberal foi o alargamento da “abertura comercial” como medida de racionalização da indústria, visando, principalmente, o aumento da produtividade no setor, frente a uma nova situação de “desproteção” por parte do Estado. Promoveu-se então, medidas de estímulo à importação. Por exemplo, as tarifas alfandegárias médias recuaram de 31,6 % em 1989 para 30 % em setembro de 1990, 23,3 % em 1991, 19,2 % em janeiro de 1992, 15 % em outubro de 1992 e 13,2 % em julho de 1993. (SALLUM JR., 2000, p.430).

O impacto imediato sobre a totalidade da economia não foi muito acentuado, embora certos setores, como o de confecções, calçadista e de brinquedos, tenham sido fortemente afetados. De qualquer forma, a abertura comercial nos moldes apresentados decretava o fim das políticas de proteção a setores da indústria, praticadas até então pelo Estado. No decorrer da década de 90, àquela disposição à abertura comercial sem restrições, serão acrescentadas outras iniciativas de reforço da inflexão liberalizante: ênfase na estabilização monetária, ancorada numa política de juros muito altos; promoção de reformas institucionais e constitucionais (por exemplo: reforma da previdência social e reforma administrativa no aparelho estatal)⁴⁰ visando desonerar os gastos governamentais; transferência de funções empresarias e de patrimônio do Estado para a iniciativa privada, via privatizações.⁴¹

⁴⁰ Durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso ocorreu um grande movimento de reforma da Constituição de 1988. Analisando um conjunto de 249 votações relevantes no Congresso do período 1995-1999, NICOLAU (2000) observou que 67,1% delas eram relativas a emendas constitucionais. (p.718)

⁴¹ Para detalhes, ver PAULANI (1998), que faz excelente síntese sobre o processo de privatização ocorrido de 1991 até 1998. Apresenta detalhes sobre a “transferência patrimonial” que o processo de privatização gerou no país, além de listar parte dos grupos favorecidos, nacionais e estrangeiros.

O conjunto das alterações promovidas nos anos 80 e 90 do século passado na economia nacional foi profundo e alterou de fato o padrão desenvolvimentista anterior de relações entre o Estado e a economia. É evidente a redução da participação direta do Estado nas atividades econômicas e a igualação no tratamento dado às empresas de capital nacional e estrangeiro. Entre alguns dos projetos de reforma constitucional e infra-constitucional aprovados pelo Congresso Nacional, que permitiram a edificação da “nova estratégia econômica” neoliberal, pode-se elencar:

[...] a) o fim da discriminação constitucional em relação a empresas de capital estrangeiro; b) a transferência para a União do monopólio da exploração, refino e transporte de petróleo e gás, antes detido pela Petrobrás, que tornou-se concessionária do Estado (com pequenas regalias em relação a outras concessionárias privadas); c) a autorização para o Estado conceder o direito de exploração de todos os serviços de telecomunicações (telefone fixo e móvel, exploração de satélites, etc) a empresas privadas (antes empresas públicas tinham o monopólio das concessões); d) regulamentação das concessões de serviços públicos para a iniciativa privada, já autorizadas pela Constituição (eletricidade, rodovias, ferrovias, etc); e) aprovação de uma lei de proteção à propriedade industrial e aos direitos autorais nos moldes recomendados pelo Gatt [Acordo de Livre Comércio]. (SALLUM JR., 2000, p.433-434).

Como consequência evidente dessas mudanças derivadas da inflexão liberalizante se destacam duas novidades de caráter estrutural. A primeira diz respeito ao fato de que

[...] o Estado deixou de ser a vanguarda do desenvolvimento econômico brasileiro. Ele conserva funções de regulação e de estimulação da atividade econômica, mas abandonou quase completamente suas funções empresariais. Neste final de século XX, a mola do desenvolvimento nacional passou a ser privada. [...] Em segundo lugar, as reformas institucionais, a política macroeconômica e o sistema de incentivos às atividades econômicas privilegiaram o capital estrangeiro frente ao capital nacional. De modo que houve uma internacionalização considerável da economia brasileira. As empresas estrangeiras aprofundaram o seu controle sobre os principais segmentos da indústria de transformação e estão assumindo o comando sobre a maioria dos serviços públicos que antes eram propriedade do Estado. (SALLUM JR., 2000, p.434-435).⁴²

⁴² Para uma análise mais minuciosa sobre o período, anos 1980, no que tange à economia brasileira, ver SALLUM JR. (1996), especialmente capítulos 2 e 4. Para os anos 1990, SALLUM JR. (1999). Para

Atrelado ao programa sócio-econômico neoliberal e havida como pré-condição à sua efetivação, procedeu-se, nos anos 1990, a um processo de “reforma” do Estado brasileiro.⁴³ Ele incluiu uma reforma administrativa e fiscal e um outro conjunto de iniciativas que repuseram sua forma e capacidade de intervenção sócio-econômica: um ritmo acelerado de privatizações, conforme anotado anteriormente; uma adequação das macropolíticas econômicas e das políticas públicas a “Acordos” realizados com o FMI (Fundo Monetário Internacional) e com o Banco Mundial (OLIVEIRA, 1999b, p.76.), que comprometiam parte importante do orçamento federal que passava a ser destinado, prioritariamente, aos serviços das dívidas externa e interna; além de exigirem dos governos do período a adoção de políticas fiscais restritivas, como pré-condição para receber “credibilidade junto aos novos “mandarins” do mundo, os mercados financeiros”. (FIORI, 1997, p.220).

E, no bojo do esforço para aliviar o Estado dos compromissos com gastos sociais para sustentar os serviços com dívidas, viu-se uma tentativa de alterar as regras da previdência social. Enfim, um conjunto de mudanças comprometedoras da capacidade do Estado em desenvolver sólidas e contínuas políticas sociais.

Na metade dos anos 90 do século passado, era visível uma situação de “deprecação do Estado” brasileiro, expressa na sua suposta “incapacidade fiscal” de dar conta das demandas por serviços sociais (demandas mais ou menos sintetizadas na Constituição de 1988) e no forte processo de privatização que o acometia, iniciado já no governo Collor. Essa “deprecação” seria, ainda, “o espasmo de um Estado exaurido, posto a serviço da globalização da economia, que gasta seus recursos no pagamento da dívida externa [...]” (OLIVEIRA, 1995, p.62). Já pensando no que estava por vir com o mandato de FHC, Oliveira (1995, p.65) antecipou que o “Estado depredado será incapaz de implementar políticas sociais públicas vigorosas e universalizantes.”

As estratégias escolhidas pelos dois governos do período para posicionar o Brasil na “nova ordem globalizada” foram de caráter liberal e de postura

ver uma interpretação sobre os anos 1990, com ênfase nos aspectos da crise fiscal, ver CARDOSO DE MELO (1997).

⁴³ Uma discussão mais detalhada sobre o caráter das mudanças que afetaram o Estado brasileiro no período em foco, inclusive com as posições “oficiais”, pode ser encontrada em VERÍSSIMO e WOISKI (1995), BURSTYN (1998), DINIZ (1995; 1996; 1997), PEREIRA (1998; 1998b) e CARDOSO (1998).

passiva frente às condicionantes sugeridas pelos centros de decisão desse processo, o FMI e o Banco Mundial, principalmente. Entre suas conseqüências, chegou-se a uma “crise do setor público”, que se materializou em uma redução, na prática, do papel do Estado

[...] à função exclusiva de guardião dos equilíbrios macroeconômicos. [Estados] Guardiões que acabam prisioneiros de sua própria armadilha e impotentes, ou incapazes de definir prioridades e implementar políticas de incentivo setorial à competitividade, de oferecer proteção social às suas populações, de prestar os serviços públicos mais elementares, ou mesmo finalmente de garantir a ordem e o respeito às leis. (FIORI, 1997, p.249-250).

Ao mesmo tempo em que os governantes que agiam no Brasil conforme o receituário neoliberal promoviam um recuo das poucas conquistas sociais dos trabalhadores, cuja boa parte estava inscrita na Constituição de 1988, fiavam-se em um discurso insistente sobre a necessidade de “modernização” da administração pública. Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, falava da necessidade da “racionalização da gestão [do Estado] e seu desentranhamento do jogo clientelístico e partidário”. (1998, p.9).

A ideologia mais difundida pelo movimento neoliberal consolidou-se no Brasil por meio do “discurso da modernização”, no qual modernidade significava, especialmente, três coisas: enxugar o Estado (com as privatizações e a redução dos gastos públicos com os direitos sociais), importar tecnologias de ponta e gerir os interesses da finança nacional e internacional”. (CHAUI, 2002, p.A3).⁴⁴

A chamada “política de modernização”, codinome para as “reformas neoliberais”, pode ser visualizada no conjunto dos principais objetivos que mirava e nos meios de ação que utilizava: estabilizar a moeda, equilibrar as finanças públicas, privatizar empresas estatais, estimular a “terceirização” do trabalho, criar condições favoráveis para o capital estrangeiro, redirecionar a ação do Estado nas políticas sociais no sentido de estimular políticas de caráter compensatório em substituição àquelas de caráter universalista. Quatro iniciativas do governo FHC marcam simbolicamente a idéia expressa aqui de “modernização”: a abertura comercial, as privatizações, a Reforma Administrativa do Estado e a Lei de Responsabilidade Fiscal (aprovada em 2000).

⁴⁴ Ver também FIORI, 1997, p.223.

Um resumo crítico das conseqüências mais gerais das reformas neoliberais conduzidas por FHC durante seus dois mandatos no campo da economia pode ser assim descrito: resultado do método de controle da inflação por meio de juros altos, a dívida pública explodiu, passando de 30% para mais de 60% do PIB (Produto Interno Bruto); a expansão econômica foi baixíssima, com a média de 2,2% ao ano; a balança comercial foi deficitária durante quase toda a gestão; o processo de privatização não só não evitou como favoreceu o surgimento de oligopólios privados, e a falta de planejamento e controle no processo gerou sérios problemas, como o da crise de energia elétrica; o número de desempregados cresceu 155% entre 1995 e 2000, passando de 4,5 milhões de trabalhadores para 11,5 milhões; a parcela do trabalho na renda nacional foi diminuída em 7,5% de 1995 a 1999, passando de 44% para 40,7% e em 2003 já recuara a 32% do PIB.⁴⁵

Viu-se também que a limitação e o constrangimento dos direitos sociais fizeram parte da estratégia política de implantação do programa neoliberal: no caso do Brasil, Oliveira (1998) observava em 1996, que essa estratégia aparecia, especialmente, na “transformação de direitos em ameaça à estabilidade monetária [...]”, de modo a transferir às próprias vítimas a culpa por sua exclusão.

Assim, os direitos sociais que aumentam o ‘custo Brasil’ devem-se ao ‘corporativismo’ dos trabalhadores; as reivindicações do funcionalismo em geral, sua estabilidade, que uma vez foi condição para a construção de um Estado moderno, infenso ao fisiologismo das oligarquias, são também transformadas em ‘privilégios’. A aposentadoria, para a qual trabalhadores pagaram a vida inteira, sem que tivessem responsabilidade pela má administração da Previdência, pois desde a ditadura de 64 a unificação dos vários institutos do INSS significou retirar a Previdência do alcance político dos trabalhadores, é transformada em privilégio e causa do déficit fiscal. O fato de que boa parte dos trabalhadores esteja em níveis inferiores de educação formal é transformado em explicação para a baixa competitividade da indústria nacional na competição internacional. (p.18).

Foi apoiada nesse conjunto de argumentos de culpabilização que se produziu boa parte das reformas neoliberais no campo do trabalho, com suas conseqüências negativas para os trabalhadores em geral.

⁴⁵ Fontes: **Folha de S. Paulo**, 2 ago. 2000, Caderno Dinheiro p.B2; **Folha de S. Paulo**, 9 jul. 2002, Caderno Dinheiro p.B4; **Folha de S. Paulo**, 27 out. 2002, p.A6; **Jornal Valor**, 15 maio 2000, p.A11; **Folha de Londrina**, 21 ago. 2003, Caderno Economia, p.3; DeDECCA, 2002, p.116.

No caso da legislação trabalhista, nos anos 1990, o que ocorreu foi uma espécie de “reforma branca”, redutora de direitos dos trabalhadores, com alterações que produziram figuras jurídicas como a de cooperados (1994), a de terceirizados (1995) e a de temporários (1996), além da “flexibilização” das possibilidades das empresas e do setor público para demitir, contratar e corrigir salários.⁴⁶

1.2 Os Anos 1980/1990 e as Alterações no Bloco no Poder

Do final da década de 80 do século passado em diante vê-se redirecionamentos na economia brasileira que permitem que se fale em uma nova fase do modelo econômico. As mudanças mais significativas que se iniciam por esse período, e que continuarão se desenvolvendo durante a década seguinte, tratam de uma reformatação do peso dos diferentes capitais na economia nacional: através das privatizações⁴⁷ reduziu-se a relevância do capital monopolista de tipo estatal e, como consequência da “abertura” à economia internacional, promoveu-se um processo de desnacionalização de parte importante do capital monopolista privado nacional em favor do capital monopolista estrangeiro, tanto de origem industrial como financeira.⁴⁸ Esse redirecionamento do desenvolvimento capitalista,

⁴⁶ **Folha de S. Paulo**, 12 mar. 2005, Caderno Dinheiro, p.B10.

⁴⁷ Dados do IBGE divulgados em 2002 revelavam que os investimentos das empresas do governo haviam sido reduzidos de 10,70% do total investido no país em 1995 para 5,86% em 2000. De acordo com essa fonte, teriam sido privatizadas, entre 1994-2000, 134 empresas, sendo 52 financeiras e 82 não-financeiras. (**Folha de S. Paulo**, 5 dez. 2002. p.B6) Para mais informações sobre o volume e os procedimentos ligados às privatizações nesse período, ver: BIONDI, 2001.

⁴⁸ Durante a década de 90 do século passado, a entrada de investimento estrangeiro deu vários saltos: pulou de 184 milhões de dólares em investimento direto em 1989, para 1.324 milhões de dólares em 1992 e 3.285 milhões de dólares em 1995. O destino de boa parte desses investimentos foi a compra de empresas nacionais. Quanto à internacionalização do setor financeiro deu-se que entre “outubro de 1995 e abril de 1998, 24 instituições financeiras estrangeiras foram autorizadas a se instalar no País, das quais 9 provenientes dos Estados Unidos, 3 da Suíça, 2 da Espanha, 2 do Reino Unido, 2 da França e uma instituição de cada um dos seguintes países: Japão, Portugal, Alemanha, Coréia, Uruguai e Holanda. [...] A participação do segmento estrangeiro, incluídos os três tipos de bancos, nos ativos totais do sistema bancário privado evoluiu de 21% em junho de 1995 para 30% em junho de 1997.” (BRAGA & PRATES, 1998, p.38) Quanto ao processo de desnacionalização do setor bancário brasileiro, observou-se que: “Entre dezembro de 1995 e junho de 2000, os ativos totais administrados pelos [bancos] estrangeiros cresceram 411,4%, de R\$ 44,717 bilhões para R\$ 228,679 bilhões. Ampliaram a fatia de mercado de 8,96 % para 27,88% de todo o sistema brasileiro. Excluindo-se os bancos públicos federais -- Banco do Brasil, CEF, Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco da Amazônia (Basa) – e os sete estaduais a serem privatizados [isso em fevereiro de 2001], os estrangeiros dominam 44,91 dos ativos administrados pelos bancos privados.” (MIYA, Fideo. Forte

no Brasil, é acompanhado, no plano político, de recomposições no seio do bloco no poder: no centro das decisões do Estado, estarão os interesses do capital financeiro, que agora incluem com destaque, ao lado do capital financeiro nacional, as demandas do capital financeiro internacional. Ao mesmo tempo reduz-se a relevância e influência da participação dos interesses ligados à “preservação” da empresa estatal e aos interesses da empresa privada de capital nacional.

A “opção” pela estratégia neoliberal, adotada pelo novo bloco no poder⁴⁹ no final dos anos 1980, inscreveu-se num quadro sócio-político nacional de nítido caráter de crise: era possível observar as tentativas de resolução de uma crise do regime político (regime militar), o esgotamento do padrão de acumulação dominante até então (industrialização por substituição de importações) e uma crise que atingia as relações de classe (o bloco no poder) que sustentavam um Estado nacional que ainda preservava marcas de tipo desenvolvimentista.⁵⁰

No quadro em que se dá a ‘escolha’ da alternativa neoliberal, havia, também, em pauta, uma proposta do tipo neodesenvolvimentista (expressa por alas do PMDB, de onde sairão, em seguida, quadros para o PSDB) além das posições e indicações dadas pelas intervenções das políticas ligadas ao espectro da esquerda, constituída com a ascensão das lutas democráticas e sociais, que vinham se desenvolvendo desde meados da década de 70: um movimento sindical combativo e movimentos sociais populares variados apoiados por uma esquerda de inspiração socialista e cristã.

Durante a década de 80 do século passado se assistiu, por exemplo, ao crescimento e fortalecimento do movimento sindical dos trabalhadores - o “novo sindicalismo”. Foram numerosas e variadas as greves desencadeadas por uma infinidade de sindicatos, representantes de operários industriais e de diversos segmentos de assalariados médios, com movimentos organizados por categorias -- como a greve dos bancários de 1985; greves com ocupação de fábricas, como a que ocorreu em São José dos Campos, em 1985, na General Motors e a da Cia

avanco do capital estrangeiro. **Gazeta Mercantil**, 23 fev. 2001. Caderno Relatório/Bancos, p.1). Com relação a outros setores da economia, deu-se que, entre “1991 e 1997, 96% das empresas brasileiras do setor eletroeletrônico foram adquiridas por estrangeiras; da mesma forma 82% das empresas do setor de alimentos e 74% da indústria de autopeças. Pode-se dizer que nesses segmentos, embora não tenha havido desindustrialização significativa, houve desnacionalização profunda.” (MIRANDA & TAVARES, 2000, p.342) Para mais informações sobre o processo de desnacionalização que afetou a economia brasileira na década de 90 do século passado, ver: BOITO JR., 1999, especialmente, p.48.

⁴⁹ A hipótese sobre um novo bloco no poder a partir desse período será discutida logo à frente.

⁵⁰ Sobre os aspectos dessas “crises”, ver TEIXEIRA DA SILVA (1996).

Siderúrgica Nacional, ocorrida em Volta Redonda, em 1989 e, até mesmo, greves gerais de âmbito nacional, como a de março de 1989, que abarcou cerca de 35 milhões de trabalhadores. Viu-se ainda, no período, o nascimento de Centrais Sindicais, como o da Central Única dos trabalhadores (CUT), criada em 1983, e marcada, na sua origem, pela posição classista, autônoma e independente do Estado.⁵¹

Com o processo de “abertura” pós-ditadura, o Congresso Nacional retomou, aos poucos, certa influência no cenário político brasileiro, sacrificado até então pelo regime militar. Por sua vez, a Constituição de 1988 marca um período de acúmulo no avanço das lutas sociais empreendidas pelos “dominados”, no Brasil e, por consequência, força uma readequação do Estado na sua relação com as demais forças sociais, principalmente, com as forças populares. Por isso mesmo, a Constituição de 1988 aparece, também, como um problema para os setores dominantes, ao reconhecer o “conflito como a via democrática por excelência”. (OLIVEIRA, 1999b, p.70). O texto da Constituição passa a balizar o campo da luta social porque inscreve na forma da lei uma série de direitos sociais, individuais e políticos. Sua elaboração acontece num período de forte mobilização de setores das classes populares e de, ao mesmo tempo, início da influência das propostas do programa neoliberal, de maneira que parte dos direitos ali inscritos imediatamente se veriam obstados de se realizar face às limitações impostas pelas reformas neoliberais à ação do Estado e pelos impactos na economia por causa dos ajustes econômicos acordados, pelos governos que seguem, com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em 1999, um balanço dos anos passados desde sua promulgação, revelava que “a Constituição, votada em 88, todos os dias é *desfeita* por aqueles que a votaram [...]” (OLIVEIRA, 1999b, p.77). De qualquer modo, a partir de 1988, a legislação maior do país carregará em seu texto variadas reivindicações de direitos propostas pelas lutas sociais empreendidas pelos setores dominados do país. Nesse sentido o momento cristaliza um novo quadro para a continuidade das disputas sociais, no qual a lei amplia o escopo dos direitos dos dominados.

Na interpretação de Francisco de Oliveira (1999b, p.77) aquela Constituição não era a dos sonhos das classes populares, “mas representava, sem

⁵¹ Para mais detalhes, ver ANTUNES (1998).

dúvida nenhuma, uma alavanca poderosa, através da qual e a partir da qual pode-se lançar um pouco mais adiante a própria luta social.”⁵²

A recomposição político-ideológica das classes dominantes brasileiras em resposta às crises que enfrentava ainda no final dos anos 1980, dar-se-á em torno do projeto neoliberal, que permitia a elas, enquanto alternativa à proposta de um neodesenvolvimentismo e àquelas de caráter democrático e popular, enfrentar as classes populares que demonstravam ascensão política e indicar uma nova perspectiva para o capitalismo no Brasil. Na condução dessa recomposição o agente político “mais consciente” não foi o governo Collor, embora tenha sido este o desencadeador do processo de abertura da economia, das primeiras privatizações e do desmonte do fisco. Quanto ao governo Collor, é pelas conseqüências das reformas neoliberais implantadas com avidez e brutalidade que se pode medir a dimensão política essencial desse governo:

Foram as mudanças aí ocorridas, mais do que quaisquer outras, que solaparam as relações de forças que tinham sustentado os avanços da organização popular, da participação da cidadania e da democratização da sociedade desde o final dos anos 70. (LEITE, 1996, p.32).⁵³

O condutor “mais consciente” do projeto neoliberal no Brasil, foi o PSDB,⁵⁴

[...] o partido mais internacionalizado das elites, cujos quadros estavam muito afinados com a ideologia que se impôs nos organismos econômicos internacionais nos anos 80. Ativamente construída como doutrina, projeto político e alianças a partir do 'susto' de 1989 [por ocasião do bom desempenho eleitoral do candidato Lula, nas eleições daquele ano], a recomposição [conservadora] só se completou com a coalizão PSDB-PFL e a eleição de Fernando Henrique presidente, em 1994, cacifado pela

⁵² Mais informações em LEITE (1996).

⁵³ A rápida reestruturação da economia, promovida sob o governo Collor, resultante da abertura comercial realizada em curto prazo de tempo e sem mecanismos de proteção à indústria e ao comércio instalados no país, propulsou o desemprego e a informalização das relações de trabalho, produzindo uma visível crise social. Por exemplo, entre 1989 e 1992, a renda per capita dos brasileiros caiu 9%. (LEITE, 1996, p.31).

⁵⁴ O partido que encampou e se propôs a dirigir a implantação da ‘modernidade’ neoliberal no Brasil foi o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). O PSDB pode ser identificado como um partido com forte apoio na classe média alta, com postura de defesa do liberalismo na economia “e, mais ainda do que a direita tradicional (PFL, PP), [defende] os interesses do capital financeiro e do capitalismo internacional”. (NOVY, p.164). Esse último vínculo fica evidente no perfil da maioria dos ministros que atuaram em seus dois governos: boa parte composta por intelectuais com ligações diretas em grandes empresas, bancos e organizações internacionais como o Banco Mundial.

estabilização monetária promovida pelo Plano Real. (LEITE, 1996, p.31).⁵⁵

A política neoliberal provocou modificações no interior do bloco no poder vigente durante a ditadura militar e durante o governo Sarney. Por este período, no interior do bloco no poder a hegemonia política “era exercida pela fração monopolista da burguesia brasileira, composta pelas grandes empresas financeiras, industriais e comerciais.” (BOITO JR., 1999, p.50).⁵⁶ Isso quer dizer que, as principais iniciativas do Estado brasileiro, garantiam não somente os interesses gerais do conjunto da burguesia, como voltavam-se prioritariamente para as demandas do capital monopolista.

A implantação do programa neoliberal na década de 90 do século passado, no Brasil, mantém a hegemonia do grande capital no bloco no poder, mas provoca algumas mudanças na distribuição das prioridades atendidas pelo Estado no que se refere aos interesses das diferentes frações que compunham o bloco no poder. Segundo Boito Jr (1999; 2002 e 2004) a política neoliberal beneficia, no geral, o imperialismo e todas as frações da burguesia brasileira. Porém, destaca que a distribuição dos benefícios é desigual entre as frações e que há, até mesmo, frações que conhecem perdas com o aprofundamento da política neoliberal.

Para explicar essa desuniformidade dos impactos da política neoliberal sobre as frações burguesas no Brasil, o referido autor desdobra a política neoliberal em três partes componentes que permitiriam vislumbrar como cada uma delas afeta distintamente as diferentes frações da burguesia. Utilizando-se de uma metáfora, propõe que se pense a política neoliberal como uma série de três círculos concêntricos, na qual: a) o círculo externo e maior representaria a política de desregulamentação do mercado de trabalho e de redução dos direitos sociais; b) o intermediário, que representaria a política de privatização e; c) o círculo menor e central, que diria respeito à abertura comercial e financeira. O círculo maior e externo, por se referir à regressão de direitos do trabalho, à redução de salários e à diminuição de gastos e direitos sociais, acaba por contemplar tanto os interesses do

⁵⁵ O traço de continuidade entre as políticas econômicas ensaiadas por Fernando Collor e tocadas por Fernando Henrique Cardoso pode ser confirmado, por exemplo, pela manutenção, em postos-chave, de quadros que haviam servido ao governo Collor nas equipes de articulação política e de economia do governo FHC. Entre eles pode-se citar: Antonio Kandir, Celso Lafer, Marco Maciel, Pedro Malan, Pedro Parente, Martus Tavares, Sérgio Werlang . Todos de primeiro escalão.

capital imperialista como de toda a burguesia, já que todas se beneficiariam, até certo ponto, da redução de salários e dos direitos sociais.

O círculo seguinte, o segundo círculo, definido pela política de privatização, da maneira com que foi encaminhada no Brasil, excluindo a participação do pequeno e médio capital, acaba por favorecer o imperialismo e a fração monopolista da burguesia brasileira. Neste caso, as privatizações serviriam para ampliar o patrimônio das grandes empresas do setor bancário, do setor industrial e da construção civil, tanto de origem nacionais como estrangeira. De qualquer maneira, apenas um grupo seletivo de grandes empresas pôde beneficiar-se das privatizações.

O terceiro círculo, que trataria da política de abertura comercial e da desregulação financeira seria, em seus benefícios, mais restritivo que os dois anteriores, já que dividiria o próprio grande capital, que é a fração hegemônica no bloco no poder sob o neoliberalismo. As medidas encaminhadas pelo Estado com o objetivo de ampliar a abertura comercial e promover uma modificação na estrutura do sistema financeiro acabaria por favorecer, especialmente, o setor bancário do capital monopolista nacional e estrangeiro.⁵⁷ As políticas desse círculo imporiam perdas, por exemplo, à grande burguesia industrial, como consequência da concentração bancária associada à política de juros altos e de estabilidade monetária.⁵⁸

⁵⁶ Na discussão sobre as alterações no bloco no poder ocorridas a partir dos anos 90 do século passado e como consequência das políticas neoliberais, apoiei-me, principalmente, em BOITO JR. (1999), SAES (2001) e MINELLA (1990).

⁵⁷ MINELLA (1990, p.85) prefere nominar esse grupo com os termos “burguesia bancário-financeira”. Com tais termos abarca-se a variedade dos setores que comporiam tal grupo: “Além dos bancos comerciais: as companhias de crédito, financiamentos e investimentos (as financeiras), os bancos de investimento, as sociedades de crédito imobiliário e, mais recentemente, as empresas de arrendamento mercantil (*leasing*)”. A posição do capital bancário nos diferentes blocos no poder que a história política brasileira conheceu, poderia ser dividido, genericamente, em três tipos: durante a 1ª República o capital bancário compartilhava com “segmentos poderosos do capital comercial (as casas exportadoras de produtos agrícolas)” a hegemonia no bloco no poder. Com o movimento insurrecional de 1930 ele será o grande derrotado no processo de transformação política aberto pelo movimento, passando a ocupar uma “posição subalterna” no bloco no poder. Será com os militares do golpe de 1964 que se iniciam as condições favoráveis ao fortalecimento da posição do capital bancário frente às demais frações das classes dominantes. A partir do golpe de 64 são gestadas condições políticas que levarão a um novo tratamento dado pelo Estado ao sistema financeiro. (SAES, 2001. p.53-54.).

⁵⁸ Pode-se observar que durante os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso houve um recuo na rentabilidade das empresas não-financeiras *pari passu* ao crescimento expressivo da rentabilidade e do lucro dos bancos. “Em 1994, a rentabilidade (lucro líquido sobre o patrimônio) das empresas não-financeiras foi de 5%, caiu para 3% em 1998, e, em 2002, foi de apenas 1%. Já a rentabilidade dos bancos foi de 10,6% em 1994, subiu para 15,7% em 1998 e, em 2002 atingiu o recorde de 24,5%” (**Folha de S. Paulo**, 30 mar. 2003. Caderno Dinheiro, p.B10).

Refletindo o avanço do modelo que favorece o setor financeiro nos anos 1980/1990, ocorre com as empresas instaladas no país, o que Miranda e Tavares (2000) denominaram de “ajuste patrimonial de natureza financeira”. Dá-se uma espécie de “financeirização dos negócios” na economia brasileira. Isso aparece tanto na ênfase dos balanços das empresas em “aplicações financeiras”, gerando “lucros não-operacionais”, como no “aparecimento de empresas bancárias e não-bancárias no interior dos principais grupos industriais nacionais”. (p.336) Além do aumento do endividamento em “dívida direta externa”. (idem, p.344).⁵⁹

Porém, esse avanço na associação entre capital bancário e não-bancário não é suficiente para dissolver os interesses específicos das diferentes frações do capital, como por exemplo, dos grupos industriais e dos grupos financeiros privados. O próprio FMI chegou a observar, referindo-se à presença dessa divergência de interesses que, na metade dos dois governos de FHC, “[círculos] industriais poderosos pressionavam por uma redução dos juros, pelo abandono do sistema de câmbio fixo e por uma política mais ‘desenvolvimentista’”.⁶⁰ Havia também para as demais frações as óbvias conseqüências negativas de uma política de restrição do crédito e redução do investimento público.

Observa-se, no período em foco, que os grandes bancos privados nacionais e estrangeiros apresentaram rentabilidades superiores à rentabilidade média das grandes empresas não-financeiras e passaram a freqüentar as listas dos maiores grupos econômicos privados.⁶¹ Configura-se nos anos 90 do século passado, portanto, no seio do bloco no poder, a “predominância do setor bancário no interior do conjunto da fração burguesa monopolista”, que era hegemônica no Estado brasileiro. (BOITO JR., 1999, p.59). Nota-se, por exemplo, que uma das principais maneiras de ligação dos bancos com o modelo econômico em vigência é

⁵⁹ Expressão da “financeirização dos negócios” na década de 1990 foi a queda da taxa de investimento no país: conforme dados do IBGE, “[...] em 2002, a formação bruta de capital fixo das empresas não-financeiras representou 23,63% do valor adicionado (tudo o que foi produzido menos despesas). Em 1995, essa taxa havia sido 27,18%” (**Folha de S. Paulo**, 11 jul. 2004, Caderno Dinheiro, p.B3).

⁶⁰ Relatório do FMI, citado no jornal **Folha de S. Paulo**, 29 jul. 2003. Caderno Dinheiro, p.B1.

⁶¹ Por exemplo, “[...] a rentabilidade das empresas do setor produtivo caiu cerca de 80% de 94 para 2002, enquanto a dos bancos cresceu 131%, segundo estudo realizado pela consultoria Austin Asis”. (**Folha de Londrina**, 1 ago. 2003. Folha Economia, p.1).

a vinculação crescente que eles mantêm com a dívida interna, por meio do financiamento da dívida pública de onde auferem boa parte de seus lucros.⁶²

A metáfora proposta por Boito Jr (1999) permite que se perceba como as frações de classe burguesas e setores das frações são afetadas diferentemente pelas políticas de tipo neoliberais, tratando, dessa forma, como não-homogêneas as relações entre as frações e a política neoliberal.⁶³ Porém, ressalve-se, mais uma vez, que a burguesia como um todo não apresenta divergências profundas sobre o conjunto da política neoliberal e que os conflitos que suas frações experimentam em torno de um ou outro aspecto dessa política não as inscreve em campos antagônicos na disputa pela influência sobre o Estado, e têm sido, até então, apenas conflitos limitados a interesses de setores das frações. A tentativa de caracterizar a hegemonia no bloco no poder no pós-64 parece indicar a hegemonia do capital bancário,

[...] embora num nível mais geral de análise não seja incorreto sustentar que, quando confrontadas com outras classes dominantes ou frações de classe dominante (propriedade fundiária, médio capital

⁶² Segundo dados da ABM Consulting, em setembro de 2002, 39% dos R\$ 720 bilhões em títulos federais que circulavam pelo mercado estavam nas tesourarias dos bancos. Entre esses bancos, os seis maiores -- Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Unibanco, ABN Banro e Banespa [hoje, Santander], mantinham em seus cofres 47% do total de títulos do governo em posse do conjunto dos bancos. Era o sistema bancário, ainda, que administrava outros 33% dos títulos federais, que pertenciam aos fundos de investimentos. O que quer dizer, que essa parcela da dívida pública também rendia ganhos ao sistema bancário. (**Folha de S. Paulo**, 1 dez. 2002. Caderno Dinheiro, B4). De acordo com outra consultoria, a Austin Asis, boa parte dos elevados lucros dos bancos nos anos 2001 e 2002 seria explicada pelos "altos ganhos obtidos com juros" pagos pelos títulos do governo brasileiro. Tomado o ano de 2002 como exemplo, vê-se que "[...] os bancos ganharam 38,7% com as operações de títulos e valores mobiliários (juros e câmbio). [...] As receitas com as operações de títulos e valores mobiliários subiram de R\$ 24,5 bilhões em 2001 para R\$ 47,7 bilhões em 2002". (**Folha de S. Paulo**, 16 fev. 2003. Folha Dinheiro, p.B1).

⁶³ As diferentes posições dos setores industrial e bancário em relação a pontos da política neoliberal se expressaram nas eventuais críticas à política de juros veiculadas por representantes do setor industrial. O "maior empresário brasileiro", Antônio Ermírio de Moraes, do Grupo Votorantim, asseverava em 2001: "Há uma grande proteção às finanças e um terrorismo contra o setor produtivo" (citado em: *Vocação para o lucro*. **O Estado de S. Paulo**, 3 dez. 2001. Caderno Economia. p.B2). Expressaram-se, também, na disputa travada entre dois grupos distintos que disputavam a hegemonia no governo FHC. Havia o grupo conhecido como "os financistas-banqueiros" ou "monetaristas". Este era formado por economistas ligados ao grupo que formulou o chamado Consenso de Washington e seus membros tinham formação acadêmica favorável à ortodoxia monetarista, adquirida, principalmente, no departamento de economia da PUC do Rio de Janeiro. Entre os representantes desse grupo e que tiveram atuação de relevo no governo FHC se destacam: Edmar Bacha, Francisco Lopes, Pedro Malan, Gustavo Franco, Pécio Arida, André Lara Resende, Edward Amadeo e Wiston Fritsch. Conforme GOMES (2000, p.77), naquele período, esse grupo encarnava "os interesses do capital financeiro no país, incluindo-se aqui os grandes grupos externos e internos que [atuavam] e ["aplicavam"] no Brasil, os detentores das dívidas externa e interna, os principais grupos externos que [disputavam] o patrimônio público que foi ou [estava] sendo privatizado etc." E, havia o segundo grupo, que era ligado ao PSDB paulista e ao empresariado do setor industrial, principalmente, e que tinha em José Serra sua figura de maior expressão.

industrial), as frações monopolistas – bancária, industrial – parecem exercer em condomínio a hegemonia. (SAES, 2001, p.58).

Em suma, o quadro sobre a relação entre as classes e a implantação do programa neoliberal, no Brasil, apresentaria a seguinte situação:

[...] o grande capital ganha muito mais que o médio capital com o neoliberalismo, e no interior do grande capital o setor bancário e o capital financeiro internacional são os mais favorecidos. Os interesses dos trabalhadores [...] estão excluídos dessa figura de três círculos que representa a política neoliberal. (BOITO JR., 1999, p.75-76).⁶⁴

As diretrizes econômicas adotadas sob a denominação de neoliberais, no Brasil, revelavam, portanto, uma forte inclinação a privilegiar, na distribuição da riqueza social, o setor financeiro da economia. Isso se deu, principalmente, através da liberação de recursos da sociedade para a remuneração do processo de endividamento interno e externo que, num jogo de ‘correr atrás do próprio rabo’, é realimentado pelas próprias características do modelo econômico adotado, e que é baseado no endividamento estatal e nos juros altos.

A política econômica então, subordina, por exemplo, os interesses e compromissos de outras áreas do governo, como a social, aos compromissos com os credores de suas dívidas. Durante esse período, década de 90 do século passado, pode-se observar que em todos os anos, embora se dotassem recursos para vários programas sociais, as execuções dos mesmos ficavam sacrificadas em razão dos contingenciamentos de recursos com vistas a garantir o pagamento de juros e amortizações das dívidas públicas. Em 1994, tomado como amostra, a conta de juros pagos pela União, Estados e municípios foi de R\$ 20,3 bilhões. No mesmo período o governo federal teria gasto com a área de saúde aproximadamente R\$ 7 bilhões. A conta de juros apresentaria, nos anos seguintes, valores maiores: em 1995 teria alcançado a cifra de U\$\$ 30 bilhões e em 1996, U\$\$ 28 bilhões. (MINELLA, 1997, p.174).

Ocorre que a política de juros elevados passa a ser a variável mais importante do modelo econômico em vigência no país desde o início dos anos 1990,

⁶⁴ Tal exclusão aparece, por exemplo, nos seguintes dados: em 1992, os salários e ordenados correspondiam a 44% do PIB (Produto Interno Bruto); índice que desabou para 36% em 2002. (**Folha de Londrina**, 1 ago. 2003. Caderno Folha Economia, p.1).

já que é um modelo ancorado no endividamento público.⁶⁵ A análise dos Orçamentos da União desde 1994, permite afirmar que houve, por parte do governo, uma brutal prevalência dos pagamentos financeiros dos juros das dívidas públicas em detrimento das despesas com pessoal, com saúde, saneamento, previdência, educação e cultura etc. Por exemplo, a área de Educação e Cultura teve sua participação no Orçamento Geral da União reduzida de 3,3% em 1995, para 2,7% em 1999; Assistência e Previdência caíram de 32,7%, em 1995, para 15,1% em 1999; Saúde e Saneamento recuaram de 5,3% em 1995, para 3,3% em 1999.⁶⁶

O governo FHC gastou no seu segundo mandato o equivalente a um ano inteiro do orçamento da União apenas com o pagamento de juros e amortizações da dívida pública interna e externa.⁶⁷ Se, por um lado, a economia do país não apresentou, nesse período, um crescimento de proporções razoáveis, por outro, foi muito claro o favorecimento ao capital financeiro na distribuição funcional da renda nacional. Tal argumento pode ser apoiado nos resultados das Contas Nacionais expostas por relatório do TCU (Tribunal de Contas da União), que revela que “[...] o serviço da dívida pública federal interna (juros, encargos e amortizações)

⁶⁵ No último mês de 1994, a dívida líquida do setor público era equivalente a 30,4% do PIB. Em outubro de 2002, oito anos depois, o endividamento já chegava a 59,9% do PIB. (**Folha de S. Paulo**, 19 dez. 2002. Caderno Especial Anos FHC, p.11).

⁶⁶ CUT/DESEP/ISP/INESC. **Os Gastos Sociais no Governo FHC**. São Paulo, ago. 2000.

⁶⁷ Observe o quadro a seguir, que trata da evolução dos gastos do governo FHC.

Gastos com juros, encargos e amortizações da dívida pública

(*)	
1999	R\$ 79,326 bilhões
2000	R\$ 103,301 bilhões
2001	R\$ 106,882 bilhões
2002 (**)	R\$ 115,852 bilhões
Total:	R\$ 405.361 bilhões

DESPESAS DO GOVERNO

1999	R\$ 411,935 bilhões
2000	R\$ 371,206 bilhões
2001	R\$ 414,073 bilhões
2002 (*)	R\$ 434,581 bilhões

(*) Valores reais, corrigidos pela média de IGP-DI de 10,64% (1999); 4,91% (2000) e 5,44% (2001).

(**) Gastos estimados de acordo com Lei Orçamentária de 2002. (**Folha de Londrina**. fev., 2003)

cresceu 459% nos anos de governo FHC.⁶⁸ Já as despesas com investimento saltaram 85%; os gastos com saúde e saneamento, 73%; e as despesas com educação e cultura, apenas 44%”.⁶⁹ Em razão desse quadro é que não é impróprio considerar a década de 90 do século passado como “a década do rentismo”.⁷⁰

Observa-se que no Brasil, no período em destaque, o pêndulo do centro de decisão do poder dentro do aparelho estatal se move na direção das agências encarregadas da política macroeconômica, com ênfase nos Ministérios da Fazenda e do Planejamento e no Banco Central, que, não por acaso, abrigam os partidários da ortodoxia econômica, afiliada ao programa neoliberal. Pode-se dizer que os mais importantes *locus* de tomada de decisões sobre as macro-políticas e sobre a economia política do país conseguiram “se insularizar” com relação ao jogo político partidário e em relação às demandas sociais gerais postas pelas classes trabalhadoras, referentes a emprego, distribuição de renda, melhora dos serviços públicos, etc.

Conforme alertou Fiori (1997, p.12-13), esta “insularização” seria uma condição buscada pelos idealizadores e implementadores do programa neoliberal, em razão dos “perversos efeitos sociais e econômicos das [suas] medidas de austeridade e liberalização sobre as economias e populações nacionais.”⁷¹

O governo FHC chegou a ser rotulado como “um governo de banqueiros”, em razão da forte presença de banqueiros e financistas (pessoas ligadas a grupos financeiros ou economistas com formação que os filiava às teses monetaristas e neoliberais) nos postos de comando e condução das macropolíticas do Estado (GARAGORRY, 2004). Um levantamento sobre as personalidades mais influentes sobre seu governo, desde a época em que Fernando Henrique Cardoso

⁶⁸ Entre 1993 e 1999, o pagamento de juros e amortizações feito pelo país cresceu de U\$\$ 10 bilhões para U\$\$ 50 bilhões/ano, em um contexto de déficits comerciais sistemáticos. Esse desembolso de renda em direção ao exterior foi garantido com a atração de capitais externos viabilizada pelas altas taxas de juros praticadas e pelo programa de privatização. (DE DECCA, 2002, p.138).

⁶⁹ **Folha de S. Paulo**, 11 jun. 2003. Caderno Dinheiro, p. B10.

⁷⁰ Conforme NASSIF, Luís. O Brasil e o senhor crise. **Folha de S. Paulo**, 15 mai. 2005. Caderno Dinheiro, p.B4.

⁷¹ Sobre o caráter autoritário desses novos *locus* de decisão, vale estender a observação que OLIVEIRA, (2003, p.55) fez em relação ao Banco Central e ao papel que essa instituição desempenha nas economias neoliberais contemporâneas: “Guardião do signo maior da divisão de classes da sociedade e de sua reprodução, o Banco Central é, em todas as sociedades capitalistas, a instituição mais fechada, mais avessa à *publicização*. Numa palavra, a instituição mais anti-republicana e mais

tornara-se Ministro da Fazenda até o início de seu segundo mandato como presidente da República, revelou que, entre 57 personalidades listadas, 30 delas (a maioria, portanto) eram banqueiros ou financistas. (GOMES, 2000, p.75).

Embora se possa observar que empresários do setor financeiro vêm, desde a década de 50 do século passado, tendo participação direta na vida política nacional e no comando de órgãos estatais,⁷² desde o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso é evidente a centralidade da presença de empresários do setor financeiro ou de seus intelectuais orgânicos ocupando cargos federais estratégicos e relacionados à formulação das macro-políticas de Estado. Em 1998, Fiori (2001) identificava aquele grupo que conduzia a ação do Estado na década de 90 da seguinte forma:

[os] que mandam de fato e cada vez mais neste governo [FHC] são os professores-banqueiros [...], um grupo menor de professores que durante a 'década perdida', entre uma aula e um plano econômico, e logo depois, nos anos 90, ora vendendo ora comprando patrimônio público, realizou o milagre ético de saltar rapidamente para a condição de professores-banqueiros, solidamente articulados com as finanças internacionais. (p.18).

O capital bancário não consolidou no país, nos últimos anos, nenhum “partido dos banqueiros capaz de propor ao conjunto das classes sociais um programa político específico, coerentemente articulado aos interesses dessa fração” (SAES, 2001, p.59), mas é verificável a “tendência dominante” de apoio financeiro dos banqueiros aos partidos mais conservadores. Assim teria ocorrido com o apoio à ARENA na fase bipartidária, PDS/PP em seguida e, mais recentemente ao PFL. Acrescenta-se, também, o expressivo aporte de recursos destinados ao PSDB nas eleições de 1994 e de 1998.⁷³

antidemocrática. Nenhuma instituição zomba tanto da democracia e da república quanto o Banco Central. Nenhuma instituição é mais destruidora da vontade popular.”

⁷² Para maiores detalhes sobre a participação direta de banqueiros na vida política nacional nas últimas décadas, ver MINELLA, 1990, p.92-93.

⁷³ Para se ter uma idéia da importância da contribuição do setor nas campanhas eleitorais de Fernando Henrique Cardoso, observe-se que o segmento financeiro doou a sua campanha no pleito presidencial de 1994 R\$ 7 milhões e 700 mil, ou seja, o equivalente a 23% do total que o candidato declarou ao Tribunal Superior Eleitoral. (MINELLA, 1997, p.172). Na eleição de 1998, também foram os bancos os maiores doadores da campanha do presidente reeleito Fernando Henrique Cardoso,

1.3 De Como as Práticas Políticas “Atrasadas” Participam do Encaminhamento das Reformas Neoliberais ou da “Modernização” Recente do País

Seria acertado pensar a política brasileira dos anos recentes (últimos 15 anos) nos termos dados pelas seguintes questões: quais as práticas políticas indispensáveis ao sucesso da implantação das reformas neoliberais no Brasil? Qual teria sido o ajuste do jogo político às necessidades dessa implantação?

Mesmo que se reconheça o esforço empreendido para a modernização da política brasileira nos anos 80/90 de século passado, o que parece ter incorporado à cultura política geral novos traços e procedimentos como o consenso sobre os males da corrupção e o aprimoramento de instrumentos de controle da administração pública, entre outros, também é crível reconhecer que o jogo político desenvolvido para garantir a “governabilidade” indispensável à implantação do programa neoliberal contou ainda com práticas políticas de tipo patrimonialista e de tipo clientelista. Quer dizer, a “modernidade” sócio-econômica denominada neoliberalismo encontrou, no processo de sua implantação no Brasil, recursos na reatualização de procedimentos inscritos nos legados políticos e institucionais do passado brasileiro: patrimonialismo, apadrinhamento, fisiologismo e clientelismo.

A hipótese presente aqui é a de que as práticas políticas típicas do “atraso”, entre elas as de tipo clientelista, encontraram razões para sua sobrevivência na organização política brasileira nos últimos 15 anos, principalmente, nas necessidades e demandas colocadas pela implementação do modelo sócio-econômico neoliberal. Exatamente porque: a) este admite e provoca a exclusão social;⁷⁴ b) escora-se na exclusão política das classes populares;⁷⁵ c) e, por extensão, requisita aquelas práticas já consagradas, no Brasil, de se exercer esta

com uma contribuição total de R\$ 11,504 milhões. A soma equivale a 26,73% dos fundos levantados pelo seu comitê. (**Folha de S. Paulo**, 6 jun. 1999. Caderno Eleições S/A, p.11).

⁷⁴ No caso da exclusão social se pode observar que a aplicação do modelo neoliberal levou a situações “onde as macro-contas do país são ajustadas, com queda da inflação, saldo da balança financeira e estabilidade econômica, embora aumente o desemprego e piore sensivelmente a situação dos mais pobres, aumentando a distância que separa as classes sociais mais abastadas daquelas menos favorecidas, gerando ainda mais bolsões de miséria”. (TEXTO-BASE ..., 1996, p.34).

⁷⁵ Para MORAES (1998), “[o] neoliberalismo econômico leva a uma política conservadora – e seus propagandistas, de Hayek a James Buchanan, jamais esconderam a pretensão de colocar limites drásticos às ‘irresponsabilidades’ da democracia de massas”. (MORAES, 1998, p.121-126).

última forma de exclusão: a violência, o apossamento privado do aparelho estatal e o controle clientelístico dos eleitores.

No entanto, não deixa de ser forte a exigência recente pela “modernização” também, do comportamento político no Brasil. Dois movimentos avançam o controle sobre esse comportamento: 1) o aprimoramento da legislação de controle sobre a administração pública (como, por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal) e do funcionamento da justiça (como é o caso da crescente intervenção das Promotorias Públicas na denúncia das práticas de corrupção) e; 2) a fiscalização realizada pela imprensa, que reflete, até certo ponto, o descontentamento de parte da população com o grau ‘exagerado’ dos casos de corrupção no aparelho estatal que tem vindo à tona.

Mesmo os organismos internacionais que vêm exercendo grande influência sobre os governos brasileiros recentes, têm, retoricamente e em nome da necessidade de “eficiência gerencial do Estado”, demonstrado seu repúdio àqueles comportamentos políticos “atrasados”, que geram imprevisões, gestão perdulária dos recursos públicos, dificuldades para a realização de programas de gestão, etc.

Nos termos da retórica predominante no que diz respeito à administração pública, ao menos no nível federal, o comportamento político mais adequado e funcional à implantação e condução do programa do Consenso de Washington seria diferente do modelo de política no qual vicejam práticas de tipo patrimonialista e paternalista, em vigência em boa parte dos outros dois níveis do governo, o estadual e o municipal. Para efeito retórico, o programa neoliberal seria melhor tocado por um modelo autoritário, centralizador e mais ou menos tecnocrático, sem concessões às práticas de tipo patrimonialista e clientelista. Esse programa exigiria, ainda, que as regras político-eleitorais fossem claras, previsíveis e respeitadas, garantindo a estabilidade, ou, no termo bem aceito no debate sobre o período, garantindo a “governabilidade” como condição das reformas neoliberais. (FIORI, 1997, p.12-14).

A estratégia de implantação das reformas neoliberais previa então, para ser levada a efeito, a necessidade de um tempo que excedia o tempo de um mandato presidencial: pelo menos dez anos, anotavam seus porta-vozes. Essa necessidade estaria, também, na base da avaliação segundo a qual, sob a estratégia neoliberal as regras democráticas seriam reduzidas ou restringidas, para

assegurar que a política neoliberal fosse levada até o fim. (LESBAUPIN, 1996, p.14-24).

Por voltar-se para medidas que visam transferir para a iniciativa privada atividades antes estatais e que, ao mesmo tempo, buscam centralizar as decisões relevantes sobre a macroeconomia nacional, inclusive as decisões sobre o destino do fundo público, as características do programa neoliberal parecem exigir dos agentes políticos um comportamento previsível, realizado dentro das regras do jogo vigentes, sem sobressaltos. E, principalmente, respeitosos da nova ordem fiscal ajustada a uma política econômica subordinada aos compromissos com a dívida pública do Estado. Portanto, comportamento austero, cioso da responsabilidade fiscal e dos recursos limitados disponíveis às unidades da Federação e aos municípios. Nesse comportamento ‘adequado’ não caberiam práticas patrimonialistas, paternalistas e clientelistas que comprometessem os recursos públicos em desvios, malversações e gastos imprevistos e “irresponsáveis”.

No entanto, apesar desses posicionamentos pela sua “modernização”, a política brasileira hodierna continua sendo praticada com comportamentos que fogem a esse padrão “moderno”, retoricamente exigido. Mesmo na esfera federal o jogo político é marcado por práticas de caráter patrimonialista, paroquial e clientelista – o que vimos denominando de práticas “atrasadas”. Mais ainda o é o funcionamento da política nos estados e nos municípios. O que haveria então? a) defasagem entre a “modernização” esperada e o “atraso” herdado? b) adequação/funcionalidade do “atraso” em relação às exigências da “modernização”?

1.4 O Autoritarismo Como a Forma de Governo Mais Adequada ao Neoliberalismo: a Exclusão Política Como Seu Pressuposto

No conjunto das propostas neoliberais há a preocupação com certa racionalização das ações estatais, manifestada nas indicações de reformas administrativas, de gestão e fiscal. Porém, essa preocupação se refere à garantia de otimização das ações do Estado voltadas agora, prioritariamente, para o

cumprimento de seus compromissos financeiros. A ordem seria “economizar, otimizar, sanear”, para poder pagar em dia os serviços das dívidas públicas. O pressuposto presente nessas propostas é o de que “[...] o Estado intervencionista é um estorvo justamente porque promove políticas que, no fim do caminho, produzem inflação, e esta é o maior flagelo dos pobres”. (OLIVEIRA, 1995, p.74). Nesse sentido o programa neoliberal é incompatível com pretensões de mudança social progressista.

No Brasil, parece ser esta última característica do neoliberalismo a que fez com que os protagonistas do programa, diante da necessidade do jogo político, aproximassem-se das forças políticas tradicionais acostumadas às práticas paternalistas, patrimonialistas e clientelistas, a fim de conseguir legitimação às suas iniciativas. Daí o ‘namoro’ sem grandes problemas entre PSDB/PFL, PSDB/PP, PSDB/PPB, PSDB/PTB, PSDB/PMDB.

As experiências dos países que aderiram ao Consenso de Washington apontavam numa mesma direção: a “credibilidade” exigida desses países por parte das agências de financiamento e avaliação (FMI, Banco Mundial) só vinha sendo conseguida na base de “governos com autoridade centralizada e forte”. Isso por várias razões, entre elas: a) a aplicação das políticas neoliberais não havia garantido a esses países a esperada “recuperação dos investimentos”; b) apesar da adesão empresarial aos termos gerais do programa neoliberal, o apoio na prática às medidas neoliberalizantes levantava certas resistências corporativas; c) boa parte dos países aderentes ao programa aderiu ao mesmo tempo à ajuda financeira externa de organismos como o FMI e o Banco Mundial, condicionada a certa interferência política dos mesmos nas decisões relevantes que os governos precisam tomar; d) mesmo concluindo boa parte das reformas propostas pelo programa neoliberal a maioria dos países passou por períodos de recessão, redução das massas salariais e aumento do desemprego, resumidos nos conhecidos “custos sociais” da estabilização ligada às reformas liberalizantes; e) tanto as etapas de estabilização e reforma como os ensaios de retomada do crescimento demandaram períodos longos de realização, o que exigia garantias de continuidade e previsibilidade política. O conjunto desses ‘percalços’ demandava então, “uma estabilização prolongada da situação de poder favorável às reformas”. (FIORI, 1997, p.18-19).

É na tentativa de garantir esse clima de previsibilidade e credibilidade, também já chamado de “governabilidade”, que prevaleceram governos com claros traços de autoritarismo (centralização nas decisões, abuso por parte do Executivo do direito de legislar, desrespeito ao federalismo, desprezo pela esfera pública, etc), e ainda, no caso do Brasil, um “autoritarismo anti-social”, reproduzindo uma marca de governos tocados por coalizões mais conservadoras e tradicionais do que as do tipo inauguradas pela época neoliberal.

Uma crítica reiteradamente dirigida às experiências de implantação do programa neoliberal é a de que elas se fazem acompanhar de regressão nas esferas da democracia política e das liberdades. Sob ele e sob a “inflexão liberalizante” que dava o tom de seu programa, a “liberdade econômica” passaria a ser um objetivo tão determinante que levaria ao sacrifício, se necessário, de parte da liberdade dos cidadãos e da relevância das chamadas instituições democráticas (o Parlamento, a separação dos poderes, o direito à oposição, a alternância no poder, o direito à livre informação e à livre expressão), que passariam a ser “secundárias” nas novas regras da política neoliberal. As ações de repressão ao movimento sindical inglês por parte do governo Thatcher, o perfil “linha dura” de Boris Ieltsin na Rússia e de Fujimori no Peru ajudavam a ilustrar o caráter potencialmente autoritário das práticas políticas acompanhantes dos governos neoliberais.

Esses e outros casos pareciam revelar que a implementação da estratégia neoliberal podia, sem escrúpulos, tratar a democracia como condição secundária. As instituições e regras da democracia, vistas mais como meio do que como fim, poderiam ser dispensadas, diminuídas ou restringidas se o objetivo prioritário – a liberdade econômica – assim o exigisse.

No final dos anos 1990, Paoli (1999, p.13) alertava que o “poder governamental” sob a presidência de FHC se apoiava

[...] numa coalizão cuja fórmula de governar é mais tradicional ainda do que a fala da ‘inevitável modernidade’ que pensa inventar: costurando sem cessar interesses privados de um lado, excluindo necessariamente conflitos e possibilidades de acordos públicos amplos, excluindo, portanto, a política democrática. [Tal fórmula autoritária produz resultados:] [...] a inevitável privatização dos negócios públicos torna possível exercer um poder sem partilha, anula as outras falas, desmoraliza as demandas da sociedade e força o seu desaparecimento político; também a burguesia se

amesquinha em sua promiscuidade com o Estado, em sua identificação do governo com a forma de operar da administração empresarial privada, em seu estilo de vida onde o desenraizamento público fecha qualquer sensibilidade para o outro. Em resumo, estamos no quase disfarçado totalitarismo neoliberal.

De acordo com essa análise crítica, não interessaria à estratégia neoliberal as incertezas e instabilidades políticas decorrentes de sistemas político-partidários competitivos já que seriam ameaças à estratégia neoliberal, que para ser levada a efeito demandaria um tempo de gestão bem mais longo que o dado por um ou outro mandato de governo. Por isso a crítica a essa estratégia destacava que o discurso e a prática política dos governos afinados com o programa neoliberal tentavam atingir, principalmente, a própria existência do “dissenso”, condição essencial da vida democrática.⁷⁶ Entre os principais traços da “ideologia neoliberal” estava implícita a consideração de que o espaço público deveria ser encolhido ao mínimo, enquanto o espaço privado dos interesses de mercado deveria ser alargado, pois esta ideologia considera o mercado como o portador da racionalidade ideal para o funcionamento da sociedade.

As reformas preconizadas pelo modelo neoliberal eram e são reformas que impõem grandes mudanças econômicas com importantes impactos sociais. E, apesar dessas características, curiosamente, foram sendo implementadas por governos popularmente eleitos e não, necessariamente, como se chegou a supor que seriam, governos baseados na forma autoritária-ditatorial. As experiências dos anos 80 e 90 do século passado, na América Latina, revelaram que

[...] a simples dicotomia entre autoritarismo [ditatorial] e democracia não discriminava com respeito à existência ou não de um recurso chave para iniciar políticas de transformação, que é o grau de autonomia institucional à disposição das elites governamentais. Para capturar esta dimensão fez-se necessário dirigir a atenção à distribuição do poder institucional dentro das estruturas de governo estabelecidas pelos arranjos constitucionais. (TORRE, 1996, p.59).

⁷⁶ OLIVEIRA afirmava, em 1997, que a forma de dominação sob o governo Fernando Henrique Cardoso era a do totalitarismo. Mesmo reconhecendo a “imperfeição” do conceito, considerava-o “teoricamente mais produtivo no tratamento do neoliberalismo que o de hegemonia. [Porque ele] permite trabalhar a tendência – formalizada em projeto sob a égide da presidência Cardoso – da impossibilidade do dissenso, da alternativa, do seqüestro do discurso e da fala contestatória, da anulação da política”. (1997, p.41).

Observa-se, então, que tanto as Constituições, bem como certas práticas informais dos países da região,

[...] oferecem aos líderes de governo no exercício da presidência mecanismos institucionais para adotar decisões de modo discricionário e unilateral, facilitando sua autonomia em face às pressões mais imediatas dos grupos sociais e políticos. Esses mecanismos incluem os poderes de emergência outorgados ao executivo para enfrentar crises nacionais, como o estado de sítio. Além desses poderes, as constituições concedem à presidência faculdades legislativas, como os decretos ou o poder de veto e de iniciar legislação. A estes mecanismos deve-se agregar também a possibilidade da delegação de autoridade de decisão por parte das assembléias legislativas em favor da presidência. Em suma, o quadro constitucional dos regimes democráticos da América Latina garante, direta ou indiretamente, ao executivo uma ampla gama de atribuições com as quais pode exercer e fortalecer sua autonomia de decisão. (TORRE, 1996, p.59).

Esse conjunto de mecanismos, inscrito em regimes democráticos, facilita o exercício do presidencialismo como um espécie de “hiperpresidencialismo”, que se traduz na concentração e isolamento no Executivo da capacidade de conceber e de iniciar as políticas de ajuste e reformas de cunho neoliberal. O recurso mais utilizado pelos governos da região para encaminhar as medidas ligadas ao ajuste neoliberal, no período em foco, foi o uso de decretos-lei e medidas provisórias, o que já foi chamado de “decretismo”, um estilo político que se escora no abuso dos decretos presidenciais e da iniciativa de legislar do executivo, e que opta então, por desenhar as políticas públicas num roteiro que opera a partir dos poderes de exceção da presidência e no desprezo pela consulta aos agrupamentos políticos e aos interesses setoriais.

O “decretismo” age sob a Constituição e a ratificação legislativa das políticas públicas, mas revela, nos fatos, que é o Executivo que detêm a preeminência sobre o processo decisório no encaminhamento das reformas neoliberais. A capacidade de tomar decisões fica concentrada no Executivo, restringindo, por outro lado, a intervenção do Congresso na avaliação das macropolíticas estatais, formuladas, principalmente, por assessores econômicos ligados à área econômica do governo.

Pode-se verificar que um fenômeno recorrente na região da América Latina no processo de encaminhamento das reformas estruturais ligadas ao

programa neoliberal foi o apelo, e em alguns casos continuidade, a um estilo de decisão fortemente centrado no Executivo e nos seus poderes discricionários de intervenção, de um modo que os poderes Executivos praticavam a corrupção ou o esvaziamento dos poderes Legislativos e transformavam os processos eleitorais “numa competição empresarial ou num *business* como outro qualquer”. (FIORI, 2001, p.253).

Nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, governos operados dentro das regras democráticas formais, produziu-se um claro “desequilíbrio” entre os poderes a favor do Executivo e sustentado na desqualificação do Legislativo.⁷⁷ Sob o governo FHC, o Executivo demonstrou possuir grande capacidade de influenciar o processo legislativo no Congresso para garantir os resultados adequados às suas preferências nas reformas que visava promover.⁷⁸ O mais relevante dos mecanismos que lhe permitia essa capacidade de influência foi a utilização indiscriminada de seu poder de legislar, garantido pela Constituição de 1988, através de Medidas Provisórias (MPs). Esse recurso permite ao Executivo não só o poder de legislar, como a capacidade de interferir sobremaneira na agenda do Congresso: caso este não bloqueie uma Medida Provisória no prazo de 30 dias, ela automaticamente se transforma em prioridade da

⁷⁷ De fato, o governo FHC não inaugura o arranjo institucional que permite a preponderância do Executivo sobre o Legislativo na produção de leis. O domínio do Executivo nesse aspecto já era visível nos três governos anteriores. Considerada, por exemplo, a origem das leis sancionadas nos governos pós-ditadura fica evidente como foi o Executivo quem de fato manteve a iniciativa na construção legislativa no Brasil recente: no governo Sarney ele foi responsável por 85% do total de leis sancionadas; no governo Collor por 88%, sob Itamar Franco por 82% e no governo Cardoso por 82%, também. (FIGUEIREDO, LIMONGI e VALENTE, 1999, p.53). Houve momentos na história política brasileira em que o Congresso se apresentou no cenário político com certa autonomia em relação ao demais poderes. Por exemplo, nos idos dos anos 60, Celso Furtado acusava o Congresso da época de “obstáculo ao desenvolvimento econômico brasileiro. [...] Uma vez que era majoritariamente composto por representantes de estados subdesenvolvidos, vocalizava os interesses de agentes econômicos prejudicados por esse crescimento”. (apud SANTOS, 1995, p. 460). O Congresso Nacional já foi denunciado também, por produzir inflação, por causa do estímulo e permissão à ampliação do gasto público, através de medidas populistas, o que revelava sua capacidade de iniciativa.

⁷⁸ A concentração de poderes nas mãos do presidente e das lideranças partidárias não implica dizer que os parlamentares estivessem inteiramente alijados das decisões, nem que o Executivo tivesse condições de impor, absolutamente, sua vontade contra a da maioria do Congresso. Por certo essa assimetria entre Executivo e Legislativo não é uma condição dada a priori, simplesmente. Ela mesma resulta da disputa entre os dois poderes por espaços, o que coloca várias possibilidades de variações no grau de autonomia e força de cada um deles na relação. Apesar de o governo FHC ter conseguido garantir a maior parte de sua agenda no Congresso, principalmente nos tópicos ligados à economia, coube ao Congresso, porém, papel relevante na formulação de políticas sociais, ampliando direitos de cidadania, alargando a legislação sobre meio ambiente, sobre direitos do consumidor, contra práticas discriminatórias, entre outras. Para mais detalhes, ver ALSTON et. all., 2004.

agenda do Congresso, deslocando e bloqueando outras questões que estariam em sua pauta ordinária.

O uso extensivo de MPs pode ser observado também nos três governos que antecederam FHC. No entanto, este estabelece um novo padrão de relações com o Legislativo ao insistir na regularidade no uso das MPs e no alto volume de suas reedições. Enquanto nos governos anteriores as MPs foram utilizadas de maneira concentrada e episódica, principalmente para o encaminhamento das decisões iniciais de “Planos” e “Ajustes” (no governo Collor as MPs se concentraram em torno do Plano Collor, por exemplo), no governo FHC elas passaram a se constituir como mecanismo rotineiro de implementação de políticas públicas e, em especial, naquelas ligadas à economia.⁷⁹ Da mesma maneira, quando comparado com outros governos, no governo FHC foi bem maior o número de reedições de MPs: por exemplo, no governo Collor houve, em média, por mês, 2,3 MPs reeditadas, enquanto que no 1º governo FHC foram 54,6. (FIGUEIREDO, LIMONGI & VALENTE. 1999, p.54).

Embora esse recurso de atuação do Executivo tenha sido previsto para situações emergenciais e específicas, na prática, nos dois governos FHC, ele foi usado abusivamente. Considerando a totalidade das MPs promulgadas (editadas e reeditadas), até setembro de 2001, o governo FHC havia promulgado 5.299 Medidas Provisórias, uma média de 66 por mês. Os três governos anteriores juntos editaram e reeditaram ‘apenas’ 811 MPs. (LESBAUPIN & MINEIRO, 2002, p.65-66).

A preponderância do Executivo na formulação e condução das decisões de Estado, no período em foco, pode ser verificada, também, no domínio, dentro do Congresso, das propostas do Executivo sobre aquelas que se originaram do Legislativo e do Judiciário. Das 805 propostas que tramitaram pelo Congresso Nacional entre 1995-1998, 648 (80,49%) foram de iniciativa do Executivo, 141 (17,51%) apenas tiveram origem no próprio Legislativo e 16 (1,98%) foram de iniciativa do Judiciário.

O ritmo da aprovação das propostas também foi bastante favorável àquelas originadas no Executivo. Enquanto o Congresso levava, em média, 183 dias para sancionar uma proposta do Executivo, no caso das propostas iniciadas pelo

⁷⁹ “[...] cerca de 60% das MPs do governo FHC, referem-se a matérias econômicas. A análise do conteúdo das MPs de natureza social e administrativa mostra ainda que muitas delas consistiam em

Legislativo e pelo Judiciário, o prazo chegava a 1.194 e 550 dias, respectivamente. (PEREIRA & MUELLER, 2000, p.47). Além do quê, foi altíssima a taxa de aprovação das propostas do Executivo e raras as rejeições – somente 11 (2,4% do total) na legislatura 1995-1998. De todas as MPs editadas e reeditadas pelo Executivo desde sua instituição pela Constituição de 1988, somente 21 foram rejeitadas pelo Congresso. Além de tudo isso, o Executivo dispunha do poder constitucional de veto total ou parcial sobre as propostas enviadas pelo Congresso, permitindo ao presidente da república mutilar propostas do Legislativo moldando-as conforme seu interesse. A Constituição de 1988 também permite que o Legislativo reverta um veto presidencial. No entanto, na Legislatura 1995-1998, enquanto se registrou 83 vetos do Executivo, não se verificou nenhum proposto pelo Congresso. (PEREIRA & MUELLER, 2000, p.47-65).

Um outro aspecto do processo de tomada de decisões no Congresso brasileiro que permite ao Executivo tentar o controle sobre o Congresso é o fato de haver nas duas Casas uma centralização do poder decisório nas mãos dos líderes dos partidos. Pereira & Mueller (2000), analisando as votações nominais no plenário da Câmara dos Deputados no período de 1995-1998, concluíram que, o presidente FHC, com a ajuda dos líderes dos partidos da coalizão, foi capaz de garantir boa parte das nomeações para as Comissões relevantes da Câmara com membros fiéis aos seus interesses.⁸⁰

Acompanhando o programa de políticas econômicas do Consenso de Washington, havia uma espécie de “programa político informal, normativo e estratégico” que reunia “sugestões” de como levar a cabo com sucesso o programa econômico. As orientações principais desse suporte político incluíam uma forte concentração de poder, que demandaria, por sua vez, conforme “sugestão” dos formuladores do programa do Consenso, a “insularização burocrática” de um núcleo de “*technopols*” que pudesse comandar a aplicação das indicações do Consenso,

medidas complementares aos planos [econômicos] implementados”. (FIGUEIREDO, LIMONGI e VALENTE, 1999, p.54).

⁸⁰ PEREIRA & MUELLER (2000, p.49) dão um “bom exemplo” do uso, por FHC, da manipulação das nomeações de Comissões através da intervenção dos líderes dos partidos de sua base, e que teria ocorrido na Comissão de Trabalho da Câmara, em maio de 1999, por ocasião da votação do projeto de Lei do deputado Paulo Paim (PT-RS) que previa um aumento para o salário mínimo acima daquele proposto pelo governo. Para evitar que passasse a proposta, os líderes dos partidos da base governista substituíram dois deputados titulares da Comissão – Wilson Braga (PFL) e Ricardo Noronha (PMDB) – que titubeavam em suas posições quanto ao projeto, por dois suplentes, João Ribeiro (PFL) e Pinheiro Landim (PMDB), cujo comportamento favorável ao governo seria garantido.

mantendo a economia fora do alcance das pressões corporativas. Principalmente, porque as indicações do programa apontavam para decisões de pouca popularidade, o que exigiria que se evitasse a transparência sobre seus impactos sociais negativos. (FIORI, 1995, p.160-161).

Um evento ocorrido em 1999 pode ilustrar com clareza como funcionava o “esquema da política” montado para a implementação das reformas neoliberais no Brasil. O evento se refere ao acordo que o governo FHC realizou com o FMI/Tesouro Americano, derivado da tomada de um empréstimo de US\$ 41 bilhões de dólares junto ao Fundo. O acordo previa, sob “recomendação” do FMI, que o governo adotasse já em 1999 severas medidas de contenção de gastos públicos, de restrição fiscal, de aceleração da venda do patrimônio público, de reformas na Previdência social, de produção de superávit nas contas, entre outras.

A condução das medidas previstas no acordo exigia um “esquema” próprio de gestão da política, quer dizer, da aprovação pelo Congresso e pelo Judiciário das medidas de governo e das medidas legais que o acordo previa. Nesse “esquema” a condução é centralizada no Executivo Federal e nas áreas econômicas do governo, envolvendo ainda, neste caso, o Ministério da Previdência, porque esta deveria passar por mudanças que desonerassem o Estado. O Congresso Nacional e os Tribunais Superiores não deveriam ser convocados à discussão e reflexão sobre o acordo e suas medidas. Ou seja, o acordo não seria negociado com esses poderes. Ambos deveriam apenas coonestar as mudanças legais acertadas pelo Executivo com o FMI/Tesouro Americano.⁸¹ E, foi em conformidade a essa expectativa que o Congresso respondeu ao acordo do governo com o FMI. Tanto o presidente da Câmara dos deputados na época, Michel Temer (PMDB), como o do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL), não discordaram do acordo e nem se posicionaram criticamente em relação às medidas que ele impunha. Por exemplo, o Congresso, contra a opinião da maioria dos trabalhadores do país, chegou a aprovar uma emenda constitucional de iniciativa do Executivo, de nítido caráter anti-popular, que permitiria a cobrança de contribuição previdenciária dos servidores inativos.⁸²

⁸¹ Nesta ocasião o vice-diretor-gerente do FMI, o americano Stanley Fisher e o então subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos Lawrence Summers, preocupados em garantir que as medidas indicadas pelo acordo fossem implementadas, envolveram-se pessoalmente no encaminhamento das medidas do acordo, opinando sobre a economia do país e indicando nomes para compor o quadro daqueles que iriam conduzir o acordo no Brasil. (GOMES, 2000, p.84).

⁸² Porém, nesta ocasião, o Judiciário, levando em conta a forte pressão do movimento sindical, posicionou-se contrário à emenda e a considerou inconstitucional.

No caso do poder Judiciário, as tentativas de cooptação por parte do Executivo Federal logo no início da primeira gestão do governo FHC, apareceram, por exemplo, no episódio que indicava a troca que o governo havia acertado com o juiz Nicolau dos Santos Neto, na época, coordenador da obra de construção da sede do Fórum Trabalhista de São Paulo, e que previa a liberação de recursos extras para esta obra em troca da “assessoria” do referido Juiz ao governo na nomeação de juízes classistas da Justiça do trabalho com a garantia de que fossem escolhidos juízes favoráveis ao Plano Real nas contendas propostas pelos trabalhadores. (GOMES, 2000, p.71).⁸³

Foi no trato com as “oposições (sociais e políticas) mais combativas” que o governo Fernando Henrique Cardoso mostrou a força de seus procedimentos de exclusão política:

[...] uso sistemático e abusivo das medidas provisórias; permanente utilização do chamado ‘rolo compressor’ nas votações do Congresso (como ocorreu, em particular, na reforma da Previdência quando o regimento interno da Comissão de Justiça foi desrespeitado pela maioria governista); acobertamento das denúncias de corrupção (compra de votos em decisões importantes, em particular na votação que aprovou a emenda da reeleição [em 1997]; rejeição de qualquer proposta de CPI que apure fundamentadas denúncias (entre outras, as que envolvem o sistema financeiro); pressões abertas contra o judiciário quando este resiste às suas demandas; repressão e desqualificação dos partidos de oposição e das ações dos movimentos sociais (recorde-se da utilização das Forças Armadas na repressão à greve dos petroleiros [...]). (TOLEDO, 1998, p.152).

Fica evidente uma opção de desprezo às possibilidades de negociação das divergências e a reserva a um papel secundário e de “dimensão nitidamente minimilista” (idem, p.152) à democracia política, mesmo analisada à luz da perspectiva liberal-democrática.

⁸³ Ver também, **Revista dos bancários**, São Paulo, n.46, jul. 1999, p.4-7.

1.5 A Funcionalidade das Forças Políticas do “Atraso” à Implantação do Projeto Neoliberal no Brasil

Para conseguir a participação passiva do Congresso no jogo das decisões políticas de grande relevância no período, o governo FHC se aliou, especialmente, com aquelas forças políticas de naipe tradicional, prestigiando os líderes das velhas oligarquias políticas⁸⁴ do país, apoiando-os, por exemplo, para as presidências das duas casas do Congresso⁸⁵ e favorecendo os deputados de suas siglas com recursos via emendas ao orçamento federal e distribuição de cargos na máquina estatal.⁸⁶

O governo FHC mirava um controle “forte” sobre o Congresso visando garantir a “governabilidade” para implantar medidas anti-populares. Relembrando, o caminho escolhido foi o de: a) assentar-se numa coalizão partidária de viés conservador; b) abusar dos mecanismos que lhe permitiam criar e editar leis e projetos; c) tratar o Congresso como um “mercado” de compra e venda de apoio político. Para tanto procurou exercitar com afincos aqueles outros mecanismos que lhe permitiam a “negociação” com os parlamentares e os partidos da coalizão, especialmente a manipulação das emendas apresentadas ao orçamento federal pelos parlamentares e bancadas partidárias. Como o Executivo detinha grande poder discricionário na execução do orçamento anual, era-lhe facilitado fazer uso

⁸⁴ A influência do PFL na coalizão que elegeu FHC era tão evidente nos dois primeiros anos do mandato, que um jornalista constatava, em 1996: “Fica cada vez mais claro que o PSDB existe apenas por causa do Plano Real. E que o partido do governo é o PFL. E que FHC só continua tranqüilo porque o PFL o ajudou a perder o pudor para distribuir cargos e verbas”. (apud COGGIOLA, 1997, p.272-273). Teria ocorrido uma “pefelação do poder”, ou seja, a adesão do governo às idéias e, principalmente, às práticas fisiológicas e clientelísticas, bem próprias do grupo político que compunha o PFL. Dizia-se que, nesse período, o PSDB administrava o Brasil “com as idéias do PFL” (GOMES, 2001, p.624). Em 1999, um jornalista da Bahia, conhecedor da trajetória política de um dos grandes expoentes do PFL, o Sr. Antônio Carlos Magalhães, fez a seguinte análise sobre a relação entre o PSDB e o PFL nesse período: “Pobre PSDB, vi esse partido nascer. Era uma esperança, uma expectativa de reação contra o fisiologismo. No livro *A democracia necessária*, FHC condena os partidos nacionais por serem ‘um blend, uma mistura’, como certos uísques. Pregava partidos definidos. Pois ajudou a fazer do PSDB uma cachaça intragável. Um partido novo que traiu suas origens e o povo. Os tucanos viraram aves desgarradas, voando tontas em torno dos dinossauros do PFL: Antônio Carlos [Magalhães], Inocêncio [Oliveira]. [Jorge] Bornhausen etc. Predadores terríveis” (entrevista à revista **Caros Amigos**, n.30, set., 1999. São Paulo, Ed. Casa Amarela, p.25).

⁸⁵ Logo após sua eleição, FHC cuidou, pessoalmente, da escolha de dois aliados para as presidências da Câmara (Luís Eduardo Magalhães, do PFL) e do Senado (José Sarney, do PMDB) (**Boletim Análise do DIAP** /Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Brasília, jan. 1996).

⁸⁶ Ver dados e informações concretas a esse respeito em VAZ (2005).

desse poder para ‘conquistar’ o apoio dos parlamentares. Quer dizer, a prática da ‘comercialização’ do apoio político de parlamentares ao Executivo não ocorreria apenas porque os parlamentares seriam “vendilhões” interesseiros, conforme o argumento presente no senso comum.

No caso dos dois governos de FHC a iniciativa de tornar a “comercialização” de apoio o padrão da relação entre Legislativo e Executivo coube ao governo. Por exemplo, o acompanhamento da execução orçamentária federal do período 1995-1998 revelava

[...] que o presidente da República recompensa os parlamentares que sistematicamente votam a favor dos projetos de interesse do governo, autorizando a execução de suas emendas individuais, e, ao mesmo tempo, pune os que não votam nesses projetos simplesmente não executando as emendas propostas por eles. [...] Em outras palavras, em face desse arcabouço institucional, não admira que alguns parlamentares votem sistematicamente nos projetos do governo, porque sabem que tal comportamento aumenta a probabilidade de os seus pedidos serem atendidos pelo chefe do Executivo. Por outro lado, os parlamentares que não acompanham com tanta freqüência as preferências do governo têm menos possibilidades de implantar programas e projetos que beneficiem seu eleitorado. (PEREIRA & MUELLER, 2002, p.274).

Noutros termos, o governo usa a prerrogativa de executar ou não as emendas ao orçamento, propostas individualmente pelos parlamentares, como mecanismo de incentivo em troca do apoio a projetos de seu interesse no Congresso.⁸⁷

⁸⁷ A compra do apoio de parlamentares por parte do Executivo não se restringia às votações de seus projetos, estendendo-se, também, por exemplo, à tarefa de barrar iniciativas indesejáveis tomadas pela oposição. Uma situação que ilustra com eficácia o uso desse recurso ocorreu entre abril e maio de 2000, quando, por um acordo ocasional entre o PT e o presidente do Congresso (Antônio Carlos Magalhães), foi proposto um aumento do salário mínimo acima daquele desejado pelo governo. Dadas as circunstâncias conjunturais, era ano de eleições municipais, o que reforçava o apelo eleitoral da proposta do Congresso, cerca de noventa parlamentares da coalizão governamental, rebelando-se, resolveram que votariam pelo aumento proposto pelo Congresso. Através de algumas manobras o Executivo adiou a votação até restabelecer sua maioria parlamentar, conseguida por meio da liberação de verbas para aqueles congressistas via emendas individuais ao orçamento. Aconteceu então que o final do mês de abril e o início de maio foi o período do ano que apresentou um volume incomparável de liberação de verbas para parlamentares quando comparado com os demais meses. Com a mesma tática o Executivo conseguiu barrar a instalação da CPI da Corrupção, em meados de 2001. Só para garantir a participação dos parlamentares de sua coalizão nesse episódio o governo teria desembolsado cerca de R\$100 milhões em verbas liberadas através de emendas parlamentares. A imprensa registrou, na época, a mudança de posição dos deputados negociantes que iam retirando suas assinaturas do requerimento da CPI da Corrupção conforme o governo liberava recursos para suas emendas. Um exemplo marcante foi o do deputado Luciano Bivar (PSL-PE) “que condicionou a retirada do seu nome do requerimento da CPI à liberação de sua

Fiori (2001) considera a existência de uma “permanência” na história brasileira recente que seria a opção pelo “pacto conservador” nas coalizões que deram sustentação aos modelos econômicos, tanto ao desenvolvimentista como ao neoliberal. Isso interessa porque a noção de “pacto conservador”, no caso da experiência neoliberal no Brasil, significa a aliança dos neoliberais com “os segmentos – até os mais tradicionais e “atrasados” – da política regional ou oligárquica brasileira”, que controlariam, ainda, porções de poder regionais, na esfera agrária e urbana, e que entrariam na coalizão neoliberal em razão de sua capacidade de mobilização eleitoral e parlamentar,⁸⁸ imprescindível à reprodução da ordem política conservadora. Dessa forma, a implantação do programa neoliberal, sob a condução principal dos “intelectuais tucanos”, sustentou-se, na verdade, em uma aliança entre esses últimos e “os donos do sertão” (oligarquias regionais, a “malandragem política”, etc.) nos carregados termos utilizados por Fiori (2001, p.78-80).

Essa particularidade, a aliança entre “tucanos” e “donos do sertão”, significou uma coalizão de forças conservadoras acostumadas com práticas patrimonialistas e clientelísticas e que não deixaram de se relacionar de maneira predatória com o bem público, apesar de comporem uma aliança cujo projeto, ao menos na retórica, previa a modernização das instituições políticas e prometia a liquidação do clientelismo oligárquico.⁸⁹

emenda de R\$1 milhão para beneficiar seu mais importante reduto eleitoral, Jabotão dos Guararapes”. (apud PEREIRA & MUELLER, 2002, p.298). Para mais detalhes sobre os valores desembolsados pelo Executivo conforme a “necessidade” de negociação com o Legislativo, ver PEREIRA & MUELLER. 2002, p.287-289. A confissão de um parlamentar (deputado Dino Fernandes, do PSDB) achacado pela presidência do governo revela o clima de compra de “apoio” para barrar a referida CPI : “Sei que, se mantiver a assinatura, o governo vai ser implacável, e eu quero construir um centro esportivo”. (O grande anão e seus 400 anões. **Folha de S. Paulo**, 13 maio 2001. Caderno Brasil).

⁸⁸ Por exemplo, uma análise sobre a “elite parlamentar” do Congresso nos anos 1995/1996, revelou que entre os dez parlamentares mais influentes das duas casas, oito pertenciam à base de sustentação do governo (Luís Eduardo Magalhães/PFL, Inocêncio Oliveira/PFL, Antônio Carlos Magalhães/PFL, José Sarney/PMDB, Michel Temer/PMDB, Delfim Neto/PPB, José Aníbal/PSDB. Eram eles que influenciavam sobremaneira na agenda, no ritmo e funcionamento do processo legislativo, constituindo-se em “árbitros do Poder Legislativo”. O grupo era majoritariamente adepto da economia de mercado e identificado com as teses neoliberais patrocinadas pelo Poder Executivo (**Os cabeças do Congresso Nacional**. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Brasília, Ano III, 1996.). Até a legislatura do ano de 2000 ao menos, a maioria absoluta dos 10 parlamentares considerados como os mais influentes no Congresso serão defensores das reformas neoliberais, garantindo ao governo o apoio daqueles que eram considerados como os “condutores dos processos decisórios no Congresso” (fonte: www.diap.org/dez_mais/dez_lista.asp. Acessado em 25/08/2005).

⁸⁹ Sobre a noção de “pacto conservador”, ver melhor a discussão em FIORI & MEDEIROS, 2001, p.269-289.

O núcleo central de comando da coalizão que sustentou a implantação do neoliberalismo no Brasil aceitaria, por sua vez, em troca de apoio no Congresso, a cessão, aos oligarcas, de favores e posições junto à máquina estatal, garantindo-lhes recursos para sua sobrevivência política. Em nome da coesão mínima da coalizão, o grupo neoliberal e “moderno” da plutocracia e os “*technopols*” professores-financistas,

[...] transformam-se em cúmplices das práticas mais antigas e corruptas da política brasileira. Abdicaram de seus sonhos, no varejo do Congresso Nacional, onde se submeteram às regras mais mercantis de compra e venda de apoios à sua ‘nova modernidade’ neoliberal. (FIORI & MEDEIROS, 2001, p.284).

O que, até então, poderia ser lido como uma concessão episódica e até a contragosto, transforma-se em cumplicidade da “modernidade neoliberal”, que acabou por estimular processos de apossamento privado e corrupção da máquina estatal. Nos termos de Fiori (2001, p.79), os “tucanos prometeram liquidar com o sistema dos *rent-sceekings*, mas acabaram transformando o Estado numa espécie de ‘subcomitê executivo’ da piranhagem financeira, e do submundo do Congresso Nacional”.

Os três governos eleitos do final da década de 80 e durante a década de 90, do século passado, sustentaram-se em coalizões de forças de centro-direita que, nos três casos, foram capazes de reunir boa parte da burguesia⁹⁰ e das oligarquias regionais de poder que já haviam participado do apoio aos governos do período desenvolvimentista.

Por isso, mesmo quando a coalizão [estritamente neoliberal] foi arbitrada – depois de 1994 – por um grupo de intelectuais modernizantes (que se propôs, explicitamente, a ‘virar a página varguista’) e levou à frente um projeto radical de transnacionalização da economia brasileira, ela manteve, em última instância, as

⁹⁰ Segundo OLIVEIRA (1995, p.66): “As burguesias se jogaram todas na candidatura de Fernando Henrique Cardoso. Tanto as contribuições de empresas, quanto as milhares de declarações de empresários e o posicionamento do poderoso Roberto Marinho, da Globo, em favor do candidato, dispensam maiores elaborações. Seu programa transformou-se na bíblia dos empresários, ou o que é mais sintomático: a bíblia, composta por privatização, retirada do Estado da economia, desregulamentação de alto a baixo, ataque aos direitos sociais e humanos, desregulamentação do mercado de força de trabalho, ‘desconstitucionalização’ da Constituição-cidadã de Ulysses Guimarães que criou a ‘ingovernabilidade’ [...], passou a ser o livro comum, transcendental, da grande burguesia e do candidato.”

mesmas regras e estruturas básicas do velho e permanente 'pacto conservador' [...]. (FIORI & MEDEIROS, 2001, p.283).

De qualquer maneira, as alianças políticas realizadas por FHC, pareciam compor uma aparente contradição: “[via-se], por um lado, a defesa de um tipo de modernidade, da liberdade de movimentação de capitais e, por outro lado, esse atraso do ponto de vista da articulação política”. (RODRIGUES, 1998, p.52). Mas, o que ocorre de fato é que

[...] os remanescentes das oligarquias patriarcais readquirem papéis políticos importantes na intermediação entre as diretrizes neoliberais predominantes no âmbito do aparelho estatal e as raízes socioculturais e clientelísticas remanescentes em distintas regiões do país. As oligarquias garantem bases sociopolíticas, e obviamente econômicas, para o bloco de poder comprometido com a globalização neoliberal da economia brasileira. Mesmo porque as oligarquias ‘modernizam-se’, associando-se em empresas, corporações e conglomerados, dando particular atenção aos meios de comunicação, à mídia em geral; transformando-se em ‘oligarquias eletrônicas’”. (IANNI, 2000, p.58).⁹¹

Em 1993 era possível vislumbrar, por exemplo, no comportamento político de ACM, a forte presença de uma “retórica neoliberal, reforçada sobretudo pelas cobranças que fazia [a Itamar Franco] em favor da aceleração do Programa de Privatizações e pela condenação dos monopólios estatais nas telecomunicações e na exploração do petróleo”. (SUASSUNA & NOVAES, 1994, p.18).

Os primeiros seis meses do governo FHC revelavam uma evidente “direitização” de suas opções políticas. Isso em razão da adesão imediata ao receituário ultraliberal, da forma “autoritária e prepotente” com que seu governo tratou os trabalhadores na primeira greve que seu governo enfrentou e, no que nos interessa em especial, da maneira com que se aproximou de forças políticas do espectro partidário brasileiro de claro viés conservador e vinculadas à práticas parlamentares fisiológicas.⁹² (FIORI, 1997) Essa possibilidade de “direitização” já se

⁹¹ Um levantamento que considerou nove “famílias políticas” de perfil oligárquico em atividade no Brasil em 1995 mostrava que oito delas eram proprietárias de jornais, de emissoras de rádio e/ou televisão. Conforme a reportagem, o domínio sobre o “poder eletrônico” seria “o instrumento que alimenta e revitaliza as oligarquias neste final de século”. (Os donos do poder. **Revista Carta Capital**, n.13, ago. 1995, p.19).

⁹² FIORI (1997, p.103) anota uma frase de FHC, dita no bojo da construção de suas alianças para a eleição de 1994, que, pelos nomes que lhe vêm à memória, deixam evidentes seus “laços políticos com as forças da direita”. Ele teria dito: “Quero fazer aliança com ACM, Íris Resende, [Paulo] Maluf,

anunciava desde a adesão do PSDB ao governo Collor⁹³ e foi consolidada definitivamente com a aliança que juntou PSDB/PFL no processo eleitoral de 1994.

Embora o projeto neoliberal conduzido pelo PSDB tenha sido sustentado por uma coalizão conservadora⁹⁴ que incluía “os caciques da fisiologia”, não teriam sido estes os “grandes predadores” do Estado brasileiro no período e sim grupos ligados ao grande capital privado e às finanças nacionais e internacionais. Estes sim, teriam tirado grande proveito das privatizações, dos fundos de pensão e dos negócios ligados às novas Agências de Regulação. Enfim, aproveitaram-se dos negócios realizados com o *filé mignon* da economia nacional. Por isso, o “núcleo duro e reacionário da coalizão” é exatamente o mais “moderno” da coalizão. Os grupos oligárquicos da coalizão e seus “coronéis” teriam cumprido “um papel menor nesta festa, e alguns deles não passam de ratos de navio”. (FIORI, 2001, p.277).

De acordo com Comim (1998, p.12), “[...] pelo menos para a gestão macroeconômica cotidiana do país, o governo [sua análise se refere até o ano de 1997] contou com carta branca do Congresso e das lideranças partidárias.” O autor exemplifica:

Sempre que necessário, as taxas de juros foram catapultadas à lua, arrojaram-se os governos estaduais e houve cortes no orçamento,

Amazonino [Mendes], Ronivon [Santiago], até o infinito se possível e necessário.” O candidato à presidência já demonstrava excelente ‘faro’ para identificar apoiadores fiéis. No caso do deputado Ronivon Santiago (filiação atualmente ao PP, mas que já passou pelo PFL, PSD, PPR, PDS, PSC e PMDB), este ficou bastante conhecido em 1997 ao assumir, em gravação, ter vendido por R\$ 200 mil o seu apoio à emenda da reeleição de FHC. Acusado de venda de voto e para evitar um possível processo de cassação na Câmara ele renunciou ao mandato, na época. Reeleito em 2005, respondia, neste ano, segundo ele próprio, a 37 ações na Justiça Eleitoral, quase todas sob acusação de compra de votos na eleição de 2002. (**Folha de S. Paulo**, 3 set., 2005. Caderno Brasil, p.A8). Amazonino Mendes, na época governador do Amazonas, por sua vez, era responsável pelo pagamento de votos favoráveis à reeleição de FHC. (**Revista Caros Amigos**, n.25, São Paulo. set., 2005, Casa Amarela, p.30).

⁹³ Fernando Collor desprezou as formas consagradas de mediação e interlocução com a sociedade, começando pelos partidos políticos. Com estes preferiu forjar maiorias ocasionais, refeitas a cada votação, privilegiando integrantes dos partidos de corte conservador (PRN, PDS, PFL, PTB e alguns setores do PMDB). Essas forças políticas participaram do jogo político basicamente no papel de homologar as indicações do Executivo, o que revelava que o Executivo já assumia uma posição de destaque no quadro da distribuição do poder político. A concentração no Executivo, da capacidade de decisão, pode ser ilustrada pelo fato de só no primeiro ano do governo Collor terem sido promulgadas 148 medidas provisórias, com pouca rejeição ou resistência por parte do Congresso. Collor não teria ainda, revelado qualquer disposição em incluir a participação de setores da sociedade civil organizada nas decisões do governo. (COSTA, 2000, p. 261-262).

⁹⁴ Celso Furtado explicava, na ocasião, que parte da postura anti-reforma agrária do 1º mandato de FHC resultava dos “apoios políticos” que ele cultivava, entre os quais o do vice-presidente Marco Maciel, “homem do Nordeste, bem representativo da oligarquia nordestina.” Ou, como o caso do apoio, na época, do senador Antônio Carlos Magalhães, da Bahia, “um operador muito hábil, que sabe tirar proveito de tudo, mas é contra qualquer coisa que toque no essencial [na estrutura agrária, por exemplo]”. (apud RODRIGUES, 1998, p.79-80).

medidas que foram sempre ‘absorvidas’ sem maiores protestos pelo Legislativo, uma vez que a estabilidade (e a reeleição, claro) estava acima de tudo, não importando os meios para sustentá-la.

Viu-se, por exemplo, que, apesar dos percalços do governo FHC na aprovação da sua proposta inicial de reforma da Previdência em 1996, era bem conhecido seu acordo “com os partidos aliados – PFL, PMDB, PSDB, PPB e PTB – contra o que [chamavam] de privilégios do sistema previdenciário [...]”. (JORNAL DO DIAP. Jun./Jul. de 1996, p.9).

No atacado, a relação entre o “atraso” e o “moderno” aparece na aliança partidária do “atraso” – ou seja, daqueles partidos em que boa parte de seus parlamentares, e quase sempre de suas lideranças, organizam uma parte importante dos seus procedimentos políticos utilizando-se das práticas que definimos atrás como “atrasadas” -- com o “núcleo central” condutor do programa neoliberal no Brasil e na participação das “forças do atraso” no endosso e aprovação das grandes reformas previstas pelo referido programa.⁹⁵ Durante as duas gestões do governo FHC foi claro e comprovado o apoio de partidos como o PFL, PTB e PPB e boa parte do PMDB⁹⁶ às políticas de privatização das empresas estatais e dos serviços públicos, às iniciativas de desregulamentação econômica e trabalhista e à ampliação da abertura da economia ao capital internacional, levadas a cabo por Fernando Henrique Cardoso⁹⁷.

Um acompanhamento da orientação partidária na atuação dos parlamentares na legislatura que vai de 1999 a 2002, em algumas das matérias

⁹⁵ Boito Jr. (1999, p.64-65) destaca, por exemplo, as presenças, em junho de 1997, do então presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, do PFL, e do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, do PMDB, em um grande Fórum pró-Reformas neoliberais organizado pela FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), onde estiveram para apoiar a iniciativa do Fórum. Embora Michel Temer não parece comportar-se, exatamente, como um típico político tradicional, nos termos que nos interessam aqui, vale o registro do evento e de sua presença nele, porque Temer liderava, na ocasião, uma frente parlamentar composta, significativamente, por deputados afinados com práticas “arcaicas”.

⁹⁶ **Quem foi quem nas Reformas Constitucionais.** DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar). Brasília: DIAP, 1988, p.16.

⁹⁷ NICOLAU (2000, p.720) observou que o governo FHC foi bem sucedido nas votações referentes às emendas constitucionais que propôs ao Congresso: de 102 propostas do período, obteve vitória em 93 delas. As derrotas se fixaram, principalmente, nas propostas de Reforma da Previdência (07 derrotas), de Reforma Administrativa (02 derrotas), quebra do monopólio do petróleo (01 derrota) e navegação de cabotagem (1 derrota). De acordo com análise do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), baseada no voto dos deputados, para as reformas administrativa e previdenciária, “[...] o governo contava, no caso da Câmara, com apoio consistente de 296 deputados, com apoio condicionado, cujo voto dependia de barganha, de 115, e 102 eram de oposição”. (**Quem foi quem nas Reformas Constitucionais.** Brasília: DIAP/Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 1998, p.18).

mais relevantes no que se refere às reformas de cunho neoliberal (flexibilização da CLT; fator previdenciário; fim do Regime Jurídico Único (RJU); conciliação na empresa; privatização da previdência do servidor; prescrição dos direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais; lei de responsabilidade fiscal) confirma a participação daqueles partidos ligados às oligarquias e às políticas do “atraso” na implementação da “modernidade” neoliberal no Brasil. Com exceção de uma votação (aquela que tratou da flexibilização da CLT e que teve orientação partidária do PMDB contrária à matéria) e sem se reportar a outros partidos menores e ao PSDB, observamos que o PFL, o PPB, o PTB e o PMDB tiveram orientação partidária favorável em todas as sete matérias.

Por outro lado, em três matérias que se referiam à proteção e ampliação de direitos dos trabalhadores, escolhidas como exemplo também pelas suas relevâncias, (combate ao nepotismo; isenção de custas do trabalhador no rito sumaríssimo na Justiça do Trabalho; definição de critérios para dispensa de servidor estável), novamente com uma única exceção (a orientação favorável do PMDB na matéria sobre isenção no rito sumaríssimo), os mesmos partidos listados acima ou liberaram seus parlamentares ou tiveram orientação contrária a essas matérias, indicando votação contra os interesses dos trabalhadores.⁹⁸ O que, na ótica dos ideólogos do Governo Fernando Henrique Cardoso, inscrevia-os no jogo da política neoliberal como “partidos da modernidade” e não mais como partidos da “velha política” e do conservadorismo, conforme já haviam sido classificados até mesmo, por exemplo, pelos próprios intelectuais do PSDB.

Revela-se fundamental observar, portanto, qual foi a contribuição efetiva dos partidos no legislativo para a aprovação daqueles projetos de iniciativa e de interesse do Executivo. Uma análise do conjunto das emendas individuais e coletivas executadas pelo governo, no período, permite, por exemplo, mapear a posição dos partidos no “sistema de trocas” de apoio político por recompensas orçamentárias. Ela mostra que os partidos que formaram a coalizão do governo FHC no Congresso (PSDB, PFL, PPB, PTB e PMDB) foram muito bem agraciados pelo governo nas execuções orçamentárias. Por exemplo, em 2000, viu-se que os partidos da base governamental, mesmo detendo 73,7% das cadeiras na Câmara

⁹⁸ **Quem foi quem no Congresso Nacional nas matérias de interesse dos assalariados no Congresso Nacional na legislatura 1999-2002.** Publicação do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) Brasília, 2002.

dos Deputados, foram recompensados com 83,8% da totalidade dos recursos públicos executados como emendas individuais de seus parlamentares. De outro lado, entre os partidos da oposição, o PT, detentor de 11,3% das cadeiras da Câmara no período, recebeu apenas 6,1% dos recursos totais. (PEREIRA & MUELLER, 2002, p.292).

Analisando o comportamento dos parlamentares naquelas votações de interesse do governo, durante o período 1995-1998, Nicolau (2000) pôde observar o “índice de apoio ao governo” ou, noutros termos, a taxa de fidelidade dos partidos ao Executivo. Para tanto o autor considerou aquelas votações nas quais havia a clara orientação do líder do governo na Câmara ao voto dos parlamentares da base governista. Sua análise levou à conclusão de que PSDB e PFL, que compuseram o núcleo da coalizão que elegeu FHC em 1994 e que controlaram os principais Ministérios ao longo da primeira gestão, foram fidelíssimos no apoio às votações de interesse do governo Fernando Henrique Cardoso.

Também não decepcionaram neste item, os outros três principais partidos que fizeram parte da base de sustentação parlamentar do presidente: o PTB, o PPB e o PMDB. A taxa média de deputados de cada bancada que apoiou o governo nas votações analisadas foi a seguinte: PFL (77,5%), PSDB (77,3%), PTB (70,4%), PPB (67,0%), PMDB (63,1%). Entre os parlamentares da oposição, as taxas foram: PDT (10,0%), PSB (8,5%), PC do B (6,3%) e PT (2,9%).(p.727). Por essa via, a do apoio às reformas neoliberais, os políticos desses partidos, como Antônio Carlos Magalhães, Paulo Maluf, José Sarney, Inocêncio Oliveira e outros, sintonizam-se com a “modernidade neoliberal”, contribuindo para a realização de seu conteúdo programático por meio da atualização das práticas fisiológicas e clintelísticas. (TOLEDO, 1998).

No varejo, também é possível vislumbrar expoentes do “atraso” fazendo uso de procedimentos mais próprios à época do Estado patrimonialista, a serviço dos “modernos” interesses econômicos privados. Embora seja possível juntar inúmeros desses procedimentos, um exemplo ilustra bem essa observação, principalmente porque leva em conta a avaliação dos financiamentos de partidos e candidatos e suas posteriores atuações destes. O exemplo é o do “caso da pasta cor-de-rosa”, noticiado em dezembro de 1995. De acordo com as denúncias da época, o então deputado Antônio Carlos Magalhães (ACM), um típico representante

do “atraso”,⁹⁹ aparecia como o maior beneficiário das verbas eleitorais distribuídas pelo Banco Econômico nas eleições de 1994, ao mesmo tempo em que se empenhava, indiscretamente, em garantir a atuação do Estado para salvar o banco da falência e evitar a intervenção pública em sua diretoria.

A política de alianças do governo Fernando Henrique Cardoso em seu primeiro mandato pode ser compreendida nos termos das necessidades pragmáticas, o que não quer dizer inevitáveis, nem únicas, que se referiam à “governabilidade” e encaminhamento das reformas constitucionais vinculadas ao projeto neoliberal, bem como podem ser entendidas por algumas afinidades que existiam entre boa parte das propostas da social-democracia, conforme as entendia o PSDB, e certos traços de social-liberalismo que estavam inscritos nos programas e na retórica do PFL, do PPB e do PTB. Em resumo, combinavam no objetivo último de “superação da era Vargas”, denominação usada para se referirem à “rigidez” da legislação trabalhista e ao “excesso” de Estado na Economia. Em termos concretos e imediatos, a pauta desta “superação” incluía

[...] a defesa de pontos como fim dos monopólios estatais, desregulamentação da economia, abertura do país aos fluxos internacionais de comércio e finanças, racionalização da máquina do Estado, concessão de serviços públicos à iniciativa privada e eliminação de privilégios na Previdência Social [...]. (COSTA, 2000, p.277).

Pela via da adesão a essas propostas o PFL, o PPB e o PTB se credenciavam, ao lado do PSDB, como partidos “modernos”, mostrando-se antenados às tendências de reformas regressivas de tipo neoliberais. É por essa via que os representantes do “atraso” na política brasileira participam da “modernidade” neoliberal. Se havia, no debate público, divergências entre os dois grupos políticos quanto à necessidade de modernizar também as práticas políticas mais cotidianas, até então eivadas de traços patrimonialistas, de fisiologismo e de clientelismo, tais práticas serão matizadas e solucionadas como subordinadas às prioridades da coalizão e à sintonia dos dois grupos em torno das reformas neoliberais. O que não retira, no período, a insistente presença dessas últimas práticas no jogo das negociações das reformas, influenciando-as, ao menos, em seu ritmo e intensidade.

⁹⁹ O próprio ACM resumiu em uma frase quais seriam seus principais instrumentos de sobrevivência política: “[Ganho eleição na Bahia] com o chicote numa mão e o dinheiro na outra”. (apud GOMES,

De qualquer forma, ora facilitando, ora dificultando os encaminhamentos do Executivo na Câmara, as práticas políticas “atrasadas” – fisiologismo e clientelismo, principalmente – funcionaram como os recursos da negociação política por excelência, através dos quais os dissensos e diferenças, entre os “modernos” neoliberais e os “atrasados” oligarcas, deveriam ser resolvidos. Esses recursos transformam-se no principal meio de o Executivo encaminhar suas diretrizes, livrando-se de outras possibilidades de fazer política governamental que teriam que incluir no jogo da política inúmeras outras organizações sociais, interesses conflitantes e métodos de negociação dos dissensos.

O governo Fernando Henrique Cardoso poupou-se de promover o debate amplo, envolvendo os diferentes interesses de classe e de frações de classe. Quando estava em jogo temas de relevância nacional, as decisões eram tomadas “entre o palácio presidencial e os parlamentares comerciais de votos [...]”. (FREITAS, 2003, p.A7). Ocorre que para certa concepção bastante restrita de democracia e bem difundida na opinião pública e, que no limite, bastava aos grupos políticos dominantes no período, o jogo da política democrática seria esse mesmo, limitado à “negociação” entre Executivo e Congresso, permitindo-se aos setores populares apenas manifestações episódicas e “inofensivas” de descontentamento com os ocasionais “excessos” de voracidade do fisiologismo parlamentar.

Por seu turno, a coligação do PSDB com os “políticos do atraso” acaba por limitar as iniciativas de racionalização da gestão das políticas públicas, no mínimo porque tal aliança implicava na sobrevida de parte dos políticos afeitos às práticas patrimonialistas, como co-partícipes da coalizão no poder, a despeito de Fernando Henrique Cardoso ter escrito que suas reformas do Estado visavam tornar o antigo Estado patrimonialista “um traje apertado”. (CARDOSO, 1998, p.10).

Embora tenha sido a marca do funcionamento da política no período de implantação do neoliberalismo no Brasil, a aliança dos “modernos” condutores do projeto neoliberal com as lideranças e os partidos afeitos às “velhas” práticas políticas não logrou, certamente, todos os seus objetivos. Por exemplo, a reforma da previdência, uma das grandes reformas defendidas pelos neoliberais, não foi efetivada a contento no governo Fernando Henrique Cardoso. O próprio presidente Fernando Henrique lamentava em 1999 a “[...] falta de boa vontade do Congresso”

em aprovar algumas das propostas do governo.¹⁰⁰ Em 2003, o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou um documento no qual criticava o governo FHC por não ter sido firme o suficiente na pressão sobre o Congresso para que este aprovasse completamente as reformas da Previdência e a tributária.¹⁰¹

Por certo que a condução e aprovação das reformas neoliberais exigiu um tempo longo de negociação e convencimento, em razão, provavelmente, da resistência de parte das classes populares prejudicadas pelas propostas de reformas. De qualquer maneira, a principal razão do “pacto conservador”, a cooptação do Legislativo para o apoio ao conjunto das reformas neoliberais, perdurou por todo o mandato de Fernando Henrique Cardoso, e foi sustentado na revalorização de personagens e de práticas políticas ligadas ao que denominamos aqui como “atraso”/ “atrasadas”.

O governo Fernando Henrique Cardoso selecionou o “sistema de trocas” – baseado na liberação de emendas do orçamento e na distribuição de cargos no aparelho de Estado – para se relacionar com os partidos e parlamentares porque considerou, acertadamente, que este sistema lhe possibilitaria controlar parte do Congresso para a aprovação das leis ligadas à implantação do neoliberalismo. Ou seja, o “sistema de trocas” – o “toma-lá-dá-cá” – foi selecionado como a base das relações entre o Executivo e Legislativo e, conforme demonstra uma série de análises sobre o período, ele ajudou a produzir razoáveis níveis de “governabilidade” que, por sua vez, permitiram a aprovação de importantes reformas de cunho neoliberal.

O Executivo pagava um preço ao fazer uso dessa estratégia de controle sobre o Congresso, que era o risco de ela levar a desvirtuamentos na sua proposta orçamentária original e ter que dispender recursos em programas propostos por parlamentares não previstos em seu planejamento. No entanto, de acordo com Pereira & Mueller (2002), os “custos” dessa estratégia acabavam por ser baixíssimos. Primeiro, porque o Executivo disporia de uma série de instrumentos que lhe garantiriam total controle sobre o orçamento, apesar de ter de compartilhar com o Congresso sua aprovação e algumas emendas: só o Executivo autoriza execuções de propostas do orçamento; áreas fundamentais do orçamento como as da saúde e da educação são de exclusividade do Executivo; só o Executivo pode

¹⁰⁰ **Folha de Londrina**, 22 ago. 1999. Caderno Folha Reportagem, p.1.

¹⁰¹ **Folha de S. Paulo**, 29 jul. 2003, p.B1.

vetar iniciativas do Congresso alegando, por exemplo, restrições orçamentárias, etc. Depois, porque a parte do orçamento que o Executivo mobilizaria para emendas parlamentares – em torno de 1% a 2% – seria bastante pequena em relação à totalidade dos recursos que o Executivo controlaria sozinho.¹⁰²

Em síntese, a formação de uma coalizão que juntou a “Social Democracia Brasileira” com o “coronelato do Nordeste” e outros oligarcas, pode ser entendida por aquilo que as unificou: o programa neoliberal e a necessidade de respaldo eleitoral para seu aprofundamento diante das fortes críticas da oposição e do candidato da então esquerda brasileira, Luis Inácio Lula da Silva. É nesse sentido que se põe a observação de que

[...] FHC é que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que [faltava] ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial. (FIORI, 1997, p.14).

A valorização dos partidos e parlamentares identificados com políticas de tipo patrimonialistas e fisiológicas foi a via por onde práticas “atrasadas” foram realimentadas na vida política nacional recente, com reflexos nas políticas regional e local.

O caso que estudamos a seguir, envolve, principalmente, uma liderança política de expressão relevante no norte do Paraná e que se estende em nível estadual em razão da atividade política de outros membros de sua família, como a de seu filho e a de sua esposa. O político estruturador das práticas de clientela que analisamos nesse estudo, Antonio Belinati, um político de talhe clientelista e paternalista (conforme demonstraremos no capítulo 2), era, no período FHC, aliado do governo estadual, inclusive tendo sua esposa como vice-governadora. Era aliado e recebia apoio e estímulo de um governador de evidente perfil neoliberal: Jaime Lerner. Este, por sua vez, era aliado de primeira hora do governo Fernando Henrique Cardoso.

¹⁰² A análise de ALSTON et al. (2005, p.6) também afirma o mesmo.

CAPÍTULO 2

2 A SUBCULTURA DO CLIENTELISMO: ESTUDO DE CASO EM LONDRINA (Pr)

“Quem dá aos pobres ... pede o voto depois”

(Jota. **Folha de Londrina**. 2001)

Apresentamos a seguir o levantamento e organização de um elenco de práticas, noções, representações e valores que se referem diretamente à esfera da atividade política e que são compartilhadas por um grupo de agentes sociais de setores populares, envolvidos em práticas clientelísticas, articuladas para a garantia de votos e apoio a um político de expressão que atua na cidade de Londrina (Pr).¹⁰³ Partimos de alguns eventos que mostram práticas de clientelismo desenvolvidas por esse político e que revelam o apoio que ele recebe de seguimentos populares – especialmente lideranças de moradores – através do vínculo clientelista instalado. Acrescentamos, em seguida, os resultados de uma série de entrevistas realizadas com pessoas envolvidas em vínculos de clientela com o referido político.

Pretendemos verificar se há, entre os indivíduos das classes populares que participam desse vínculo, a partilha de uma subcultura política particular que o sustentaria, quer dizer, que o organizaria ideologicamente. E, qual seria seu conteúdo (práticas, crenças, representações, valores)? Descortinar este conteúdo pode trazer esclarecimentos não só a respeito do funcionamento do clientelismo do tipo que miramos, bem como pode pôr em evidência motivações “escondidas” que ajudam a promover a instalação de vínculos de clientela.

Esse capítulo resulta do esforço em pôr sob certa ordem parte do conteúdo expresso nos depoimentos que coletamos; o que nos interessa porque

¹⁰³ Trata-se do Sr. Antonio Belinati, ex-prefeito da cidade e figura de grande destaque na política regional há mais de 30 anos. Na ocasião dos eventos que nos servem de base inicial para o levantamento dos dados que apresentaremos à frente, ano de 2000, Belinati exercia pela terceira vez o mandato de prefeito de Londrina, pelo PFL. Ocupou esse cargo pela primeira vez em 1976, pelo MDB, com uma grande votação. Em 1988, foi eleito pela segunda vez, estando filiado ao PDT. Em 1970, elegeu-se deputado estadual e voltou à Assembléia Legislativa como deputado por mais duas vezes, em 1983 e em 1994. Radialista de profissão, iniciou sua carreira política em 1968 como vereador em Londrina.

permite que reorganizemos alguns dos elementos que aparecem como fundamentais à instalação e funcionamento do vínculo de clientela observado. Então, no capítulo construímos, a partir do entendimento que fizemos das interpretações oferecidas pelo eleitor-cliente, um quadro parcial do funcionamento do clientelismo local, em torno do político Antônio Belinati. É uma tentativa de compreender o clientelismo como relação social, antes de tudo. Por isso, o capítulo é, basicamente, a organização de interpretações dos entrevistados e a formulação de análises preliminares, cuja intenção é, exatamente, oferecer um ordenamento às representações coletadas nos depoimentos.

Embora de aspecto descritivo, o esforço empreendido para captar e ordenar aquelas características do clientelismo em foco, que apareceram com relevância nos depoimentos, justifica-se porque fornecerá “a prova de realidade” para as inferências realizadas no capítulo seguinte (capítulo 3), no qual propomos alguns motivos que, provavelmente, ajudam a explicar a sobrevivência das práticas clientelistas no Brasil atual. Como a ênfase deste capítulo está na idéia de uma possível “subcultura” política do clientelismo, consideramos importante alguns esclarecimentos sobre o conceito de “subcultura política”.

2.1 Conceitos Básicos: Cultura Política e Subcultura Política

De acordo com Gohn (1999, p.21) o conceito de “cultura política” é um “derivativo” do de cultura,¹⁰⁴ representando um “recorte no mundo dos fenômenos políticos”. Almond e Powell J.¹⁰⁵ apresentam uma definição de cultura política, bastante popularizada, que a entende como “[...] o padrão de atitudes e orientações individuais com relação à política, compartilhadas por membros de um sistema político.”¹⁰⁶

Aprofundando seu esclarecimento poder-se-ia acrescentar que a cultura política incluiria conhecimentos, crenças, sentimentos e compromisso com

¹⁰⁴ “A cultura” é entendida aqui “[...] como ordem simbólica por cujo intermédio homens determinados exprimem de maneira determinada suas relações com a natureza, entre si e com o poder, bem como a maneira pela qual interpretam essas relações [...]”. (CHAUI, 1982, p.45, grifo nosso).

¹⁰⁵ apud DULCI, 1984, p.12.

valores políticos e com a realidade política. “O seu conteúdo é resultado da socialização na infância, da educação, da exposição aos meios de comunicação, de experiências adultas com o governo, com a sociedade e com o desempenho econômico do país”. (RENNÓ, 1998, p.71). Quer dizer que conforma, no mínimo, ligações de identidade em um coletivo de agentes sociais, graças ao conjunto de valores e representações simbólicas sobre a realidade social, que articula e orienta suas ações políticas.

Há ainda, a definição mais cuidadosa elaborada por Bobbio, Mateucci & Pasquino, lembrada por Gohn (1999, p.59, grifo nosso), que diz referir-se a cultura política ao

[...] conjunto de atitudes, normas e crenças mais ou menos partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e que não deve ser vista como algo homogêneo; [já que] ela é composta por um conjunto de subculturas presentes nas atitudes, normas, valores etc.

Com base nos estudos sobre cultura política é possível concluir, por exemplo,

[...] que em nenhuma sociedade há uma cultura política homogênea. As principais diferenças existentes ocorrem entre cultura política das elites e das massas. Outra diz respeito ao embate entre valores modernos e tradicionais. O choque entre as diferentes subculturas não está descartada. (RENNÓ, 1998, p.81).

Supõe-se aqui que a experiência histórica de vivência dos indivíduos, num dado território, submetido a determinado regime político, é um dado relevante na consideração das variáveis que colaboram na composição do conteúdo da cultura política de um povo. Trata-se de considerar a “cultura política como espaço de fusão entre a tradição e a inovação”. Não se trata de ver o fenômeno da cultura política

[...] como legado histórico, mas como prática viva e atuante. A interação permanente entre valores antigos (que persistem por meio das tradições) e valores novos (que são agregados ao repertório das pessoas). [...] faz com que a cultura política seja resultado de um

¹⁰⁶ Sínteses do debate em torno da teoria da cultura política podem ser encontradas em RENNO (1998) e CRIPPA (1979), inclusive com anotações sobre as lacunas e limites dessa teoria.

processo que a constrói cotidianamente, por meio de um jogo de reciprocidade. (GOHN, 1999, p.52-57).

O fato de se poder falar ou observar a presença de um padrão cultural geral no interior de uma nação não impossibilita a convivência de subculturas nesse ambiente. Nessa interpretação, cada nação seria formada por um conjunto de culturas. As culturas políticas são, de fato, culturas mistas. Podemos observar, então, variações na cultura política conforme os contextos espaciais, por exemplo, nos quais o *locus* residencial aparece como uma variável influente na definição da subcultura presente.

Os contextos sócio-históricos com suas respectivas estruturas políticas dominantes, garantem, a despeito da presença de um padrão geral da cultura política de uma nação, certa variação interna, quebrando qualquer possibilidade de uma imagem homogênea de tal cultura política. Seus aspectos comuns, ligados ao padrão geral, garantem a adaptação instável ao *status quo* e suas variações em subculturas políticas explicam o caráter precário dessa adaptação e os percalços aos quais a “ordem política dada” está sujeita permanentemente. Por isso, dentro de cada nação pode-se observar uma mistura de diferentes culturas políticas.

De acordo com Dulci (1984, p.12), é possível se falar, então, em “subculturas políticas”, quando um conjunto particular de orientações políticas distingue-se de outros no sistema cultural geral. Crê-se, portanto, haver certas especificidades de comportamento político de grupos locais, com particularidades em suas orientações e em sua postura política, sugerindo a possibilidade da existência de subculturas políticas locais.

A importância de buscar a compreensão do fenômeno da subcultura política se refere ao fato de que a subcultura cumpre um papel marcante no funcionamento de estruturas políticas autoritárias, como é o caso em pauta. Conforme Evers (1984, p.15), “[...] são os milhões de pequenos atos cotidianos de obediência irrefletida à ordem existente que criam, reproduzem e reforçam as estruturas sociais”. No caso da reprodução das estruturas políticas em específico, não é diferente. Ele continua, explicando que

[...] esta prática diária é pré-representada nos indivíduos através dos modos de percepção, crenças, valores e orientações, a maior parte

deles operando inconscientemente. Nenhuma estrutura de dominação social poderia resistir se não existisse essa representação nos planos sócio-cultural e psíquico-social. (EVERS, 1984, p.15).

Por certo que o exercício efetivo do poder que se dá, por exemplo, através do Estado e de suas instituições é, também, vivenciado através das representações que cercam esse poder e da noção de autoridade que o acompanha.

Na compreensão de processos políticos são vários os elementos que devem ser considerados. Por exemplo: as características da estrutura política subjacente (a estrutura organizativa, a legislação e as normas); a influência de “elites relevantes”; variáveis estruturais como condições sócio-econômicas dos sujeitos envolvidos etc. E, não com menor importância, é preciso dar atenção à variável relativa às orientações subjetivas da ação política dos indivíduos deste processo, ou seja, o tratamento da cultura política, da subcultura política e da ideologia que colaboram na organização de tal processo.

Se, por um lado, a estrutura política promove aspectos da cultura política, por outro,

[...] a feição e a plasticidade atribuídas à estrutura política refletem necessariamente a cultura política, isto é, as disputas políticas, as concepções com que os atores participam delas, e os padrões de comportamento que, herdados do passado ou transformados no presente, ajudam a moldá-las; [portanto] o mais apropriado seria falar [...], de uma ‘influência recíproca entre ação e crenças políticas’, para explicar os processos que influem na mudança dos regimes políticos, ou ainda, na permanência de regimes políticos. (MOISÉS, 1995, p.96-7).

Um pressuposto presente na observação anterior é o de que há “padrões de comportamento político, concepções políticas e formas de disputa política”, que ajudam a moldar a “feição e a plasticidade” das estruturas políticas atuais.

A hipótese dada é a de que há uma forte relação de influência entre estrutura política e cultura política, entre estrutura política e práticas políticas. Por exemplo, estruturas políticas fechadas, excludentes, com pouco espaço à representação dos variados interesses dos grupos que ela regula, vai por inércia e, algumas vezes, por deliberação, estimular comportamentos políticos que aceitam

tais características acomodando-se a ela, a partir da incorporação de concepções políticas que a justificam, que a explicam: no caso, concepções marcadas por forte conformismo e apatia. Esta aceitação pode levar a comportamentos que procuram caminhos de ação política que escapem da total submissão aos limites impostos pela estrutura excludente, mas que também não a contestem diretamente, implicando numa fraca influência de modificação: é o caso de alternativas de comportamento ancoradas no “compadrio”, no “favor”, no personalismo, no “bairrismo” etc.

Não é impossível também, que a mesma estrutura, pela exclusão que impõe a certos indivíduos/grupos, acabe por estimular sua reação contestatória a esta estrutura. Neste caso, as alternativas de ação política envidadas orientam-se para o confronto com a estrutura dada, objetivando sua transformação: pelo desnudamento do seu caráter de elite (sua apropriação por poucos), pela reivindicação da institucionalização de novos espaços e canais de representação de interesses, etc.

Embora a relação entre estrutura política e comportamento político seja de determinação recíproca, é possível admitir que a tendência do movimento seja favorável ao prevalecimento da influência da cultura política advinda das orientações e indicações fornecidas pela estrutura dada (normas e regras de funcionamento da organização política, legislação geral, etc), já que esta será, em última instância, expressão das forças dominantes em jogo. Dessa maneira, nos aspectos gerais, a cultura política consoante a esta tendência terá como parte principal de seu conteúdo a ideologia política das classes dominantes.

Por último, resta o alerta feito por Chauí (1982, p.46), quanto aos riscos de uma “atitude romântica” em relação à análise da cultura e em especial à “cultura do povo”, que muitas vezes “[...] não só esquece o problema da alienação e da reprodução da ideologia dominante pelos dominados, como também esquece de indagar se, sob o discurso “alienado”, submisso à crença nas virtudes de um poder paternalista, não se esconderia algo que ouvidos românticos não são capazes de ouvir”.

2.2 Possibilidades de uma Subcultura Política do Clientelismo: Práticas, Representações e Valores

A atenção especial para a possibilidade de uma subcultura política do clientelismo foi despertada por ocasião de um conjunto de eventos ocorridos no primeiro semestre de 2000, envolvendo a cassação do mandato do prefeito da cidade, o Sr. Antônio Belinati.¹⁰⁷ O que nos interessou nesse conjunto foi a presença de manifestações públicas de apoio ao prefeito, realizadas por setores populares da periferia da cidade, e que revelavam fortes vínculos clientelísticos com o prefeito acusado (Anexo A).¹⁰⁸

De fevereiro de 1999 a junho de 2000, o prefeito da cidade de Londrina esteve envolvido numa série de denúncias de corrupção e improbidade administrativa que o levaram a sofrer um processo de cassação de mandato, encetado pela Câmara de Vereadores e que culminou com a perda de seu mandato. Todo o processo de denúncia, investigação e cassação, foi sustentado por um forte e expressivo movimento de segmentos da sociedade civil, que exigia o esclarecimento sobre o esquema de corrupção aventado e a punição dos possíveis envolvidos. Em fevereiro de 2000 alguns setores da sociedade civil da cidade, contrários ao prefeito, agrupados no “Movimento da Moralidade”, composto por sindicatos de trabalhadores, sindicatos patronais, por algumas Associações de Moradores, pastorais religiosas, Maçonaria e outros, firmam a reivindicação de instalação de uma CEI (Comissão Especial de Inquérito) pela Câmara de Vereadores para investigar as denúncias de irregularidades na administração pública municipal.

Dura, mais ou menos, um mês o tempo necessário para sua instalação e, nesse intervalo, aparece também, com destaque, uma série de mobilizações populares de apoio e solidariedade ao prefeito. São manifestações e notas de apoio ao prefeito, organizadas principalmente por “lideranças de bairros e assentamentos”, ligadas a Associações de Moradores de Londrina e à Federação dos Assentamentos e Sem-Teto de Londrina.¹⁰⁹ O apoio desses “segmentos populares”, ou em outros termos, utilizados pela imprensa na época, da “população pobre” ou, ainda, das “populações mais necessitadas”, deu-se, principalmente, por

¹⁰⁷ Sobre o processo de cassação, ver CÉSAR (2001) e SILVEIRA (2004).

¹⁰⁸ Neles encontram-se algumas reportagens que dão idéia dos eventos mencionados.

meio de manifestações públicas em frente a Câmara de Vereadores, ao Fórum e a Prefeitura da cidade. Visavam, em especial, “prestar solidariedade ao prefeito” e pressionar os responsáveis pelas investigações para que recuassem das denúncias.¹¹⁰

De acordo com o resumo de um jornalista que acompanhou de perto o desenrolar dos eventos, o prefeito, “[...] acuado, mobilizou setores populares despolitizados através de entidades como associações de moradores que tinham vínculo político com ele através de formas de cooptação que iam desde empregos na administração municipal ou na Frente de Trabalho, ou outras formas de clientelismo. Como líder populista, Belinati tinha – como ainda tem – apoio de segmentos populares cooptados através de práticas clientelistas”. (SILVEIRA, 2004, p.25).

Esses eventos revelaram, com exuberância, a presença de clientelas políticas organizadas pelo prefeito e seus asseclas (funcionários públicos, comissionados e cabos eleitorais). Mais do que isso, graças ao trabalho de jornalistas locais, pôs-se em evidência também, inúmeros depoimentos de eleitores-clientes do prefeito, de modo a insinuar, pela recorrência de algumas representações nas falas, a presença de um conjunto de noções, crenças, valores e práticas a respeito da atividade política, e que foram aventadas por causa da participação no vínculo clientelista, que pareciam compor uma espécie de subcultura política própria à política de clientela, ou, nos termos que escolhemos, uma subcultura do clientelismo.

Instigados pela revelação que os eventos traziam sobre a existência de uma expressiva clientela política ligada ao ex-prefeito Antônio Belinati, resolvemos iniciar uma investigação sobre a referida clientela, partindo de um problema central que pode ser resumido nas seguintes perguntas: as práticas clientelistas, quer dizer, aquelas que articulam a relação entre o político e o eleitor, através da troca de benefícios – “ajudas” e “favores” -- por voto e apoio político, são orientadas por algum conjunto coerente de procedimentos, representações, noções e valores? Ou seja, seria própria a essas práticas alguma subcultura política? Seria possível vislumbrar uma espécie de subcultura do clientelismo,

¹⁰⁹ **Folha de Londrina**, 23 fev. 2000, p.5; **Folha de Londrina**, 25 fev. 2000, p.7; **Jornal de Londrina**, 23 fev. 2000, p.4A.

¹¹⁰ **Folha de Londrina**, 23 fev. 2000, p.5.

orientando/motivando a participação dos envolvidos nos vínculos desse tipo, em especial os membros dos setores populares? Ou, em outros termos, quando os indivíduos envolvidos nos vínculos clientelistas agem na relação do vínculo, será que compartilham práticas, representações, noções e valores que articulariam estes vínculos? Buscamos então, capturar essa possível concepção específica de política ou, mais exatamente, essa concepção sobre a conduta presente na orientação das ações políticas daqueles indivíduos ligados aos vínculos de clientela, tomando como procedimento o exame do conjunto das relações e práticas produzido a partir da elaboração e reprodução do vínculo de clientela.

Para o levantamento de informações sobre a clientela política que nos interessa, apoiamos-nos então: 1^o) no material jornalístico que trata das manifestações públicas de apoio ao ex-prefeito acusado de corrupção (1999/2000), e que contém bom volume de informações e de entrevistas realizadas com alguns indivíduos pertencentes à clientela de Belinati.¹¹¹ E, 2^o) principalmente, contamos com um conjunto formado por 16 entrevistas que realizamos entre os anos de 2003 e 2005 com eleitores que supúnhamos pertencer à clientela de Belinati, nos termos em que definimos clientelismo na introdução. Cuidamos em entrevistar¹¹² eleitores que mantêm vínculos políticos com Belinati há mais de 6 anos e que acompanharam de perto ou participaram diretamente daquelas mobilizações (1999/2000) de apoio ao ex-prefeito.

¹¹¹ O registro desses depoimentos se encontra, principalmente, nos jornais locais: **Folha de Londrina** e **Jornal de Londrina**, em edições que vão de março de 1999 até agosto de 2000.

¹¹² As entrevistas foram realizadas nas residências dos entrevistados. Seguiram o formato de entrevistas semi-diretivas, com suporte num roteiro previamente pensado e no uso do gravador (Anexo B). O roteiro preparado priorizou cercar as concepções e avaliações dos entrevistados a respeito da relação de clientela que mantêm com Antonio Belinati. Por certo que suas concepções sobre o universo da política são bem mais complexas do que pudemos coletar e do que aquela parte que optamos por destacar. No entanto, acreditamos ter conseguido mapear, razoavelmente, aquelas concepções e avaliações que se repetem e que preponderam motivando e orientando a ação política na relação de clientela. As entrevistas duraram em média uma hora cada. Na aplicação das entrevistas, contamos com o auxílio de dois outros sociólogos.

Sobre os limites da amostra selecionada, antes de tudo, é sabido que entrevistas qualitativas com pequenas amostras não aspiram à representatividade estatística. Sua relevância radica em outros aspectos: por exemplo, e naquele que nos interessa, em revelar estruturas de significados e argumentação que dificilmente pesquisas de opinião quantitativas poderiam ter acesso, a não ser de maneira tênue e indireta. Nesse aspecto, no estudo em foco, consideramos que a técnica foi satisfatória. Para não comprometer os entrevistados substituímos seus nomes por números, de maneira que pudéssemos manter a diferenciação entre um e outro entrevistado. Por exemplo: Dona *Nanana* por (E1), Sr. *Nonono* por (E2), e assim por diante. A substituição não impede que exponhamos algumas informações sobre os entrevistados e revelemos seus perfis sócio-econômicos. Ver o anexo C: **Perfil sócio-econômico dos entrevistados**.

Pretendíamos, com essa opção, garantir que os indivíduos entrevistados entre 2003 e 2005 pertencessem àquele grupo que pode ser visto, de fato, como clientela do ex-prefeito e que pode ser identificado como “gente do Belinati”, conforme eles próprios se auto-definem. A escolha permitiu, ainda, observar a profundidade e durabilidade do vínculo de clientela examinado e a repetição de valores e concepções que já haviam aparecido nas matérias jornalísticas que cobriram os eventos da cassação do político em questão. Verificamos que a “lembrança” sobre os eventos de 2000 ainda era “fresca”, “bem viva” e detalhada na memória dos selecionados para as entrevistas, o que revelou o acerto da escolha.

2.3 A Manifestação da Clientela

Esse grupo de eleitores-clientes pode ser reconhecido, também, pela manifestação pública de apoio político ao ex-prefeito em inúmeras situações que extrapolam os períodos eleitorais. Evidencia-se que as relações de clientela que presenciamos aqui são constituídas por vínculos fortes e duradouros entre os membros do par envolvido: o eleitor e o político. Observa-se, a seguir, exemplos dessas manifestações de apoio.

“Portanto, fizemos muita oração no grupo das senhoras da renovação carismática, quando ele [Belinati] ficou doente [em 1999]” (E1).

“Eu ia direto à delegacia [visitar Belinati, preso em 2000 por causa da denúncia de corrupção]. Todo dia. Pode ver no jornal”. (E15. Depoimento dado em 2005).

“Nóis ia [protestar em 2000, na frente da Câmara de Vereadores] com dinheiro nosso mesmo, de ônibus. Eu ia com dinheiro meu. Tinha a Dona (...) ..., pegava o pessoal, ela arrumava ônibus, pegava um tanto de cada pessoa, do ônibus ... Nem comida pra eles eles ia dar ... a Dona (...) levava. Depois, nós fazia uma vaquinha ali, a gente comprava pão e dividia entre eles ali.” (E3. Depoimento dado em 2005).

“Mesmo sem poder vê-lo, eu tava lá todo dia [em frente ao Distrito Policial, onde se encontrava retido o ex-prefeito].” (E10. Depoimento dado em 2005).

“[Na ocasião das sessões para a cassação do ex-prefeito] dormimos na Câmara de Vereadores. Enfrentamos de frente ... Cada um vinha com dinheiro do próprio bolso.” (E4. Depoimento dado em 2005).

“A gente mesmo, do Movimento [Pela Legalidade], fazia vaquinha, tirava do bolso, pra arrumar ônibus pra levar o povo dos assentamentos que queriam ir e não tinha como ir [nas manifestações pró-Belinati, em frente à Câmara de Vereadores e no calçadão de Londrina].” (E5. Depoimento dado em 2005).

“Fomos pra rua [calçadão] gritar pra que ele não fosse cassado.” (E13. Depoimento dado em 2005).

2.4 As Classes Populares Como Clientes

A prática do clientelismo analisada aqui envolve, principalmente, membros das classes populares, de um lado, e um líder político da cidade, de outro. Quanto aos indivíduos envolvidos nos eventos de 2000 na condição que vimos considerando como sendo de clientela política, os registros colhidos pelos jornalistas, na época, revelam com detalhes o perfil sócio-econômico dos manifestantes: seriam os “pobres”, os “necessitados”, os “carentes”, “moradores da periferia da cidade”.¹¹³

Registrou-se, por exemplo:

¹¹³ Em 2001, a Secretaria Municipal de Ação Social estimava que existia na cidade de Londrina, “cerca de 160 mil pessoas [30% da população] em situação de risco pessoal e social, vivendo na linha da pobreza, com renda de até dois salários mínimos.” E, em situação de destacada gravidade, “quase 48 mil pessoas – mais de 10% da população – [viviam] em favelas, assentamentos e ocupações urbanas, num total de 57 áreas espalhadas pelo município. A maioria em condições absolutas de pobreza, sobrevivendo com menos de um salário mínimo por mês”. (ELORZA, Telma. Miséria atinge 160 mil londrinenses. **Folha de Londrina**, 3 jun. 2001. Caderno Reportagem, p.5). Londrina teria, ainda, entre seus pobres, em 2000, 13 mil pessoas sem renda. (PAPALI, Chiara. Londrina tem 13 mil habitantes sem renda. **Jornal de Londrina**, 18 jun. 2000. Caderno Cidade, p.5A). Para se ter uma idéia da precariedade da presença do Estado – no caso, representado pelo governo municipal -- na oferta de serviços e assistência a esses pobres, outra informação dava conta de que no segundo semestre de 1999, apenas perto de 10% das famílias da cidade com renda até dois salários mínimos eram atendidas pelo setor governamental e não-governamental. Estavam fora do atendimento mais de 36 mil famílias. (MENDONÇA, Gisele. Só 10% dos carentes recebem atendimento. **Jornal de Londrina**, 9 set. 1999. Caderno Cidade, p.3A).

Quase a totalidade dos manifestantes pró-Belinati veio de Bairros carentes da cidade [...]. (**Folha de Londrina**, 23 fev. 2000, s/p., grifo nosso).

Estavam lá [na manifestação diante da Câmara de Vereadores] representantes de todos os assentamentos e invasões da cidade. (**Jornal de Londrina**, 25 fev. 2000, p.4A, grifo nosso).

[...] Moradores da periferia, todos convidados para uma grande churrasqueira em seus respectivos bairros devido ao apoio dado ao chefe [Belinati] [...]. (**Jornal de Londrina**, 25 fev. 2000, p.4A, grifo nosso).

Com o pai e a mãe desempregados e pouca comida em casa, Pablo Gonçalves da Silva, 6 anos, não perdeu tempo: tomou com gosto o achocolatado distribuído no ônibus que o levou com a família do Jardim João Turquino, zona Oeste, até a Câmara [para protestar a favor de Belinati]. [...] A mãe dele, a dona de casa Márcia Gonçalves da Silva, confessa que ficou feliz com a distribuição da bebida acompanhada de pão com presunto e queijo. (**Folha de Londrina**, 25 fev. 2000, p.7, grifo nosso).

O grupo mais barulhento era o que defendia o prefeito. Eles chegaram em 17 ônibus da TIL [empresa de transporte urbano], vindo de dezenas de ocupações e bairros carentes da cidade. (**Folha de Londrina**, 25 fev. 2000, p.7, grifo nosso).

[...] e o grupo contra a cassação, uma massa de pobreza que defende apaixonadamente o prefeito. [...] Para se manter no cargo e tentar realizar seus sonhos, o prefeito [Belinati] conta com o fervoroso voto da pobreza [...]. (**Folha de Londrina**, 26 fev. 2000, p.3, grifo nosso).

Alguns dos entrevistados diretamente por nós, também destacaram o perfil sócio-econômico daqueles que participaram das manifestações pró-Belinati, em 2000, como por exemplo:

“Aqueles pessoas mais carentes. É elas que nós mobilizamos [em2000] para defender o Belinati”. (E15).

A origem de classe da maioria que apoiava Belinati na ocasião é revelada pela lista, fornecida por uma presidente de Associação de Moradores, de boa parte dos jardins, Assentamentos e ocupações cujos moradores estiveram participando das manifestações de apoio a Belinati: “Vila Ricardo, Sérgio Antônio, São Rafael, Santa Mônica, Santa Inês, Rosa branca 1 e 2, Santa fé, Montecristo, São Jorge, João Turquino, Maracanã, Campos Verdes, Londrville e Conjunto das

Flores”.¹¹⁴ Todas, sem exceção, localidades marcadas pela pobreza de seus moradores e pela carência de serviços públicos prestados a contento. As chamadas de matéria e os trechos de reportagens de jornais locais, que seguem, fornecem um panorama da variedade dos problemas que afetavam a periferia da cidade no período dos eventos que mobilizaram a clientela de Belinati e que se referem, exatamente, a localidades nas quais era forte a presença da prática do clientelismo.

Chuvas castigam moradores da periferia

Aquiles Stenguel, João turquino e Maria Cecília são exemplos de bairros onde a população sofre com a chuva.

As regiões periféricas de Londrina são as mais castigadas com as fortes chuvas que caíram nos últimos dias. Enxurrada e lama são o tormento dos moradores dos bairros mais pobres. [...] O problema acontece há mais de quatro anos, segundo os moradores [Atente-se para o fato de que a gestão de Belinati, em foco, havia sido iniciada em 1997]. (Jornal de Londrina, 16 fev. 2000, p.4A).

Conjunto cresce rápido e sem estrutura

Em cinco anos, local passa de ocupação a conjunto, onde quatro mil moradores vivem em situação de pobreza.

O conjunto João Turquino (Zona Oeste) é um bom exemplo de como se dá o crescimento periférico em Londrina. Tudo começou com uma pequena ocupação, há cinco anos. [...] Os barracos continuam se proliferando e a falta de estrutura no conjunto é gritante. (Jornal de Londrina, 20 fev. 2000, p.5A).

Bairros de Londrina cobram melhorias

Mato, buracos nas ruas, iluminação inadequada ou ausente e falta de asfalto são as principais queixas dos moradores.

(...) No Jardim União da Vitória II, os problemas são muitos. Falta rede de esgoto, pavimentação asfáltica e a água é insuficiente para atender às 350 famílias. Além disso, os moradores ainda recebem a cobrança da taxa de iluminação pública, apesar de não contar com o benefício. (Jornal de londrina, Fev. 2000, s/p.).

¹¹⁴ **Folha de Londrina**, 23 fev. 2000.

Quanto àqueles moradores envolvidos em vínculos de clientela e que foram entrevistados, diretamente, por nós, 12, dos 16 entrevistados, residem em algum dos bairros listados acima. Os demais residem em outros bairros como o Jardim Santa Rita e o Parque Ouro Branco, localidades melhor aparelhadas de serviços públicos do que aquelas citadas anteriormente; e, também o Jardim Santo André, com perfil periférico e certa precariedade de serviços. Todos os entrevistados podem ser considerados pobres. À exceção de dois deles, os demais possuem renda familiar não superior a dois salários mínimos.

2.5 Exclusão Política Como Elemento da Situação que Favorece o Clientelismo

As manifestações de clientelismo registradas aqui, além de envolverem camadas das classes populares em condições de profunda pobreza, deram-se também sob um quadro político que localizava essas mesmas camadas numa situação de exclusão política. O conjunto das práticas de gestão pública, exercitadas na cidade em foco, não apresenta variações significativas em relação ao quadro geral no qual se insere a maioria das experiências dos municípios brasileiros dos últimos quinze anos,¹¹⁵ cujas administrações definem-se, principalmente, pela maneira centralizada e autoritária de administrar.¹¹⁶ Essas administrações são marcadas pela opacidade de seus procedimentos, pelo funcionamento da burocracia como obstáculo à transparência e democratização de suas políticas, pelos segredos técnicos e pela indisposição a incluir, de fato, a participação dos setores populares nas decisões sobre a gestão.

Já a última gestão (1997-2000) de Antonio Belinati à frente do Executivo da cidade de Londrina, e que dá o contexto que é rico em manifestações de sua clientela, apresentou os seguintes traços: gestão centralizada, assentada na figura do chefe e que quando incluiu a presença popular o fez, principalmente, pela

¹¹⁵ Algumas tentativas de fugir do padrão geral conservador de gestão ocorreram em Londrina, no período 1993-1996, em que se experimentou o Orçamento Participativo, a criação de Conselhos tripartites de gestão, com algum sucesso na área de saúde. No entanto, expirada aquela gestão, houve um notável recuo nas práticas, voltando-se ao padrão anterior. (Documento do Programa Habitar Brasil – BID/COHAB-Ld. 2000).

¹¹⁶ Sobre a força da “política tradicional” nos municípios brasileiros, ver, por exemplo, AVELAR & LIMA (2000).

via do atendimento particularista, procurado no contato direto com o prefeito – em “sessões” de atendimento à população pobre em seu gabinete ou em alguns bairros –¹¹⁷ ou através de seus prepostos, com destaque para lideranças de Grupos de Mulheres e de Associações de Moradores, cooptadas por ele, conforme mostrado anteriormente. Nesta gestão, o prefeito foi capaz de manter o controle sobre a maioria da Câmara de Vereadores, governando, praticamente, sem oposição, até o “estouro” das denúncias que o acusavam de corrupção.¹¹⁸

2.6 A Mobilização da Clientela

Na mobilização da clientela, por ocasião dos eventos ligados à cassação, se vê que o chefe-político contou com o auxílio de agentes políticos que faziam a ligação com os clientes. As entrevistas não trouxeram detalhes sobre como essa ligação funcionaria na manutenção diária do vínculo clientelista, até porque a maioria dos entrevistados mantém, até hoje, vínculos diretos com Belinati e com membros de sua família ou de seu grupo político, dispensando mediações de agentes. Boa parte dos entrevistados atua também, algumas vezes, como agente pró-Belinati, mesmo não tendo essa posição reconhecida, estatuída.

Mas, quando se trata de pôr a clientela em movimento na defesa e apoio ao chefe-político, destaca-se a atuação dos mediadores, dos agentes. A presença do “brocker”, do interlocutor entre o político e o cliente fica bem nítida no caso dos eventos de 2000. Os “pobres” e “necessitados” que participam das manifestações pró-Belinati são mobilizados, principalmente, por lideranças populares (presidentes de Associações de moradores, da Associação de Assentamentos e Favelas) reconhecidas, na época, destacadamente, como “gente do Belinati”. Quer dizer, o ex-prefeito havia conseguido a cooptação de boa parte

¹¹⁷ Conforme mostraremos mais à frente, durante esta gestão o prefeito repetiu sua prática já conhecida de “atender direta e pessoalmente a população” em “sessões de atendimento” realizadas em seu gabinete, na prefeitura.

¹¹⁸ Para qualificar a gestão de Antonio Belinati, nos termos acima, utilizamos como fontes: MACARINI, Walmor. Fiquemos atentos à anterioridade. **Folha de Londrina**, 9 mar. 2000, p.3; DA SILVA, Silvio Fernandes. A situação da saúde em Londrina. **Folha de Londrina**, 31 mar. 2000, p.3; Déficit preocupa prefeito interino. **Folha de Londrina**, S/data, s/p; CHEIDA, Luiz Eduardo. Por que Nedson. **Folha de Londrina**. 26 out. 2004, p.2.

das direções das entidades de bairro da periferia. Aquelas lideranças realizavam a tarefa de mediadores e articuladores entre a ação política dos moradores e as necessidades políticas do prefeito. Os relatos abaixo deixam isso evidente.

Os eleitores de Belinati afirmaram ter sido convocados por lideranças de bairros e assentamentos para prestar solidariedade ao prefeito, cujo pedido de cassação do mandato foi requerido ontem na Câmara. O grupo foi até a prefeitura com ônibus fretados [pela Federação de Favelas, Núcleos e Assentamentos de Londrina]. (**Folha de Londrina**, 23 maio 2000, p.5).

O grupo [de moradores] comeu pão com presunto e queijo e achocolatado distribuído quando eles saíram do bairro [em direção à Câmara de Vereadores], arrebanhados pela Associação de Moradores. (**Folha de Londrina**, 25 fev. 2000, p.7).

Manuel [presidente da Federação das Associações de Moradores de Londrina] diz estar visitando os bairros, falando sobre o caso Belinati. Ele não tem dúvidas que o prefeito ainda tem apoio nas regiões mais carentes. (**Folha de Londrina**, 21 maio 2000, p.10).

‘Viemos porque pensamos que íamos entrar’. O desabafo foi feito ontem por volta das 16h30 pela dona de casa Nair dos Santos que não tinha a senha e, por isso, não pode acompanhar a sessão da Câmara [que analisava processos contra Belinati]. Exausta, ela e o marido Valdecir da Silva, moradores do Jardim João Turquino, zona Oeste, voltaram frustrados para o ônibus da TIL que os trouxe do bairro. Segundo ela, o ônibus foi fretado pela Associação de Moradores. (**Folha de Londrina**, 25 fev. 2000, s/p.).

Na ocasião dos eventos, o ex-prefeito também não dispensou a participação de funcionários da prefeitura, no caso funcionários em cargos de confiança, trabalhando como agentes políticos, conforme demonstrado abaixo.

Ex-presidentes da Federação das Associações de Moradores procuraram ontem a Folha [Jornal Folha de Londrina] para criticar as ligações entre o atual presidente da Federação, Manoel Rodrigues do Amaral, e o poder público. Eles questionam o fato de a entidade ter entregue abaixo-assinado na Câmara para pedir, na semana passada, que o Legislativo não criasse a Comissão Processante (CP) contra Belinati, no mesmo dia em que a OAB e outras 74 entidades protocolaram pedido para abertura da CP. [...] [Um dos ex-presidentes da entidade] questiona ainda o fato de o vice-presidente da Federação, Joel Tadeu, ser assessor de Belinati. (**Folha de Londrina**, 29 fev 2000, grifo nosso).

Um líder de assentamento, que não quis se identificar, disse que Lima [diretor da Comurb: Cia Municipal de Urbanização] visitou vários presidentes de bairros anteontem à noite para pedir que eles fossem à Câmara [participar de manifestações pró-Belinati]. O diretor da Comurb teria revelado, inclusive, o horário em que os ônibus sairiam dos bairros. (**Folha de Londrina**, 25 fev. 2000, p.6).

Tais lideranças, que funcionam como intermediadoras entre o prefeito e os moradores pobres da periferia, parecem compor o primeiro fio da rede de clientela que foi mobilizada por ocasião dos eventos de 2000. No entanto, na elaboração, consolidação e manutenção dos vínculos de clientela que analisamos, a mediação dos agentes pareceu ser menos importante do que o contato e a aproximação direta que o próprio político realiza.

2.7 “Carência”: Porta de Entrada Para o Vínculo de Clientela

Conforme assinalado anteriormente, optamos por tratar da modalidade de clientelismo político envolvendo membros das classes populares, o que já antecipa o perfil sócio-econômico geral da clientela em foco: são “pobres” e “necessitados”. Os tipos de “ajudas” solicitadas pelos eleitores e oferecidas pelo político – emprego, comida, remédio, “ajeitamento” de moradia, internamento hospitalar, encaminhamento de pedido de aposentadoria, pagamento de contas de luz e água, plantas/projetos para construção de casas, entre outros –, revelam o grau acentuado de pobreza do público que vai, por essa via, a da “ajuda”, iniciando a construção de vínculos de clientela no caso que pesquisamos.

As histórias sobre os primeiros momentos de contato entre Belinati e o eleitor-cliente é sempre um momento definido pela situação de “necessidade”, de “carência” de algo, por parte desse eleitor e pela possibilidade de conseguir “ajuda” ou apoio do político. Dessa forma, fica evidente que a presença inicial de Antonio Belinati na vida dessas pessoas – os eleitores-clientes – se liga às suas carências e às situações de desamparo social que experimentavam na época do contato com ele. Em boa parte das falas que seguem, os entrevistados vêem o atendimento de suas demandas como atos de “doação” particular e pessoal, realizados por Antonio Belinati. Não associam esse atendimento às obrigações do Estado, nem aos

“direitos” sociais e nem à fonte dos recursos que garantem a maioria das “ajudas” e que seria, em última instância e de fato, o fundo público.

“Ele [Belinati] ajuda todo mundo, tanto faz se é em campanha [eleitoral] como não é, ele ajuda.” (E6).

“Ah! Ele [Belinati] já deu muita coisa pras pessoas (...) Ele um dia falou que ele não sabe nem quantas pessoas ele já ajudou. Ele não sabe o que já deu nessa vida, ele não sabe ... Então, é o povo que fica assim em volta dele, não é ele que procura, é o povo que: ‘Olha, ele fez um favor pra mim em tal tempo. Olha, ele fez isso. Olha, eu precisei disso e ele ...’. Então é isso. E, o povo, carente como tá, ele quer é isso, né?” (E7, grifo nosso).

“A gente veio pra cá [Londrina]... não tinha profissão, não tinha nada pra ..., não tinha como trabalhar na cidade e, quem deu o primeiro serviço pro meu marido foi o Seu Antônio Belinati. E, ele não era da prefeitura ainda, não tinha cargo naquela época. (...) Mas ele já tem me ajudado muito, o Sr. Antonio Belinati.” (E1).

“Na época eu fiquei muito tempo desempregada. Eu não tinha emprego e ele [Belinati] me acolheu na frente de trabalho. (...) O que eu pedi pra ele foi um emprego e ele me deu.” (E4).

“Eu acompanhei [um caso de ajuda] (...) Ele [Belinati] tava com um programa na rádio e chegou uma senhora, até ela mora aqui no [Jardim] União da Vitória, ela tava passando fome e não tinha comida. E aí, cheguei nele, ‘o negócio é assim’, contei pra ele o que tava acontecendo, né. ‘Ela quer é uma cesta [cesta básica], uma cesta, como é que vai fazer?’ Aí, eu lembro que ele tirou cem reais do bolso, e falou: ‘Leva lá. Será que ela quer falar comigo?’ ‘Não sei’. ‘Se ela não quiser falar não precisa nem trazer ela aqui’. Aí eu fui lá e dei o dinheiro pra senhora e ela saiu assim, sabe, agradecida a Deus e a Antônio Belinati. Que ela ia comprar o leite pros filhos dela que tava passando fome.” (E15).

“O Belinati ajudou no enterro do meu marido quando o meu marido faleceu. A gente tava em situação difícil e ele me ajudou. Eu não tenho o que reclamar dele.” (E13).

“Ele ajudou a Marina, colega minha. Na época ele nem era prefeito. A Marina tava morando numa casinha de madeira, caindo ... [Ele] deu o material pra Marina, pra ela construir a casinha dela. E não era nada, não era prefeito. Enfiou a mão no bolso, tirou dinheiro e deu pra Marina comprar os tijolo. (...) Eu vi. E não era candidato a nada. Ele tinha um programinha na televisão ... Tirou do bolso dele e deu.” (E6).

“Tem muita gente que eu conheço aqui na cidade, parente e tudo, que ele [Belinati] ajudou. (...) Graças a Deus, eu trabalhei em hospital, trabalhei em Clínica ... Curso que ele me deu. Curso que eu não podia pagar, ele financiou o curso pra pagar, porque entrando no hospital tinha que ter curso. Naquela época, só quarta série e você tava em qualquer serviço e eu tinha quarta série. (...) Cheguei aqui e ele me deu o curso pra fazer. Fiz curso de primeiros socorros, fiz curso de cozinha, de copa, que lá no hospital trabalhava em qualquer serviço ... era pra ajudar enfermeira, era pra trabalhar na cozinha. Foi tudo através dele [Belinati]. Foi ele que me ajudou e sem nenhum interesse, porque a gente veio do sítio, gente boba, gente tonta, ele não tinha interesse na gente, né?” (E1).

“O Belinati, de vez em quando eu preciso dele (...), eu ligo lá pra ele, digo que preciso de dinheiro e ele me arruma. (...) Ficou em atraso um talão de luz meu aqui, eu preciso dele, vou lá, e ele me paga o talão pra mim. Ele não tem disso ... e ele não é candidato.” (E6).

“Que eu lembro rapidinho, o Belinati doou 2 cadeiras de roda.” (E2).

“Aqui pro [Jardim] Novo Horizonte ele deu plantas, projetos para as casas daqueles que precisava.” (E3).

“Hoje, se eu tenho aonde morar, aonde me esconder, eu agradeço o Seu Antonio. (...) O terreno foi doado, deu escritura, deu tudo, sem cobrar um centavo de ninguém. Porque ele viu também que mesmo se fosse pra cobrar, não teria como cobrar porque ninguém tinha condições de pagar.” (E8).

“Ele é uma ótima pessoa, porque ele ajuda as pessoas que precisam. Inclusive eu, eu nunca tive uma casa pra morar, um lugarzinho pra eu dizer que era meu, né. Hoje eu tenho. E, foi através de quem? Do Antonio Belinati. (...) A casa eu construí, né, mas o terreno foi através dele.” (E11).

[Entrevistadas numa manifestação pró-Belinati em frente a Câmara de Vereadores] Aparecida Lopes e Kátia Hellen Vieira de Oliveira, moradoras do Assentamento das Flores, confirmaram que chegaram no ônibus fretado pela Federação [dos Assentamentos e Sem-Teto]. Elas não acreditam que o prefeito tenha envolvimento no esquema de corrupção. Aparecida disse que ‘ganhariam’ água e luz no assentamento caso fossem à Câmara. (**Folha de Londrina**, 23 fev. 2000, p.4, grifo nosso).

Na modalidade de clientelismo que vimos acompanhando, nota-se que a maioria dos favores e ajudas recebidos pelos clientes e que foram lembrados por eles em razão da relevância que tiveram na elaboração do vínculo, são “grandes” ajudas. Não são brindes de campanha eleitoral. São favores de alto

significado: emprego, moradia, comida, ajuda médica, aposentadoria, etc. Esse aspecto é importante para supormos que o “favor” que gera a obrigação e o vínculo duradouro não é qualquer “ajuda”, mas o “grande favor”. A magnitude do compromisso clientelista, neste caso, relaciona-se, diretamente, à da razão entre grau de necessidade e tipo de “ajuda” prestada.

2.8 Da “Ajuda” Brota a “Gratidão” e da “Gratidão” o Compromisso Clientelista

Pelos relatos colhidos se vê como é relevante o débito de gratidão por “favores” recebidos, tanto quando se refere a “favores” recebidos no passado, ou a “ajudas” prometidas para o futuro. Recorre-se aqui a conhecidas normas sociais de reciprocidade: atos de ajuda, os “favores” geram o comportamento de reciprocidade.

“Por exemplo, se eu chego lá [no gabinete de um vereador], o cara [o vereador] me dá apoio, me paga um talão de luz pra mim, eu fico amarrado com ele, eu não posso trair ele. E, tem muita gente que trai, mas eu não sei trair e muita gente não sabe trair.” (E14).

“Eu tenho certa amizade com o Alex Canziane [deputado federal]. E, também, eu devo uma ajuda que eu pedi pro Alex Canziane pra uma pessoa e ele me atendeu. É uma bolsa de estudo que eu pedi pra uma moça e ele deu. Então, a gente deve alguma coisa pra pessoa, então a gente tem que atender. (...) Ele ajudou, então eu também tinha que ajudar ele.” (E9).

“Tem muita gente aqui que torce pelo Seu Antonio [Belinati]. Eu mesmo sou uma delas, não vou negar. Até mesmo porque esse terreno que a gente tem aqui hoje, primeiramente, eu agradeço a Deus, depois o Seu Antonio, pela gente não pagar imposto disso aqui. A gente não paga nada disso aqui, nunca pagamos. Teve um mandato, eu acho que foi do Cheida [ex-prefeito], que veio um carnezinho pra pagar. Aí, o Seu Antonio [Belinati] ganhou a eleição e suspendeu tudo: ‘Não. Eu dei o terreno e acabou’.” (E15).

Perguntada sobre o por que da participação nas manifestações de apoio a Belinati em frente à Câmara, em 2000, uma das entrevistadas respondeu que o fazia por “gratidão” ao ex-prefeito: “O meu papel que tava fazendo ali era ...

uma gratidão por tudo que o Belinati fazia pela gente.” (E3. Entrevista realizada em 2005).

“Sempre a gente votou nele porque sempre ele fez alguma coisa pra alguém da família, como [o caso] da minha tia, tirar minha tia da berada do rio, dar uma casa pra ela. Como minha mãe, que procurou ele, pro imposto (...).” (E7).

Depoimentos coletados na época dos eventos da cassação do ex-prefeito tornam evidente a presença do elemento da “gratidão”, justificando o compromisso do eleitor-cliente em defender publicamente o então prefeito.

‘Tenho fé em Deus que ele não vai sair’ [ser cassado pela Câmara], disse [...] a dona-de-casa Elza Maria da Silva. A família é grata ao prefeito por ele ter doado material de construção para erguer as casas no bairro. ‘Eu não tinha casa, ele foi pessoalmente numa reunião e disse que era um presente para a gente’, relata a dona-de-casa. (**Folha de Londrina**, 25 fev. 2000, p.7).

Um jornal local registrou da seguinte forma os comentários de um “líder de assentamento” sobre a troca de “favores” por gratidão presente nos bastidores dos eventos ligados à cassação do prefeito, ocorrida em 2000:

Um líder de assentamento que não quis ser identificado disse que Lima [diretor da Comurb - Cia Municipal de Urbanização] visitou vários presidentes de bairros anteontem à noite para pedir que eles fossem à Câmara [participar de manifestações pró-Belinati]. [...] Segundo ele, os moradores respondem aos chamados por gratidão às benfeitorias promovidas pela prefeitura e temem que, se o prefeito deixar o cargo novas melhorias não sejam executadas. Ele reconhece que muitos moradores de invasões e assentamentos gostam do Belinati e não acreditam em seu envolvimento no escândalo AMA-Comurb [...]. ‘Trata-se de uma troca de favores’, relatou o líder. (**Folha de Londrina**, 25 fev. 2000, p.6).

2.9 As Táticas Clientelistas: Contato, Aproximação

2.9.1 Contra a impessoalidade a oferta do contato pessoal

No reforço de suas clientela, Antonio Belinati não descuida do contato pessoal, da aproximação com os moradores-eleitores dos bairros pobres da cidade. Uma das práticas utilizadas pelo ex-prefeito para garantir esse contato pessoal com o eleitor no atendimento de suas demandas era a promoção de “sessões de atendimento direto à população” em seu gabinete, na prefeitura. As “sessões” eram organizadas em horários especiais, como de madrugada ou à noite, o que facilitaria a presença do morador-eleitor pobre e que, eventualmente, trabalha no horário comercial.

O político em questão prefere se dirigir individualmente aos eleitores. Nesse sentido, por iniciativa própria, oferece essa opção pessoalizada de relação política. Uma alternativa à relação mediada por canais institucionais que expressariam a cristalização do direito político à participação. Ele prefere e oferta uma abordagem que valoriza a relação intimista, característica da esfera privada das relações, onde o que se sobrealimenta são os gestos, os traços de caráter pessoal, os sentimentos e laços afetivos. Sobre esse procedimento, observe-se, a seguir, as notícias da imprensa local:

Prefeito atende população terça à noite

O prefeito Antonio Belinati recebe a população nesta terça-feira a partir das 20 horas, em seu gabinete. ‘Vamos dar continuidade ao atendimento que fizemos no começo do ano, ouvindo pessoalmente as reivindicações da população em um horário compatível para o trabalhador’, resume Belinati. Todo o secretariado está sendo chamado para participar deste atendimento noturno à população. (**Folha de Londrina**. 1997, s/data, grifo nosso).

Belinati: pão e pedidos na madrugada.

O prefeito de Londrina, Antonio Belinati, traz de volta o atendimento direto à população em seu gabinete. Logo nas primeiras horas do dia. [...] Cerca de 300 pessoas foram ao gabinete na manhã de quinta-feira. Entre elas, pelo menos metade eram moradores de favelas que se reuniram com o presidente da Cohab. As outras 150 foram atendidas uma a uma pessoalmente pelo prefeito. (**Folha de Londrina**, 12 jan. 1997. Caderno Reportagem, p.1, grifo nosso).

Cerca de 100 pessoas que ocupam loteamentos irregulares nos conjuntos Aquiles, Luiz de Sá e Maria Cecília usaram ônibus da Prefeitura para ir até o gabinete [para estar presentes na sessão de atendimento promovida pelo prefeito]. (**Folha de Londrina**, 10 jan. 1997. Caderno Reportagem, p.3).

Moradores pulam cedo da cama para levar pedidos a Belinati.

Trazendo de volta à Prefeitura o estilo 'administrar com as portas abertas para a população', o prefeito Antonio Belinati começou a trabalhar ontem às 5h30 da manhã: até as 9 horas, cerca de 300 pessoas haviam passado por seu gabinete. (**Folha de Londrina**, 10 jan. 2000, p.3).

A política de clientela aqui enfocada é garantida e reforçada pelo personalismo, exercitado por meio do contato direto entre o político e o eleitor-cliente. Antonio Belinati, por exemplo, demonstra consciência da força do contato direto com o eleitor, por isso sua iniciativa de "abrir as portas ao povo". Segundo este político, as pessoas querem falar diretamente com ele, sem intermediação.

[...] Desde meu primeiro mandato, recebo as pessoas no meu gabinete. Nesta campanha eleitoral ouvi gente dizer que a única vez que entrou no gabinete do prefeito foi no meu mandato. (**Folha de Londrina**, 12 jan. 1997. Caderno Reportagem, p.1).

As práticas desenvolvidas pelo político em questão -- para garantir a relação pessoal com o morador-eleitor -- não se resumem às "sessões de atendimento" no gabinete da prefeitura. A variedade dos procedimentos utilizados nesse investimento no contato pessoal com o eleitor é atestada pelas notícias à frente. Ela inclui: a recepção de eleitores em suas duas principais residências (chácara e apartamento), visitas aos bairros e às casas dos eleitores, reuniões com moradores-eleitores nas residências dos mesmos, contatos telefônicos freqüentes, oferta de presentes em datas de aniversários, contato indireto por meio do programa de rádio, entre outros.

"Eu tenho problema do coração. O Belinati é uma pessoa que sempre telefona para mim, preocupado com minha saúde." (E3).

"Mantenho contato por telefone com ele [Belinati]. Já participei, várias vezes, do programa de rádio dele, telefonando e conversando, no ar, com ele. No meu aniversário, ele sempre lembra e fala na rádio, recebo os parabéns." (E4).

"Às vezes eu ligo na rádio e falo com ele." (E8).

"O seu Antonio, ele já teve contato assim de vim aqui na minha casa, eu já tive contato de ir, também na casa dele." (E11).

“Ele vem na minha casa. Inclusive até, eu saí do hospital, fiquei internada, saí, com dois dias que eu tava na minha casa ele veio me ver na minha casa. (...) Ele já tinha saído [da prefeitura], já tinham tirado [cassado] ele.” (E11).

“[O Belinati] mantém contato com a gente mesmo sem ser em época de eleição. Se fosse interesseiro não teria contato agora [em 2005], né?”¹¹⁹(E2).

Um dos relatos colhidos dá detalhes dos procedimentos de aproximação desenvolvidos pelo político em foco: E5 havia se destacado como liderança numa mobilização por melhorias numa via de acesso ao bairro em que morava. A reclamação se dirigia ao DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodagem). Belinati, informado sobre o papel de liderança desta moradora, procura inicialmente para mediar uma solução para o problema. Daí para frente passa a manter inúmeros contatos telefônicos com a entrevistada, dando início a uma aproximação mais contínua. Passados poucos meses já se dava ao “luxo” de visitá-la no leito de um hospital após o parto e de “segurar no colo os gêmeos”, seus filhos recém-nascidos. (conforme depoimento de E5).

O depoimento que segue, do presidente da Federação das Associações de Moradores de Londrina, coletado em 2000, já dava conta das visitas que o referido político fazia aos bairros e da prática da abordagem direta com o morador-eleitor, por meio do contato pessoal e físico:

Ele [Belinati] é um político jeitoso, que vai na favela, pega no colo a criança suja, passa a mão na cabeça de um, abraça o outro, e conquista as pessoas [...]. (**Folha de Londrina**, 21 maio 2000. p.10).

“No meu aniversário ele me dá presente (...) Manda bolo pra mim. Manda presente.” (E6).

De acordo com a interpretação das falas dos entrevistados, contra o anonimato da representação formal e impessoal e a lentidão burocrática, Belinati ofereceria o atendimento direto e a negociação imediata entre o eleitor e o político-executor, sem descuidar da atenção e do reconhecimento que o contato pessoal envolve. Reiterando, diferentemente da “frieza”, da impessoalidade e do distanciamento, definidores do comportamento de outros políticos, Belinati propõe o

¹¹⁹ Em 2005, ano desta entrevista, Belinati encontrava-se sem mandato.

atendimento direto e pessoal ao eleitor, busca a aproximação e a efetivação de vínculos pessoais com o eleitor.

“Ele [Belinati] nem gosta que secretário dele atenda as pessoas. (...) Se ele não puder atender naquela hora em que ele tá com alguma viagem marcada, alguma coisa a serviço, mas ele marca, ele dá atenção pras pessoas. Ele mesmo marca pra atender a pessoas. É tudo ele”. (E3).

“O Seu Antônio [Belinati], ele sempre foi uma pessoa assim, ele ... Se você levava pra ele, por exemplo, um problema da vila, ele nunca falava assim: ‘Ah! No mês que vem. Volta tal dia. Volta o mês que vem,’ Quando tava em condições, ele, já na hora ele falava: ‘Vai lá fulano, leva sicrano, e vai lá e resolve tal coisa.’ Por exemplo, você chegava lá com um problema, ele já falava: ‘Vai lá José e resolve o problema do Edson, vai lá Maria e resolve o problema da fulana.’ Não tem esse negócio de voltar daqui a dois meses, três meses, e você cansa e desiste. (...) Ele só não resolvia quando não tinha condições mesmo de resolver”. (E8).

“O Belinati, o jeito dele governar é totalmente diferente. A porta do gabinete é aberta pro povo. E, os outros [políticos] não. Hoje [2005], você vai à prefeitura, parece uma prisão”. (Referindo-se ao conjunto das reformas que a atual gestão --2004/2007 -- havia promovido no pátio interno da prefeitura, com destaque para as “barreiras” formadas pelos balcões de informação situados no *hall* de entrada.) (E14).

“Esse atual prefeito [refere-se a Nedson], eu não sei [das qualidades de sua gestão], porque eu não conheço, nunca vi (...). Já fui várias vezes lá pra falar com ele e não consegui falar. (...) E, se fosse no tempo dele [do Belinati] eu ia lá dentro da prefeitura, falava com ele sozinho: ‘Seu Antônio, dá pro senhor me ajudar, por favor?’ Ele não comentava com ninguém, ele ia e resolvia”. (E1).

“Com o Belinati a gente chegava, não era só .. Quantas e quantas pessoas chegavam. Tanto que ele tinha um horário do dia, me lembro, que falava que era o café da manhã com outras pessoas que chegavam, então ele conversava com as pessoas, mesmo que ele não solucionava os problemas das pessoas, mas, pelo menos, ele tava ali pra conversar com as pessoas, e falar: ‘Não, não dá pra fazer isso.’ Mas, pelo menos ele atendia as pessoas. Agora, infelizmente, o Nedson [atual prefeito], como prefeito, essa é minha revolta: eu nunca vi o Nedson. Acho que ele veio uma vez aqui no bairro depois que ele ganhou. O negócio dele é lá no centro, o negócio dele é os rico lá no centro”. (E16, grifo nosso).

“Nunca tive dificuldade pra ser atendida na prefeitura. Sempre que eu chegava (...) Mas, eu tenho uma decepção muito grande com esse mandato de hoje, por isso, porque na época do Seu Antonio [Belinati] prefeito, eu entrava, chegava e entrava na sala dele. Anunciava que queria falar com ele, ele vinha e atendia. E, quando eu menos esperei, achando que esse partido [PT] fosse a mesma coisa ... e, a pessoa [o prefeito] me tratou mal, ‘deu de dedo’ na minha cara e pra mim foi a pior decepção do mundo, quando o Nedson fez isso comigo, porque eu achei que ia chegar, expor o caso pra ele e ele ia me ouvir, mas, não. Ele simplesmente se escondeu dentro de uma sala, mentiro que ele não tava ali. E, eu andando por dentro da prefeitura como eu fazia sempre na época do Seu Antonio, eu encontrei com ele na sala do Paulo Bernardo [ex-secretário de Nedson], quando ele (...) veio falar comigo, ele ‘deu de dedo’ na minha cara e eu fiquei bastante revoltada. (...) E, eu, simplesmente, falei pra ele: ‘Olha Nedson, eu, infelizmente, eu não confio mais em você, porque o que você fez não é justo.’ Então, pra mim foi a pior coisa ... [Isso aconteceu] no comecinho do primeiro mandato [do Nedson] quando ele começou a mandar a frente de trabalho embora. Aconteceu tudo isso porque eu tentei sentar com ele e negociar a frente de trabalho. (...) E, sem contar, que antes do Nedson tomar posse, antes de ele ser candidato, quando ele fazia as campanha dele, nossa! A gente era tão amigo. Eu jamais esperava que fosse acontecer isso”. (E15).

“Eu nunca notei diferença no seu Antonio [Belinati] de quando ele tava na prefeitura, que era prefeito, e hoje que ele não é prefeito. Pra mim ele é uma pessoa que sempre me tratou da mesma forma. Não vejo diferença. Não sei se é só comigo ou ... Eu acredito que seja com as outras pessoas também. A mesma pessoa que ele sempre conversou com a gente, quando ele era prefeito lá no gabinete dele, ele é a mesma pessoa hoje”. (E13).

2.10 O Apelo do Eleitor ao Contato Pessoal por Causa da “Necessidade”

Os relatos abaixo mostram a relação entre os problemas concretos de existência dos moradores e a alternativa de soluções pela via do contato pessoal com o político ajudante.

A família de Eva Maria da Cruz acordou mais cedo na quinta-feira. Às 4h45 já estavam de pé Eva, a filha de 9 meses, o filho de 10 anos, a irmã Maria Regina, a sobrinha e o marido da sobrinha. O motivo era importante: pedir uma casa para o prefeito [Belinati]. Todos eles moram ‘de favor’ numa casa no jardim ideal (zona leste)

que precisa ser desocupada em breve. A família aproveitou o expediente que ia começar mais cedo na Prefeitura de Londrina para falar com o prefeito Antonio Belinati (PDT). Ele abriu seu gabinete às 5h30 para atender a população. [...] ‘A necessidade obriga a gente a acordar tão cedo’, diz Eva. Eles pegaram carona com um caminhão do mercadão popular do Jardim Ideal. Segundo ela, ‘só Deus sabe o que estão passando por não ter uma moradia.’ Eva é ajudante de cozinheira e a irmã trabalha como diarista. (**Folha de Londrina**, 10 jan. 1997. Caderno Reportagem, p.3, grifo nosso).

“Lá no Saltinho [Conjunto habitacional Tito Leal] tem (...). Eu tenho um cunhado que é louco (...) vou contar mais essa história (...) Ele é louquinho. Se não fosse ele [o Belinati] meu cunhado não tava aposentado. E não ia pro hospital, porque não podia internar. E eu precisava ligar: ‘Seu Antonio [Belinati], dá pro senhor me ajudar, por favor?’ ‘Ah! Ta precisando disso?’. Ele ligava pros amigos, levava de ambulância pra Rolândia, pra internar no sanatório e vinha (...). E ta lá, os dois louquinhos [irmã e cunhado]. Ele [Belinati] era prefeito nessa época. Eu ia lá na prefeitura, falava com ele em qualquer hora que precisava. Chegava lá, pedia pra um daqueles assessor: ‘Eu preciso falar com seu Antonio.’ ‘A respeito do quê?’. ‘Só com ele.’ Já entrava lá e falava”. (E1).

Acompanhando uma “sessão de atendimento à população”, realizada numa madrugada no gabinete do prefeito, uma jornalista anotou: “São moradores dos bairros mais afastados do centro que querem apresentar pessoalmente suas reivindicações [ao prefeito]”. (**Folha de Londrina**, 10 jan. 1997, p.3, grifo nosso).

A vendedora Ireneide França de Lima acordou às 5 horas e foi pedir duas vagas na supercreche para seus filhos de 2 e 4 anos. (**Folha de Londrina**, 12 jan. 1997. Caderno Reportagem, p.1, grifo nosso).

2.11 A Política na Casa e a Casa na Política

Nas relações de clientela que observamos, a casa, tanto a de Antonio Belinati como a do eleitor-cliente, também se constitui num espaço importante de exercício da relação política. A proximidade e o vínculo afetivo entre o eleitor-cliente e o político são confirmados, quase sempre, pelos entrevistados, por

meio da revelação de que tanto estes freqüentam, ou freqüentaram, a casa do Belinati como tem, ou tiveram, suas casas visitadas por ele.

“Fui à casa dele [do Belinati] no aniversário dele, dia 25”. (E3. Depoimento dado em 2005).

“Já fui na casa dele [Belinati] muitas vezes, lá na chácara”. (E2).

“Ele [Belinati] vem na minha casa. O Antonio Carlos [filho de Belinati e deputado estadual] vem, o sobrinho dele, o Marcelo [vereador], vem”. (E6).

Durante uma das “sessões de atendimento” no gabinete do prefeito, ele foi abordado da seguinte maneira por uma moradora:

‘O senhor tá lembrado de mim? É o mesmo problema (...)’ O assunto, segundo ela, era a continuidade de uma conversa que tivera com o então prefeito na casa dele. O assunto se referia a um pedido de empréstimo. (**Folha de Londrina**, 12 jan. 1997. Caderno Reportagem, p.1, grifo nosso).

Nesse espaço, o do ambiente doméstico e da família, a relação política se singulariza ao incorporar, como elemento novo que a requalifica, aspectos de uma relação afetiva, como os sentimentos de intimidade e de amizade.¹²⁰

“Conheço toda a família dele. Conheço os irmãos. A irmã dele que é vereadora [em Marialva/Pr], sobrinho, filho. Então, a gente passou a ter aquele contato. Conheço todo mundo. (...) Então, eu vou na casa dele, a gente vai pra lá, passa o dia, come, né. A Emília [esposa de Belinati] era assim uma pessoa muito carismática. Então, eu passei a ter assim essa amizade com toda a família”. (E5).

“O Belinati fora da política é a mesma pessoa, o mesmo amigo. Eu freqüento a casa dele, ele freqüenta a minha”. (E3).

“Depois da eleição [2002] eu tive contato [com Belinati], que eu fui na chácara dele, justamente que ele não tava. (...) Eu tratei com

¹²⁰ Pela importância que tem na definição do clientelismo que vimos estudando, este aspecto, da relação política como “relação de amizade”, será ilustrado com mais detalhes à frente.

uma pessoa de encontrar lá e a pessoa não foi, e ainda era para conversar com ele, com Belinati [para solicitar um favor]. Mas como a pessoa não foi, eu fiquei lá, esperando e depois, na hora de eu vim embora, a Emilia [esposa do ex-prefeito] não deixou eu vim sem almoço. Almocei na cozinha, lá na casa, junto com a Emília, o Antônio Carlos [filho de Belinati], a Cíntia [filha de Belinati] e outras pessoas que tavam lá”. (E9, grifo nosso).

O tratamento da relação política como se fosse uma relação entre “conhecidos”, entre próximos, não é apenas realizado nos momentos em que o eleitor e o político se encontram no ambiente da casa de um ou de outro. Simbolicamente, o clima familiar da relação política era reproduzido pelo comportamento “amigável e carinhoso” de Antonio Belinati quando ele recebia os moradores-eleitores em seu gabinete, na prefeitura. Os entrevistados enfatizam o “reconhecimento” e a “atenção” pessoal que Belinati lhes dispensava nessas ocasiões. Esse “reconhecimento” será um elemento bastante lembrado pelos entrevistados, quando avaliam o político Belinati, conforme mostraremos mais à frente.

“Dentro da prefeitura o Belinati trata o eleitor dele como se fosse a casa dele, que tá recebendo um amigo dele. Então, a casa [a prefeitura, no caso] é do povo. O povo é bem recebido com as bolachas, com cafezinho. Como se fosse recepcionado dentro da casa do Belinati”. (E3).

“Quando chegávamos na Prefeitura para ser atendidos, ele [Belinati] abraçava um de um lado, outro do outro”. (E2).

“O Seu Antonio [Belinati] nunca teve as portas da prefeitura fechada. Sempre esteve aberta pra todo mundo. Então a gente era de dentro da prefeitura, de dentro daquela casa, que era a casa do Seu Antonio, era a casa de todos, do povo de Londrina: podia ser pobre, branco, preto, feio, bonito, encardido, que sempre tava ali, junto com ele”. (E8).

2.12 Identificação e Representação

A possibilidade da aproximação entre Belinati e o eleitor e a afirmação de vínculos de clientela duradouros, encontram sustentação também na crença do eleitor quanto à identificação de pertencimento à mesma origem de classe que teria Belinati, definida aqui, pelos entrevistados, como “pobre” ou “carente”.

“Ele [Belinati] nasceu de uma família muito pobre, então eles viveram como uma pessoa mais carente, mais pobre. Então, ele sente, o que ele passou ele tá vendo naquilo que a pessoa tá passando”. (E11).

“Eu, na minha maneira de avaliar, quando eu falo de Antonio Belinati, eu falo de povo, porque ele é o povo. (...) Ele é o povo humilde, carente. Ele é de assentamento, ele é desse pessoal pobre, baixa renda”. (E4).

“Ele [Belinati] é como a gente, é humilde. Foi pobre”. (E13).

“Seu Antonio [Belinati] sempre foi uma pessoa assim, que lutou pelos pobres, pelas crianças, pelo lado mais pobre”. (E8).

“O Seu Antonio era uma pessoa dos pobres mesmo”. (E15).

“O Belinati tinha um programa na rádio que chamava A Voz do Povo, era Voz do Povo, porque, toda a vida, ele é do povo mesmo”. (E9).

“Do mesmo jeito que a gente, Belinati não gosta que chamem favela de favela. Ele chama de bairro”. (E16).

Colada à crença na identificação de classe com Belinati ocorre a crença de que ele, então, é o representante político dos “pobres” junto aos poderes públicos.

Sem o Belinati o pobre não é nada. Ele já ponhô orelhão e está pondo rede de esgoto e a água lá na invasão do Monte Cristo. Também teremos a escritura do terreno. Se [ele] roubasse não dava tempo para fazer benefício para o bairro. (depoimento dado à **Folha de Londrina**, 23 fev. 2000, p.5, grifo nosso).

Passei todo esse tempo rezando e até fizemos promessas para o Belinati voltar para a prefeitura. Morei onze anos no União da Vitória¹²¹ e sei que só ele ajudou os pobres. Outros políticos só lembram dos pobres quando chega a eleição, mas, o Belinati não, sempre tem ajudado e socorrido as pessoas carentes [...]. (depoimento dado à **Folha de Londrina**, 21 maio 2000, p.10).

2.13 “Reconhecimento”: o Tratamento Com “Carinho” e Com “Atenção”

Nos relatos que colhemos, nota-se que, ao lado do compromisso do eleitor com o político em questão, forjado a partir das “ajudas” e “favores” prestados pelo último, aparece um outro elemento relevante na justificativa do vínculo profundo e duradouro que os liga: refere-se à valorização que o eleitor-cliente faz do comportamento do político quando este o trata com “carinho”, com “atenção”, quando não o “ignora” e antes de tudo, quando o trata como “um igual”. Noutros termos, quando o político o “reconhece”, quer dizer, presta-lhe o reconhecimento que é pessoal e social. Essa prática do político trata de atender a dimensão subjetiva da carência, aquela que aparece como sentimento de abandono, de desprestígio, de “invisibilidade” social.¹²²

Os depoimentos iluminam, com o argumento da relevância da “amizade”, o papel de destaque que desempenham as carências de caráter subjetivo que afetam o morador-eleitor e que derivam daquelas situações sociais de acentuada pobreza e de exclusão política, já anotadas atrás.

“Eu apóio o Belinati, apesar de meu amigo, é uma pessoa carismática, é uma pessoa que dá ouvido aos pobres. E, realmente, os pobres anda tão carente disso, sabe. Já que o outro não liga, o rico não precisa mais dele, o rico já tem. Quem precisa é o pobre”. (E9, grifo nosso).

“Ele não precisa dar nada. É só a atenção”. (E4).

“Então, como ele [Belinati] é uma pessoa que subiu de nível, ele que tá no meio daquelas pessoas, pra dar um pouquinho a mais de

¹²¹ Bairro carente da periferia da cidade, de origem num assentamento.

¹²² No capítulo 3 dedicamos atenção especial para o papel da relação entre vínculo de clientela e busca por “reconhecimento”.

carinho para aquelas pessoas. Porque essas pessoas carentes (...), vêm uma pessoa mais ou menos na casa deles, eles se sente orgulhosa por isso aí. (...) É o carinho. É isso que acontece. (...) a Dona Emília [Emília Belinati, esposa de Belinati], foi ali na casa da mãe da D. Joana. Ela chegou e a veinha disse: 'Tamo acabando de fazê o almoço'. O que a Emília fez? Pegou o prato de cima da pia, colocou o macarrão e foi comendo. Quer dizer ... se sentiram ... (...) Ela [a mãe da D. Joana] sentiu orgulho da Emília ter comido na casa dela. Quer dizer, eles se sentem bem porque eles entendem que: 'foi uma vice-governadora, foi deputada, comer na minha casa, que carinho!' Quer dizer, isso é carinho". (E1).

"Ele [Belinati] quer estar no meio deles [dos carentes] para dar um pouquinho mais de carinho para aquelas pessoas. Porque aquelas pessoas carentes, se vêm uma pessoa mais ou menos na casa deles, já se sentem orgulhosas por isso aí. Elas não se sentem tão diminuídas". (E6).

"A Neusa tem uma amiga dela que é deficiente, mora aqui no [Conjunto] Zé Jordano. Só porque o Belinati deu um beijo na irmã dela que tem problema de deficiência, ela sente orgulho pelo Belinati. Porque beijar uma pessoa deficiente, tudo torta então, a pessoa sente aquele carinho por aquela pessoa". (E8).

"Vou na chácara, vou no apartamento dele. Ele me recebe muito bem". (E6).

"Ele demonstra isso [o "reconhecimento"] no gesto dele, na maneira com que ele conversa com a gente. Da maneira carinhosa que ele fala com a gente. Porque o seu Antonio [Belinati] é muito carinhoso. A maneira que ele fala com você, que te recebe, tudo conta". (E4).

"Essas reuniões que ele faz nas residências das pessoas (...). É, tomar chá nas casas das pessoas. Eu e minha família, ele vai lá tomar chá, conversa com a família inteira. Eu acho que isso aí é o ponto xis da questão dele". (E10).

"Tenho contato com Seu Antonio [Belinati], direto. Tanto que, há dois meses e meio, agora, meu sogro faleceu, não liguei avisando, mas ele ouviu através de rádio, através de outras pessoas que passou pra ele. Então, ele tava no velório, acompanhando. Ainda pensou que era meu pai. Não era meu pai, que faleceu faz tempo, era meu sogro. Então, pra mim é uma honra muito grande. Seu Antonio é assim uma pessoa que como amigo eu considero bastante". (E14).

"Ele [Antonio Belinati] não é aquela pessoa assim que ... sabe, ele é uma pessoa simples. Seu Antonio é pessoa que, se você falar: 'Seu Antonio vamo lá na minha casa tomá uma água com pão e farinha seca?' Ele é capaz de ir. Então ele é uma pessoa que já veio na

minha casa e eu também já fui na casa dele, na chácara, né. Eu já tive lá”. (E8).

“As pessoas não sabem o que fazem com o Belinati quando ele vem aqui dentro do bairro [Jardim União da Vitória]. Eu acho que não é só por questão política. Porque ele, realmente, é muito carismático. Ele tem aquela coisa que puxa o povo pro lado dele, e ele pro lado do povo. Ele chega às duas, três horas da manhã e ele é aquela pessoa que ele entra no bairro e não tá nem aí. Conversa com todo mundo. Ele entra no pior barraco aqui dentro do bairro e toma um café. Sabe, ele não é aquela pessoa que tem seu colarinho branco, de jeito nenhum, ele é uma pessoa do pobre mesmo”. (E14).

“Eu continuo muito amiga dele. Independente de partido ou não, o Seu Antônio [Belinati], nos meu aniversário ele sempre ... Se tá na rádio ele me parabeniza, ele vem me fazer surpresa. No dia 14 de abril do ano passado, o ano passado ele veio me fazer surpresa aqui em casa. Eu não esperava. Nossa! Pra mim foi uma surpresa. Uma casa pobrezinha dessa e de repente eu vi aquele homem chegando em casa, pra mim foi, sabe, foi muito surpreendente mesmo. Então, eu sou muito amiga dele. Sempre que eu posso ligo pra ele, converso com ele”. (E15).

Uma entrevistada, falando de uma outra liderança política da cidade (esposa de um deputado federal), lembra da atenção dispensada por ela, que ela vinha visitar o bairro, uma ocupação, quando esta não dispunha ainda de nenhuma infra-estrutura:

“A Fernanda, o pessoal adora ela. Ela veio aqui na época que não tinha nem água aqui. Veio, tomou café na casa do pessoal, e até hoje o pessoal fala ... Vinha aí, na casa de um, na casa de outro, pegava nenê no colo, tomou sopa aqui na casa da Dona (...). Sabe, então o pessoal sente orgulho por aquilo ali: da pessoa tomar água, como o Belinati faz, na casa da gente, sente aquele carinho”. (E3).

2.14 O “Político Amigo”

As entrevistas mostram que os procedimentos envolvidos no estabelecimento dos vínculos de clientela – a aproximação, o contato pessoal, a prestação de “ajudas” e “favores”, o tratamento “carinhoso” e “atencioso”, ou seja, pelo “reconhecimento” – acabariam por promover a instalação de uma “relação de

amizade”, nos termos dos entrevistados, entre o eleitor e o político. Em boa parte dos depoimentos, na interpretação que os entrevistados fazem a respeito do vínculo já consolidado que manteriam com Belinati, é a “amizade” com ele que define a singularidade do vínculo que os liga.

Como visto anteriormente, o conjunto dos recursos utilizados pelo político em questão para forjar a atração e a vinculação do eleitor expressa e, por sua vez, promove sua capacidade de instituir a aproximação e a construção de vínculos afetivos com os eleitores, forjando aquelas supostas “relações de amizade”.

“Belinati não é uma pessoa só política. É uma pessoa muito amiga. Tendo o Belinati como amigo então, você está tendo com você um irmão, um pai, um tio. Então, ele se torna, com você, uma pessoa da família, porque ele faz parte da minha família”. (E3).

“Desde a época que eu conheci, Antonio Belinati, toda a vida ele foi um grande amigo, da minha família também”. (E11).

“Como prefeito e como amigo ele é uma pessoa só”. (E12).

“O Belinati e o filho dele [deputado estadual] são dois amigos meus. O Wladimir [Belinati, irmão e ex-secretário de saúde] é muito meu amigo. O Dr. Marcelo [Belinati, vereador e sobrinho de Antonio Belinati] é meu amigo também. (...) Qualquer um desses que eu encontrar na rua, pára, me cumprimenta. Somos amigos até debaixo d’água”. (E2).

“Quando meu marido tava doente, ela [Emília Belinati, esposa de Belinati] veio várias vezes [visitá-lo] (...). Ah, nós tinha uma amizade muito grande”. (E1).

“(…) Mas também não é por causa da ajuda não, que eu tô falando. O favor que eu devo é uma coisa, mas a amizade é outra coisa. Não tem dinheiro que pague a amizade de uma pessoa e nós temos com o Belinati a amizade, a amizade, o favor ... ele não tem o que paga mesmo, nem que eu votasse pra ele mil anos aí”. (E5).

“Não sei se foi em política ... aí eu vi ele e pegamos aquela amizade. Porque eu adoro o Belinati. Eu gosto muito do Belinati”. (E6).

“As pessoas se aproximam dele [Belinati] porque gostam dele mesmo. Porque gosta dele. Porque eu gosto do Belinati e não tenho interesse nenhum”. (E14).

À pergunta: “Como é o tratamento de Belinati com o eleitor dele?” Um entrevistado respondeu: “É como se fosse um amigo. Porque é amigo. Belinati com os outros eleitores que ele tem agora ... são os

amigos que ele sempre teve. Só vota no Belinati os amigos (...)". (E16).

Em certos momentos dos depoimentos, como parecem apontar as falas acima, os entrevistados suspendem por hora a relação entre os “favores” prestados pelo político e a “relação de amizade” que acabaram por desenvolver, dando a entender que não seriam momentos de um mesmo processo. Invertendo a ordem da construção do vínculo, enfatizam, algumas vezes, que a “amizade” com o político e com membros de sua família seria a grande razão para o compromisso político mantido com ele, mais do que o débito por “favores” prestados pelo político às famílias dos entrevistados. Acabam interpretando as “ajudas” menos como “favor” e mais como ato gratuito derivado da relação de amizade que mantêm com Belinati. Nessas interpretações a “amizade” é que aparece como motivadora do vínculo de clientela.

Porém, a consideração sobre o quadro geral que engloba a constituição dos vínculos de clientela que observamos, e o conjunto dos depoimentos colhidos, deixam evidente que o vínculo de compromisso do eleitor-cliente com Belinati deriva das “ajudas” e “favores” que ele prestou à família e a conhecidos da família. O que sugere, para o caso que estudamos, a seguinte ordem de roteiro para a construção do vínculo de clientela, envolvendo setores das classes populares: carência material e subjetiva (do eleitor) → “ajudas” e “favores” (do político) → instalação de compromissos de débito (do eleitor) → consolidação de vínculos (eleitor e político) → interpretação do vínculo como vínculo de “amizade” (eleitor) → apoio político duradouro ao político por parte do eleitor. O depoimento que segue é muito importante por conseguir ilustrar com detalhes esse percurso.

“Quando nós viemos do sítio, eu precisava de uma casa pra morar, porque a gente não tinha. A gente morava de aluguel e meu marido queria comprar uma casinha, lá na favela da Bratak. Era a favela Nossa Senhora da Paz, parece que era. E, eu não queria ir pra lá, porque eu tinha dois meninos só, pequenos naquela época. Daí fui para ... O hospital Evangélico era lá onde é a Cohab hoje, e daí ele [Belinati] falou pra mim ... Mas antes meu marido encontrou com ele lá na cervejaria, que ele [Belinati] foi fazer uma visita lá e meu marido trabalhava lá, daí, mas ganhava muito pouco. Aí, ele [Belinati] chegou lá e deu uma força pro meu marido no serviço, arrumou outro serviço e aí ele trabalhava de dia e de noite, pra poder pegar uma casa. Daí, na hora de pegar uma casa era aquela

burocracia, porque não tinha estudo, não tinha profissão, então tava difícil. Então, o que que eu fiz? Ele [Belinati] fez inscrição pra nós, dessa casa aqui, sem nós saber. Naquela época, eu não sei quando e nem como e nem por quê. Não consigo explicar porque, [já que] ele [Belinati] não explicou pra nós. E daí, chegou o dia de sair essa casa, construiu a casa e nós morando em dois cômodos ruim, ruim ... Nós sofremos bastante naquela época. Daí chegou o dia de sair a casa, num tinha dinheiro pra tirar a casa. Ele [Belinati] me pôs pra trabalhar lá, no Hospital Evangélico de cima em baixo, que começou em cima e terminei embaixo, pra mim pegar o dinheiro de pagar essa casa. Então, desde aí, ele [Belinati] já começou me ajudando e daí pra cá nós pegamos amizade e isso já faz mais de quarenta anos. E, quando meu marido foi acidentado e meu marido já foi acidentado duas vezes, que ele ficou debaixo de um caminhão de tora com a lambreta, ele trabalhava numa firma e ninguém pôde ajudar nós. Não tinha parente aqui, não tinha ninguém, ele [Belinati] saía da casa dele e trazia panela, aquelas panelona de alumínio, cheia de café, arroz limpo e foi o que nós comemos naquela época ... Depois veio o asfalto, nós pagamos um pouco, ele tornou a ser acidentado de novo e não pudemos pagar o asfalto, ele [Belinati] pagou do bolso dele o nosso resto de asfalto que tinha. Foi indo que, quando paguei quinze anos a casa, ele [Belinati] veio, meu marido ficou doente da coluna, não podia nem andar, era pra operar, não quis operar, ele [Belinati] veio, fez os papel, levou pra Curitiba, quitou a nossa casa. Fomos chamados pela Cohab, quitou o resto da nossa casa. Graças a Deus! Se eu tenho onde morar, agradeço a ele [Belinati]. Por isso eu nunca cuspo no prato que eu como. (...) Então, é isso que eu tenho que falar, quando que uma pessoa dessa vai ser ruim pra mim? Como que eu vou fazer isso, num vou votar no que ele fala? Portanto, eu não gosto de sair na rua e se um fala mal dele eu brigo, fico brava. E, se ele candidatar novamente, se candidatar mil vezes, mil vezes meu voto é dele enquanto eu puder votar”. (E1, grifo nosso).

Na interpretação que deriva das entrevistas, vê-se que o eleitor-cliente formula e pratica a relação política nos termos de “relações de amizade” e de compromisso com o político “ajudante”.

2.15 O Político Como o “Protetor”, o “Pai”

A combinação de “favores” prestados, identificação na representação (“Belinati representa os pobres”) e reconhecimento através do

tratamento atencioso, leva a que o eleitor-cliente veja o político como seu “protetor” ou seu “pai” na esfera da política.

“Belinati foi um pai pra esse pessoal” [Aqueles que moram nas casas populares construídas no período em que era prefeito]. (E2).

“Até hoje, eu tenho ele assim como ... Eu brinco com ele e falo ele de pai. Eu tenho ele como um pai pra mim”. (E5).

“Antonio Belinati é amigo. Ele é um pai pra gente. E, eu considero ele assim, como um pai. Ele é uma pessoa que não tem orgulho. Ele não separa ninguém. E, se você vai nele e reclama pra ele qualquer coisa, ele é um pai, viu”. (E11).

“Ele é um pai pra gente, né”. (E6).

‘Sem o Belinati o pobre não é nada. Ele já ponhô orelhão e está pondo rede de esgoto e água lá na invasão do Monte Cristo.’ (Depoimento dado por moradora da “invasão”, durante manifestação de apoio ao ex-prefeito na ocasião de sua cassação.) (**Folha de Londrina**, 23 fev. 2000, p.5).

“Ferir o Belinati é como ferir os filhos dele [no caso, o eleitor-cliente], porque são todos filhos do Belinati”. (E13).

Passei todo esse tempo rezando e até fizemos promessa para o Belinati voltar à prefeitura. Morei onze anos no União da Vitória e sei que só ele ajudou os pobres. Outros políticos só lembram dos pobres quando chega a eleição, mas o Belinati não, sempre tem ajudado e socorrido as pessoas carentes. (Depoimento de uma eleitora, dado durante manifestação de apoio a Belinati, por ocasião de sua cassação). (**Folha de Londrina**, 21 maio 2000, p.10, grifo nosso).

Em matéria de um jornal local, o jornalista relata que a

[...] dona do único ‘comércio’ do Jardim dos Campos [uma ‘invasão’ localizada num fundo de vale], Aparecida Constância Aguiar, assegura, com a convicção de quem recebe na sua mercearia todos os moradores da invasão, que não conhece sequer uma pessoa daquele bairro que seja contra Antonio Belinati. [Segundo ela] ‘O povo daqui tem gratidão pelo lote, pela água, pela luz e confia que o prefeito vai asfaltar e legalizar os documentos dos lotes. Sem ele na prefeitura acaba toda nossa esperança’. (**Folha de Londrina**, 21 maio 2000, p.10, grifo nosso).

Um entrevistado relatou o caso de uma intervenção a favor de um conhecido que havia construído uma casa em um fundo de vale e se encontrava preocupado com essa situação irregular. O entrevistado, “amigo” de Belinati, procurou o então prefeito para ver a possibilidade de regularizar a situação do conhecido. O prefeito reagiu dizendo que não havia como regularizar a construção nos termos da lei em vigência, mas se comprometeu a “deixar em paz” o morador, poupando-o da fiscalização da prefeitura. (E2).

2.16 A “Arquitetura Moral” do Clientelismo: Critérios que o Eleitor-Cliente Utiliza Para Avaliar o Político

No caso que acompanhamos, sendo a ligação política uma ligação mediada, principalmente, pelo contato pessoal, pela proximidade entre esfera privada e esfera pública, ganha relevância no julgamento/avaliação que o eleitor-cliente faz do político, um olhar que destaca os atributos do político numa perspectiva que os valoriza como traços pessoais que definem o comportamento político: bondade pessoal (benevolência), generosidade, disposição em ser “atencioso” e “carinhoso”, autenticidade no contato pessoal, simplicidade e humildade. Assim, a imagem do político é construída a partir de algumas características de sua personalidade e de sua vida privada.

Quanto aos traços de “bondoso” e de “carinhoso”, observe-se os depoimentos a seguir, que incluem também, a avaliação sobre outros políticos locais, além de Antonio Belinati.

“Ele é uma pessoa carinhosa, né. Ele chega aqui, ele abraça todo mundo”. (E7).

“O que mais admiro nele [Belinati] é a forma carinhosa com que ele trata as pessoas”. (E15).

“Eu tenho uma consideração muito grande com ele [Belinati] e ele tem um carinho muito grande com meu filho e isso pra mim é tudo”. (E12).

“A única coisa [que recebi do Belinati] foi atenção. Toda vez que eu precisei dele na prefeitura, ele me prestou muita atenção. Aonde eu encontro com ele, ele prestou atenção. Algumas vezes que fui na chácara dele fui muito bem recebido”. (E9).

“Ele [Belinati] é boa pessoa. Ele não tem esse negócio de entrou prá prefeito é uma coisa ou ele muda, né. Ele é o mesmo que ele é agora ... Ele não desfaz de ninguém, por isso é que eu gosto dele”. (E6).

“Eu apoio o Belinati pela pessoa que ele é, pelo político que ele é, e essa coisa de carinho que ele tem com o povo ...” (E11).

“Ele é um sujeito carinhoso. (...) A gente pega aquele carinho por ele, aquele amor por ele”. (E6).

“Sempre a gente batia papo [a entrevistada e Belinati], ele sempre aonde ele me via ele sempre me dava atenção”. (E1).

“Ele [Belinati] demonstra isso [a “amizade”] no gesto dele, na maneira com que ele conversa com a gente. Da maneira carinhosa que ele fala com a gente. Porque o Sr. Antônio é muito carinhoso. A maneira que ele fala com você, que te recebe, tudo conta”. (E4).

“Eu acho que não tem diferença entre o prefeito e a pessoa Belinati. Eu acho que o Belinati, ele é muito humano. Ele trata bem as pessoas no tempo da política, no tempo em que ele é prefeito e no tempo que não é. Ele trata as pessoas igual. Nós encontra ... nós brinca .. . Ele gosta muito de brincar comigo. Aí eu fui na rádio lá, só assistir, chegou lá ele me recebeu, falô que era pra mim voltar outro dia, voltar sempre e entrar lá na gabina, pra nós conversar, pra ele falar que eu tava lá. Quer dizer que é um cara muito atencioso, sempre foi”. (E9).

“Belinati trata o eleitor como trata qualquer amigo”. (E3).

“A gente tem assim aquele carinho ... Quando eu converso com o filho dele, com o sobrinho, então eu falo: ‘E o nosso pai?’. Já chegou naquela intimidade, né”. (E6).

“Belinati é humano. Ele é uma pessoa humana. (...) Ele tem um carinho tão grande. Carinho pela população de Londrina. (...) Ele trata esse pessoal, a gente vê que ele trata eles do fundo do coração, não é porque ele é uma pessoa política, porque ele é isso, porque é aquilo, não. É a maneira de ele tratar ... Ele trata todo mundo bem. Ele trata com carinho as pessoas”. (E8).

“Belinati é carismático. Tem um dom. O que faz ... é a bondade dele, é o coração. Porque o que ele faz é de coração”. (E2).

“[Belinati] é um homem de Cristo. Porque só Cristo pode ter um coração tão grande como Belinati tem”. (E3).

“Belinati é um santo. Um homem muito bom. (...) Como posso deixar de votar nele?”. (E14).

“Inclusive, até a Emília [esposa de Antonio Belinati], Emília é uma pessoa que a gente chega pra conversar com ela e ela atende a gente com carinho”. (E11).

“Tem uma vereadora lá [na Câmara] que eu gosto muito dela, a Sandra Graça. E, eu nunca pedi nada pra Sandra Graça. Mas, sempre ela me teve muito bem, muita atenção. (...) E, ela tem muita atenção comigo e eu tenho também muita atenção com ela. Nunca pedi nada pra ela”. (E9).

Sobre o destaque que os entrevistados dão ao aspecto da “autenticidade” do comportamento político de Antonio Belinati, veja-se os relatos abaixo.

“[O Belinati] mantém contato mesmo sem ser em época de eleição. Se fosse interessado não teria contato agora, né?” (E2. Depoimento dado em 2005. Belinati se encontrava sem mandato).

“Belinati é sempre o mesmo Belinati, com mandato ou sem mandato”. (E3).

“Ele [Belinati] não engana. Ele é aquele que você encontra ele, pode ser em qualquer lugar, você é conhecida dele, e acabou. Ele não te conhece direito, mas ele sabe, ele sabe que tô sempre lá [na prefeitura]”. (E7).

No que diz respeito à marca da “humildade” presente no comportamento político de Antonio Belinati, outro traço lembrado inúmeras vezes nos depoimentos, atente-se para as seguintes falas:

“[O Belinati] é uma pessoa muito humilde. Onde ele chega ele é bem vindo. E ele não escolhe lugar pra ele ir. Pode ser a casa mais pobre, ou do mais rico. Ele é a mesma pessoa, não muda. Tô dizendo isso porque cheguei a acompanhar uma parte disso, né. Onde ele chega, pode ser a casa da pessoa mais humilde, como a da pessoa mais rica, ele entra, ele chega, ele senta, ele toma café, ele toma água. Então, o carisma dele tá aí. Pela humildade dele”. (E10).

“Eu sinto uma gratidão muito grande pelo Seu Antonio pela pessoa que ele é, pelo jeito de ver ele tratar as pessoas mais carentes (...). Pelo que eu vi ele receber aquele pessoal ali dentro da prefeitura, sabe. Ele nunca foi aquele homem assim, de arrogância, sabe. Ele nunca pegô arrogância. Sempre foi uma pessoa simples”. (E8).

“Ele [Belinati] é muito simples. (...) Isso é que diferencia ele dos outros. Ele é muito humilde. Então, tá sempre a mesma coisa. Sempre alegre, sempre rindo, sempre recebendo bem”. (E7).

Destaca-se, na avaliação que esses eleitores-clientes fazem a respeito do político em foco, a forte interferência de uma ética da relação pessoal. Um exemplo de como funcionaria essa “economia moral” do clientelismo orientando o comportamento do eleitor-cliente pode ser dado pela posição que os clientes entrevistados assumem de negarem acreditar que Antonio Belinati tenha participado dos episódios em que é acusado de corrupção e que redundaram em sua cassação. Esses eleitores-clientes não o fazem – negar – por “ignorância política” ou desinformação, mas, principalmente, porque avaliam e julgam a prática política deste político a partir de mediações fornecidas pelos parâmetros de quem avalia o comportamento de um “amigo”, de um “membro da família”.

Assim, no julgamento, contam menos as informações ajuntadas pelo Ministério Público e mais a destinação prévia de uma “confiança” no “político amigo”, ou a “fé” na honestidade do “pai” e “protetor”. Conta mais a “confiança” adquirida por quem se considera “próximo” do Belinati, do que a “desconfiança” levantada por quem é “distante”, no caso, a justiça, ou a “má intenção” de quem é “adversário político” do ex-prefeito. Por exemplo, depois de listar as “ajudas” e “favores” recebidas de Antonio Belinati, especialmente, em encaminhamentos para que “conseguisse uma casa pra morar”, uma entrevistada manifestou da seguinte forma sua avaliação sobre as acusações de corrupção aventadas contra o ex-prefeito cassado:

“(...) Por isso eu nunca cuspo no prato que eu como. (...) Então, é isso que eu tenho que falar: Quando que uma pessoa dessa vai ser ruim pra mim [como representante político]? Como eu vou fazer isso, num vou votar no que ele [Belinati] fala? Portanto, eu não gosto de sair na rua e se um falar mal dele, eu brigo, fico brava. (...) E, se ele candidatar novamente, se candidatar mil vezes, mil vezes meu voto é dele, enquanto eu puder votar”. (E1).

É baseando-se nesses mesmos critérios que sobrevalorizam a proximidade, o contato e a suposta intimidade pessoal com o político, que um entrevistado desqualifica o atual prefeito em exercício, da cidade, adversário político de Antonio Belinati:

“Quem é esse Nedson, eu nunca vi ...”. (E16).

2.17 Uma Subcultura Política do Clientelismo

Uma análise das práticas de clientela do caso investigado e do conteúdo dos depoimentos coletados, tanto pelos jornais citados como dos coletados por nós, permite traçar indícios da pauta de uma possível subcultura política do clientelismo, orientando as atividades políticas dos indivíduos dos setores populares ligados a vínculos clientelísticos, mantidos por Antonio Belinati, na cidade enfocada. Dá para observar a presença recorrente das seguintes representações e valores:

1) Partindo de uma crítica à impessoalidade burocrática e à inacessibilidade aos políticos, uma avaliação segundo a qual o “bom” político seria aquele que, quando em cargos executivos, por exemplo, realiza um atendimento direto ao eleitor-reclamante, driblando os diversos trâmites burocráticos. O “bom” político seria aquele que livra o eleitor da “frieza” da burocracia. Por inversão, o político ruim seria aquele anônimo, que nunca aparece no bairro, que não aparece para visitar o eleitor e que se esconde no anonimato da burocracia ou na segurança do gabinete;

2) Um julgamento que considera que o “bom” político seria aquele que trata o eleitor com “carinho” e “atenção” pessoais, individualizados;

3) A crença de que o “bom” político é aquele que se identifica com o eleitor, que se torna um igual: “Toma água na mesma caneca do dono da casa”. É aquele “humilde”, que se situa no “mesmo nível” do eleitor “pobre” e “carente”. Por outro lado, o político ruim seria aquele arrogante, exibido;

4) Crença num suposto hiper-poder/super-poder do chefe político (no caso o prefeito) em solucionar todo tipo de problema ligado a demandas de

caráter público. Vê-se, por parte do eleitor-cliente, uma investidura de força e capacidade de influência à figura do político. Uma moradora da periferia (Jd. Monte Cristo) disse, por exemplo, sintetizando essa crença: “Para os pobres, ele [Belinati] é um Deus”. A moradora de um outro assentamento afirmou que: “Sem o Belinati o pobre não é nada”;

Observando as solicitações e pedidos feitos por moradores e registrados pela imprensa, em “sessões de atendimento” que o prefeito organizava de madrugada em seu gabinete para atender pedidos da população (1998/1999), dá para ver que os moradores superestimavam a capacidade de decisão e resolução do prefeito para atender suas demandas: estas iam de pedidos de empréstimos de dinheiro a pedidos de doações de casas;

5) Uma expectativa e até exigência de pessoalização na relação política. Uma forte necessidade de “personalismo” nessa relação. Expectativa, até mesmo, de contato pessoal, de “reconhecimento” pessoal, por parte do eleitor-cliente. O político que “presta”, para este eleitor-cliente, é aquele que o cumprimenta, que “olha em seu olho”, que lembra seu nome. Um líder comunitário, que já foi presidente da Federação das Associações de Moradores de Londrina e que é ligado ao grupo político de Antonio Belinati, disse que parte do sucesso do prefeito estaria na abordagem direta que ele faz com o morador-eleito, promovendo o contato pessoal e físico. Segundo ele: “[O Belinati] é um político jeitoso, que vai na favela, pega no colo a criança suja, passa a mão na cabeça de um, abraça o outro, e conquista as pessoas (...)”;

6) A crença de que o político (líder político) seria a própria “fonte” dos benefícios públicos; por isso ele pode apresentar-se como “doador”, “ajudante”, “protetor”. Uma moradora, eleitora de Antonio Belinati e que participou de manifestações em sua defesa em 2000, por ocasião do processo de cassação, disse que: “[sua] família era grata ao prefeito por ele ter doado material de construção para erguer as casas no Bairro [Jd. João Turquino]. Eu não tinha casa, ele foi pessoalmente numa reunião e disse que era um presente para a gente”. (grifos nossos)

Outra liderança (do assentamento Jardim dos Campos), disse que “O povo tem gratidão pelo lote, pela água, pela luz e confia que o prefeito vai asfaltar e legalizar os documentos dos lotes. Sem ele na prefeitura acaba toda nossa esperança”. Um segundo líder comunitário observou: “Outros políticos só

lembram dos pobres quando chega a eleição, mas o Belinati não, sempre tem ajudado e socorrido as pessoas carentes”. (grifo nosso);

7) A crença de que a maneira de buscar benefícios ligados ao poder público passa pelo pedido feito diretamente -- ou via seu despachante (agentes/cabos eleitorais) --, ao chefe-político. Ou, de outra forma, o aceite de que o mecanismo da conquista das demandas é o pedido de “ajuda”, o pedido de “favor”. Ou ainda: procurar pessoalmente o prefeito seria a solução.

Conforme já demonstramos atrás, eram os eleitores-clientes de Belinati que enchiam as “sessões de atendimento à população”, realizadas de madrugada e lotavam também, diariamente, seu gabinete. Foram colhidos depoimentos de moradores que foram até o prefeito “para fazer pedidos”, para solicitar “ajuda”. Uma moradora disse que, certa vez, “(...) acordou às 5 horas (da madrugada) para pedir duas vagas na supercreche [creche municipal que leva o nome do pai do ex-prefeito] para seus filhos de 2 a 4 anos”. Outra relatou: “Fui pedir a legalização de um terreno onde moro no Jardim Santa Rita. Estou lá há 20 anos mas não tenho a posse. O terreno é da prefeitura. Quero ver se o prefeito legaliza (...)”. (grifo nosso);

8) Ligada imediatamente a esta última crença, está a representação que considera o político (no caso, Antonio Belinati) como “pai”, “protetor”. Por exemplo, uma liderança entrevistada, disse ser Antonio Belinati, “o nosso protetor”. Um outro morador se referiu a ele como “o pai” dos moradores dos assentamentos”. (grifo nosso)

Todas essas crenças e representações se ajuntam, conformando uma noção mais ampla e mais ou menos coerente sobre o que é o mundo da política, ou melhor, sobre o que é a relação política, que a entende como: a relação do “favor”, da “ajuda”, da “doação” e da “troca” entre o político e o eleitor.

Para se dimensionar as implicações dessa noção, pode-se contrapô-la a uma outra que vê o campo da política como “o espaço da realização de direitos” ou “da disputa pela riqueza social”, onde se resolve, permanentemente, conflitos entre grupos e classes sociais que possuem interesses divergentes em relação ao uso do fundo público, à construção da legislação e à detenção do poder estatal.

Pode-se observar, portanto, a presença de uma subcultura política do clientelismo, como congregadora de práticas, concepções e noções sobre a

atividade política e que aparecem como comuns aos agentes envolvidos nos vínculos clientelistas que destacamos. Tal subcultura funcionaria como “o código que os une”, que aproxima e que permite o “diálogo” político entre seus membros, definindo parte dos roteiros do comportamento político destes agentes.

Encontramo-nos aqui, na esfera dos valores – que repercutem diretamente em interesses –, o que permite inferir que essas concepções e noções cumprem uma importante função ideológica, assimilando e unificando a ação política de parte dos agentes sociais das classes populares observados, inscrevendo-os como subordinados na esfera das relações políticas organizadas pelo vínculo clientelista. Baseados nos termos levantados, supomos estar dada uma subcultura do clientelismo local, com alguns traços já observados, também, em outros casos.¹²³

¹²³ Por exemplo, em DINIZ (1982); KUSCHNIR (2000); VIEIRA (2002).

CAPÍTULO 3

3 INTERPRETAÇÕES SOBRE OS MOTIVOS DA SOBREVIVÊNCIA DO CLIENTELISMO POLÍTICO NO BRASIL

Neste capítulo, nossa preocupação mais geral é levantar os elementos que explicam a permanência relevante de práticas de tipo clientelistas, compondo a organização política brasileira nos anos recentes. Faremos isso a partir da consideração de duas propostas de interpretação sobre o tema, que serão avaliadas criticamente, à luz das informações derivadas da investigação empírica anterior (capítulo 2) que realizamos, entre 2003 e 2005, sobre relações de clientela.

Para a tentativa de explicar tal permanência, estamos considerando que há, ao menos, duas ordens de motivos. Haveriam motivos relacionados à conjuntura: funcionalidade política do clientelismo ao modelo econômico em vigência no período, tratada no primeiro capítulo, e, b) motivos ligados a aspectos estruturais da organização social: referentes à desigualdade social, à pobreza e a aspectos culturais particulares derivados destas.

Selecionamos duas tentativas de explicação¹²⁴ que expressam bem uma tendência recente nas análises sobre o fenômeno do clientelismo político na sociedade brasileira urbana e industrializada, que é a tentativa de ir além das teorizações que insistem ou na idéia de “herança cultural” ou na idéia da especificidade do “caráter e do comportamento do homem brasileiro”.

As duas tentativas de explicação centram-se na hipótese de que a prática do clientelismo na política atual encontraria sua racionalidade, referindo-se tanto à sua decadência como ao seu estímulo, na própria lógica da sociabilidade capitalista que, ao generalizar seu *ethos* próprio, em substituição aos valores

¹²⁴ Elas podem ser ilustradas pelas reflexões de dois autores brasileiros. O primeiro deles é Francisco Pereira FARIAS, cujas reflexões estão sintetizadas no texto **Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa** (2000). Este, por sua vez, apóia-se, especialmente, nas indicações de Paul Singer, postas no texto **A política das classes dominantes** (1965); o segundo autor é Jessé SOUZA, com sua contribuição distribuída, principalmente, nos textos: **Uma interpretação alternativa do dilema brasileiro** (2000), **A construção social da sub-cidadania** (2003), **(Não) reconhecimento e subcidadania, ou o que é “ser gente”?** (2003a), **A constituição**

tradicionais pré-capitalistas e mercantilizar toda a esfera das relações sociais, transforma também as relações políticas. Estas ganhariam, com isso, no primeiro caso, o da decadência, em impessoalidade (generalização dos procedimentos impessoais nas relações sociais) e, no segundo caso, o do estímulo, haveria a transformação do voto em mercadoria, em algo negociável.

3.1 A “Mercantilização” do Voto

Para Farias (2000, p.49), por exemplo, “[...] o fundamento das práticas clientelistas encontra-se não em uma herança de relações pré-capitalistas, mas, sim, na própria estrutura social capitalista. A cidadania política comporta como uma das alternativas o modelo competitivo análogo ao mercado econômico [negociação/comercialização do voto]”.¹²⁵ Considerando que o capitalismo e a democracia liberal que ele admite, comportariam variados padrões de política que não se resumiriam ao aspecto do procedimento universalista, o autor tratará o clientelismo como “uma das formas políticas intrínsecas a tal tipo de democracia”. (idem, p.49).

Para esse autor a explicação

[...] mais consistente do voto de barganha [do clientelismo, portanto] [...] decorre da consideração da estrutura social capitalista. [...] [Porque] no clientelismo o fator condicionante são as relações de *dependência impessoal*, gestadas no âmbito do assalariamento e suas garantias jurídicas. A maior independência adquirida na esfera das relações de trabalho traduz-se, em termos políticos, no chamado voto *livre*. Ao mesmo tempo, o enquadramento na *lógica competitiva* do mercado serve de modelo à conversão do voto *livre* em prática clientelista. [Dessa forma], os fundamentos do clientelismo não devem ser buscados numa abstrata situação de carência das classes populares, mas na estrutura social *particular* que produz uma pobreza *específica*. (FARIAS, 2000, p.52, grifo do autor).

da modernidade periférica (2003b), **Modernização periférica e naturalização da desigualdade: o caso brasileiro** (2004), **A gramática social da desigualdade brasileira** (2004a).

¹²⁵ Este autor não distingue clientelismo de compra e venda de voto. As implicações dessa indistinção serão discutidas mais à frente.

Este autor considerará o “voto mercadoria” – aquele que se dá pela barganha envolvendo vantagens materiais entre o eleitor e o político ou o cabo eleitoral – como uma “(...) uma expressão característica do clientelismo”. Sendo assim, a

[...] condição sócio-econômica para a proliferação do voto de barganha é a predominância de relações de produção capitalistas, basicamente a conversão da força de trabalho, através do assalariamento, em mercadoria – o que pressupõe a existência do trabalhador *livre*, isto é, despojado dos meios de subsistência, em particular do vínculo à terra. Trata-se do trabalhador que abandona a condição de *dependência pessoal* (o colonato, a moradia) frente ao dono de terras, para se submeter à *dependência impessoal* (o assalariamento) relativa às coisas”. (FARIAS, 2000, p.50, grifo do autor).

Essa “dependência em relação às coisas” ou, melhor dizendo, dependência às leis e regras que regem as mercadorias, poderia ser vista sob um duplo aspecto. Em primeiro lugar, ela significaria a dominação do poder econômico do capitalista, proprietário dos meios de produção, sobre o trabalhador, vendedor da força-de-trabalho. Em segundo lugar, e este seria o aspecto que explicaria o caráter intrínseco do clientelismo à democracia de tipo burguesa, aquela “dependência impessoal” expressaria “[...] a constituição do trabalhador em *sujeito de interesse*, que, na relação política, pode converter o voto em um instrumento de barganha por vantagens materiais, isto é, em um recurso salarial”. (FARIAS, 2000, p.50). Nos termos de Paul Singer (1965, p.80), “[...] no sistema capitalista, tudo o que tem equivalência econômica tende a transformar-se em mercadoria. [...] cargos eletivos são cada vez mais suscetíveis de proporcionar rendimento econômico. Isto faz com que, de modo crescente, o voto se torne mercadoria”.

É assim que a forma da representação política burguesa, baseada em eleições, se dirige às classes sociais “[...] configuradas como *eleitores*, isto é, indivíduos isolados (e normalmente em posição defensiva)”, o que facilita e estimula a ação de agentes eleitorais ou cabos eleitorais, “que propõe ao eleitor um cálculo utilitário: aceitar um benefício imediato e certo em troca do voto, ao invés de apostar em vantagens mais amplas, porém incertas”. (FARIAS, 2000, p.50). Nesses moldes, em relações de barganha de votos, a cidadania política burguesa ganha um possível contorno concreto que contempla “o sentimento da liberdade no exercício do direito

político – o voto *livre* –, (idem, p. 50) já que está presente a alternativa de o eleitor negociá-lo, a partir de sua decisão própria, autônoma.

Dentro dessas possibilidades o clientelismo não seria prática oposta à lógica do mercado econômico, ao contrário, seria um mecanismo político próprio e adequado à democracia burguesa e instrumento eficiente para garantir a implementação de políticas “modernas”.

3.2 O Fim da Dependência Pessoal, Mas não da Forma Pessoalizada,¹²⁶ na Relação Política

Um primeiro problema que aparece na abordagem de Faria (2000, p.49) é reduzir a definição de clientelismo à compra de voto, à simples barganha do voto ou à corrupção eleitoral. Ocorre que o fenômeno do clientelismo é aquele ligado à formação de clientelas políticas, que permitem a certas lideranças (ou a seus agentes) ter certo controle político sobre essa clientela. Busca-se o apoio político e este vai para além do momento de eleições. Ele serve para o reforço do cacife desses políticos. Serve, por exemplo, para socorrê-los em momentos de agrura, como ilustra o caso de Antonio Belinati no capítulo anterior que, durante as audiências do processo de cassação sofrido, conseguia reunir centenas de pessoas – sua clientela – que cercavam o Fórum e a Câmara de Vereadores em sua defesa, demonstrando-lhe grande apoio político.

Portanto, a formação da clientela não se dá com a simples e imediata barganha do voto. Ela requer uma aproximação mais cuidadosa e trabalhada junto ao eleitor-cliente, exige que ele seja cativado, cooptado. Nesse processo são usadas inúmeras táticas de aproximação e contato com o eleitor e variados recursos de barganha, na forma bastante antiga de troca de favores. A compra do voto pode ajudar, inicialmente, a montagem de uma clientela e reforçar esporadicamente as já existentes, mas não basta como instrumento de sustentação delas. Por isso é uma prática que não pode ser do tipo burocrática, “impessoal”,

¹²⁶ Nessa forma ocorre, nas relações políticas, uma ênfase na figura pessoal do político, nos seus atributos e em seu suposto “super poder” de influência e de decisão.

quer dizer, sustentada em procedimentos impessoais, mas exatamente o seu contrário.

Embora se expresse com termos mais próprios à manifestação do fenômeno do clientelismo no período feudal, Burke (1980, p. 68), destacando a extensão e o nível de profundidade do vínculo que ele supõe, sintetiza:

[O] clientelismo pode definir-se como um sistema político que se baseia em relações pessoais entre pessoas de estratos diferentes, entre os dirigentes (patronos) e os seus seguidores (clientes). Cada um tem algo a oferecer ao outro. Os clientes oferecem ao seu patrono todo o seu apoio leal e ainda a sua deferência, expressa através de várias formas simbólicas. Por seu lado, os patronos oferecem aos seus clientes proteção em relação às exigências de outros patronos e ainda favores mais concretos, como acesso a empregos. (grifos nossos)

Quer dizer, é uma relação de barganha, de troca, mas que extrapola o imediato e por isso se acresce de outros elementos que ajudam a compor o clientelismo como relação social. Com as devidas ressalvas ligadas aos diferentes períodos históricos, o clientelismo foi observado, por exemplo, na Inglaterra quinhentista. No Brasil foi observado também, no controle dos homens “livres” pobres da Colônia, no controle do eleitorado durante o Império e durante a 1ª República, sob o Coronelismo. Portanto, a “negociação” do apoio político e, em seguida, do voto, não é produto exclusivo e nascido das relações de produção capitalistas, pois já proliferava bem antes da instalação destas.

Farias (2000, p.49) localiza, por exemplo, o surgimento do clientelismo no Brasil com a consolidação das relações de produção de tipo capitalista. Como ele enfatiza o aspecto da compra e venda do voto, acaba por supor que o clientelismo é inerente ao capitalismo e acompanha a implantação da estrutura política burguesa no país. O clientelismo seria “intrínseco” ao capitalismo porque as relações sociais neste modo de produção são mercantilizadas e, por consequência, as relações políticas também o seriam.

É certo que as relações sociais sob o capitalismo são, essencialmente, relações mercantis, mas não é certa a hipótese de que seria desta característica que sairia a modalidade clientelista de política. Pode-se elencar, de início, uma diferença entre as transações de mercado e a troca clientelista: nas transações de mercado, o sistema de preços oferece medidas precisas de

equivalência, enquanto que em situações de troca clientelista, os “favores” e “ajudas”, quando não se referem, restritamente, à compra e venda de votos, geram expectativas de reciprocidade não especificadas previamente e que podem variar bastante de aspecto, nas múltiplas situações em que se instalam vínculos de clientela. Por exemplo, no caso que estudamos, as “ajudas” e “favores” prestados pelo político chegam a promover entre a clientela a crença de que firmaram “relações de amizade” com o político/ajudante. Isso, no mínimo, acrescenta, à relação de troca que o vínculo de clientela instala entre os elementos do par, uma complexidade não prevista na relação mercantil.

Por certo que a mercantilização das relações políticas fornece a quem quer fazer política via clientelismo uma ferramenta a mais, que é a aceitação ideológica de que tudo – até mesmo o voto – poder ser comercializado/negociado. Sob essa mesma possibilidade estaria a alternativa de se instalar trocas e barganhas políticas com os eleitores, despidas da pessoalização, que normalmente envolve as práticas clientelistas, porque, agora, estas poderiam ser realizadas com mediadores “impessoais”: agentes eleitorais, gabinetes da burocracia, políticas assistenciais, etc. Ou seja, poderiam ser realizadas sem a evidência da dependência pessoal a um líder político.

Porém, mesmo a mediação considerada acima, embora atenuar/dissolva um pouco o contato pessoalizado, acaba por implicar numa ênfase sobre o contato pessoal, inclusive de maneira recorrente, mesmo que intermitente. É provável que a simples compra e venda do voto, situada em momentos eleitorais, possa ser feita sem a necessidade de aprofundamento do contato pessoal. Mas, caso se deseje construir clientelas de apoio político, e não simplesmente a compra de votos necessários para uma dada eleição, o contato pessoalizado se torna indispensável.

Para se instalar o clientelismo, do tipo que vimos na investigação que realizamos, é preciso abdicar do princípio da “impessoalidade” do contrato mercantil. E isso ocorre, mesmo que pareça extemporâneo, sob a mercantilização capitalista das relações sociais. É o que aparece na grande maioria das pesquisas e relatos sobre o fenômeno do clientelismo.¹²⁷ A “mediação pessoal” é um elemento

¹²⁷ Ver, por exemplo, BEZERRA (1999); DINIZ (1982); HEREDIA (2002); KUSCHNIR (2000); LANNA (1995); MÁIZ (2003); PANDOLFI (1987); VIEIRA (2002) e **Revista Primeira República**, São Paulo, n.33, nov. 2004.

indispensável ao clientelismo. Provavelmente, junto com o “sistema de favores e ajudas”, é o que o define mesmo.

O registro é antigo. Atendo-se à realidade brasileira, podemos observar a modalidade de domínio político de tipo clientelista presente desde a Colônia. Quando se fundou a primeira vila e se insinuou alguma forma de administração sobre as gentes ou administração governamental, também se fundou a figura do chefe político local, do mandão local, sustentado e um séquito de dependentes (SCHWARZ, 1992), que comporão também sua clientela política à disposição para o tipo de mobilização que fosse preciso. E, note-se, que é um período em que não se fala em eleição, não há pleitos eleitorais, não há compra e venda de votos. Porém, há barganha, troca, “favor”.

Mas a política não é só isso, não é só eleição. E, o clientelismo é mais que compra e venda de voto. Por aquela época o apoio político de uma vasta clientela trazia privilégios ao “mandão” local: certa imunidade à lei da Metrópole, prioridade nos serviços estatais, parcialidade, a seu favor, das autoridades governamentais nas contendas por terra e outras rixas, prioridade aos indicados para cargos públicos, etc. (QUEIROZ, 1969).

Hoje, como ontem, montar clientela só tem sentido se se mira não uma eleição, mas um período de vida política mais longo. É claro que a reprodução do domínio político passa pelas eleições, mas não é garantido apenas neste intervalo pontual da atividade política. A forma da política de clientela foi a modalidade principal do domínio político no Brasil desde a Colônia até a República Velha, com eleição ou sem eleição.¹²⁸ O que mostra ser um equívoco considerar o clientelismo como fenômeno restrito ao voto. Ele é um “mecanismo de domínio” (MARTINS, 1994), ao qual se pode recorrer caso certas condições específicas se apresentem: pobreza e miséria – que geram uma espécie de dependência material e afetiva imediata dos pobres em relação ao senhor de terras ou ao político que distribui recursos e bens públicos –, e exclusão política – que leva setores das classes populares a alternativas submissas/não-autônomas de participação política.¹²⁹

¹²⁸ Conforme demonstraram ANTONIL (1982), LEAL (1975), QUEIROZ (1969), NABUCO (1988), DUARTE (1939) GRAHAM (1997), FRANCO (1976), entre outros. Sobre a presença do clientelismo na história da política brasileira e como os autores citados trataram o tema, ver: LENARDÃO (1999) e (2004).

¹²⁹ Mais à frente tratarei da relação entre clientelismo e essas condições específicas que o favorecem.

Não é, portanto, a impessoalidade da relação social promovida pelo capitalismo, através da mercantilização das relações sociais, que promove o clientelismo. Este apareceu antes dela e é sustentado pelo seu contrário, a pessoalização da relação. Quem faz a mediação na relação de clientela, por exemplo, na experiência que observamos, não é alguma instituição ou programa de governo, mas sim pessoas (o próprio político e alguns agentes seus) e por meio de procedimentos mais próprios à esfera da dimensão intimista das relações sociais.

Hoje, diminuídos os graus de dependência pessoal que afetam as classes populares, o que se têm são experiências de clientelismo que não se sustentam mais no uso da violência explícita, no vínculo pessoal e compulsório da dependência, no uso do recurso privado como principal fonte de recursos na prestação de favores, na intenção de manter clientelas sob controle por gerações, etc. O clientelismo contemporâneo é um “mecanismo de domínio” modificado, de certa forma, porque foi enfraquecido pelas mudanças que se processaram no século XX, como, por exemplo: a urbanização, a industrialização, o voto secreto, a consolidação de formas de proteção social reconhecidas como direito social, mesmo que seletivas, o aumento no rigor da fiscalização do recurso público, entre outras.

Consideramos necessárias algumas ressalvas quanto à lógica presente no argumento de que a condição de “dependência impessoal” do assalariamento que se impõem em superação às formas de trabalho pré-capitalistas baseadas na “dependência pessoal” instalaria, automaticamente, as condições para que também na política burguesa, na democracia capitalista, as relações políticas se livrassem da marca da mediação pessoal, deslocando-se para uma mediação impessoal – realizada via instituições, programas assistenciais, formalidade eleitoral, etc.

De fato, no espaço do trabalho, no modo de produção capitalista, a relação pessoal é substituída pelo contrato formal, institucionalizado. Mas, no espaço da moradia, onde se desenrola a política cotidiana, por exemplo, não acontece exatamente a mesma coisa, quer dizer, não se reproduz simplesmente tal impessoalidade. Aqui, a mediação pessoal continua indispensável, por causa das condições da pobreza específica nas quais se encontram certos setores das classes populares e que servem tanto para os levar, justamente, à escolha do clientelismo como modalidade de exercício da política, além de estimular certos políticos a

desenvolverem o vínculo de clientela, via contato pessoal, como modalidade de conquista do apoio político dos eleitores.

A pessoalização da relação política -- como acontece no caso que estudamos nesta pesquisa -- é indispensável na formação de clientelas. Porque é exatamente a proximidade pessoal, o contato direto -- do cabo/agente eleitoral e do próprio político -- que permitem criar e sustentar vínculos de “compadrio”, de “compromisso pessoal”, de “amizade”, indispensáveis à estruturação de clientelas.

Para parte do controle de eleitores que Antonio Belinati organiza, é evidente o papel central do “elemento pessoal”, que põe em destaque a pessoa, tanto a do político como a do eleitor. Este é “reconhecido”, “valorizado”, “identificado”, por meio da lembrança do seu nome quando Belinati o aborda, pela citação de seu nome no programa de rádio que tem Belinati como locutor, pelo presente que recebe do ex-prefeito nas datas de aniversário, etc. Os eleitores destacam, nas entrevistas, que essa “pessoalidade” é o elemento mais relevante no vínculo que mantém com Belinati. É esse elemento que explica e justifica o vínculo, segundo suas perspectivas. O valor do vínculo está nesse “elemento pessoal”: o contato, a aproximação, o “reconhecimento” como pessoa que Antonio Belinati lhes confere, por meio da “atenção” e do tratamento “carinhoso”.

É possível sim, sem a pessoalização do contato, instalar-se a compra e venda do voto -- a negociação -- em ocasiões pontuais no tempo, como nos momentos eleitorais. No entanto, sem a mediação pessoal não se fundam, nem se firmam, clientelas que durem mais do que um período eleitoral e que dêem ao chefe político não só votos mas apoio e respaldo político, nos moldes com que aparece nas mobilizações pró-Belinati, em 2000, em Londrina.

No clientelismo urbano contemporâneo não se vê a dependência a um político com poder de “coronel” -- embora ainda sejam bem parecidos com esse modelo alguns casos que ocorrem em incontáveis cidades do interior nordestino, por exemplo.¹³⁰ Porém, se já não há mais situações nas quais a dependência pessoal é o fator estruturante da relação política, continua, em muitos casos, relevante a “forma pessoalizada” de tratar o compromisso, o acerto do vínculo político entre o eleitor e o político, ou, entre o eleitor e o agente eleitoral.

¹³⁰Alguns exemplos podem ser vistos na reportagem “Os donos do poder”, publicada pela **Revista Carta Capital**, n.13, 1995.

O que Farias (2000) diz ser a variável que explica a existência do clientelismo – qual seja, a mercantilização das relações políticas – não é, a nosso ver, a sua razão principal. Mas, de qualquer forma, não deixa de ser certo que, sob o capitalismo, esse processo de mercantilização, ao “naturalizar” a possibilidade de comercialização ou troca mercantil do voto, instala um “clima ideológico” que favorece também a negociação política realizada por mediação pessoal, mesmo que realizada rapidamente e de modo intermitente, como é o caso da atuação do agente eleitoral que articula a compra e venda do voto. Este “clima ideológico” e as práticas de compra e venda de votos que ele facilita, por sua vez, constituem-se como condições facilitadoras para que o clientelismo, um tipo de vínculo que vai para além da compra e venda do voto, seja adotado como “mecanismo de domínio”, por parte de elites políticas, e como roteiro alternativo de busca ao atendimento de demandas particularistas, por parte de setores das classes populares.

Conforme sustentaremos mais adiante, no caso das classes populares, é mais provável que os motivos do seu envolvimento no clientelismo se refiram mais à especificidade da pobreza que atinge algumas de suas camadas, agravada quando se insere em quadros de exclusão política, e aos sentimentos que essa pobreza específica provoca: comprometimento da identidade de classe, “desreconhecimento” social, sentimento de abandono social, “necessidade” de proteção, entre outros. Não que a pobreza seja a causa do clientelismo, mas sim que situações específicas de pobreza geram um conjunto de fatores que facilitam o acionamento de vínculos de clientela.

Farias (2000) sustenta sua hipótese na idéia de que o capitalismo implica no sistema do voto “livre” em substituição a outros sistemas, como o do “voto de cabresto”, no exemplo lembrado por ele próprio. Embora grife o termo “livre” com o itálico, provavelmente porque quer mostrar que tem ciência da relatividade do significado deste termo no contexto das relações de classe na sociedade burguesa, o autor não leva às últimas conseqüências os constrangimentos que comprometem o “voto livre”: desde as limitações gerais ligadas à forma da representação indireta,¹³¹ até os constrangimentos profundos e específicos derivados de contextos sociais de miséria e acentuada exclusão política. E, é justamente nesses contextos de limitações e constrangimentos que se produzem as condições propícias ao

¹³¹ Para uma crítica radical a essas limitações, ver LÊNIN (1979).

desenvolvimento de vínculos de clientela, por causa do estímulo à adoção de roteiros que envolvem o contato pessoal, a busca por “ajudas” e “favores”, por proteção, o atendimento político “intimidado” etc, conforme mostramos no capítulo anterior.

Ou seja, a idéia da individualização/atomização do contato político em decorrência da constituição burguesa do “sujeito de interesse” (FARIAS, 2000, p.50) deve facilitar, em tese, a autonomia e controle do eleitor sobre seu voto, abrindo a chance de dispor dele na forma de uma mercadoria que ele pode negociar. Porém, pode ser, também, que esta mesma “individualização” do sujeito político – o eleitor – lhe permita, e por certo não o impeça, buscar ou aceitar a “ajuda”, o “favor”, a “proteção” de um político.

Só que, agora, facilitada pela “liberdade” de ação individual e “livre” dos constrangimentos da “dependência pessoal”, ele poderia ‘optar’ pelas vias que envolvem o contato pessoal – direto ou mediado pelo agente/cabo eleitoral --, a aproximação física, a valorização do reconhecimento pessoal, o contato físico e toda uma série de procedimentos próprios das relações de aproximação pessoal que seriam, a princípio, impróprias e estranhas à impessoalidade e ao universalismo das relações sociais capitalistas ideais. O que exige que se reconsidere também a hipótese, defendida por Jessé Souza (2003), explicitada a seguir, sobre o domínio absoluto da marca da impessoalidade burguesa nas relações políticas modernas, levando ao fim da presença de qualquer relevância das relações pessoais nesse campo.

3.3 A “Impessoalização” das Relações Políticas

Souza (2004), por sua vez, põe em dúvida a validade de algumas das explicações sobre a desigualdade brasileira, e, por extensão, a respeito de algumas interpretações sobre as formas da política brasileira, que recorrem ao destaque de aspectos “tradicionais” da nossa cultura política, que seria, segundo essas explicações, marcada pelo personalismo, pelo familismo e pelo patrimonialismo, aos quais se refere diretamente o clientelismo. Segundo este autor, essas explicações supõem uma “soberania do passado sobre o presente”, com ênfase na força da “herança” cultural. (p.75).

O autor nomeia o conjunto dessas explicações, que enfatizam o personalismo, como “paradigma do personalismo”. (SOUZA, 2003, p.23). Entre os autores que raciocinam com esse paradigma são destacados, principalmente: Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro e Roberto DaMatta.

Souza (2004, p.76-77) elabora a seguinte síntese sobre as interpretações que se fiam no pressuposto de que as relações sociais no Brasil obedeceriam ao “princípio pré-moderno” do personalismo:

O pressuposto básico da interpretação de nossas mazelas sociais como a continuação de padrões pré-modernos envolve uma complexa articulação de argumentos que guardam um encadeamento e uma íntima conexão entre si. De início, essa articulação supõe um padrão intersubjetivo de sociabilidade definido como personalista, ou seja, dominado por uma estrutura de sociabilidade vertical, baseada no modelo familiar de obediência/proteção. A este padrão de relações intersubjetivas corresponderia uma estrutura institucional definida como patrimonial, marcada pela confusão entre o público e o privado e pela assunção de que a troca de favores e a corrupção aberta seriam vicissitudes tão brasileiras como o samba e o futebol. Ambas as determinações, do tipo de sociabilidade e do tipo de estrutura institucional, por sua vez, são explicadas por uma suposta continuidade cultural com nossa herança ibérica, e percebidas sem uma vinculação adequada com a eficácia de instituições fundamentais.

O autor (idem, 2003, p.2) propõe, então, um outro posicionamento:

A tese que pretendo desenvolver [...] parte de uma outra perspectiva. Gostaria de tentar demonstrar como a naturalização da desigualdade social de países periféricos de modernização recente como o Brasil pode ser mais adequadamente percebida como consequência, não a partir de uma suposta herança pré-moderna e personalista, mas precisamente do fato contrário, ou seja, como resultante de um efetivo processo de modernização de grandes proporções que toma o país de assalto a partir de inícios do século XIX. Nesse sentido, meu argumento implica que nossa desigualdade e sua naturalização na vida cotidiana é moderna posto que vinculada à eficácia de valores e instituições modernas a partir de sua bem sucedida importação 'de fora para dentro'. Assim, ao contrário de ser personalista, ela retira sua eficácia da 'impessoalidade' típica dos valores e instituições modernas. É isso que a faz tão opaca e de tão difícil percepção na vida cotidiana.

Os valores e instituições modernas a que se refere Souza se inscrevem no movimento que ele chama de "racionalismo ocidental". É este que teria se estendido à periferia do sistema capitalista, em um movimento de "fora para dentro", do centro para a periferia, e se realizado pela exportação para a periferia das duas instituições que melhor representam e realizam essa racionalidade: o mercado capitalista e o Estado racional moderno.¹³² Essas duas "instâncias institucionais" são responsáveis pela conformação das vicissitudes e disposições, das mais públicas às mais íntimas, dos indivíduos sob o capitalismo. E o fazem na difusão e consolidação do vínculo social de tipo contratual, o mais adequado às relações interpessoais sob o capitalismo. Ou seja, a "chegada" dessas duas instituições significa a produção de um "processo de socialização que permite a produção de indivíduos adequados à reprodução do Estado e mercado, [o que] pressupõe um processo de aprendizado valorativo e moral de grandes proporções". (SOUZA, 2003, p.11-12).

Para este autor, com a Côrte Portuguesa aporta no Brasil, em 1808: a) um razoável aparato estatal que instalado já podia ser considerado um verdadeiro Estado racional com suas exigências e regulamentações e, b) todas as condições e estímulos para a consolidação de um mercado capitalista. Enfim, chegaram as duas instituições mais importantes da sociedade moderna. E, com elas, anuncia-se a "morte" das "relações tradicionais", entre elas a do personalismo (SOUZA, 2003, p.23), porque aquelas duas instituições se fazem acompanhar de um *menu* de valores cujos tópicos centrais são o individualismo e a meritocracia, ambos valores

que se escoram na impessoalidade. Dessa forma “a sociedade se impessoaliza”. (idem, p.25-26).

Com base em dados de uma “investigação empírica”, Souza sustenta a evidência da predominância dos valores “modernos” sobre aqueles “pré-modernos”, próprios às teses “culturalistas”. Segundo ele, o conjunto de dados aos quais recorre,

[...] demonstra que a percepção dos indivíduos de todas as classes aponta inequivocamente para um conjunto de valores e disposições de comportamento que nada possuem de pré-moderno ou personalista. Ao contrário, eles apontam para uma ‘gramática valorativa’ que perfaz o alfa e o ômega do mundo moderno [...]. Assim, para cerca de metade dos respondentes de todos os grupos, divididos por renda e escolaridade, as relações familiares, apesar de importantes -- e elas são importantes em qualquer sociedade moderna --, não são percebidas como o principal aspecto definidor das chances de ascensão social. (2004, p.77).

O que preponderaria seriam “os valores básicos do princípio de sociabilidade moderna, consubstanciados nos valores do desempenho diferencial, iniciativa individual e da satisfação adiada de necessidades [...]”. (idem, p.84).

No que tange à estrutura organizacional da política, se o vínculo social que seria adequado às relações interpessoais sob o capitalismo é aquele do tipo contratual, da mesma forma e por extensão, a democracia liberal contratual aparece como o tipo de governo também mais adequado a esse modo de produção. (SOUZA, 2003, p.10).

Com a vigência da “racionalidade ocidental” a sociedade se “impessoaliza” – o que “fere de morte” o personalismo como elemento estruturador da maior parte das relações sociais –, mas permanece “a regra seletiva da inclusão e da exclusão” (2003, p.23-26), produto de uma modernização de caráter periférico, que não consegue promover a incorporação da maioria dos indivíduos aos benefícios materiais mínimos que articulam a anuência ideológica “inconsciente” à “nova ordem”, ou à sua “homogeneização social mínima”. (idem, p.31). A modernização periférica, dessa forma, “deixa intocados os mecanismos ‘espontâneos’ que reproduzem indivíduos e classes incluídos e excluídos da lógica do mercado e da proteção do Estado”. (SOUZA, 2003, p.30). Produz-se um

¹³² Conforme lembra o autor: “Sabemos que em sociedades modernas os dois poderes impessoais

permanente “abandono das camadas populares”, firmado, então, como um traço secular da atividade política no Brasil, com a produção de uma “ralé estrutural”. (SOUZA, 2003, p.31).

Essa explicação difere daquela que delegava a produção da desigualdade no Brasil aos traços personalistas de nossas relações sociais e sua contaminação nos aparelhos estatais e na organização política geral. O que explicaria a produção da perversa estrutura de desigualdade que se monta no país nos últimos 100 anos, seria justamente a modernização e não o peso da “tradição” ou da “herança”. Nos termos do autor:

Em lenta e quase imperceptível substituição do padrão pessoal de dominação que vigorava anteriormente, passamos a ter um processo impessoal, opaco e pré-reflexivo, na medida em que comandado pelos estímulos empíricos de Estado e mercado para sua reprodução ampliada, mas *precisamente por isso tanto mais eficiente, na medida em que premia através dos mecanismos não mediados simbolicamente do mercado* o acesso diferencial aos recursos escassos de indivíduos e classes, que se torna o divisor de águas entre os classificados e os desclassificados sociais. Esse recorte classificador que decide quem será incluído ou excluído é implementado de forma peculiarmente opaca e intransparente, de acordo com o *modus operandi* característico do mercado ao coordenar e organizar, segundo seus próprios imperativos, as complexas articulações entre os diversos capitais econômicos e culturais – neste último incluindo-se as determinações familiares e educacionais que condicionam o ‘habitus primário’ que constitui o ‘self pontual’ – ou seja, a economia emotiva específica aos indivíduos utilizáveis pelo mercado.¹³³ Desse modo, são essas redes invisíveis que definem tanto as chances de desempenho diferenciais de indivíduos e classes desigualmente premiados pelo mercado, quanto, a partir disso, a regulação de boa parte da distribuição dos recursos escassos considerada legítima”. (SOUZA, 2003, p.31-32, grifo do autor).

Quer dizer, a desigualdade “abismal” da sociedade brasileira “é modernamente construída, posto que fundamentada na eficácia social de instituições modernas a partir de sua opacidade, impessoalidade e intransparência peculiares”. (idem, 2003, p.32). Em síntese, a tese de Jessé Souza seria: nossa “modernização periférica” é a responsável pela “sub-cidadania” sob a qual se

mais importantes são o Estado e o mercado capitalistas”. (SOUZA, 2001, p.173).

¹³³ O “*self pontual*” seria descrito como “uma concepção contingente e historicamente específica de ser humano, presidida pelas noções de calculabilidade, raciocínio prospectivo, autocontrole e trabalho produtivo, vistas como os fundamentos implícitos tanto da sua auto-estima quanto do seu reconhecimento social.” (SOUZA, 2004, p.91).

encontra parte numericamente relevante da população. E, enquanto “modernização” capitalista, que pressupõe um *ethos* próprio, ela promoveria uma “lenta e quase imperceptível substituição do padrão pessoal de dominação que vigorava anteriormente” (SOUZA, 2003, p.31), de modo que “a sociedade se impessoaliza” (idem, p.26), minando a importância das “relações tradicionais” de organização das relações sociais, como o personalismo, o patrimonialismo e o familismo. Ou seja, os brasileiros já seriam estritamente modernos em seu comportamento social, logo também no seu comportamento político e, isso se referiria tanto aos incluídos como aos excluídos do sistema. Das hipóteses de Jessé Souza deriva a crença na extinção das formas de domínio assentadas em aspectos “atrasados”, como as do tipo clientelista.

No entanto, também parece plausível supor que nossa modernização de certa forma demonstrou, e continua a demonstrar, a peculiaridade de incorporar as forças políticas e os procedimentos “tradicionais” – pré-capitalistas –, como o personalismo na política, para realizar seu intento de generalização do modo de produção capitalista. De modo que essa modernização se realizou contando com aquelas práticas/procedimentos “atrasadas”, sem, portanto, mirar e promover a “morte” dessas últimas, desde que lhes vêm sendo funcionais. Daí a sobrevivência dessas práticas “atrasadas” (conforme tentamos mostrar no capítulo 1), estimuladas e reforçadas na esfera federal e por extensão realimentadas nas esferas regional e local.

Assim, se a condição periférica leva a um “capitalismo selvagem”¹³⁴ com as clivagens profundas entre incluídos e excluídos, mesmo no caso dos requisitos básicos de cidadania, ela teria permitido a eleição/seleção de alguns procedimentos políticos “atrasados” como recursos de implantação da modernidade capitalista no Brasil, o que supôs contar com as “forças políticas” – “velhas” e “novas” oligarquias, por exemplo -- ligadas a esses procedimentos. Daí que as formas “conciliação” e “pacto conservador” se constituem nos principais modelos de

¹³⁴ Nos termos da definição que fornece Florestan Fernandes: “A autonomização do desenvolvimento capitalista exige, como um pré-requisito, a ruptura da dominação externa (colonial, neocolonial ou imperialista). Desde que esta se mantenha, o que tem lugar é um desenvolvimento capitalista *dependente*, e, qualquer que seja o padrão para o qual ele tenda, incapaz de saturar todas as suas funções econômicas, sócio-culturais e políticas que ele deveria preencher no estágio correspondente do capitalismo. [...] o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com freqüência, por meios políticos e no terreno político”. (apud DE PAULA, 2005, p.11, grifo nosso).

articulação dos blocos no poder nos diferentes períodos históricos do país. (Ver DEBRUN, 1983).

Pode ser que o “mercado capitalista” seja o grande responsável pela determinação de quem será incluído ou excluído socialmente, no Brasil, mas, quando se trata do papel do Estado na mesma tarefa, há que se considerar que as “forças do atraso” vêm participando dos “pactos” de domínio, de modo que os procedimentos “atrasados” que estas “forças” costumam utilizar em sua atividade política “tradicional” também compõem o *menu* de procedimentos políticos e burocráticos do “Estado racional” capitalista. Dessa maneira, os procedimentos ancorados no personalismo, no familismo e no patrimonialismo – entre os quais se incluem o clientelismo, o apadrinhamento e o fisiologismo -- não deixam de existir, simplesmente. Não são “condenados à morte”, nem extintos por completo da vida política nacional. Ao contrário, vê-se até que recobram vigor, alargando suas dimensões em certas conjunturas, como parece ter sido o caso dos anos 1990.

Várias condições sócio-econômicas – urbanização, industrialização, espraio das relações de trabalho assalariadas e ampliação de direitos sociais – atuaram como forte dissolvente da “cultura do favor”, embora com início e intensidade variadas nas diversas regiões do país. A “cultura do favor” teria deixado de ser a coluna mestra da estrutura social, que passa a ser regida, principalmente, por relações de tipo capitalista.¹³⁵

No entanto, é curioso observar como está viva em várias cidades do país essa “cultura”, quando se trata de verificar como se organiza a relação entre o morador pobre e as autoridades políticas locais. Se ela já não é a viga-mestra das relações sociais e definidora das posições de inclusão e exclusão social, ao menos ainda desempenha em certos contextos o papel de mediadora central na relação política, o que, em certas situações sociais, não é pouco. O registro em jornais e em estudos de caso dá uma idéia de como a “cultura do favor” mantém forte presença na política brasileira, alimentando, principalmente, relações de clientela.¹³⁶

É claro que quando falamos que parte da organização política brasileira se faz por meio da mediação das relações pessoais, da forma

¹³⁵ Essa transição é tematizada, por exemplo, por LEAL, 1975, p.256-258 e, no mesmo livro, no Prefácio, escrito por Barbosa Lima Sobrinho.

¹³⁶ Por exemplo, uma consulta ao Jornal Folha de São Paulo, realizada em 2005, em busca de notícias sobre práticas de clientelismo nos últimos 10 anos, oferece o espantoso número de 700 notícias.

personalizada, é bom anotar que tal característica não leva, como talvez ocorresse até o primeiro quarto do século XX, parte daqueles brasileiros envolvidos nessa forma a ter suas vidas completamente sujeitadas à ligação e dependência de um patrono político, de algum chefe político local ou regional. Pode ser que em algumas localidades dos sertões do Nordeste e do Norte brasileiros ainda tenhamos comunidades onde se encontra a figura bastante poderosa do chefe político local, que, à frente do poder político local, faça uso dele para controlar as prefeituras e seus recursos, que são comumente as principais fontes de renda e emprego nessas localidades.

Porém, em cidades como Londrina, que oferecem uma estrutura mínima de serviços públicos de caráter universal, como rede de saúde e escolar e certo serviço de assistência social, ancorados numa burocracia estatal concursada, está inscrita, ao morador pobre, a possibilidade de ele não ter de se sujeitar, sempre e absolutamente, a “favores” e “ajudas” de algum “protetor” ou de políticos. Haveria a alternativa de procurar soluções, mesmo que precárias, que são oferecidas de maneira impessoal pela burocracia estatal e na forma de direitos. Por exemplo: a rede de saúde pública, os serviços da Secretaria de Ação Social, o sistema público de agenciamento para emprego, etc. A disposição dessa estrutura mínima de apoio estatal, somada à forma-mercado de organização das relações de trabalho, reduz em muito, embora não a extinga, a existência de situações sociais em que o morador é inclinado à dependência de relações pessoais, que facilitam algum tipo de atendimento às suas carências. Nesse sentido se pode falar que a relação pessoal não é mais a principal estruturadora da organização política nacional.

No entanto, observamos nos contextos que serviram de base para nossa pesquisa que, mesmo em uma cidade razoavelmente grande, como Londrina, com considerável desenvolvimento econômico e com certo suporte de serviços públicos, ocorrem inúmeras situações sociais em que a forte relação pessoal com um político protetor local se constitui em condição de grande relevância na estruturação das histórias de vida de algumas famílias e, ainda, de pequena importância ocasional na de outras. Tal relevância é ilustrada pela pauta das “ajudas” e dos “favores” que o político presta às famílias: arranjo de emprego, ajuda em comida, facilitação para a aquisição de moradia, acesso a serviços médicos etc., além da inclusão numa suposta “proteção” (“Belinati é nosso protetor”), na forma da

representação política junto à prefeitura, garantida pelo político àqueles que são “pessoal do Belinati”.

Pelo exemplo do caso que estudamos e de outros registrados na bibliografia que vimos citando, não parece acertado afirmar que “morreu” a influência das relações pessoais na organização política brasileira, ou seja, que sob o capitalismo periférico brasileiro, imperaria, em todas as esferas sociais, a impessoalidade das relações sociais de tipo burguesas. Mesmo em cidades grandes, industrializadas, modernizadas nos termos do mercado, com estrutura estatal e burocrática bem montada, mesmo nelas podemos observar que há quantias nada desprezíveis de moradores que têm parte importante das suas vidas modeladas pela relação de troca clientelista, logo, de compromisso pessoal com algum político local.¹³⁷ Por certo que suas vidas são reguladas também, e principalmente, pela formalidade e legalidade burguesas, mas em combinação com os fatos e eventos de suas vidas que derivam e são afetados pela modalidade de vínculo que eles mantêm com o referido político clientelista. Este vínculo acaba por ser responsável por eventos que chegam a ser fundamentais nas vidas dessas pessoas, como o é o ajeitamento de uma moradia, de um emprego, de uma aposentadoria ou de um tratamento de saúde.

Entre os traços da participação desse tipo de vínculo, na estruturação da vida dessas pessoas, dá-se o caso de que ele se ancora num tipo de contato entre o morador e o político que, em parte dos casos dos entrevistados, não é permanente, muito freqüente, e sim, intermitente, esporádico, às vezes, ocasional (“vejo o Belinati de vez em quando ...”) Mas, ocorre também, que uma outra parte da clientela de Antonio Belinati mantém contato permanente com ele: recebe visita dele, da sua esposa, do filho, do sobrinho, recebe telefonemas do prefeito, vai à rádio visitá-lo durante seu programa, e alguns relatam que chegam a fazer visitas em sua residência. Enfim, de alguma maneira esse eleitor-cliente permanece “ligado” a ele, de modo que podemos supor que tal presença/contato influi em seu dia-a-dia: na solução de algumas dificuldades materiais (pagamentos de contas de luz e água atrasadas, fornecimento de remédio, bolo para festa de aniversário, por exemplo), na sua crítica política, na sua ação ou não-ação política,

¹³⁷ Um registro de como isso acontece numa grande cidade pode ser encontrado em CARDOSO (2000), que observou o controle clientelista sobre as subprefeituras da cidade de São Paulo e o impacto disso sobre a vida de uma parte dos paulistanos.

na sua forma de participação ou não-participação em busca de reivindicações e direitos individuais e sociais, etc.

Para uma parte da clientela, manter alguns encontros com Antonio Belinati ou com agentes eleitorais dele foi suficiente para produzir o vínculo e alguma solidez no compromisso político à sua figura. Quer dizer, passaram a ser e a se sentir como “pessoal do Belinati”, como clientela política dele. Porém, como varia a frequência e o volume dos contatos que os entrevistados mantêm com ele, é possível inferir que varia também a influência desse vínculo político sobre suas vidas. Ou seja, há variações quanto à relevância do vínculo de clientela, ou, do vínculo político mediado pela relação pessoal, sobre a organização e estruturação da vida cotidiana das pessoas envolvidas no clientelismo.

3.4 O Vínculo de Clientela Como Mecanismo de Busca por “Reconhecimento” Social

Os argumentos de Jessé Souza para sustentar que as “formas tradicionais” de organização são superadas pelo *ethos* capitalista podem também servir para seu contrário: explicar como se produzem bases sociais para o reaparecimento e reprodução daquelas “formas tradicionais”. O autor pode estar correto ao observar “que não é o capital social de relações pessoais e contatos que estrutura e hierarquiza indivíduos e classes nesse tipo de sociedade [de capitalismo periférico]” (2003, p.34), mas o próprio capitalismo periférico¹³⁸ ao funcionar produzindo uma “ralé estrutural” – que não é afetada pelo “*habitus* primário” específico do capitalismo do mesmo modo que o são os incluídos –¹³⁹ e as

¹³⁸ Para uma discussão de algumas características específicas das “economias periféricas” que as diferenciam das “economias capitalistas centrais”, com ênfase nas “desvantagens” da primeira e que se materializam em piores indicadores de distribuição de renda e geração de miséria, ver CARDOSO & FALETTO (1985), principalmente, p.20-30.

¹³⁹ “Em sociedades periféricas seletivamente modernizadas como o Brasil, a modernização se dá profunda e efetivamente nas dimensões institucional e valorativa. Ela se dá, no entanto, ao contrário do caso europeu, com a integração apenas parcial da *ralé*. Essa é a distinção fundamental com suas enormes conseqüências sociais e políticas”. (SOUZA, 2003, p.34). Ou ainda: “Em um país como o Brasil, que se moderniza de fora para dentro de forma seletiva, ou seja, *europaizando* parte da sociedade – a que será incluída na lógica da dinâmica de mercado e amparada pelo Estado – e excluindo os ‘incapacitados’ – um enorme exército de párias que [...] aceita as regras dominantes que

condições materiais e subjetivas de exclusão que a acompanham (e que são geradoras de dependência, desamparo, abandono, “solidão” social, precariedades de vários tipos),¹⁴⁰ fornece as configurações sociais propícias que facilitam e estimulam essa “ralé”, na sua luta pela sobrevivência, a recorrer a contatos e à relações pessoais e a vínculos de clientela – busca pelo “protetor”, pelo “pai” --, etc.

Não que os pobres sejam as “vítimas fáceis” da cooptação clientelista por causa da pobreza e de alguma suposta “ignorância política”. Não é mecânica a relação entre pobreza e clientelismo. Outras variáveis devem interferir para compor uma situação social favorável a essa correlação. Mas a composição da pauta de “ajudas” e “favores” que os clientes solicitam e recebem parece confirmar que a condição de carência é a principal “porta de entrada” para a instalação de algum vínculo de clientela, quando se trata de membros das classes populares. A situação de “carente” material parece funcionar mais ainda como essa “porta” quando ela, por circunstâncias particulares, colabora para o aparecimento de uma série de sentimentos de carência que se situam no âmbito da afetividade, mas de uma afetividade ligada à condição de membro da coletividade política geral, uma espécie de “afetividade social”. Nesse caso, marcada por sentimentos como o de abandono social, desproteção social, desprestígio social, desidentificação social, solidão, “desreconhecimento” social. Daí a observação de Oliveira (1990, p.61): “As camadas mais baixas e mais pobres dos dominados no Brasil são permanentemente vítimas de suas próprias necessidades, as quais funcionam como sangue para o vampiro da não-representatividade, da negação da política.”

A constituição de vínculos de clientela não pode ser considerada, apenas, como uma exteriorização direta de experiências da miséria, da privação

os exclui e marginaliza --, temos uma *segmentação interna na própria dimensão do hábitus primário.*” (SOUZA, 2004, p.106-107, grifo do autor).

¹⁴⁰ Conforme Souza (2004, p.108-109): “Fundamental aqui é perceber que, em sociedades periféricas como o Brasil, a revolução modernizante ‘de fora para dentro’ passa a ser, paulatinamente que seja, o divisor de águas que irá estabelecer o valor relativo de indivíduos e grupos. Apenas parte dos escravos e dependentes de qualquer cor e etnia vai ser seletivamente incorporado à nova ordem. Quando o Estado nacional assume com vigor, a partir de 1930, o comando do processo de modernização e passa a atuar decisivamente no impressionante esforço de desenvolvimento que transforma, nos cinquenta anos entre 1930 e 1980, um dos países mais atrasados do globo na oitava economia mundial, criando uma significativa classe média de padrão europeu, não só nos hábitos de consumo mas crescentemente, também, na visão de mundo moral e política, deixa intocados os mecanismos ‘espontâneos’ que reproduzem indivíduos e classes incluídos e excluídos da lógica do mercado e da proteção do Estado. ‘Dignos’ da proteção estatal vão ser os grupos e setores de trabalhadores que contribuem efetivamente para o esforço modernizador – antes de tudo, os trabalhadores qualificados e urbanos. A ‘disjunção’ operada socialmente entre os que são considerados seres humanos de primeira e de segunda qualidade recebe o selo do Estado.”

econômica. Pode-se inferir que esse motivo, o da privação econômica, é potencializado, ao ponto de criar situações sociais que facilitam e estimulam a adoção do vínculo de clientela como modalidade de relação política, quando combinado com exclusão política e com a presença, entre as pessoas envolvidas, de sentimentos de baixa auto-estima social, o sentimento de que são desprezadas e “desreconhecidas” socialmente, de que não recebem atenção social da figura do Estado, via direitos sociais e políticos. Para Oliveira (1990, p.60), por exemplo, o grau acentuado de exclusão social e política que afeta certas camadas dos pobres brasileiros permite que se os identifique como aqueles “que não tem presença”.

Considerando que o tema “exclusão” parece fazer parte daquele conjunto de “categorizações imprecisas” (MARTINS, 2002, p.15), interessa aqui esclarecer de qual “exclusão” falamos. Referimo-nos à exclusão social que se manifesta, principalmente, na pobreza acentuada, no abandono social e na “apartação social” que atingem certas camadas sociais. E, especialmente, na marginalização dessas camadas em relação ao conjunto dos “direitos sociais” (que incluem, além do direito ao trabalho, o direito à alimentação, à moradia, à saúde, à educação, à segurança e ao lazer). Compartilhamos aqui da idéia de que a conquista de boa parte dos direitos sociais deriva da pressão e da luta das classes trabalhadoras. (LOSURDO, 2005, p.38-39).

A determinação estrutural da produção da exclusão social se refere, nas sociedades capitalistas, à sua própria característica de “sistema social excludente”. (CARDOSO & FALETTO, 1970, p.124). Nas “economias periféricas” esse padrão é intensificado. Isso quer dizer que o modo de produção capitalista não só produz a desigualdade baseada na exploração direta do trabalho assalariado, por si só geradora de pobreza, como promove também graus profundos de pobreza, ou, noutros termos, a miséria. Em razão disso é possível escalonar a grade dos explorados em, por exemplo, pobres e miseráveis, incluídos e excluídos. O desemprego e a precariedade de parte das relações empregatícias (intermitência dos contratos, remuneração baixíssima, desproteção trabalhista) são os dois principais fatores geradores da “exclusão social” nas economias capitalistas contemporâneas. Por certo que esses fatores podem ser agravados ou atenuados

de acordo com as conjunturas e a posição da “economia nacional” na divisão internacional do trabalho.

É nesse sentido que a noção de exclusão se refere a uma exclusão gerada pelo próprio sistema econômico. Portanto, é pertencente a ele, inerente a ele. Dito de outra forma, a exclusão social está inclusa, integrada na própria lógica do sistema capitalista de produção e de distribuição da riqueza. Ou seja, os “excluídos” socialmente não estão “desligados” do sistema social ou “por fora” do sistema mas sim, “dentro” dele. São-lhe, nessa lógica, “funcionais”, ou como “exército de reserva”, ou como fonte de força de trabalho desprotegida e de custo baixíssimo. (MARX, 1988, p.730-752). Nesses termos, a exclusão social não pode ser tratada sem a referência às suas determinações.

Evidenciada a gênese basicamente econômica dos processos de exclusão social, restaria justificar o uso do termo exclusão e não o de “marginalidade”, ou o de “lumpemproletariado” ou, ainda, o de “super população relativa”, por exemplo. No caso de nossa investigação, os termos exclusão e excluídos são úteis porque permitem ilustrar, com ênfase, um dos efeitos da lógica de funcionamento da economia capitalista, que é o desdobramento das situações de exploração que geram também, no nível cotidiano da vida social, camadas sociais de “incluídos” e de “excluídos”.

Por certo que tal classificação só pode ser feita se referenciada a algum parâmetro que defina a fronteira entre uma e outra situação. Conforme já anotamos atrás, no caso da exclusão social nos termos em que a entendemos aqui, esse parâmetro são os próprios “direitos sociais”. Assim, a situação de exclusão social diria respeito à situação de “total carência de direitos”. (LOSURDO, 2005, p.23). É claro que essa “total carência” não significa a “total carência” de todos os direitos e de todos ao mesmo tempo, mas a “carência total” de alguns deles -- por exemplo, o direito ao trabalho, à saúde –, em certas configurações sociais, já basta para gerar situações de exclusão.¹⁴¹

¹⁴¹ Restaria ainda o questionamento sobre as “possibilidades históricas” ou sobre o “destino histórico” dos excluídos. A princípio, os excluídos parecem se situar nos limites objetivos que acometeriam, por exemplo, o “desempregado estrutural”, o *lumpem* e os miseráveis que, por estarem fora “do núcleo de criação da realidade social [o processo de reprodução ampliada do capital], não [teriam] condições de interferir ativamente na dinâmica social”. (MARTINS, 2002, p.30). Nesse raciocínio, os excluídos não seriam portadores de uma “possibilidade histórica, isto é, possibilidade de transformação social”. Sua posição de não-participante direto daquele “núcleo de criação da realidade social” lhe negaria a condição de protagonista de transformações sociais relevantes. Por outro lado, a “incapacidade política” de certas camadas das classes populares, ocupantes daquela posição não-central no “núcleo

Nessas situações sociais marcadas pela exclusão social e política, a entrada em vínculo de clientela, com as características que observamos no nosso estudo de caso, pode ser compreendida, também, como um movimento de busca por alguma forma de reconhecimento social e político. Seria uma busca, por parte do eleitor-cliente, por ser reconhecido, ser apreciado, ser visto, sentir-se valioso. Socialmente, esse reconhecimento ocorreria quando o eleitor-cliente se sente identificado com o político e representado por ele. Este, mesmo agindo através da mediação pessoal e de relações de clientela e se expressando em nome do “pobre”, do “carente”, em nome daquele “que não tem presença”, não deixa de aparecer como figura institucional, quer dizer, como figura ligada ao Estado e à esfera dos direitos.

Mas, o reconhecimento mediado pela pessoa do político tem um aspecto que extrapola a dimensão social do reconhecimento – dada pelo fato de o “reconhecedor” ser uma figura institucional –, que é o próprio aspecto individual do reconhecimento proposto pela abordagem pessoal. Individualmente, isso ocorreria pela aproximação e pelo contato direto, “atencioso” e “carinhoso”, desenvolvido pelo político. Essa forma permite atingir, então, o reconhecimento da dimensão individual, particular, que também reclama respeito, valorização e inclusão. Daí a força da abordagem pessoalizada nas relações de clientela. De qualquer modo, pela modalidade de reconhecimento ofertado, via relação pessoal, o vínculo de clientela, ao menos, garante alguma oportunidade de manifestação do valor social da identidade grupal do eleitor-cliente: no caso em foco, a identidade como “pobre”, como “carente”. Quer dizer que, agora, esse grupo seria representado ou seja, teria quem falasse por ele (“Belinati é dos pobres”).

De fato, as oportunidades de reconhecimento social, derivadas do vínculo de clientela, não são equivalentes à modalidade de reconhecimento social cuja concretização mais palpável seriam os “direitos”, em suas várias expressões: nos âmbitos individual, social e político. Esses “direitos” significam o reconhecimento social de atributos que identificam e definem um cidadão e que são aceitos e

de criação da realidade social”, pode ganhar novos contornos se levados em conta: a) o papel que o fundo público viria assumindo atualmente na reprodução do capital (OLIVEIRA, 1988; GORENDER, 1994); e b) a capacidade que aquelas camadas já demonstraram de lutar pelo fundo público questionando e repondo a relação que este tem com a reprodução do capital e “deslocando a luta do terreno da reivindicação salarial para o terreno das políticas públicas através dos movimentos populares”. (OLIVEIRA, 1999, p.65; ver também CHAUI, 1999). Embora de relevância fundamental não nos propomos aqui o aprofundamento dessa discussão.

assumidos coletivamente. No sentido que melhor nos serve aqui, porque destaca as implicações intersubjetivas da privação dos direitos,

[...] podemos conceber como 'direitos', *grosso modo*, aquelas pretensões individuais com cuja satisfação social uma pessoa pode contar de maneira legítima, já que ela, como membro de igual valor em uma coletividade, participa em pé de igualdade de sua ordem institucional; se agora lhe são denegados certos direitos dessa espécie, então está implicitamente associada a isto a afirmação de que não lhe é concedida imputabilidade moral na mesma medida que aos outros membros da sociedade. Por isso, a particularidade nas formas de desrespeito, como as existentes na privação de direitos ou na exclusão social, não representa somente a limitação violenta da autonomia pessoal, mas também sua associação com o sentimento de não possuir o *status* de um parceiro da interação com igual valor, moralmente em pé de igualdade; para o indivíduo, a denegação de pretensões jurídicas socialmente vigentes significa ser lesado na expectativa intersubjetiva de ser reconhecido como sujeito capaz de formar juízo moral; nesse sentido, de maneira típica, vai de par com a experiência da privação de direitos uma perda da capacidade de se referir a si mesmo como parceiro em pé de igualdade na interação com todos os próximos. [...] [A denegação de direitos é um] tipo de desrespeito, que lesa uma pessoa nas possibilidades de seu auto-respeito [e] constitui-se ainda um último tipo de rebaixamento, referindo-se negativamente ao valor social de indivíduos ou grupos. (HONNETH, 2003, p.216-217).

Por último, mas não menos fundamental, quando falamos em “direitos” devemos lembrar que eles pressupõem o mais elementar deles, e que é base para que um sujeito tenha “condições de agir autonomamente com discernimento racional”: o de ter “um certo nível de vida”, ou, noutros termos, o direito a “uma medida mínima de formação cultural e de segurança econômica”. (HONNETH, 2003, p.193).

Nesses termos, pela concessão desses direitos é que é possível medir se um sujeito pode perceber-se como membro-aceito de sua coletividade. Pela concessão de direitos se pode “reconhecer” uma pessoa como um membro de fato da sociedade, e seria por ela que a pessoas poderiam estar seguras do valor social de sua identidade. Portanto, quem age amparado pelo direito age amparado pelo reconhecimento social prévio inscrito no próprio direito.¹⁴² E, é nesse sentido

¹⁴² A defesa teórica dessa relação entre a concessão de direitos e produção de reconhecimento social, encontra-se em Honneth. (2003, capítulo 4).

que não ser reconhecido significaria não ter se tornado membro integrante e eficaz da sociedade.

É provável que o recurso insistente e destacado à intimidade por parte do eleitor-cliente na relação com o político e que aparece como marcadamente cordial – “atenciosa”, “carinhosa” –, expresse o seu descontentamento com o não-reconhecimento social e político, seu descontentamento com a condição daquele “que não tem presença” no cenário social e político, com a condição daquele que é mantido à distância das benesses sociais e da esfera pública e que é esquecido nos bairros pobres e nas ocupações urbanas, ou ainda, o descontentamento com a condição daquele a quem são negados os direitos básicos.

Falar dos sentimentos de desprezo social, de desrespeito social, de baixa auto-estima dos excluídos, implica em prestar atenção para o significado social desses sentimentos. No caso que estudamos, deve-se olhar para a relevância que eles têm como base motivacional para a ação política do grupo envolvido nos vínculos de clientela. No grupo que observamos, essa ação política se apresentou como cooptação, mas, em outras situações, a busca por reconhecimento pode dar ensejo a movimentos de luta social, conforme sugere Honneth (2003).¹⁴³ Essas experiências pessoais de desrespeito, de abandono, de exclusão, como se denomina mais usualmente, aparecem nas entrevistas que realizamos como sentidas individualmente, mas também são interpretadas, a todo o tempo, como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro: os “carentes”, os “pobres”.

Acabamos por perceber que os sentimentos de desrespeito, de abandono e de baixo auto-valor, resultantes das experiências de exclusão social e política, pela necessidade que produzem de reconhecimento, podem participar, influenciando, como motivos diretores da ação política das pessoas daqueles grupos, situando-os, pela similaridade da ação, como clientela. Os sentimentos ligados a essas experiências tornam-se parte importante da base motivacional de entrada no vínculo de clientela. Isso ocorre tanto quando o sujeito é interpelado individualmente

¹⁴³ De acordo com Honneth (2003, p.220), “a experiência de desrespeito social” fornece aos sujeitos ou aos grupos sociais a experiência psíquica, ilustrada por “reações emocionais negativas, como as que constituem a vergonha ou a ira, a vexação ou o desprezo”, que pode motivá-los à “luta pelo reconhecimento” social. Ou, noutra síntese, “a experiência de desrespeito pode tornar-se uma fonte de motivação para ações de resistência política”. (idem, p.224). De nosso lado, aproveitamos suas indicações para sustentar que essa mesma experiência de “desrespeito social” – como os sentimentos de abandono social, de menos-valor –, derivada, por sua vez, da privação de direitos e da “exclusão social”, pode servir de “base motivacional” também, para a busca por reconhecimento pela via do vínculo de clientela e não da luta política organizada.

pelo político que lhe oferece “atenção”, “carinho” e “ajuda”, como quando o sujeito interpreta o conjunto das práticas de “ajuda” do político como manifestação do fato de ele representar os “pobres” e os “carentes”. Tais sentimentos provocam no eleitor a sensação de pertencimento a um grupo, mesmo que seja o grupo dos “pobres” ou dos “carentes”. Importa é que agora tem quem o reconhece e quem o inscreve na representação política, mesmo que pela via das relações clientelistas.

Por este meio, o da aproximação e apoio ao político clientelista que lhe presta algum tipo de “respeito”, de “atenção” e “carinho”, o eleitor-cliente pode ver restituído um pouco de seu auto-respeito, perdido sob as condições de exclusão social e política que vivenciou até então. Quando o político o reconhece, mesmo que por meio da relação pessoal do vínculo clientelista, o eleitor-cliente parece crer que é a própria política que o está admitindo. Ele, agora, existiria para a política (“Com o Belinati as portas da prefeitura estão sempre abertas”). Pode parecer, então, a “porta de entrada” para o acesso à satisfação de alguma demanda. De qualquer modo a demanda por reconhecimento é posta pelo eleitor-cliente como “necessidade”, como “carência”, e seu atendimento é posto pelo político como “ajuda” ou “favor”.

É claro que esse reconhecimento proposto por Antonio Belinati pela via da valorização da relação pessoal e de seus atributos pessoais não significa, nem pretende por ele mesmo, inscrever o eleitor-cliente na lista daqueles cidadãos que são cidadãos de direitos. Mas, de qualquer maneira, no elogio que o eleitor-cliente faz às formas de tratamento que Belinati oferece, está presente uma reclamação pelo seu desejo de reconhecimento.

Reiterando, embora expressem uma forma de reclamar por reconhecimento, tais experiências, no caso estudado, não chegam a gerar lutas sociais pelo reconhecimento. Ao contrário, facilitam a disposição dos eleitores em aceitar e sobrevalorizar a oferta de “atenção”, “carinho” e “respeito”, oferecidos pessoal e diretamente pelo político, uma autoridade social antes e apesar de tudo, por meio da elaboração de vínculos de clientela. Por isso podem ser vistas como uma espécie de “alternativa” às lutas sociais.

É assim que o vínculo que os eleitores-clientes constróem com Antonio Belinati não pode ser visto como simples sujeição “natural” derivada da pobreza e das necessidades materiais que esta gera, embora a “carência” material produza “motivos” objetivos, diretos e materiais, que podem estimular a entrada em

vínculos do tipo clientelista. A objetividade destes “motivos” encontra-se no fato de que a “carência”, como condição social, não é “escolhida”, “desejada” pelos pobres. Ela deriva, na quase totalidade dos casos, objetivamente da condição de classe e da posição dentro dessa condição. Quer dizer, as pessoas “carentes” antes de serem “donas” de suas preferências, no que trata das necessidades, são prisioneiras dessas últimas e do impacto dessa situação na modelagem de outras “carências”, agora, ligadas ao universo das necessidades afetivas.

Os vínculos de clientela que observamos em nossa pesquisa tampouco são atos portadores da manifestação de alguma racionalidade prática e imediata organizadora da troca mercantil do voto, orientada pelo “espírito comercial” capitalista. Contrariamente a essa hipótese, os clientes de Antonio Belinati formulam a relação política que mantêm com ele em termos de “relação de amizade” e de “compromisso com o ajudante”, visto como “pai” e “protetor”. Dá para notar a relevância com que aparece a idéia de que Antonio Belinati mantêm com o eleitor-cliente, antes de tudo, uma “relação de amizade”.

A forma de entendimento que os entrevistados demonstraram a respeito do tipo de vínculo que mantêm com Belinati apresenta como idéia central a ênfase na “amizade” que os aproxima. Essa ênfase parece sugerir, quando ouvidos os depoimentos, que há, no caso do vínculo com Belinati, um encurtamento daquelas distâncias que, normalmente, separam o político e o eleitor. Por exemplo, a lealdade que boa parte dos eleitores-clientes revela ter com Belinati é uma lealdade de tipo pessoal. Não é ideológica, no sentido de adesão a uma linha teórico-política, programática ou pragmática. Ela se refere a pessoas, à “amizade” e não a princípios políticos, programáticos ou mesmo, imediatamente, pragmáticos, como o seria a simples venda do voto. Mais parece uma lealdade claramente moral, assentada em valores ligados às relações pessoais, sem esquecer que o compromisso foi gestado a partir de “ajudas” e “favores” recebidos do político pelos eleitores.

Essa relação política se apresenta como um vínculo que comporta, ou melhor, que é mediado por uma série de avaliações morais e políticas que fogem da simples lógica mercantil, apresentando de fato uma “economia moral” própria, recheada de normas e valores da órbita das relações privadas. Embora, lembremos que, hoje em dia, já não se dêem situações de grande dependência e sujeição pessoal a um político-patrão nos termos vistos em outros momentos históricos da

organização política brasileira. O grande atenuante, conforme assinalado anteriormente, é a própria possibilidade de o pobre recorrer, em muitas ocasiões, à ajuda estatal, posta como direito social para alguns casos.

Mesmo assim, a condição de “carente”, a precariedade dos serviços públicos e a dificuldade política para fazer valer os “direitos” sociais, principalmente, formam combinações que abrem brechas tanto para a solicitação como para a oferta de “ajudas” e de “favores” sob a mediação de um político clientelista e também, para a instalação de relações paternalistas. Nessas combinações, que facilitam a elaboração de vínculos clientelistas, estará em vigência o intercâmbio assimétrico, que se oculta por detrás de uma enfática retórica de “amizade” entre cliente e patrão e que discursa também sobre a generosidade do político. Tal retórica é, reiteradamente, expressa pela clientela e ajuda a compor a “economia moral” do clientelismo que estudamos.

No entanto, a “carência”, a priori, não pode constituir base para relações sociais simétricas de troca quando envolvem pessoas de classes sociais diferentes. Logo, limita, de fato, a essa assimetria real a instalação de “relações de amizade” entre o político clientelista e o eleitor-cliente. O que pode acontecer, então, é que teremos um simulacro de amizade. Uma retórica enfática, contudo fragilizada por sua relação com a ligação assimétrica, entre desiguais, que organiza o contato cliente-patrão. Mesmo assim, vê-se que tal retórica é significativamente forte para o eleitor, por lhe permitir a produção de auto-imagens positivas no contexto da inserção na política local. É assim que, a “ajuda” prestada e a “atenção” dispensada por Belinati se apresentam como os motivos mais presentes no conjunto de razões expostas pelos eleitores-clientes para justificar o vínculo político mantido com Belinati.

A “ajuda” se mistura à “atenção” dispensada (reconhecimento/identificação) e funcionam, as duas, como valores morais, não como direitos legais. Como valores morais, inscritos, principalmente, na esfera dos valores privados, realizam-se pela mediação pessoal, mesmo quando ocorrem no espaço físico da política institucional/legal, como, por exemplo, no recinto da prefeitura. No caso que estudamos, a inserção dos entrevistados no mundo da política se dá através do apelo à intimidade, à personalidade e à atração da relação política para o espaço da vida privada ou, ainda, o transporte para o espaço público de valores e práticas da vida privada, conforme bem ilustrado na tratamento que

Antonio Belinati oferece quando eleitores-clientes vão à prefeitura. Nessas situações, os códigos da vida privada participam efetivamente da organização de alguns procedimentos do espaço público, o que dilui, nestes casos, de certa forma, a diferença entre espaço público e espaço privado.

No Brasil capitalista, o clientelismo político não tem sido uma simples gratuidade em um universo de relações impessoais e universais, mas também não pode ser considerado simples expressão de atraso, deslocado no tempo, como resquício do passado sem bases sociais na contemporaneidade. Ele existe hoje como produto de relações sociais assentadas em situações sociais particulares reais, concretas, pertencentes à estrutura geral de funcionamento da vida nacional, além de receber diferentes estímulos dos contextos conjunturais.

Não teríamos tanta certeza, como demonstra ter Souza (2003), quanto à tendência ao domínio absoluto da presença dos valores e noções – “economia emotiva” – burgueses no campo da política brasileira. Mereceria mais atenção o comportamento político daquela camada das classes populares que ele denomina de “ralé”, ou, nos termos de Oliveira (1999, p.64), o comportamento “da parcela dos que não tem parcela, tanto na produção quanto na distribuição do produto social.” Primeiro, porque a “ralé” representa uma parte não desprezível da população brasileira. De acordo com dados do IBGE, de 2000, quando o país contava com 170 milhões de habitantes, a parte de “miseráveis” (famílias que viviam com $\frac{1}{4}$ a meio salário mínimo *per capita*) dessa população somava 21 milhões de pessoas.¹⁴⁴ Segundo, justamente, porque mesmo a democracia burguesa, no Brasil, não se realiza para esta parte dos pobres. Esta é excluída, completamente, da política: não tem como, nem onde falar e expressar seus interesses, não tem condições de se qualificar para falar, já que a chance do dissenso, quer dizer, a chance de experimentar o debate e o conflito político numa esfera pública, lhe é bloqueada e negada.¹⁴⁵

Logo, embora o eleitor dessa camada dos pobres esteja submetido formalmente à instituição estatal moderna e à regulamentação da vida política que ela carrega, parece-nos comprometida, deficiente, a capacidade de essa instituição e dos valores que a acompanham afetarem integralmente, moldando, o comportamento político, ou melhor, a expectativa de ação política desta parte dos

¹⁴⁴ **Folha de Londrina**, 17 mar. 2006. Caderno Dinheiro, p.2.

¹⁴⁵ Nos termos de Marilena Chauí (1999).

pobres excluídos da política, em conformidade aos procedimentos universais e impessoais do Estado e da política burguesas.

Talvez encontremos, ainda, procedimentos/práticas organizados claramente pelo elemento pessoal, pelas relações pessoais – quer dizer, procedimentos “atrasados”, “tradicionais” –, porque a modernidade burguesa, no Brasil, sustentou-se e se sustenta na exclusão política quase absoluta de uma parte dos pobres. Na busca por alternativas de acesso ao atendimento de demandas que, em tese, competem ser solucionadas pelo Estado e por suas políticas públicas, esses pobres recorrem àqueles procedimentos e valores “atrasados”, que não são estranhos à história da organização política e da cultura política brasileiras, quando estas envolvem os homens pobres no Brasil.¹⁴⁶ Daí que esses procedimentos e valores podem ser reatualizados/reaproveitados com adaptações, nos contextos da “moderna” exclusão política brasileira dos anos 1990.

Portanto, não é que a modernidade burguesa não tenha chegado, ainda, aos pobres, ou a algumas esferas da vida social, ou que tenha chegado em graus variados, mas sim que a modernidade que chegou se particularizou, no Brasil, especialmente, por se sustentar numa estrutura social acentuadamente desigual e por se organizar, politicamente, mantendo excluída, quase que completamente, do mundo da política, parte dos pobres. Pode-se dizer, conforme termo proposto por Heller (1991, p.174), que esses estratos dos pobres, marcadamente excluídos, são também, “carentes de poder”.

Tal particularidade é que gera configurações sociais que facilitam o aparecimento da prática do clientelismo. A configuração social que consideramos facilitadora da instalação de vínculos de clientela e que pode ser identificada como a base social do clientelismo que envolve membros das classes populares, é produtora, entre os moradores, de sentimentos de fraqueza e de desamparo social e de incapacidade política. Esses sentimentos, por sua vez, facilitam e estimulam a busca por um político “protetor”, um “pai”, que garanta o acesso a bens e serviços mínimos, que deveriam ser oferecidos como direito mas que acabam chegando, quando chegam, como “favor”, “doação”, “ajuda” do protetor, conformando relações de débito e compromisso político assentados na mediação de relações pessoais. É assim que a cooptação do “cliente” de Antonio Belinati é conquistada por meio da

¹⁴⁶ Conforme bem assinalado por SCHWARZ (1992) quando ele trata das relações de “dependência” e do “favor” no período colonial, no Brasil.

ação em cima daquilo que é carência do eleitor e não em cima do atendimento de direitos. A atração do eleitor-cliente se inicia pela prestação de um “favor”, de uma “ajuda”: ajeitamento de um emprego, de uma moradia, do pagamento de contas de água e luz, de doação de material de construção, etc.

Em síntese, os direitos básicos ligados à moradia, à propriedade, à alimentação, ao trabalho, à saúde, são direitos que chegam a esses setores populares como uma “dádiva”, uma “ajuda” concedida/conseguida pelo político protetor. Por certo então, que imperará, entre os eleitores-clientes, a “noção de carência” nas representações e entendimentos que formulam a respeito de seu contexto. Provavelmente é por isso também que, se o voto clientelista não escapa à condição de mercadoria, que afeta o voto sob as relações sociais capitalistas, ele acontece como uma mercadoria de tipo especial que carrega dentro de si o tributo, a homenagem, a reverência do eleitor ao político-protetor, ou seja, um forte assento no elemento pessoal.

O processo de geração da enorme desigualdade social no período que nos interessa, décadas de 1980/90, não deriva de uma forma de dominação política assentada no patrimonialismo e nas relações pessoais, mas sim das formas de dominação que são instaladas para a realização da “nova onda de modernidade” recente, que, por sua vez, é ancorada em um mercado e em um Estado de caráter capitalista.¹⁴⁷ Estes últimos são, sem dúvida, os grandes organizadores da vida social brasileira, por meio da institucionalização de seus valores e regras de sociabilidade. Só que é dessa própria desigualdade que brotam condições sociais propícias ao aparecimento do clientelismo que, por sua vez, acaba assumindo participação no quadro das formas de dominação vigentes e, portanto, tendo certo papel, ao menos, na reprodução das desigualdades.

Nesse ponto, o de vincular a desigualdade brasileira à própria modernidade capitalista, aproximamo-nos de Jessé Souza. Ocorre que este autor trabalha com o pressuposto da “pureza” do processo de expansão das instituições burguesas. Ele dá tanta importância a certos pressupostos teóricos a respeito da expansão da economia capitalista e, especialmente, de seus valores, que nem considera a chance de tal expansão experimentar roteiros próprios, menos puros, mais complexos.

¹⁴⁷ Ver SOARES (2003).

Mesmo que concordemos com a tese de que a desigualdade social brasileira deriva da especificidade do nosso processo de modernização capitalista, logo, de procedimentos que carregam sua marca da impessoalidade e universalidade, não é correto desprezar o papel que a valorização das relações pessoais e de algumas práticas políticas “tradicionais” – entre elas, o clientelismo, fortemente ancorado em relações pessoais – ainda desempenham na reprodução e aprofundamento dessas desigualdades: porque bloqueiam a ação política conseqüente de setores das classes populares; porque reforçam o quadro de exclusão política; porque facilitam a rapinagem de recursos públicos que poderiam ser canalizados para as demandas dos pobres, etc.

Ou seja, estamos considerando que a atuação política no Brasil – por conseguinte, uma parte não desprezível das ações envolvendo o Estado brasileiro e suas decisões nas três esferas – é, também, articulada com base em relações pessoais (nepotismo, apadrinhamento, contatos, amiguismo, clientelismo, favorecimentos particularistas), de modo que este elemento – a relação pessoal – acaba por se constituir como elemento de certa relevância no funcionamento da política nacional, e conseqüentemente, na reprodução e aprofundamento da desigualdade social, por mais “moderna” e “burguesa” que ela seja.

Quer dizer, a importância das relações pessoais na estruturação da vida política nacional não foi imediata e simplesmente superada pelos procedimentos da representação política de tipo liberal. A construção do domínio burguês e sua manutenção, no Brasil, não dispensaram e, logo, não destruíram os mecanismos de domínio mais próprios às formas patrimonialistas¹⁴⁸ e até patriarcalistas, assentadas nas relações pessoais. Observa-se que a maneira de funcionar a relação política sob o vínculo clientelista é uma maneira que carrega, tanto nos procedimentos como nas conseqüências, muitas características da forma de dominação política de tipo patrimonialista, feitas as devidas ressalvas.

Vemos que a prática política sob o clientelismo apresenta: 1) forte centralização na figura pessoal do líder político, que é de fato mais um líder do que

¹⁴⁸ Mais uma vez, lembramos que não estamos supondo que a organização política em Londrina seja tipicamente patrimonialista. Conforme já anotamos atrás, ela, no geral, e principalmente na esfera das ações do Estado, é normatizada e guiada pelas regras e procedimentos formais e impessoais da burocracia administrativa estatal. O que observamos, porém, é que não há domínio absoluto do procedimento impessoal e universalista. É possível ver práticas “atrasadas” orientando a ação política de parte da população, até mesmo quando está envolvida a máquina estatal. Essas práticas têm um peso nada desprezível no quadro geral da política da cidade.

um chefe ou mandão local. Esse traço implica, por parte do eleitor-cliente, a opção pela ação política realizada por meio do contato direto com a instância Executiva da administração pública, desprezando e criticando, quase sempre, a mediação institucional e formal. Aqui, o apego do eleitor ao político-líder aparece como compromisso pessoal, sendo irreconhecível a filiação a um corpo de idéias, a um Partido, a um projeto ou programa. Assim, a administração política é incluída na esfera das relações pessoais e é ignorada como campo da esfera pública; 2) daí, por conseguinte, que o cargo executivo se reveste de grande poder de decisão sobre o atendimento das demandas requeridas; 3) o atendimento às demandas dos clientes é realizada na forma de atendimento particularista. Tanto a pauta das demandas como a respostas a elas, têm a marca do particularismo. 4) ocorre uma forte ‘mistura’ entre esfera pública e esfera privada na atividade política. O trato da ação política se dá como ação entre “familiares” ou entre “amigos”, numa reatualização da política como ação entre “compadres”. Nota-se, portanto, que o “atraso”, o “tradicional”, nas formas da política convivem com o “moderno”, servindo-o.

Práticas políticas “atrasadas”, que se baseiam em valores sociais “tradicionais”, como a valorização das relações pessoais no jogo político, são reavivadas, por exemplo, na composição de alianças políticas que juntam o “moderno” capitalista e o “atrasado” oligarca, na disputa empresarial por recursos públicos, na burla de licitações, no aparelhamento da máquina estatal estadual por parte de “clãs” familiares para a construção de impérios empresariais ou ainda, nos municípios, onde pequenas elites políticas locais fazem uso delas, especialmente do clientelismo, para se enriquecer, acumular prestígio e status.

Estamos propondo que: 1) as práticas políticas de tipo “atrasadas” são mecanismos de domínio eficazes ainda, no Brasil, estando, portanto, no *menu* de alternativas de domínio; 2) são eficazes por duas razões: a) o bloco no poder que se apossa do Estado brasileiro nos últimos 15 anos e que dá o tom na organização política nacional, o tem feito aproveitando-se de procedimentos de caráter patrimonialista. Esses procedimentos, embora pareçam obstáculos à “modernização”, como insinuam algumas críticas que o relacionam à corrupção, não têm impedido a marcha das experiências econômicas de caráter liberal e neoliberal no país, nem a acumulação de capital por parte de setores da burguesia: numa hora é o setor da construção civil que mais se beneficia (como no período da ditadura),

em outra são os banqueiros (como nos anos 1990); e b) quanto ao controle político sobre o eleitor, são mecanismos eficazes em contextos que juntam profunda pobreza, precariedade da atuação do Estado e exclusão política (precariedade ou ausência de canais e espaços de intervenção política autônoma).

Em configurações sociais que juntam esses elementos, as práticas políticas “atrasadas” são eficazes porque montam estratégias de cooptação do eleitor pobre e que acionam/mobilizam sentimentos ligados à sua condição de “carente”, de abandonado, de desvalorizado socialmente, à condição de quem é vítima de um “silêncio imposto”. Nessas configurações, as práticas políticas de tipo “atrasadas” se inscrevem como alternativas de controle sobre a atuação política de setores das classes populares fazendo uso de atendimentos de demandas via “ajudas” ocasionais, “favores” individuais, de maneira que bloqueiam a manifestação coletiva e organizada por interesses coletivos e direitos sociais.

O personalismo ou o elemento pessoal, enquanto sistema valorativo geral, não parece ser dominante no quadro geral da organização política nacional, como talvez tivesse sido até o século XIX. Mas parece ter ainda grande influência entre setores populares que se encontram em situações que combinam os elementos citados atrás.

Essas últimas situações são resultado do processo de modernização capitalista, ao menos nas formas de atualização das desigualdades. Nesse sentido a sobrevivência do “atraso” lhe é devedora. Mas o “atraso” não é simplesmente um ‘resíduo indesejado’ do processo de modernização capitalista no Brasil, justamente porque ele é co-participante desse processo, ele é coadjuvante e é até imprescindível, na medida que serve de *menu* de práticas e procedimentos que instruem como agir para “rapinar” o Estado e para inscrever nas alianças partidárias voltadas à “modernização” neoliberal, aqueles partidos e chefes políticos bastante capazes de cooptar setores das classes populares, mantendo-os à parte da esfera pública, separados dos direitos de cidadania.

A importância de um capítulo (capítulo 1) que revele como a organização política brasileira recente também é estruturada por práticas e procedimentos “atrasados”, mesmo contra as normas e valores impessoais inscritos nas modernas instituições (mercado e Estado), encontra-se no fato de que a reiteração de tais práticas e num volume e com conseqüências que demonstram sua relevância, leva a crer que há, ao lado da institucionalização dos valores impessoais

e procedimentos universais uma “institucionalização não-formal”¹⁴⁹ dos valores e práticas ligados ao elemento pessoal, que subjaz nas práticas de nepotismo, clientelismo, apadrinhamento, amiguismo e favorecimento particularista no acesso ao Estado.

Estamos supondo também, que o eleitor recebe ‘mensagens’ orientadoras e formatadoras de concepções quando observa quais são as práticas e procedimentos que organizam a ação política ligada diretamente aos aparelhos estatais. Ou seja, a ‘mensagem’ é: as relações pessoais (o contato, a intimidade, a amizade, o apadrinhamento, o favorecimento aos conhecidos e próximos) são fonte, informalmente institucionalizada, de orientação na ação política, à qual se pode recorrer conforme se adequa à configuração social específica, ao mesmo tempo em que está posta a institucionalidade formal e legal, que propõe regras e procedimentos impessoais e universais.

E é assim que, mesmo contra a lei e a “economia emocional” burguesa dominante, tanto uma boa parte dos políticos (nas três esferas da atuação política), como uma boa parte dos eleitores não se furtam à possibilidade de recorrer às relações pessoais na sua atuação política cotidiana, considerando que estarão respondendo, também, a uma das mensagens sinalizadas pela forte presença das práticas “atrasadas” ajudando a organizar a política estatal. Qual seja: há uma institucionalização não-formal das práticas e procedimentos “atrasados” que as “autoriza” como opção para a atuação política. E, é dessa possibilidade também, que nascem as chances de aparecimento dos vínculos de clientela na esfera local, entre outras práticas.

As entrevistas que realizamos demonstraram que os eleitores-clientes, em muitos momentos, consideram a relações políticas como extensão das relações privadas. Nesse caso pesquisado e em outros já registrados, ocorre que se normalizam, por exemplo, o particularismo, o personalismo, o paternalismo e o clientelismo, como práticas que, na ótica desses eleitores-clientes, são vistas como práticas regulares.

Em síntese, a estratégia de atuação de alguns políticos locais, como no caso que estudamos, leva em conta a alternativa de firmar algum controle sobre eleitores a partir do aproveitamento dos canais abertos pelo acesso via relações

¹⁴⁹ O termo é proposto por O'Donnell (1991, p.30).

personais, porque sabem que, a despeito da institucionalidade impessoal e universalizante, também é possível outro trajeto que encontra respaldo numa institucionalidade não-formal em vigência e que também tem proposta de “economia emocional”, só que ancorada nos valores ligados às relações pessoais. A base social que explicaria o vigor desta institucionalidade não-formal das relações pessoais seria a “massa atrasada”, nos termos de Fernando Henrique Cardoso (2005),¹⁵⁰ e a própria exclusão política característica das formas de dominação até então vigentes no país – Estado autoritário, cheio de segredos, centralizador, “apossado” por frações de classe – ou, noutros termos, a ausência da esfera pública para os pobres.

Do lado dos eleitores dos setores populares, como os que vimos acompanhando, conclui-se que: a) encontram inclinação a aproximar-se da ação política via relações pessoais primeiro por causa das configurações sociais particulares que experimentam e que juntam, conforme já anotamos atrás, pobreza e exclusão política, com toda a pauta de carências materiais e de ‘afetividade social’ que as acompanham e que forjam sentimentos propícios à adesão a um “protetor”, a um “pai”; e em segundo lugar, porque não são atingidas suficientemente pela oferta e pelo estímulo da “economia emocional” da institucionalidade moderna, provavelmente por causa da condição particular da exclusão que os atinge. E, ainda, por causa da ambigüidade das ‘mensagens’ de orientação para a ação política que recebem das instituições políticas do país que, se de um lado propõem as normas e as leis universais e impessoais às quais todos devem se submeter, por outro lado inscrevem e aceitam nos procedimentos que regem seu funcionamento concreto, em especial no caso do Estado (administração pública), uma série de práticas articuladas pelo elemento pessoal. Essa ambigüidade alarga o *menu* de orientações para a ação política de que dispõe o eleitor.

Sustentamos que uma experiência longa de acentuada desigualdade social e exclusão política das classes populares foi capaz de firmar na organização política e na cultura política brasileira mecanismos sociais como o *favor* e o *arbítrio* que, dada a freqüência com que aparecem, acabaram por tornar-se marcas distintivas desta organização e desta cultura. Na atualidade, a presença

¹⁵⁰ **Folha de S. Paulo**, 11 abr. 2005.

freqüente e historicamente consolidada destes *mecanismos* das relações sociais facilita e estimula a adoção do clientelismo como prática política.

No caso das classes populares, em inúmeras situações é recorrendo e se agarrando a essas formas que membros da “ralé” tem acesso à satisfação de necessidades elementares à sua sobrevivência – especialmente, necessidades ligadas à moradia, alimentação e trabalho. Para a maioria das famílias que foram entrevistadas, pertencentes à clientela de Antonio Belinati, o vínculo pessoal – o contato/a aproximação – com o político ou com seu agente foi, ou ocasionalmente relevante, ou fundamental para suas trajetórias de vida. Porque foi “com a ajuda do Sr. Antônio [Belinati]” que conseguiram emprego, ou encaminhar a aposentadoria, ou uma ajuda médica e, em muitas ocasiões, foi por meio da influência do referido líder político que obtiveram o socorro emergencial em comida. Não se tratava da reinstalação da “dependência pessoal”, mas da instalação de uma relação política mediada, principalmente, por traços e procedimentos mais próprios às relações pessoais: compromisso por aproximação, ênfase no contato pessoal, elaboração de “relações de amizade”, inscrição de sentimentos de afeto.

No mínimo, pode-se alegar que o processo de socialização dos indivíduos dessas camadas – a “ralé” --, particularmente o de socialização política, é afetado sobremaneira pela presença de práticas e procedimentos próprios das “formas tradicionais” de organização das relações sociais. Até porque, conforme anota o próprio Souza (2004, p.109) “[...] a mesma situação de precariedade existencial, moral e política típica da situação do escravo e dependente no século XIX continua no processo de industrialização e modernização de forma perversa. É que o mercado irá privilegiar os indivíduos e grupos sociais que se adaptarem às novas exigências do novo sistema”.

Deriva dessa “situação de precariedade existencial”, por exemplo, o comprometimento da capacidade de autonomia política desses setores, o apego a uma subcultura política definida em termos de uma “economia moral” recheada de valores e normas da esfera privada e a própria precariedade da forma de esfera pública que esses setores vivenciam. Por isso pode ocorrer que parte importante das iniciativas para o atendimento de suas necessidades se dê pela via da mediação clientelista e quando ocorre no espaço da esfera pública também acontece na forma de uma participação mediada pelos cabos e agentes eleitorais

do “chefe” político, como é o caso que nos serve de referência inicial, o da cassação do Sr. Antonio Belinati.

Se já não é pela via dos procedimentos políticos “atrasados” que se definem os termos de quem será incluído ou excluído socialmente no Brasil “moderno”, não há como ignorar, por outro lado, que aqueles procedimentos “atrasados” continuam sendo fundamentais para organizar a relação política em contextos em que a “ralé estrutural” busca o acesso aos ‘restos, às ‘migalhas’, às sobras de direitos; o que é feito, muitas vezes, por meio de práticas de clientela, sustentadas basicamente com recursos públicos.

CONCLUSÃO

Nosso propósito era realizar uma investigação que fornecesse esclarecimentos quanto às razões da presença das práticas clientelistas entre setores das classes populares, no Brasil contemporâneo, com destaque para os anos 1990. Partimos primeiro, da hipótese de que era preciso valorizar as razões inscritas na própria conjuntura sócio-política que circundava o fenômeno, de modo que pudéssemos ir para além das explicações que se fiam nos aspectos histórico-culturais ou de viés estruturalista, exclusivamente.

Consideramos também, a hipótese de que parte das razões da sobrevivência do clientelismo, no Brasil recente, liga-se a fatores derivados das condições sócio-políticas que afetam certas camadas das classes populares e que as inscrevem na situação de “exclusão” social e política. Seria essa situação específica a geradora de uma subcultura política particular e baseada, principalmente na valorização das relações pessoais, que empurraria aqueles setores para a entrada em vínculos de clientela.

Quanto ao tratamento da primeira hipótese, recorreremos a fontes secundárias (análises bibliográficas e materiais recolhidos em jornais e revistas) para formular uma interpretação própria sobre o período. Nesta demonstramos que as práticas de tipo clientelista, no geral, receberam, no período enfocado, estímulos para se manifestarem na organização política nacional, principalmente na esfera federal, mas com efetivos reflexos nos estados e municípios.

Tais estímulos derivavam do fato de a coalizão de forças políticas formada para a implantação do projeto neoliberal no Brasil ter juntado a “moderna” Social Democracia Brasileira e as “velhas” oligarquias regionais, reconhecidas, especialmente, pelo apego às práticas políticas de tipo patrimonialista e paternalista. Essas “velhas” forças políticas foram assim, como sócias-menores, incluídas no “pacto conservador” montado para realizar o “moderno” programa neoliberal no país. A referida inclusão significou, no que nos interessa, revalorizar também, aqueles procedimentos utilizados pelas forças políticas oligárquicas. Encontra-se aí parte da explicação para o vigor, na organização política brasileira dos anos 1990, de práticas como a do fisiologismo, do apadrinhamento, do aparelhamento da máquina estatal, da compra de votos e do clientelismo.

Nesse contexto, as práticas que denominamos “atrasadas”, funcionaram como principal recurso utilizado pelo Executivo Federal, núcleo dirigente do processo de implementação das reformas neoliberais, para cooptar aquela parte do Legislativo que aderiu ao projeto neoliberal sob a condição de ver atendidos interesses particularistas ligados a enriquecimento, busca por prestígio e demandas ligadas à necessidade de reprodução eleitoral junto às suas bases eleitorais.

O ‘agrado’ permanente que o governo FHC fazia aos políticos do “atraso” – via distribuição de cargos e liberação de verbas para redutos eleitorais, principalmente – refletiu-se no reforço da influência destes últimos nas suas regiões de origem eleitoral, de modo a injetar ânimo, também, nas práticas de clientelismo, recurso de controle político bastante utilizado por eles. De qualquer modo, esse reforço da influência da “velha política” nos estados e nos municípios significaria, por sua vez, possível apoio eleitoral de certas camadas das classes populares às reformas neoliberais. Mesmo que fosse um apoio por “ignorância” do que se tratava, ou por “adesão” automática às orientações do líder político que as abrigava em vínculos de clientela.

Porque a ação política articulada como vínculo de clientela é uma ação que quando pauta reclamações e reivindicações o faz em termos particularistas e na forma de pedido de “ajuda” ou de “favores”. Portanto, é uma modalidade de prática política que funciona contra a própria política, no sentido em que esta seria a atividade de manifestação dos conflitos e dissensos dos interesses divergentes de grupos e classes presentes na sociedade e que seriam requeridos na forma de direitos. O vínculo de clientela inscreve o eleitor-cliente das classes populares numa ação política em que os termos da relação entre os envolvidos são assimétricos, na qual o eleitor-cliente se sujeita a um tratamento paternalista por parte do chefe-político, com as conseqüências políticas negativas que isso implica. No que se refere à segunda hipótese, a da ligação entre clientelismo e pobreza específica, buscamos apoio em algumas reflexões já realizadas sobre o tema e, principalmente, escoramos-nos no acompanhamento e investigação de um “caso” de clientelismo urbano existente na cidade de Londrina, no norte do Paraná. O resultado inicial da investigação mostrou a forte e imediata implicação da combinação de pobreza profunda e precariedade do apoio estatal, como primeira condicionante para a entrada do eleitor em vínculos de clientela. As entrevistas que

realizamos revelaram tanto o eleitor “pobre” buscando o político “ajudante”, bem como este oferecendo seus “favores” e “préstimos” em troca de apoio e voto.

Mais instigante, ainda, foi observar que a “pauta de carências”, apresentada pelo eleitor-cliente, e que se ligava à sua entrada e permanência no vínculo de clientela, não se restringia a necessidades de ordem material, estendendo-se a “carências” de ordem subjetiva, embora ligadas, imediatamente, àquelas primeiras. Referimo-nos a sentimentos de abandono, de depreciação, de baixa auto-estima, de auto-desvalorização e de “desreconhecimento” social, todos derivados da condição de excluídos, quase que totalmente, dos direitos sociais e políticos, que acometia aqueles eleitores-clientes.

Uma “pauta de carências” baseada também nesses sentimentos, acaba por colocar, no quadro da ação política de setores das classes populares, valores e representações que destacam a necessidade e o desejo de ser “apreciado”, ou melhor, ser “reconhecido” socialmente. Ocorre que no caso de clientelismo, como o que investigamos, essa necessidade de “reconhecimento” encontra certa satisfação não no acesso a “direitos”, mas sim na oferta de “ajudas”, “favores”, “atenção”, “carinho” e “amizade” que o político clientelista oferece. Por certo que tais ofertas, embora venham de um indivíduo e não das instituições públicas portadoras da responsabilidade de garantir “direitos”, ganham dimensões relevantes e de significado social para o eleitor-cliente, porque a pessoa que as carrega não é ‘qualquer’ pessoa, já que é um “político”, o que, para esses eleitores (conforme mostraram as entrevistas) significa alguém dotado de grande prestígio e poder de influência, derivados de seus sinais externos de riqueza e de seu acesso privilegiado ao aparelho estatal.

Antônio Belinati, o político clientelista em foco, por sua vez, não revela em suas práticas de conquista de apoio do eleitor, a menor intenção de desfazer tal crença. Pelo contrário, alimenta-a com a constante oferta de “favores” e “ajudas”, além de outras práticas que acrescentam à relação política com o eleitor-cliente ingredientes de naipe intimista e afetivo: como o cortejo e a aproximação do eleitor, o contato pessoal freqüente, visitas às residências, a oferta de presentes nas datas festivas, entre outros.

A situação de acentuada exclusão social e política parece gerar entre certas camadas das classes populares, não só uma lista de “carências” que combinaria necessidades materiais e demandas do campo subjetivo, mas também,

parece alimentar e produzir uma subcultura política ímpar, articulada em torno de valores mais próprios às relações pessoais, da esfera da vida privada: como a valorização do contato pessoal e seus instrumentos (aproximação, “atenção”, “carinho”, “amizade” e “autenticidade”), valorização da busca por satisfação de demandas por meio do “pedido de ajuda” aos políticos conhecidos, busca por “proteção” do político “poderoso” e “influyente”.

Por essa via, a do clientelismo envolvendo camadas das classes populares, vemos que a organização política brasileira se realiza incluindo práticas, valores e representações mais próprias à vida privada. Em algumas configurações sociais, como aquela que estudamos, essas práticas, valores e representações chegam a ser os elementos mais relevantes da atividade política de setores das classes populares, colocando-os distantes dos valores e procedimentos de caráter impessoal e universal previstos, por exemplo, na proposta republicana de organização da ação política. Em síntese, no caso estudado, nessa dupla ordem de condicionamentos, a material e a subjetiva, podemos encontrar algumas das principais razões da instalação e reprodução dos vínculos de clientela envolvendo setores das classes populares.

Apesar de sustentarmos parte de nossas afirmações em um estudo de caso e em uma amostra de perfil qualitativo, cremos que as considerações que levantamos sobre algumas das razões contemporâneas do clientelismo político envolvendo as classes populares no Brasil sugerem novas variáveis explicativas às teses já em voga sobre o problema das razões do clientelismo urbano contemporâneo. Ao acrescentar-mos a idéia de que é preciso verificar a “funcionalidade” das práticas políticas “atrasadas” no quadro geral conjuntural da política e da economia, podemos colaborar na superação das dificuldades que as teses de base “culturalista” encontram para enfrentar o traço a-histórico da explicação sobre o clientelismo que o vincula à “herança” ou a “resquício” cultural de tempos já passados.

Ao levarmos em conta as variáveis explicativas derivadas das situações de exclusão social e política e das implicações destas na formatação de “carências” de ordem subjetiva, além da presença de uma subcultura política específica orientando a atividade política do eleitor-cliente, podemos relativizar o alcance das teses de base “racionalista”, como a do individualismo metodológico – que explica o clientelismo a partir dos interesses ligados a ganhos imediatos e

racionalizações das partes envolvidas na relação clientelista –, da tese “economicista”, que enfatiza o papel da “carência” material na reprodução de relações paternalistas ou ainda, da tese de base estruturalista, que acaba tratando a relação política, sob o capitalismo, como se estivesse analisando uma relação mercantil qualquer.

É possível encontrar na bibliografia brasileira sobre o tema, indicações que reforçam nossas observações retiradas do estudo de um caso. Mas a ausência de estudos comparativos com semelhanças de procedimentos nos impede de propor generalizações. De qualquer maneira, cremos ter posto em evidência possíveis novas variáveis explicativas, que podem se somar às já colocadas por outras reflexões quando tentam a compreensão do fenômeno do clientelismo político urbano no Brasil contemporâneo.

Por último, uma ressalva quanto ao nosso procedimento metodológico. Temos ciência de que, no estudo de caso, ao trabalhar com as marcas da “exclusão social” que acometem certas camadas das classes populares, mesmo reconhecendo que sua determinação central se encontra em outro nível, situamo-nos no “plano da vivência” e, sobretudo no da “sobrevivência”, ou noutros termos, no plano fenomenológico. Sem ignorar as determinações estruturais do fenômeno da “exclusão social” e fazendo a recorrência permanente a elas, acabamos por optar pelo tratamento da expressão empírica da “exclusão”, aparecida nas interpretações oferecidas pelos eleitores-clientes (nos capítulos 2 e 3).

Mesmo arriscando tirar conclusões a partir da observação desse nível de manifestação da realidade, pudemos revelar como um grupo específico das camadas sociais “excluídas” é, primeiro, agente de reprodução de sua própria iniquidade, ao explicitar a existência de uma subcultura política baseada em valores e representações próprios às relações pessoais e que o leva à seleção do vínculo de clientela como modalidade de atuação política. E, segundo, mais importante que essa participação na reprodução de práticas que são também responsáveis pela manutenção de sua exclusão, pudemos vislumbrar que a ação política mediada pelo vínculo clientelista carrega uma forte, embora velada, carga de crítica não só à própria condição de “excluído” bem como aos aspectos negativos do excesso de burocratização e à frieza do procedimento impessoal que o Estado e os políticos

eleitos reservam aos “pobres” quando estes recorrem a eles em busca de atendimento às suas demandas.

Em síntese, se esse grupo de eleitores-clientes não se inscreve na ação política com vistas à transformação social profunda, no sentido de seus interesses objetivos de classe, não deixa, por outro lado, através das interpretações e justificativas que faz a respeito da sua atuação política via clientelismo, de expressar sua indignação com a condição de “carente” e de “desprezado” socialmente, apreciando o “reconhecimento” proposto pelo político clientelista, mesmo que em formato paternalista. E, esse grupo também acaba por expor uma pauta de críticas ao modelo de representação política em vigência no país. Portanto, importa ouvi-los e explicitar tal crítica.

REFERÊNCIAS

ALSTON, Lee J. et al. Political Institutions, Policymaking Processes and Policy Outcomes in Brasil. (nov. 2004). Disponível em: www.carlospereira@fgvsp.br. Acessado em: ago. 2005.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SABER, Emir & GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. RJ: Paz e Terra, 1995.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência no Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/ EDUSP, 1982.

ANTUNES, Ricardo. Lutas sociais e desenho societal no Brasil dos anos 90. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, v.1, tomo 7, 1998.

AVELAR, Lucia & LIMA, Fernão Dias de. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. **Lua Nova**, São Paulo, n.49, 2000.

AVELINO FILHO, George. Clientelismo e política no Brasil. Revisitando velhos problemas. **Novos Estudos**, São Paulo, n.38, p.225-240, mar., 1994.

BAHIA, Luiz Henrique Nunes. **O poder do clientelismo: raízes e fundamentos da troca política**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BARBOSA, Maria Lucia Victor. **O voto da pobreza e a pobreza do voto: a ética da malandragem**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1988.

BEZERRA, Marcos Otávio. **Corrupção: um estudo sobre o poder público e relações pessoais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

_____. **Em nome das "bases": política, favor e dependência pessoal**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

_____. Limites entre corrupção e política. **Revista Democracia viva**, Rio de Janeiro, n.10, nov.2000/fev 2001, 2001. IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas).

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado**. ed. especial. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

BOITO JR, Armando. **Neoliberalismo e classes sociais no Brasil**. Disponível em: www.página13rio.hpg.ig.com.br . Acessado em: 26 maio 2004.

_____. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. **Revista Idéias**, Campinas, n.9, p.13-48, 2002.

_____. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BOSCHI, Renato Raul. Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador. **DADOS: revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.42, n.4, p.655-690, 1999.

BRAGA, José Carlos e PRATES, Daniela. Todos os bancos do presidente? **Revista Praga**, São Paulo, n.6, p.33-43, set., 1998.

BURKE, Peter. **Sociologia e História**. Porto/Portugal: Afrontamento, 1980.

BURSZTYN, Marcel. Introdução à crítica da razão estatizante. **Revista do Serviço Público**. Ano 49, n.1, jan./mar., 1998.

_____. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no nordeste**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição latino-americana. In: Tavares, Maria da Conceição & FIORI, José Luís. **Poder e dinheiro: uma economia política de globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CARDOSO, Fernando H. & FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1970.

_____. Repensando Dependência e Desenvolvimento na América Latina. In: CARDOSO, Fernando H; SORJ, Bernardo e FONT, Maurício. **Economia e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARDOSO, Fernando H. Notas sobre a reforma do Estado. **Novos Estudos**, São Paulo, n.50, p.5-12, mar., 1998.

CARDOSO, Franci Gomes. **Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social**. São Paulo: Cortes/Ed. da UFMA, 1995.

CARDOSO, José Eduardo. **A máfia das propinas: investigando a corrupção em São Paulo**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.40, n.2, 1997.

_____. **Pontos e Bordados**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CÉSAR, Délio. **A primavera de Londrina: o despertar de uma cidade contra a corrupção**. Londrina: Midiograf, 2001

CHAUI, Marilena de Souza. Ideologia e educação. **Revista Educação e Sociedade**. São Paulo: ano II, n.5, jan., 1980.

_____. **Conformismo e resistência:** Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Cultura e democracia:** o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1982.

_____. Universidade em liquidação. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 jul. 1999. Caderno Mais, p.3.

_____. A mudança a caminho. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 nov. 2002.

_____. Política e cultura democrática: o público e o privado entram em questão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 jun. 1990. Caderno Letras, p.4-5.

COGGIOLA, Osvaldo. **O governo FHC:** oposição e alternativas. In: RAMPINELLI, Waldir José & OURIQUES, Nildo Domingos (Org). **No fio da navalha:** crítica das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, 1997.

COMIN, Álvaro A. De continuidades e rupturas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.52, p.5-10, nov., 1998.

COSTA, Tarcísio. Os anos 90: o ocaso do político e a sacralização do mercado. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta:** a experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: Edit. SENAC, 2000.

COUTO, José Geraldo & CORDEIRO, Leny (Orgs.). **Quatro autores em busca do Brasil:** (entrevistas). Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

CRIPPA, Adolpho (Coord.). **As idéias políticas no Brasil.** São Paulo: Convívio, 1979.

DE PAULA, João Antônio. **Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DEBRUN, Michel. **A “conciliação” e outras estratégias.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

DeDECCA, Cláudio Salvadori. Anos 1990: a estabilidade com desigualdade. In: SANTANA, Marco Aurélio & RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). **Além da fábrica:** trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2002.

DIAS, Mauricio. **A mentira das urnas:** crônicas sobre dinheiro e fraudes nas eleições. RJ/SP: Record, 2004.

DIMENSTEIN, Gilberto e SOUZA, Josias. **A história real:** trama de uma sucessão. São Paulo: Ática/Folha de S. Paulo, 1994.

DIMENSTEIN, Gilberto. **A república dos padrinhos:** chantagem e corrupção em Brasília. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DINIZ, Eli. Clientelismo urbano: ressuscitando um antigo fantasma? **Novos Estudos**, São Paulo, v.1, n.4, p.21-26, nov., 1982b.

_____. Em busca de um novo paradigma: a reforma do Estado no Brasil dos anos 90. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.10, n.4, out./dez., 1996.

_____. Governabilidade, democracia e Reforma do Estado: os desafios da construção de uma Nova Ordem no Brasil dos anos 90. **DADOS: Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v.38, n.3, 1995.

_____. **Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DROULERS, Martine. Clientelismo e emprego público. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.4, p.126-144, jan./jun., 1989.

DUARTE, Nestor. **A Ordem privada e a organização política nacional**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1939.

DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Cortes, 1984.

EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v.2, n.4, abr., 1984.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 1989.

FARIAS, Francisco Pereira de. Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, n.15, p.49-65, nov., 2000.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando; VALENTE, Ana Luzia. Governabilidade e concentração de poder institucional – o governo FHC. **Tempo Social**, São Paulo, n.11 (2), p.49-62, out., 1999.

FIORI, José Luís & MEDEIROS, Carlos (Orgs.). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

FIORI, José Luís. A governabilidade democrática na nova ordem econômica. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.43, p.157-172, nov., 1995.

_____. **Brasil no espaço**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

_____. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

FRAGA, Paulo Denisar Vasconcelos. Democracia participativa versus poder paroquial. Disponível em: www.correiocidadania.com.br. Acesso em: 20 abr. 1999.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Ática, 1976.

FREITAS, Jânio de. A outra indignação. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 jan. 2003.

GARAGORRY, Jorge Alano Silveira. A independência do Banco Central em debate. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.11/12, p.10-22, jan./jun., 2004. (Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais - PUC - SP)

GOHN, Maria da Gloria. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

GOMES, Ângela de Castro. A dialética da tradição. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: v.5, n.12, fev., 1990.

GOMES, João Carlos. **Memória das trevas**: uma devassa na vida de Antonio Carlos Magalhães. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

GOMES, Luiz Marcos. **Os homens do presidente**. São Paulo: Viramundo, 2000.

GORENDER, Jacob. Teses em confronto: do catastrofismo de Kurz ao social-democratismo de Chico de Oliveira. **Universidade e Sociedade**, Brasília, Ano 4, n.6, p.40-49, fev., 1994. (Revista da ANDES - Sindicato Nacional).

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do Séc. XIX**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

GRANATO, Fernando. **Sociedade de ladrões**. São Paulo: Scritta, 1994.

HELLER, Agnes. **Sociología de la vida cotidiana**. Barcelona: Ediciones Península, 1991.

HEREDIA, Beatriz M. A de; TEIXEIRA, Carla Costa; BARREIRA, Irllys, A. F. (Orgs.). **Como vota o brasileiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

HEREDIA, Beatriz et. al. **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil monárquico**: processo de emancipação. São Paulo: Difel, 1985. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira)

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

IANNI, Octávio. 7 teses sobre o Brasil moderno. **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, n.5, p.53-77, 2000.

JACOBI, Pedro R. Ação coletiva, atores sociais e cultura política. **Serviço Social e Sociedade** São Paulo, ano 9, n.28, dez., 1988.

KRIEGER, Gustavo; NOVAES, Luiz Antônio; FARIA, Tales. **Todos os sócios do presidente**. São Paulo: Scritta, 1992.

KRIEGER, Gustavo; RODRIGUES, Fernando; BONASSA, Elvis C. **Os donos do Congresso**: a farsa na CPI do orçamento. São Paulo: Ática, 1994.

KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LANNA, Marcos P. D. **A dívida divina**: troca e patronagem no nordeste brasileiro. Campinas/SP. Ed. da Unicamp, 1995.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo, no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEITE, José Corrêa. Reformas democráticas e contra-reformas neoliberais. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v.10, n.4, p.27-36, out./dez., 1996.

LENARDÃO, Elsio. Gênese do clientelismo na organização política brasileira. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n.11/12, p.109-120, 1.sem, 2004. (NEILS-Núcleo de Estudos de Ideologias e lutas sociais da PUC-SP)

_____. **O clientelismo na construção do domínio político local**: estudo de caso. 1999. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, Campinas, 1999.

LENIN, Vladimir I. **Como iludir o povo**. São Paulo: Global, 1979.

LESBAUPIN, Ivo & MINEIRO, Adhemar. **O desmonte da nação em dados**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

LESBAUPIN, Ivo et. al. **Para entender a conjuntura atual**. Petrópolis: Vozes, 1996.

LESBAUPIN, Ivo. **Poder local x Exclusão social**: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

LINHARES, Maria Yeda. **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

LOSURDO, Domenico. Marx, a tradição liberal e a construção do conceito universal de homem. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n.13/14, p.23-42, 1.sem, 2005. (NEILS-Núcleo de Estudos de Ideologias e lutas sociais da PUC-SP)

LOUREIRO, Maria Rita & ABRUCIO, Fernando Luiz. Política e burocracia no presidencialismo brasileiro: o papel do Ministério da Fazenda no 1º governo FHC. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.14, n.41, out., 1999.

MÁIZ, Ramón. Jama, caleta y camello: la corrupción como mecanismo de autorrefuerzo del clientelismo político. **Revista mexicana de sociología**, México, DF, Ano 65, n.1, enero/marzo, 2003.

MARTINS, Carlos Estevam. Prefácio. In: DINIZ, Eli. **Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **A Sociedade vista do abismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1988. (Livro primeiro, v.2)

MINELLA, Ary Cezar. Elites financeiras, sistema financeiro e o governo FHC. In: RAMPINELLI, Waldir José & OURIQUES, Nildo Domingos (Org). **No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC**. São Paulo: Xamã, 1997.

_____. Transformação dos setores sociais dominantes: a burguesia bancário-financeira no Brasil. In: LARANJEIRA, Sônia (Org.). **Classes e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1990.

MIRANDA, José Carlos & TAVARES, Maria da Conceição. Brasil: estratégias da conglomeração. In: FIORI, José Luis (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Vozes, 2000.

MOISES, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia**. São Paulo: Ática. 1995.

MORAES, Reginaldo C. Neoliberalismo e neofacismo - és lo mismo pero no és igual? **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, v.1, tomo 7, 1998.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira**. v.1, São Paulo: SENAC, 2000.

NABUCO, Joaquim. **A abolicionismo**. Petrópolis: Vozes, 1988.

NICOLAU, Jairo. Disciplina partidária e base parlamentar na Câmara dos Deputados no primeiro Governo Fernando Henrique (1995-1998). **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.43, n.4, 2000.

NOVY, Andreas. **A des-ordem da periferia: 500 anos de espaço e poder no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1997.

O'DONNELL, G. Democracia delegativa? **Novos Estudos**, São Paulo, n.31, 1991.

_____. Uma outra institucionalização: América Latina e Alhures. **Lua Nova**, São Paulo, n.37, p.5-31, 1996.

OLIVEIRA, Francisco de & PAOLI, Maria Célia. **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda: Globalização e neliberalismo na América Latina. **Revista Praga**, São Paulo, n.4, p.31-33, dez., 1997.

_____. A derrota da vitória: contradição do absolutismo de FHC. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.50, p.13-21, mar., 1998.

_____. A ilusão do Estado brasileiro. **Teoria e Debate**, São Paulo, p.31-33, abr./maio/jun., 2000.

_____. A nova hegemonia da burguesia no Brasil dos anos 90 e os desafios de uma alternativa democrática. In: FRIGOTTO, Gaudêncio & CIAVATTA, Maria. (Orgs). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

_____. À sombra do Manifesto Comunista: globalização e reforma do Estado na América Latina. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo II: que Estado e para que democracia?** Petrópolis/RJ: Vozes, 1999b.

_____. As políticas sociais de Fernando Henrique. **Jornal Porantim**. (CIMI), jun., 1995, p.9.

_____. Democratização e republicanização do Estado. **Teoria e debate**, São Paulo, n.54, p.8-28, jun./jul./ago., 2003.

_____. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. **Novos Estudos**, São Paulo, n.22, p.8-28, out., 1988.

_____. Os protagonistas do drama: Estado e sociedade no Brasil. In: LARAJEIRA, Sonia. (Org.) **Classes e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. Quem tem medo da governabilidade? **Novos Estudos**, São Paulo, n.41, p.61-77, mar., 1995.

ORTIZ, Renato. A construção de uma nova cultura política. In: VILLAS BOAS, Renata & TELLES, Vera. (Orgs.) **Poder local, participação popular e construção da cidadania**. São Paulo: Instituto Polis, 1995. (Fórum Nacional de Participação Popular nas Administrações Municipais).

PANDOLFY, Maria Lia. O trabalhador sertanejo e a 'sujeição'. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v.3, n.1, p.123-134, jan./jun., 1987.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais: cidadania e espaço público – anos 90. **Humanidades**, Brasília, v.3, n.1, p.498-504, 1987.

PAOLI, Maria C. Apresentação e Introdução. In: OLIVEIRA, Francisco de & PAOLI, Maria Célia. **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

PAULANI, Leda Maria. A dança dos capitais. **Revista Praga**, São Paulo, n.6, p.45-55, 1998.

PAULANI, Leda Maria & PATO, Christy Ganzert. Investimentos e servidão financeira: o Brasil do último quarto de século. In: DE PAULA, João Antônio. **Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PEREIRA, Carlos & MUELLER, Bernardo. Uma teoria da preponderância do poder Executivo: o sistema de comissões no Legislativo brasileiro. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, v.15, n.43, p.45-67, jun., 2000.

_____. Comportamento estratégico em Presidencialismo de Coalizão: as relações entre Executivo e Legislativo na elaboração do orçamento brasileiro. **Dados: revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.45, n.2, p.265-301, 2002.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. Um novo Estado para a América Latina. **Novos Estudos**, São Paulo, n.50, mar., 1998b.

_____. Uma reforma gerencial da administração pública no Brasil. **Revista do Serviço Público**, ano 49, n.1, jan./mar., 1998.

PINTO, José Nêumanne. **A República na lama**. São Paulo: Geração Editorial, 1992.

PULS, Maurício. **O malufismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

QUEIROZ, Maria Isaura. **O mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1969.

RAMPINELLI, Waldir José & OURIQUES, Nildo Domingos (Org). **No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC**. São Paulo: Xamã, 1997.

RENNÓ, Lúcio. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. **BIB: revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais**, Rio de Janeiro, n.45, jan./jun., 1998.

REVISTA PRIMEIRA REPÚBLICA. n.33, nov., 2004.

RODRIGUES, Raimundo (Org.). **Seca e poder: entrevista com Celso Furtado**. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

ROSÁRIO, Ubiratan. **Cultura brasileira**. Belém: CEJUP, 1993.

SADER, Emir (Org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

SAES, Décio. A questão da evolução da cidadania política no Brasil. **Revista de Estudos Avançados (USP)**, São Paulo, v.15, n.42, p.379-410, 2001b.

_____. **República do capital**: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SALLUM JR, Brasílio. A condição periférica: o Brasil nos quadros do capitalismo mundial (1945 – 2000). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org). **Viagem Incompleta**: a experiência brasileira: v.1 (1500 – 2000). São Paulo: SENAC, 2000.

_____. **Labirintos**: dos generais à Nova República. São Paulo, Hucitec, 1996.

_____. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v.11, n.2, out., 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

SANTOS, Fabiano G. M. Microfundamentos do clientelismo político no Brasil: 1959-1963. **Dados: revista de ciências sociais**, Rio de Janeiro, v.38, n.3. p.459-496, 1995.

SCHEDLER, Andréas. “El voto es nuestro”. Como los ciudadanos mexicanos perciben el clientelismo eleitoral. **Revista Mexicana de Sociologia**, México/DF, Ano 66, n.1, jan./mar., 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia das Letras, 1998. v.4.

SCHWARTZ, Gilson. Nota sobre os limites e as possibilidades Era FHC. **Lua Nova**, São Paulo, n.49, p.23-34, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. Representação e cooptação política no Brasil. **Dados: revista de ciências sociais**, Rio de Janeiro, n.7, 1970.

SCHWARZ, Roberto. **Ao Vencedor as Batatas**. São Paulo: Ed. Duas Cidades, 1991.

SILVEIRA, Fábio. **Imprensa e política**: o caso Belinati. Londrina: Edições Humanidades, 2004.

SINGER, Paul. A política das classes dominantes. In: IANNI, Octávio et. al. **Política e revolução social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SOARES, Laura tavares R. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SOUZA, Jessé. (Não) reconhecimento e subcidadania, ou o que é “ser gente”?. **Lua Nova**, n.59, p.51-73, 2003a.

_____. A constituição da modernidade periférica. In: _____. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003b.

_____. A construção social da sub-cidadania. In: **Textos Ciências Sociais.** Publicação do Dep. de Ciências Sociais – Universidade Estadual de Londrina. Londrina/PR, 2003.

_____. A gramática social da desigualdade brasileira. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, v.19, n.54, p.79-96, 2004a.

_____. Democracia e personalismo par Roberto DaMatta: descobrindo nossos mistérios ou sistematizando nossos auto-enganos? In: SOUZA, Jessé. (Org.) **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea.** Brasília: Ed. UNB, 2001.

_____. Modernização periférica e naturalização da desigualdade: o caso brasileiro. In: SCALON, Celi (Org). **Imagens da desigualdade.** Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, 2004.

_____. Uma interpretação alternativa do dilema brasileiro. In. **A modernização seletiva.** Brasília: Ed. UNB, 2000.

SUASSUNA, Luciano & NOVAES, Luiz Antônio. **Como Fernando Henrique foi eleito presidente.** São Paulo: Contexto, 1994.

TAVARES, José Antônio Giusti & ROJO, Raúl Enrique (Orgs). **Instituições políticas comparadas dos países do Mercosul.** Rio de Janeiro. Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Do golpe militar à redemocratização 1964/1984 e Brasil, em direção ao século XXI. In: LINHARES, Maria Yeda (Org.). **História geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 1996.

TEXTO-BASE/CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). **Fraternidade e Política: justiça e paz se abraçarão.** São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1996.

TOLEDO, Caio Navarro de. Balanço e perspectiva. **Revista Praga**, n.6, 1998.

TORRE, Juan Carlos. O encaminhamento político das reformas estruturais. **Lua Nova**, São Paulo, n.37, p.57-96, 1996.

VAZ, Lúcio. **A ética da malandragem: no submundo do Congresso.** São Paulo: Geração Editorial, 2005.

VERÍSSIMO, Maria Valério B. & WOISKI, Emanuel Rocha. A reforma do Estado e a constituição da cidadania. **Revista Universidade e Sociedade**, ano 5, n.9 out., 1995.

VIEIRA, Ana Cristina. Clientelismo e serviço de saúde. **Revista Políticas públicas**, São Luís/Maranhão, v.6, n.1, jan./jun., 2002.

WEBER, Max. Ação social e relação social. In: FORACHI, Maria Alice & MARTINS, José de S. **Sociologia e Sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1977.

ZALUAR, Alba. Carnaval e clientelismo político. **Caderno CERU**. São Paulo: 2.série, n.1, p.36-64, 1985b.

_____. **A Máquina e a Revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985a.

ANEXOS

ANEXO A
(Notícias sobre os eventos)

Social

Adriano Mourão (Foto: R. R. Ruffini)

Adriano Mourão, presidente da Câmara Municipal de Londrina, foi eleito para o cargo de Vereador e Líder do Grupo de Trabalho de Administração e Organização da UEL. No entanto, Mourão não foi eleito para o cargo de Vereador, e o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Londrina foi assumido por Adriano Mourão.

HF65 LOCAO CREMOSA

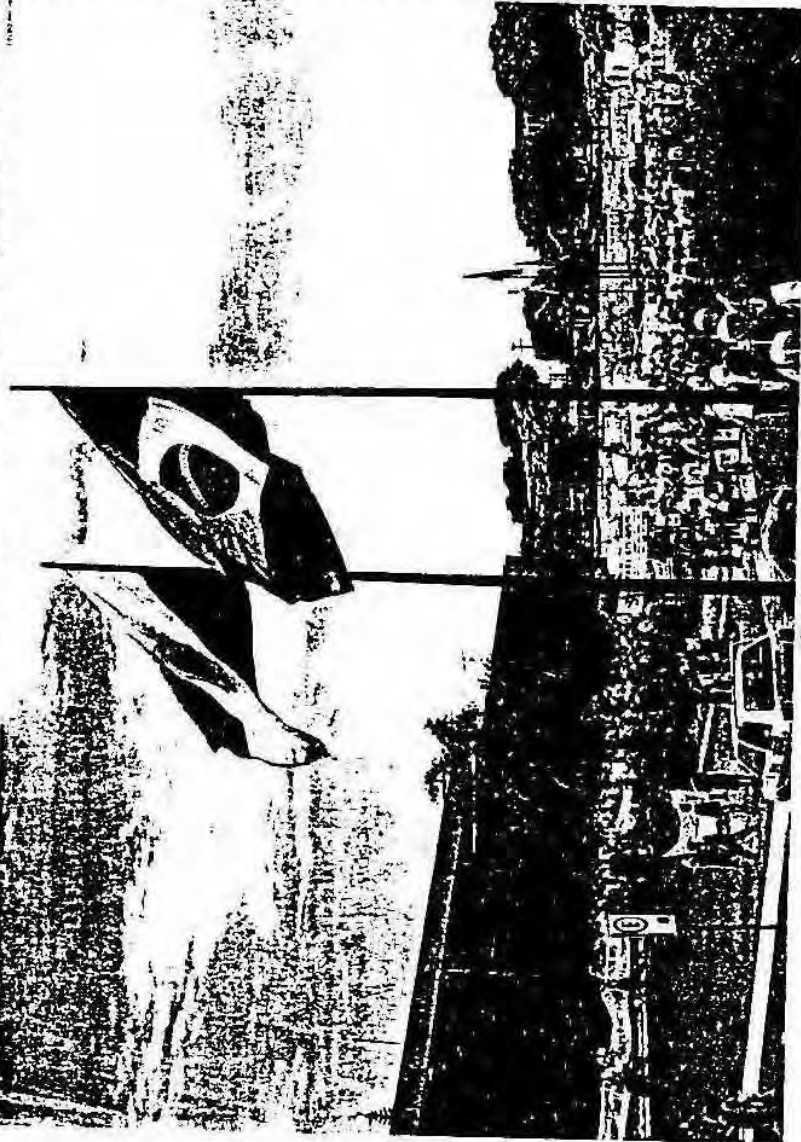
Fim dos Cabeças Brancos

JUBILEU DE LONDRINA

Nome	Adriano Mourão
Partido	PSD
Endereço	Rua 11, Londrina, Paraná
Telefone	(41) 333-1111
Profissão	Advogado
Outros dados	Ex-vereador em Londrina
Observações	

Câmara decide amanhã sobre cassação

Documento entregue ontem pelas entidades será avaliado pelos vereadores, que podem abrir uma Comissão Processante



A Câmara Municipal decide amanhã se abrirá ou não uma Comissão Processante para julgar o Prefeito Antonio Belinati (PFL), acusado pelas entidades do Movimento pela Moralidade na Administração Pública de Londrina por improbidade administrativa e violação da Lei Orgânica do Município, entre outras irregularidades.

Ontem à tarde, numa sessão marcada por galerias lotadas, o Legislativo recebeu o pedido de cassação do prefeito, redigido por uma equipe de advogados nomeada pela Ordem dos Advogados do Brasil e assinado por 128 eleitores, entre eles, representantes de 75 entidades da sociedade civil.

Durante a sessão, o presidente da Federação das Associações dos Moradores, Manoel Rodrigues do Amaral, entregou à presidência da Câmara, um abaixo-assinado, que representava associações de moradores da Cidade, em defesa do

Abuso
Moto é roubada dentro do pátio



Festival da Música

Samba, suor e cachaca em frente à Câmara

Antes da sessão, manifestantes pro e contra o prefeito se comportaram como quem vai à festa ou ao

HORRIGU PARA

Os desavisados que por ventura passaram pelo prédio da Câmara Municipal na tarde de ontem, jamais imaginariam que ali se discutiria a instauração de uma Comissão Processante, que poderia cassar o Prefeito Antônio Belinati (Ptl). Com duas escolas de samba animando os manifestantes, a Unidos do Jardim do Sol e a Quilombo dos Palmares, a impressão se era de que se local se discutia os moldes em que deveria ser realizada a maior festa popular brasileira, o Carnaval.

No entanto, com um olhar permeantizado, até os mais desatentos não podem não lembrar da festa, travada se uma disputa que se não fosse pela presença de 50 policiais militares, poderia terminar em confusão.

Estava determinado que no entanto, enchido por uns como sendo entre o Bem e o Mal, os manifestantes ficaram se parados como num estado de fúnebre. Com o espaço e pública, as duas torcidas ocuparam o mesmo lado, por onde entravam os protagonistas vencedores, e colhe à PM apertadas evitar que a troca de elogios ultrapassasse a barreira da voz e assumisse contornos de um Vale Tudo.



Das escolas de samba deram o ritmo à manifestação em frente à Câmara, o Unidos do Jardim do Sol e o Quilombo dos Palmares

Com a cabeça quente, e em algumas delas o calor intensificado pelos sucessivos goles de cachaca, coube a Deus, ou como dizem os que não acreditam nele, a uma precepção devido a fatores climáticos, dispersar a manifestação com uma chuva. Com seus voluntários pingos,

ria fe: com que todos ali postos procurassem abrir alguns caminhos para entrar no prédio da Câmara. Outros se esboçaram pelo Fórum. A grande maioria retornou para um dos 17 ônibus alugados por R\$ 1.500, junho à TIL. Transportes Coletivos, pelo presidente da Associação dos

vos burros devendo ao chefe, o varam e houve quando os seus, conseqüente pro farez, como faz o si quando o M. Garibaldi, entre adversários. Os li credite Civil OZG, falando pelos nua gá fines, tanto seus labros adonja da oratória são presentes.

Quando houve final estava pua, chagava o nome branco dos parali se que as talices se tentais e on se dirigiram para que também pode marins. O arbitrio que também jogu retorno ao gramal arena, picadeto, descomendento torrida e jogadute o jogo foi interm te momento pua uma voz do capua go Eilben, que nã nebulun des tunc coordenava a segu na, girar para ca mãos, esquentu d futebol, esquentu de futebol.

Manifestantes lotam as galerias

Mais uma vez as galerias da Câmara ficaram lotadas de latas e de pessoas que defendiam ou eram contrárias à abertura da Comissão Processante (CP). De um lado, pessoas de todos os partidos e profissões; do outro, de vários setores da sociedade. No início da sessão, os contrários à lei

rumais "Semos a favor da verdade. Só que achamos que está sendo usado de politicagem. Tem verdadeiros que querem ir ao processo. Não". O representante do Conselho de Fomento da Zona Norte e da Federação de Moradores, Fico, Zúlio Ramos, advertiu que toda a situação seria

folclórica. "Queremos que seja aberta a Comissão Processante. Os documentos investidos até agora comprovam que houve irregularidades". A presidente do Conselho de Saúde da Zona Norte, Sônia Maria Anselmo, anunciou que votaria a favor da lei, mas que preferia um pedido de aban-

dos burros devendo ao chefe, o varam e houve quando os seus, conseqüente pro farez, como faz o si quando o M. Garibaldi, entre adversários. Os li credite Civil OZG, falando pelos nua gá fines, tanto seus labros adonja da oratória são presentes.

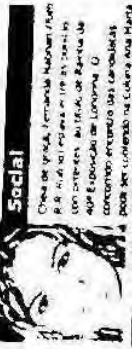
ANEXO III



Londrina, SEXTA FEIRA, 25 de fevereiro de 1966

JORNAL DE LONDRINA

Ano 11 - Número 3.145 - Preço R\$ 0,80



Social

Chica de grã-mã, Fernanda Nogueira (filha de Nivaldo e esposa de Irineu) casou-se com o empresário, do tráfico de Renda de Arte, Edson de Londrina. O casamento aconteceu nas localidades para ser celebrado na Câmara sua Mãe.

HF65 LOÇAO CREMOSA
Fim dos Cabelos Brancos

Cotação

Taxa de Câmbio	Paraná	US\$ - Comercial (Londrina)
R\$ 134,00	0,7794%	R\$ 1,2146/1,3796
US\$	Com. Londrina	US\$ - Mercado (Londrina)
R\$ 1,0441	R\$ 1,2734	R\$ 1,8278/1,8879

Caixa Postal Adeuso 1409
Sercomtel Ilvoel

Tumulto faz Câmara interromper sessão

Decisão sobre a Comissão Processante contra o prefeito Antonio Belinati fica adiada para a próxima terça-feira



Sociedade Rural
Exposição deve movimentar R\$ 27 milhões

A Sociedade Rural do Paraná está organizando uma grande festa para a 40ª Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina. Os números da Exposição 2000 já superam os do ano passado, com 13 mil animais em 35 leilões, numa estativa de comercialização de R\$ 27 milhões. (página 9-A)

Gasoduto
Traçado da rede na região já está pronto

O traçado da rede de distribuição de gás no eixo Londrina-Maringá terá uma extensão de 200 Km. O projeto feito pela Compagas vai passar por 11 cidades: Londrina, Cambé, Bofilândia, Cambira, Arapongas, Apucarana, Jandaia do Sul.

A sessão de ontem da Câmara de Vereadores acabou em tumulto e sem que a abertura da Comissão Processante fosse votada em Plenário, depois de muita confusão e manobras da bancada de apoio ao prefeito Antonio Belinati (PPH) para evitar que a votação acontecesse.

As 20h30 o presidente da Câmara, vereador Renato Araujo (PPB), encerrou a sessão alegando que o advogado e professor universitário Ruy Carneiro teria "arrombado" a porta de uma sala onde 12 vereadores estavam reunidos.

A votação da CP foi adiada para a próxima terça-feira e o presidente da Casa disse que vai requerer a Justiça que seja "vetado o

o foi fundamental e o pedido

transação por contrato de compra e venda com a Copel, ele teria desobediência a Lei Municipal nº 6.066/96, que estabelece multa a venda das ações a autorização da Câmara com dois terços dos votos. Também teria sido desrespeitada a Lei Federal nº 6.666/93, que determina que a venda de bens ter sido feita em Bolsa de Valores.

As entidades assistenciais alegam que Belinati teria sido responsável por ter o "princípio da unidade de ressurata", "desvio de finalidade" e "lesividade patrimonial" no pedido.

O princípio da unidade de ressurata teria sido ferido por que, conforme o documento, a venda da Prefeitura com os bancos foi paga pela Copel "por espoliação exclusiva do Município", conforme o contrato de compra e venda. A Prefeitura teria que ter recebido o dinheiro para de pois pagar suas dívidas.

Em 2007, a Prefeitura teria sido ferido por que, conforme o documento, a venda da Prefeitura com os bancos foi paga pela Copel "por espoliação exclusiva do Município", conforme o contrato de compra e venda. A Prefeitura teria que ter recebido o dinheiro para de pois pagar suas dívidas.

sua finalidade. De acordo com as entidades, esse dinheiro foi usado numa parte para "cobrir o déficit operacional da Prefeitura" e em parte para "realizar licitações, despesas", "quais investimentos pelo Ministério Público.

MARMIEX

No caso dos marmiteiros, que teriam sido usados para alimentar cabos eleitorais que faziam campanha para o então candidato e hoje deputado estadual Aníbal Carlos Belinati (PSB), em 1998, o pagamento teria sido feito pela Prefeitura, através de órgãos da administração direta e indireta.

SHOW DA XUKA

A última denúncia diz respeito ao caso que ficou conhecido como "Arquivo X", quando a Prefeitura teria contratado a apresentadora Xuxa Merigel

para a apresentação de programas do PNU (Planos Nacionais de Inicialização). A inauguração seria marcada para dezembro de 1998, mas acabou com uma greve dos servidores. A Prefeitura teria contratado a empresa para a contratação da apresentação por R\$ 120 mil, com diárias para a Prefeitura (ver relatório).

O município tinha adiantado metade do cachê de Xuxa (R\$ 60 mil). Com a rescisão do contrato com a empresa, Belinati e o advogado Antônio de Almeida Albuquerque, então presidente do Conselho Municipal de Controle de Atividades Econômicas, foram acusados de desvio de finalidade e "lesividade patrimonial".

RECEPÇÃO

Cerca de 200 pessoas convocadas por associações de moradores que foram à Câmara se manifestar contra a cassação de Aníbal Carlos Belinati (PFL) foram ao saguão da Prefeitura. Belinati não estava no gabinete enquanto as entidades entregavam o pedido de cassação na Câmara e chegou depois dos manifestantes. Ele foi recepcionado pelos seus simpatizantes, que gritavam palavras de ordem como "abaixo o Belinati e nosso".

Os secretários, que organizaram uma "recepção" para o

mentos, os trabalhos de investigação deverão ser concluídos em 90 dias a contar da data da instalação da Comissão. Ao final, o processo será encaminhado para apreciação do Conselho dos Vereadores para compor a Comissão. O processo será feito por setores. Não poderão fazer parte membros da Mesa Executiva e das duas Comissões Especiais de Inquérito (CEI) que estão investigando denúncias de irregularidades na administração municipal. Poderão ser excluídos pelo Conselho os seguintes vereadores: Elza Corrêa (PMDB), Adalberto Pereira da Silva (PFL), Carlos Eduardo Santa Rosa (PFL), Carlos Kula (PSDB), Flavio Vedonato (PFL), Jaci Aguiar (PPB), Orlando Bonilha (PDT), Osvaldo Bergamin (PMDB).

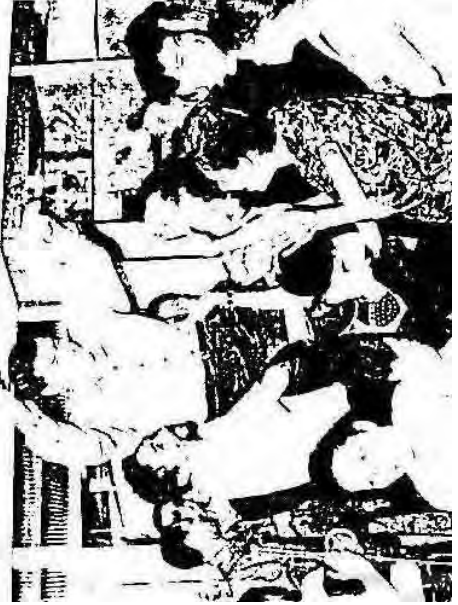
Belinati é saudado por moradores de bairros

FABIO SILVEIRA

Decidiram pelo saguão. Aníbal Carlos Belinati foi abraçado pelos populares e fez um discurso curto, dizendo que seria "o gesto de solidariedade" dos manifestantes e que compareceria com a Prefeitura e o governador de Jurema para comemorar o aniversário da Prefeitura. Belinati não estava no gabinete enquanto as entidades entregavam o pedido de cassação na Câmara e chegou depois dos manifestantes. Ele foi recepcionado pelos seus simpatizantes, que gritavam palavras de ordem como "abaixo o Belinati e nosso".

Os secretários, que organizaram uma "recepção" para o

calor humano", encorrou a revista e foi embora. SENEZAS - Fora do gabinete, José Moreira dos Santos, 77 anos, reclamava que pretendia entrar no lado direito das galerias da Câmara, onde estavam os manifestantes pro cassação. Recebeu do secretário de Governo, Sidney de Oliveira, uma senha para entrar no lado onde estava o Grupo que defendia o prefeito. "Sou contra o Belinati", afirmava Santos. As senhas para o lado da galeria "pro-cassação" já tinham acabado. De acordo com o diretor da Câmara, Francisco Mestre, todas as senhas



5.6
23/2/2000

Belinati é aclamado por manifestantes

Tribunal de suspendeu a ura da Comis- foi como- ida por lide- ções de mo- am o prefet- inal (PFL). abertura da t, quando foi fialmente o tação, cerca antes foram efeitura para la de Belina- ua assessoria, abinete por- almoçar às ou por volta arregado nos o da empre- ou pouco an- : arrumou a som no esta- Prefeitura. te foi impro- lanque para o inflamado le 5 minutos, ou as enida- cassação do cusou o Mo- bralidade na Pública de que estão de çar, não usam

de violência, não usem o 'ta- petão'. Para ser prefeito tem que ter o apoio do povo", disse.

Depois de falar e abraçar correligionários, Belinati subiu para o gabinete e não quis dar entrevistas. No final da tarde, o prefeito enviou nota oficial à imprensa. Na nota, o prefeito diz que "foi levado a recorrer ao Poder Judiciário como forma de proteger o mandato legítimo" dado pela maioria da população londrinense. Diz também que o movimento das entidades é político e liderado por pessoas que são seus "adversários contumazes" e "frequentemente derrotadas pelo voto sagrado do povo". O prefeito diz também que já tomou "iniciativas concretas para apuração, punição e ressarcimento aos cofres públicos".

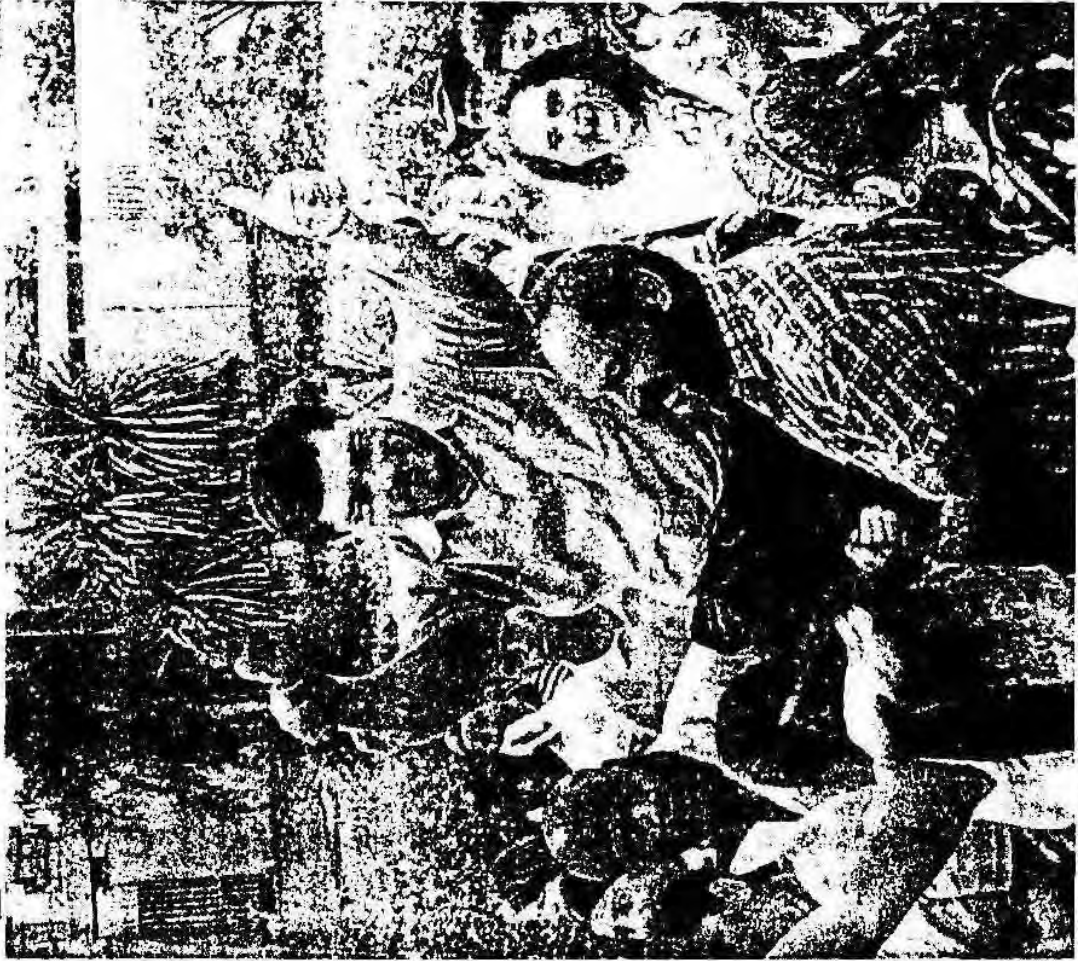
CONFUSOS - Apesar da empolgação, vários manifestantes não sabiam o que tinha acontecido na Câmara. O presidente da Federação dos Assentamentos e Sem-Teto de Londrina, José Ricardo da Silva, disse à reportagem que "Belinati ganhou uma liminar" e que por isso a votação tinha sido adiada.

Silva disse que as entidades

des apolaram o prefeito "por tudo o que ele fez pela periferia". "Se ele não tivesse feito nada pela periferia nós não iríamos apoiá-lo", justificou. Para Silva, a denúncia do Movimento Pela Moralidade na Administração Pública "é eleitoral". "Por que eles (o movimento) deixaram para entrar com esse pedido só nesse ano, que é eleitoral", questionou.

"Eu sei que o Belinati ganhou hoje e considero ele inóceno", afirmou Débora Damiane da Silva, do Conjunto Aquiles Sthengel (Zona Norte). Valquíria Flauzina da Silva, moradora do mesmo bairro, confessou que não entendeu "nada do que aconteceu". "Estou aqui pelo Belinati. Qualquer um fica do lado dele", justificou.

Oswaldo de Souza, presidente da Associação dos Moradores do Conjunto João Paz (Zona Norte) disse que "achou ótima a decisão do TJ, embora confiasse que "não entendeu" o que estava acontecendo e afirmou que "estava meio confuso". Ele carregava um cartaz com a frase "O amor de Cristo nos uniu". "O prefeito fala a palavra de Deus em todos os eventos e eu me propus a fazer o mesmo", explicou.



O prefeito Antonio Belinati é carregado nos ombros por populares que estiveram na Câmara

PROPELIMENTO JURÍDICO

1) O prazo de 30 dias para a convocação dos trabalhos encontra-se vencido e o processo não foi julgado. A decisão do Conselho de Administração é válida, não há necessidade de intervenção do Conselho Provisório.

2) O Conselho de Administração não pode convocar o Conselho Provisório.

3) O Conselho de Administração não pode convocar o Conselho Provisório.

4) O Conselho de Administração não pode convocar o Conselho Provisório.

5) O Conselho de Administração não pode convocar o Conselho Provisório.

6) O Conselho de Administração não pode convocar o Conselho Provisório.

7) O Conselho de Administração não pode convocar o Conselho Provisório.

8) O Conselho de Administração não pode convocar o Conselho Provisório.

9) O Conselho de Administração não pode convocar o Conselho Provisório.

10) O Conselho de Administração não pode convocar o Conselho Provisório.

QUEM PODEVA IMPEDIR A...

Veredores que estão desobedecendo a poderes participam do Conselho Provisório:

- Adalberto Pereira da Silva (PFL)
- Aryer Avelino de Souza (PSB)
- Carlos Eduardo Santa Rosa (PFL)
- Carlos Kita (PSDB)
- Ela Correia (PMDB)
- Flávio Vedonato (PL)
- Jacy Aquar (PPB)
- Oswaldo Bonilha (PDT)
- Devonilo Bergamin (PMDB)

MENTA A OS CONGRESSOS

Uma mulher mostra a faixa. No detalhe, José Ricardo com a nota



Secr em I

destruída... uma família... honra... política... Dires Scudero (foto), professor...

Investigações apontam rombo de R\$ 16 mi

João de cassação do prefeito Antonio Zanetti foi motivada por irregularidades na gestão municipal. As investigações apontam um rombo de R\$ 16 milhões em despesas não autorizadas.

Câmara apreende senhas falsas e barra populares

Cerca de 30 senhas falsificadas foram apreendidas na sessão de ontem da Câmara. As senhas foram distribuídas pela Câmara em um esforço para garantir a segurança das eleições.

Manifestantes ocupam praça

Lucio Horta e Silvana Leão de Londrina. Manifestantes ocuparam a praça em protesto contra o governo. A ação foi liderada por membros do movimento popular.

Guerra de f

Cerca de 300 manifestantes foram a Câmara de Londrina para exigir a convocação de uma comissão de investigação. Os manifestantes alegaram que o governo está escondendo informações importantes.

Para falar a verdade, não sei bem o que está acontecendo

Em melhor número, manifestantes que pedem o afastamento de Belinati também estiveram em frente ao prédio da Câmara. O prefeito afirmou que não houve brigas e que o processo está sendo conduzido de forma pacífica.

Manif. mostra a faixa. No detalhe, José Ricardo com a nota

Uma mulher mostra a faixa. No detalhe, José Ricardo com a nota



Eduardo Alonso já disse que desvios podem chegar a R\$ 30 milhões

Quatro argumentações das entidades seria a lei violada, a lei orçamentária, a lei de 45% das ações da Seremi para a Companhia Paranaense de Energia. Durante a negociação, Alonso afirmou que os desvios poderiam chegar a R\$ 30 milhões.

Para falar a verdade, não sei bem o que está acontecendo

Em melhor número, manifestantes que pedem o afastamento de Belinati também estiveram em frente ao prédio da Câmara. O prefeito afirmou que não houve brigas e que o processo está sendo conduzido de forma pacífica.

Manifestantes ocupam praça

Lucio Horta e Silvana Leão de Londrina. Manifestantes ocuparam a praça em protesto contra o governo. A ação foi liderada por membros do movimento popular.

Guerra de f

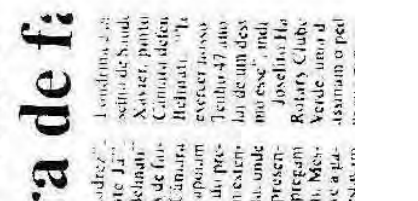
Cerca de 300 manifestantes foram a Câmara de Londrina para exigir a convocação de uma comissão de investigação. Os manifestantes alegaram que o governo está escondendo informações importantes.

Para falar a verdade, não sei bem o que está acontecendo

Em melhor número, manifestantes que pedem o afastamento de Belinati também estiveram em frente ao prédio da Câmara. O prefeito afirmou que não houve brigas e que o processo está sendo conduzido de forma pacífica.

Manif. mostra a faixa. No detalhe, José Ricardo com a nota

Uma mulher mostra a faixa. No detalhe, José Ricardo com a nota





Casa cheia

O movimento, ontem pela manhã, no gabinete: das 5h30 às 9 horas foram atendidas 300 pessoas

PREFEITURA

Moradores pulam cedo da cama para levar pedidos a Belinati

Carina Paccola

Trazendo de volta à Prefeitura o estilo "administrar com as portas abertas para a população", o prefeito Antonio Belinati começou a trabalhar ontem às 5h30 da manhã: até as 9 horas, cerca de 300 pessoas haviam passado por seu gabinete. São moradores dos bairros mais afastados do centro que querem apresentar pessoalmente suas reivindicações.

Organizados em fila para sentar-se à mesa com o prefeito, cada um fez seu pedido, cuidadosamente anotado por Belinati, e, com um bilhete na mão, foi encaminhado ao secretário indicado pelo prefeito. Na sala ao lado do gabinete estavam os secretários de Educação, Saúde, Ação Social, Negócios Jurídicos e o presidente da Cohab, José Caetano Perry, que toma posse hoje.

Metade das pessoas que levantaram cedo para atendidas pelo prefeito mora nos jardins Campos I e II (favelas do fundo de vale dos Conjuntos Aquiles Stenghel e Maria Cecília), na zona norte da Cidade, e na favela I raíso, no jardim Paraíso. Os representantes desses moradores

lhava como zeladora. O marido está na frente de trabalho da Prefeitura. Moradora do conjunto Jamile Dequech, Elenice também tentou resolver o problema do IPTU atrasado por dois anos.

Juraci da Conceição, que faz parte do grupo de mulheres do Jamile Dequech, entregou ao prefeito uma fita de vídeo, que mostra a situação das ruas do bairro. "Tem tanto buraco que o ônibus quase tomba quando passa por ali", conta Juraci. Segundo ela, o prefeito prometeu deixar o "conjunto bonito". Juraci também pediu emprego para ela e o marido, que está há duas semanas sem ocupação. "O Belinati é um prefeito que sempre olha para o nosso lado. Vale a pena acordar cedo para falar com ele", Juraci pulou da cama às 4h30.

Metade dos pedidos é para regularizar terrenos ocupados por sem-teto

Os pedidos de emprego foram encaminhados para a secretária de Ação Social Marisa Goettel do Nascimento, que também atendeu pessoas que pediram documentação e cesta básica. Segundo Marisa, essas pessoas receberão visita de profissionais da Secretaria. "Temos uma equipe técnica que vai fazer

da Prefeitura para ir até o gabinete. A moradora Eunice Ananias Vicente resumiu a vontade dos moradores: "Queremos ficar no mesmo lugar. É só nos dar a posse do terreno e água e luz", diz. Ela mora num barraco num lote do Aquiles com a nora e o filho. "Quero um ano novo com casa nova."

Para falar com esses moradores, o prefeito ficou em pé no meio da sala, apresentou o novo presidente da Cohab e passou o caso para ele. Perry se reuniu com os moradores no salão reservado para audiências públicas e marcou uma reunião com os representantes dos bairros em seu gabinete, na Cohab, na próxima sexta-feira, dia 17, às 15 horas. O presidente da Federação dos Núcleos das Favelas de Londrina, José Ricardo da Silva, disse estar consciente de que as famílias não serão todas urbanizadas nesse primeiro ano de governo.

Pedidos de medicamentos e até de cirurgia de perna foram levados ao secretário da Saúde, Agajan Der Bedrossian. O secretário de Educação, Cléber Toffoli, falou que a principal queixa ouvida ontem é a falta de vagas nas escolas municipais. "Muitas mães não encontram vaga para os filhos no bairro onde moram", diz. A so-

ANEXO B
(Roteiro de Entrevistas)

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

Em especial me interessa saber como as pessoas que 'apoiam' o Belinati (que 'gostam' do seu jeito de fazer política, da sua maneira de 'comandar' a prefeitura e que acabam por estabelecer vínculos políticos com ele) pensam a política, ou, noutros termos, quais as concepções, noções e valores (que provavelmente se traduzem em práticas) que essas pessoas possuem sobre o que é a 'autoridade' política, sobre o papel do prefeito, do deputado, sobre o que é a cidadania social, a cidadania política, sobre o papel do cidadão diante da política, do Estado, dos problemas sociais e públicos.

Só que eu gostaria de ver reveladas essas concepções, crenças e valores juntamente com depoimentos que falassem sobre o 'vínculo' político que eles mantêm/mantiveram com o Belinati, porque intento verificar se há entre aqueles que 'gostam' e 'apoiam' o Belinati a comunhão de algumas concepções e valores sobre a política, de modo que eu possa dizer que tais pessoas participam de 'vínculos' políticos (votando, apoiando, defendendo) com o Belinati também porque compartilham de uma subcultura política específica, particular.

Então, eu não queria fazer perguntas diretas sobre as suas concepções/crenças políticas, mas captá-las no contexto das opiniões sobre as ligações práticas (diretas ou indiretas) que os entrevistados mantêm com o Belinati.

Interessa saber sobre as condições sócio-econômicas do entrevistado:

- dados pessoais: idade, sexo, trabalho, renda (pessoal, família);
- dados sobre as condições da moradia (neste caso, talvez seja melhor anotar por observação);
- características sócio-econômicas do bairro (jardim, Assentamento ...). Podem ser gerais e por observação, também. (já disponho de dados da Cohab sobre Londrina).

Perguntar sobre:

- A trajetória de vida/ um pouco da história de vida do entrevistado;
- A trajetória de envolvimento/participação na atividade política (por exemplo: no bairro, em Associações, partidos, etc);

Tentar pegar uma opinião bem explorada sobre o Belinati:

(sugestão de perguntas)

- Como soube/conheceu o Belinati?
- falaram dele para você?
- apresentaram-no para você?
- quem o fez? Lideranças do bairro? 'gente' da prefeitura?
- Depois que o conheceu, que tipo de relação, de contato, passou a manter com ele?
- contatos diretos?
- Contatos mediados (por cabos eleitorais/por funcionários da prefeitura, por lideranças de moradores ...)?
- E hoje, que tipo de contato/relação/ligação mantêm com ele?

Já participou de atos / eventos de apoio político a ele ? (por exemplo : no processo de cassação em 2000, participou de atos de apoio a ele ? ou em outras ocasiões ? Caso sim, explorar em profundidade as informações sobre o evento)

Por que apóia o Belinati ?

O que para você diferencia/destaca Belinati de outros políticos da cidade ?

O que ele oferece ?

Como ele trata o eleitor/morador da cidade ?

Como nas suas gestões à frente da Prefeitura ou como deputado lidava com as demandas/reclamações dos moradores pobres ? Ou, como ele ajudava os pobres (explorar exemplos de ajudas/favores que o entrevistado lembra / conhece e que tenham sido prestados por Belinati ou em nome dele).

ANEXO C

(Perfil sócio-econômico dos entrevistados)

- (E1) – Residência: Parque Ouro Branco
Sexo: Feminino
Idade: 63 anos
Renda familiar: + ou – R\$ 600,00 (dois membros na casa)
- (E2) – Residência: Parque Ouro Branco
Sexo: Masculino
Idade: 57 anos
Renda familiar: + ou – R\$ 1.000,00 (tres membros na casa)
Obs: conhece Belinati desde a década de 70.
- (E3) – Residência: Jardim São Jorge, divisa com Jardim Novo Horizonte
Sexo: Feminino
Idade: 60 anos
Renda familiar: + ou – R\$ 600,00 (dois membros)
Obs: Foi presidente da Associação de Moradores.
- (E4) – Residência: Conjunto Saltinho
Sexo: Feminino
Idade: 46 anos
Renda familiar: sem renda fixa. É diarista e artesã. Considerou-se, na época, desempregada.
- (E5) – Residência: Conjunto Saltinho
Sexo: Feminino
Idade: 40 anos
Renda familiar: + ou – R\$ 1.300,00 (cinco membros)
- (E6) – Residência: Jardim Santo André
Sexo: Feminino
Idade: 47 anos
Renda familiar: + ou – R\$ 400,00 (pensão alimentícia) (mora sozinha).
- (E7) – Residência: Conjunto das flores
Sexo: Feminino
Idade: 58 anos
Renda familiar: R\$ 1.250,00 (viúva) (tres membros)
- (E8) – Residência: Parque das Indústrias
Sexo: Feminino
Idade: 50 anos
Renda familiar: R\$ 500,00 (quatro membros – todos desempregados, no momento da entrevista).

- (E9) – Residência: Jardim Santa Rita
Sexo: Masculino
Idade: 71 anos
Renda familiar: R\$ 1.000,00 (tres membros na casa. Aposentado. Ex-ensacador).
- (E10) – Residência: Jardim Leste-Oeste
Sexo: Masculino
Idade: 53 anos
Renda familiar: R\$ 800,00 (tres membros na casa).
- (E11) – Residência: Jardim São Marcos
Sexo: Feminino
Idade: 54 anos
Renda familiar: R\$ 300,00 (dois membros na casa).
- (E12) – Residência: Jardim Leste-Oeste
Sexo: Masculino
Idade: 21 anos
Renda familiar: R\$ 250,00 (dois membros na casa).
- (E13) – Residência: Jardim João Turquino
Sexo: Masculino
Idade: 47 anos
Renda familiar: R\$ 500,00 (quatro membros na casa).
- (E14) – Residência: Jardim União da Vitória
Sexo: Feminino
Idade: 45 anos
Renda familiar: R\$ 750,00 (cinco membros na casa).
- (E15) – Residência: Jardim Leste-Oeste
Sexo: Feminino
Idade: 52 anos
Renda familiar: R\$ 800,00 (cinco membros na casa).
- (E16) – Residência: Jardim São Jorge
Sexo: Masculino
Idade: 63 anos
Renda familiar: R\$ 600,00 (dois membros na casa).